



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ANTONIA FRANCISCA DA SILVA SARAIVA

**AS VOZES DOS ATORES LOCAIS DO EXTRATIVISMO DA AMAZÔNIA: O CASO
DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA, SUL DO AMAPÁ E DO BABAÇU, BICO DO
PAPAGAIO-TOCANTINS**

Palmas, TO
2025

Antonia Francisca da Silva Saraiva

**AS VOZES DOS ATORES LOCAIS DO EXTRATIVISMO DA AMAZÔNIA: O CASO
DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA, SUL DO AMAPÁ E DO BABAÇU, BICO DO
PAPAGAIO-TOCANTINS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau de Doutor (a) em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Prof. Nilton Marques de Oliveira

Coorientador: Dr. Prof. Antonio Sérgio Monteiro Filocreão

Palmas, TO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S243v Saraiva, Antonia Francisca da Silva.
As vozes dos atores locais do extrativismo da Amazônia: o caso da castanha-da-Amazônia, Sul do Amapá, Bico do Papagaio-Tocantins. / Antonia Francisca da Silva Saraiva. – Palmas, TO, 2025.
228 f.
- Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Desenvolvimento Regional, 2025.
Orientador: Nilton Marques de Oliveira
Coorientador: Antonio Sérgio Monteiro Filocreão
1. Políticas públicas. 2. Desenvolvimento Local. 3. Amazônia. 4. Bioeconomia. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Antonia Francisca da Silva Saraiva

VOZES DOS ATORES LOCAIS DO EXTRATIVISMO DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA, SUL DO AMAPÁ E DO BABAÇU, BICO DO PAPAGAIO-TOCANTINS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau de Doutor (a) em Desenvolvimento Regional.

Tese defendida e aprovada em 28 de março 2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira, Orientador, UFT

Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão, Coorientador, UNIFAP

Prof.^a Dr.^a Juliana Aguiar de Melo, Membro interno, UFT

Prof.^a Dr.^a. Roseni Aparecida de Moura, Membro interno, UFT

Prof.^a Dr.^a. Michele Lins Aracaty e Silva, Membro Externo, UFAM

Prof. Dr. Galdino Xavier de Paula Filho, Membro Externo, UNIFAP

Para minha mãe, Maria da Conceição, (*in
memoriam*), minha maior referência como
pessoa e mãe e ao meu esposo, Walter Saraiva.

*Mas os que esperam no senhor renovam
suas forças, sobem com asas como águias,
correm e não se cansam, caminham e não se
fatigam.*

Isaiás 40:31

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela sabedoria, força e saúde para superar todos os obstáculos e não desanimar diante das dificuldades que surgiram ao longo desta jornada.

Ao meu amado esposo, Walter Saraiva Lopes, pelo incentivo, paciência e dedicação, assim como pelas ideias, sugestões, orientações, contribuição e compreensão em todos os momentos ao longo desta pesquisa.

Aos meus familiares, que sempre me apoiaram, expresso minha gratidão, em especial à minha querida mãe, Maria Conceição da Silva (*in memoriam*), que faleceu no meu primeiro ano de doutorado. Não foi fácil seguir essa jornada sem ela. Muito obrigada por tudo e dedico a realização desse sonho a você, mamãe. E aos meus tios Emanuel Messias da Silva, Maria da Conceição da Silva Cruz, Maria Alcirene e Marinete Ferreira da Silva; à minha prima, Nara Cruz Nunes, à minha irmã, Maria Raimunda da Silva e à minha mãe (biológica), Maria Rosimar.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira, pela paciência, valorosa orientação e por estar presente em toda a caminhada deste projeto. Agradeço imensamente e dedico a conclusão deste doutorado.

Agradeço também ao meu coorientador, Dr. Prof. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão, pelas contribuições nas orientações e, principalmente, na realização da pesquisa de campo no estado do Amapá. Muito obrigada, professor.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudo. E ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD).

Aos docentes e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), especialmente ao Dr. Prof. Manoel Xavier Pedroza Filho, cuja disciplina Cadeias Produtivas inspirou a ideia deste estudo.

Aos professores da Banca Examinadora do Exame de Qualificação, formada pelos Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira, Dr. Prof. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão, Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva, Prof.^a Dr.^a. Roseni Aparecida de Moura e Prof.^a Dr.^a. Michele Lins Aracaty e Silva, agradeço por dedicarem uma parte do seu tempo, pelas contribuições e observações que foram relevantes para a continuidade deste estudo.

E aos professores da Banca Examinadora de defesa de tese, formada pelos Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira, Dr. Prof. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão, Prof.^a Dr.^a. Roseni Aparecida de Moura, Prof.^a Dr.^a. Michele Lins Aracaty, Silva e Prof. Dr. Galdino Xavier de

Paula Filho e Prof.^a Dr.^a. Cleiton Silva Ferreira Milagres, agradeço por dispensarem seu tempo e pelas contribuições que foram relevantes na realização dessa tese.

À Universidade Federal do Tocantins, pela oportunidade para realização de mais este objetivo de vida. E a Universidade Federal do Amapá.

A todos os colegas da turma de doutorado de 2021 do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, em especial Lucas Braga, Alessandra Polastrini e Cássia Araújo. Com Alessandra Polastrini, compartilhamos muitas conversas e apoio para superar essa jornada. Com Cássia Araújo, nossa amizade começou no mestrado e se fortaleceu no doutorado; foram muitas trocas de áudios no WhatsApp, além de parceria e apoio mútuo durante todo esse processo. Durante esse período, tive a alegria de acompanhar a felicidade de Cássia e Kenedy com a chegada de Amanda, uma linda sobrinha que ganhei nesse processo.

Agradeço à amiga Nailde Gonçalves pelas nossas longas ligações, que sempre ultrapassavam as três horas de conversa, se tornando momentos de descontração e muitas risadas. E à Patrícia Aguiar, pelos passeios, nos quais, ao final, sempre degustávamos um bolo de chocolate e brincávamos, dizendo ser para vencer a jornada do doutorado. Muito obrigada, amigas!

Ao professor Jadson Porto pela acolhida e colaboração na pesquisa de campo no estado do Amapá. Foram muitos passeios, almoços e boas conversas em Macapá. Obrigada, professor, por compartilhar diversos materiais de pesquisa e pelo convite para eventos sobre o tema da tese que o senhor sempre me passava.

Agradeço à Universidade Federal do Maranhão, em especial à Coordenação do curso de Ciências Contábeis, representada pelo Prof. Ph.D. Cleber Augusto Pereira, e aos alunos da turma 22.2 da disciplina de Contabilidade Básica, na pessoa da líder de turma Ana Carla Batista Nunes de Macedo, pela valiosa oportunidade de realização de estágio junto a essa turma.

Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), nas cidades de Macapá, no estado do Amapá, e Imperatriz, no estado do Maranhão, meu agradecimento pelo respaldo e colaboração na pesquisa.

Os comunitários da Reserva Extrativista do Rio Cajari e Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, obrigada pelas entrevistas concedidas para a elaboração deste trabalho.

A todos que, direta ou indiretamente, pelos apoiam, palavras motivadoras e estímulos encorajadores para enfrentar os momentos difíceis.

Muito Obrigada!

RESUMO

Ao longo da história do Brasil, o extrativismo vegetal teve um papel fundamental na economia e na sociedade, configurando-se como um modo de organização territorial na Amazônia, mantido por povos e comunidades tradicionais. Nesse contexto, o extrativismo da castanha-da-Amazônia (*Bertholletia Excelsa*) no estado do Amapá e do babaçu (*Attalea Speciosa*) no estado do Tocantins tem representatividade histórica, social, econômica e ambiental desde a formação desses estados. Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi Analisar as vozes dos atores locais no processo da economia extrativista da castanha-da-Amazônia no Sul do Amapá, e do babaçu, região do Bico do Papagaio, Tocantins, sob a perspectiva do desenvolvimento local. A metodologia utilizada nesta pesquisa apresenta características descritivas e exploratórias, com abordagem qualitativa, por meio da realização de entrevistas com os atores locais da castanha-da-Amazônia e do babaçu nos estados do Amapá e Tocantins, entre 2023 e 2024. E analisadas por meio da técnica do Sujeito do discurso do Sujeito Coletivo (DSC), utilizando o software Web Qualitative Data Analysis (WebQDA). Os resultados evidenciaram que o extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari (RERC), foi marcado pela dependência do patronato e, após a criação da Resex, percebeu-se uma nova forma de gestão do território. Constataram-se mudanças no aspecto social, como moradia, educação, saúde e infraestrutura local; no aspecto econômico, houve avanço na criação e articulação de cooperativas e associações; e, no aspecto ambiental, ocorreu a institucionalização da preservação, amparada pela legislação ambiental. Embora tenham ocorrido avanços, os castanheiros ainda enfrentam desafios na Resex, especialmente no transporte e na gestão de suas instituições. Assim, os resultados da RERC apontaram elementos que indicam o desenvolvimento local, refletindo na melhoria da infraestrutura básica, na economia local e na preservação ambiental. Conclui-se que a atividade extrativista foi positivamente impactada após a criação da RERC, assegurando o direito à terra, a gestão do território e melhorias na qualidade de vida das comunidades locais. Na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT), os resultados mostraram que o extrativismo, antes da Resex, foi caracterizado por conflitos agrários e pela exploração do babaçu como atividade econômica. A partir da criação da Resex, não houve legalização, e o acesso aos babaçuais passou a ser proibido. Os resultados revelaram que as melhorias sociais foram influenciadas pelos municípios que abrangem a Resex e não pela Resex em si. Os resultados revelaram que melhorias sociais foi influenciada pelos municípios que abrangem a Resex e não pela Resex. Na área econômica, ocorreram avanços, como a implantação da usina de beneficiamento de babaçu e das instituições ligadas à Resex, que impactaram o aumento da produção, a comercialização e a diversificação dos produtos extrativos. Essas melhorias foram influenciadas pela REENT. No entanto, nas questões ambientais, houve um aumento na destruição dos babaçuais. As principais dificuldades na REENT estão relacionadas a não regularização da Resex. Observou-se que o desenvolvimento local foi percebido ao nível municipal. Portanto, a REENT não garantiu o direito à terra e limitou o acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais, mas proporcionou visibilidade e reconhecimento à atividade extrativista do babaçu no estado do Tocantins. Dessa forma, pode-se afirmar que as Reservas Extrativistas são importantes instrumentos de política pública que influenciam a realidade social, econômica e ambiental, promovendo o desenvolvimento desses territórios e contribuindo para a continuidade das populações tradicionais, especialmente a Reserva extrativista do Rio Cajari. No entanto, quando são decretadas e não efetivamente legalizadas, geram retrocessos para seus territórios, como ocorreu na REENT, tornando-se apenas uma representatividade simbólica e de resistência principalmente para as quebradeiras de coco.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Desenvolvimento Local; Amazônia; Bioeconomia.

ABSTRACT

Throughout Brazil's history, plant extractivism had a fundamental role in the economy and society configuring itself as a mode of territorial organization in the Amazon, sustained by traditional peoples and communities. In this context, the extractivism of Amazon nuts (*Bertholletia excelsa*) in the state of Amapá and of babassu (*Attalea speciosa*) in the state of Tocantins has representation historical, social, economic, and environmental significance since the formation of these states. Thus, the objective of the research was to analyze the voices of local actors in the extractive process of Amazon nut in the southern region of Amapá, and of babassu in the Bico do Papagaio region of Tocantins, from the perspective of local development. The methodology used in this research presents descriptive and exploratory characteristics, with a qualitative approach, through the conduct interviews with local actors in Amazon nut and babassu in the states of Amapá and Tocantins, between 2023 and 2024. And they are analyzed using by means the Collective Subject Discourse (CSD) technique, with the support of the Web Qualitative Data Analysis (WebQDA) software. The results evidenced that Amazon nut extractivism, before the creation of the River Cajari Reservation Extrativista (RERC), was marked by dependence on patronage, after the creation of the reserve, a new form of territorial management was observed. Changes were observed in the social aspect, such as housing, education, health, and local infrastructure; in the economic aspect, there was progress in the creation and coordination of cooperatives and associations; and in the environmental aspect, institutionalized preservation occurred institutionalized, supported by environmental legislation. Although advances have occurred, nut chestnuts still face challenges within the reserve, especially transportation and the management of their organizations. Thus, the results from the RERC pointed to elements that indicate local development, reflecting in improvements in basic infrastructure, the local economy, and environmental preservation. It is concluded that the extractive activity was positively impacted after the creation of the RERC, ensuring the right to land, territorial management, and improvements in the quality of life of local communities. In the Extremo Norte do Tocantins Extractive Reserve (REENT), the results showed that extractivism, before the reserve, was characterized by agrarian conflicts and the exploitation of babassu as an economic activity. Since the creation of the reserve, there has been no legalization, and access to the babassu palm groves has been prohibited. The results revealed that social improvements were influenced by the municipalities encompassing the reserve, rather than by the reserve itself. The results revealed that social improvements were influenced by the municipalities encompassing the reserve, rather than by the reserve. In the economic area, changes have occurred such as the mill implementation of the babassu processing and the institutions linked to reserve, which will impact the increase in production, the commercialization and the diversification of extractive products. These improvements were influenced by the REENT. However, in environmental matters, there was an increase in the destruction of babassu groves. The main difficulties in REENT are related to the non-regularization of reserve. It was observed that local development was perceived at the municipal level. Therefore, the REENT did not guarantee land rights and limited the access of babassu nut breakers to the babassu groves, but it provided visibility and recognition to babassu extractive activity in the state of Tocantins. That way, it can be stated that Extractive Reserves are important public policy instruments that influence the social, economic, and environmental realities, promoting the development of these territories and contributing to the continuity of traditional populations, especially the River Cajari Reservation Extrativista. However, when they are decreed and not effectively legalized, they generate setbacks for their territories, as occurred in the REENT, becoming only a symbolic representation and resistance, mainly for the babassu coconut breakers.

Keywords: Public policies; Local development; Amazon; Bioeconomy.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1: Fases de criação de uma reserva extrativista	27
Figura 2: Áreas de produção da castanha-da-Amazônia no Brasil.....	35
Figura 3: Produção da castanha-da-Amazônia, por estados.....	35
Figura 4: Áreas de ocorrência do babaçu no Brasil.....	47
Figura 5: Localização da Reserva Extrativista do Rio Cajari.....	62
Figura 6: Localização da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.....	63
Quadro 1: Representantes das Organizações e Instituições do estado do Amapá e Tocantins	70
Quadro 2: Categorias que gerou os DSC	73
Figura 7: Percepção dos atores locais sobre o extrativismo da castanha antes da RERC	79
Figura 8: Percepção dos atores locais sobre o extrativismo da castanha depois da RERC.....	83
Figura 9: Participação dos grupos políticos, sociais e ambientais na criação da RERC	86
Figura 10: Sede da ASTEXCA e do ICAF na Resex.....	89
Figura 11: Sede da AMAC na Resex.....	90
Figura 12: Placa solares e antena de internet na RERC	93
Figura 13: Unidade Básica de Saúde na Comunidade Água Branca do Cajari.....	94
Figura 14: Comunidades na RERC	91
Figura 15: Mudanças sociais na RERC	97
Figura 16: Produtos da COOPEMAC e local da feira na RERC	100
Figura 17: Produtos extrativos e cultivados na Resex.....	101
Figura 18: Programa Castanheiras	102
Figura 19: Fábrica de beneficiamento de castanha na RERC	103
Figura 20: Sede da COMAJA.....	104
Figura 21: Mudanças sociais na RERC.....	104
Figura 22: Cultivo de castanha-da-Amazônia na RERC.....	109
Figura 23: Mudanças ambientais na RERC.....	109
Figura 24: Mapa do castanhal de um morador da Resex.....	112
Figura 25: Sede do RURAP na RERC	114
Figura 26: Políticas públicas direcionada a RERC	116
Figura 27: Recipientes utilizados na medida da castanha na RERC.....	122
Figura 28: Principais desafios da RERC	123
Figura 29: Desenvolvimento local na RERC	128
Figura 30: Produtos feitos de resíduos de castanha-da-Amazônia.....	130

Figura 31: Perspectivas para o extrativismo na RERC	133
Figura 32: Extrativismo do babaçu antes da REENT.....	139
Figura 33: Extrativismo depois da REENT.....	143
Figura 34: Participação política, social e ambiental para criar a REENT	146
Figura 33: Municípios que abrange a REENT	148
Quadro 3: Estabelecimentos de Saúde dos municípios que integra a REENT	149
Quadro 4: Escolas públicas nos municípios que integram a REENT	150
Figura 34: Mudanças sociais depois da REENT	151
Figura 37: Usina de beneficiamento de babaçu no Município de Carrasco Bonito	153
Figura 38: Entreposto do babaçu no município São Miguel do Tocantins.....	154
Figura 39: Produtos produzidos na REENT	155
Figura 40: Mudanças econômicas na REENT.....	157
Figura 41: Destruição dos babaçuais na REENT	160
Figura 42: Mudanças ambientais na REENT	161
Figura 43: Festa das quebradeiras de coco no município de Carrasco Bonito	165
Figura 44: Políticas públicas direcionada a REENT	166
Figura 45: Quebrador de babaçu coco no município de Sampaio.....	169
Figura 46: Desafios na REENT	171
Figura 47: Desenvolvimento local após a REENT.....	174
Figura 48: Perspectivas para o extrativismo do babaçu na REENT.....	177

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAC	Associação de Mulheres Agroextrativista do Alto Cajari
AMAEX	Associação dos Moradores Agroextrativistas do Cajari
AMBAC	Associação de Mulheres do Baixo Cajari
AMOBIL	Associação de Mulheres Moradoras e Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Sociobiodiversidade no Alto Resex Cajari
ANAMPOS	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Território Federal do Amapá, Nacional dos Movimentos Populares, dos Movimentos Sindicais
ARENT	Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins
ASMUBIP	Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio
ASSCAJARI	Associação dos Produtores Agroextrativistas do Médio e Baixo Rio Cajari
ASTEXCA	Associação de Trabalhadores Agroextrativista do Cajari
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEP	Comitês de Ética em Pesquisa
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
COMAJA	Cooperativa Mista Agroextrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari
COMARU	Cooperativa Mista dos Produtores Extrativistas do Rio Iratapuru
COPEMAC	Cooperativa de Mulheres do Alto Cajari
COOPERALCA	Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari
COOPERFLORA	Cooperativa Mista Agroextrativista dos Produtores do Vale do Jari
COP30	Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
CPT	Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DataSus	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECO 92	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Amapá
FRAP	Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá
FURB	Universidade Regional de Blumenau
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAF	Instituto dos Castanheiros Extrativistas Agroecológicos e de Agricultura Familiar do Alto do Cajari
ICMBio	Instituto Chico Mendes De Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEA	Instituto de Estudos Amazônicos
IEF	Instituto Estadual de Florestas do Amapá
IFAP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
KAS	Konrad Adenauer Stiftung
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins

OCB-AP	Sistema de Cooperativas do Amapá
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PGPMBio	Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
PIN	Plano de Integração Nacional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Polamazônia	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
Polocentro	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REENT	Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins
REERC	Reserva Extrativista do Rio Cajari
RESEX	Reserva Extrativista
RESEXs	Reservas Extrativistas
Ruraltins	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
RURAP	Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá
SDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural do Amapá
Sebrae	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sefaz-AP	Secretaria de Fazenda do Estado do Amapá
Sefaz-TO	Secretaria de Fazenda do Estado do Tocantins
SETEC	Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STTRCB	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Carrasco Bonito
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
WebQDA	Software Web Qualitative Data Analysis
WWF	World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.2	OBJETIVOS	19
1.2.1	OBJETIVO GERAL	19
1.2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
1.2.3	DELIMITAÇÃO DE ESCOPO	19
1.2.4	JUSTIFICATIVA	19
1.3	ESTRUTURA DA TESE	21
2	CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O EXTRATIVISMO VEGETAL	22
2.1	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	22
2.1.1	RESERVA EXTRATIVISTA	26
2.2	BIOECONOMIA AMAZÔNICA	29
3	EXTRATIVISMO DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA NO ESTADO DO AMAPÁ	32
3.1	CARACTERÍSTICAS DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA	32
3.1.1	RELEVÂNCIA HISTÓRICA E ECONÔMICA DO CASTANHA-DA-AMAZÔNIA	33
3.1.2	CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO DO ESTADO DE AMAPÁ	36
3.1.2.1	O Sul do estado do Amapá	41
4	EXTRATIVISMO DO BABAÇU NO ESTADO DO TOCANTINS	45
4.1	CARACTERÍSTICAS DO BABAÇU	45
4.1.1	RELEVÂNCIA HISTÓRICA E ECONÔMICA DO BABAÇU	46
4.1.2	CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO DO ESTADO DE TOCANTINS	49
4.1.2.1	Região do Bico do Papagaio	53
5	DESENVOLVIMENTO LOCAL E OU ENDÓGENO	56
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO	61
6.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	61
6.1.1	RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI NO ESTADO DO AMAPÁ	61
6.1.2	RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS NO ESTADO DO TOCANTINS	63
6.2	CARACTERÍSTICAS E ABORDAGENS DA PESQUISA	64
6.2.1	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVA (DSC)	65
6.2.1.1	Etapas para realização do DSC	66
6.2.1.2	Instrumento e procedimentos da coleta de dados para a construção do DSC	67

6.2.1.3	Atores locais de castanha-da-Amazônia e do babaçu.....	69
6.2.1.4	Processamento dos dados e construção do DSC do estudo	72
6.3	ASPECTOS ÉTICOS	74
7	ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO SOBRE O EXTRATIVISMO DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA NO ESTADO DO AMAPÁ.....	75
7.1	EXTRATIVISMO DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA: PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA	75
7.1.1	CONTEXTO HISTÓRICO DO EXTRATIVISMO DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA ANTES DA CRIAÇÃO DA RESEX DO RIO CAJARI, NO ESTADO DO AMAPÁ	76
7.1.2	O EXTRATIVISMO DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA, APÓS A CRIAÇÃO DA RESEX DO RIO CAJARI, NO ESTADO DO AMAPÁ	80
7.1.3	MUDANÇAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS, E AINDA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO EXTRATIVISMO DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA APÓS A CRIAÇÃO DA RESEX DO RIO CAJARI	87
7.1.3.1	Mudanças sociais na Resex	87
7.1.3.2	Mudanças econômicas na Resex	97
7.1.3.3	Mudanças ambientais na RERC	106
7.1.3.4	Políticas públicas direcionadas a RERC.....	110
7.1.4	DESENVOLVIMENTO LOCAL NA RESEX DO RIO CAJARI	116
7.1.4.1	Os desafios na Resex do Rio Cajari	117
7.1.4.2	Dimensões para o desenvolvimento local na Resex do Rio Cajari	124
7.1.4.3	Perspectivas para o extrativismo na Resex do Rio Cajari	129
8	ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO SOBRE O EXTRATIVISMO DO BABAÇU NO ESTADO DO TOCANTINS	135
8.1.1	CONTEXTO HISTÓRICO DO EXTRATIVISMO BABAÇU ANTES DA CRIAÇÃO DA RESEX DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS	135
8.1.2	O EXTRATIVISMO DO BABAÇU, APÓS A CRIAÇÃO DA RESEX DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS, NO ESTADO DO TOCANTINS.....	139
8.1.3	MUDANÇAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS, E AINDA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO EXTRATIVISMO DO BABAÇU APÓS A CRIAÇÃO DA RESEX DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS	146
8.1.3.1	Mudanças sociais na REENT	147
8.1.3.2	Mudanças econômicas na REENT	152
8.1.3.3	Mudanças ambientais na REENT.....	158
8.1.3.4	Políticas públicas direcionadas a REENT	161

8.1.4	DESENVOLVIMENTO LOCAL NA RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS.....	167
8.1.4.1	Os desafios na Resex Extremo Norte do Tocantins.....	167
8.1.4.2	Dimensões para o desenvolvimento local na REENT.....	172
8.1.4.3	Perspectivas para o extrativismo no Resex Extremo Norte do Tocantins	174
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
	REFERÊNCIAS	185
	APÊNDICES.....	209
	APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	210
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	211
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA	212
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA	214
	APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA	216
	APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	218
	ANEXOS	220
	ANEXO A – PARECER DO COMITÉ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	221
	ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS (RERC E REENT).....	224

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi elaborada a partir da proposta do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD), por meio de uma cooperação acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (PPGDR/UNIFAP); do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/FURB). Dessa forma, explica-se a escolha de dois produtos extrativos, a castanha-da-Amazônia, no estado do Amapá, e o babaçu, no estado do Tocantins. Considera-se a relevância do extrativismo vegetal para esses estados, que foram historicamente marcados pela exploração dos recursos naturais, e a contribuição das Unidades de Conservação na preservação desses recursos desses respectivos estados.

Além do interesse acadêmico, este estudo também se conecta com minha trajetória pessoal. A conexão com este estudo se deu pela história de vivência, marcada na minha trajetória de vida. Sendo filha de quebradeira de coco babaçu, tive contato direto com a atividade extrativista em parte da infância, vivenciando de perto os desafios e a importância dessa prática para as comunidades envolvidas. Esta tese também é fruto da participação na disciplina de Cadeias Produtivas durante o mestrado, após discussões e trabalhos referentes à temática.

Dentro desse contexto do extrativismo, destaca-se que a apropriação da natureza por meio do extrativismo é uma prática existente desde os primórdios da humanidade, gerando impactos tanto no meio ambiente quanto na economia (Caselli *et al.*, 2018). Nesse sentido, o extrativismo envolve uma combinação de diversas atividades que têm relevância nos aspectos sociais, econômicos e ecológicos dos países.

Dessa forma, o extrativismo teve uma significativa contribuição na formação econômica e social ao longo da história do Brasil (Castro e Campos, 2015). O modelo de desenvolvimento para a região amazônica foi pautado através do extrativismo, baseado no crescimento por meio dos ciclos econômicos, que consistia na exploração dos recursos naturais, conforme a demanda do mercado (Gomes, 2018).

A importância econômica dada ao extrativismo por meio dos produtos extrativos foi responsável por modificar a estrutura econômica, social e política da região amazônica (Homma, 2012). Nesse contexto, o extrativismo, historicamente, tem sido pensado como saída para o desenvolvimento e configurado como uma alternativa de integrar os estados da região amazônica a economia nacional e internacional (Silva *et al.*, 2016).

O extrativismo representa uma forma de organização do território amazônico, caracterizada por uma atividade pré-colonial que ainda é praticada atualmente, especialmente por caboclos, indígenas e demais povos da floresta (Gonçalves, 2012). Dessa forma, o extrativismo se consolida não apenas como uma prática produtiva, mas também como um instrumento de defesa e de organização da Amazônia.

O extrativismo é caracterizado pela extração de bens da natureza. É uma atividade que engloba tanto a subsistência quanto o abastecimento do mercado, por meio do beneficiamento ou da industrialização desses bens (Almeida Filho e Carvalho, 2022). Sendo que esse extrativismo pode ser extrativismo vegetal, mineral e animal. Para Lemes e Gomes (2021), o extrativismo vegetal foi o que teve maior representatividade na preservação ambiental.

Extrativismo vegetal, a qual é o processo de exploração dos recursos vegetais, que inclui a coleta conscientemente, possibilitando a obtenção de produções contínuas ao longo do tempo tradicionalmente, e resulta geralmente em apenas uma única produção (IBGE, 2021). Nesse sentido, o extrativismo é visto de forma mais ampla, integrando a parte social, econômica e o ambiental (IBGE, 2023a).

A relevância do extrativismo vegetal, não está centrada somente questão na econômica, mas também considera a vivência das comunidades tradicionais, cuja ocupação é apoiada na exploração dos recursos naturais como atividades econômicas, preservação da floresta e manutenção das tradições (Silva *et al.*, 2016).

Neste contexto sobre o extrativismo vegetal, tem um papel relevante principalmente na região da Amazônia Legal, sendo uma atividade de exploração dos recursos naturais e uma alternativa econômica para a região. Ainda nesse sentido, os estados do Amapá e Tocantins, fazem parte da região da Amazônia Legal e se destacam no cenário do extrativismo vegetal.

Dessa forma, o contexto histórico do estado do Amapá foi marcado por uma economia de subsistência, pela exploração dos recursos naturais, como a castanha-da-Amazônia, e pela pecuária (Lobato, 2014). E o estado do Tocantins foi historicamente influenciado pela agricultura, pecuária e exploração dos recursos naturais, sendo suas características geográficas marcadas por uma diversidade vegetal, dentre as quais se destaca a palmeira de babaçu (Feitosa, 2011).

Neste sentido, a formação desses estados foi historicamente marcada pela exploração dos recursos naturais e pelos investimentos na estrutura política de incentivo à produção e a incentivos fiscais (políticas desenvolvimentistas). Como resultado, a combinação dessas políticas moldou não apenas a economia local, mas também as relações sociais e ambientais, com impactos duradouros para o desenvolvimento desses estados.

Diante desse contexto, esta pesquisa abordou o extrativismo a partir do extrativismo da castanha-da-Amazônia na Reserva Extrativista do Rio Cajari no estado do Amapá e do babaçu na Reserva Extrativista do Extremo norte do Tocantins do estado do Tocantins.

Para esse estudo a Reserva Extrativista do Rio Cajari, foi denominada de (RERC) e a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins de (REENT). A castanha-da-Amazônia é conhecida como castanha-do-brasil, castanha-do-maranhão, castanha-verdadeira, castanheiro e castanha-do-pará (EMBRAPA, 2022; Justen e Paes-de-Souza, 2017). Para esta pesquisa foi adotada a denominação de castanha-da-Amazônia. Pois existe um movimento que busca consolidar o uso do nome castanha-da-Amazônia para reparar a exclusividade atribuída a determinados estados (Felzke, 2007; Wadt *et al.*, 2023). E no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, esta espécie está registrada com o nome de castanha-da-Amazônia (Brasil, 2025).

Portanto, o estudo buscou analisar o contexto histórico do extrativismo, assim como as mudanças sociais, econômicas e ambientais, a partir das Unidades de Conservação nos estados do Amapá do Tocantins, sustentado pelo aporte teórico de Giraldin (2017), Alegretti e Postigo (2018) e Porro (2019). O desenvolvimento local foi considerado uma vertente humanística com base na participação dos atores locais, preservação ambiental e nas potencialidades desses estados (Arocema, 1995; Baqueiro, 2002; Martins e Mballa, 2017). E a bioeconomia, no contexto amazônico, configura-se como um modelo que influencia o desenvolvimento, considerando novas oportunidades para esses produtos extrativos e para as comunidades das Resex (Abramovay, 2019; Abramovay *et al.*, 2021; Saes *et al.*, 2023).

O estudo teve como ideia central entender a relevância da economia do extrativismo a partir das populações tradicionais, analisando sua evolução histórica e a formação dos estados do Amapá e Tocantins. Essa economia está relacionada ao extrativismo como atividade econômica, à valorização dos conhecimentos tradicionais e à sustentabilidade ambiental. Além disso, buscou-se entender as características dessa economia, as transformações geradas pelo extrativismo nesses territórios (Resex) e os impactos no desenvolvimento local desses estados.

1.1 Problema de pesquisa

Como vem se organizando a economia do extrativismo da castanha-da-Amazônia no Sul do Amapá, e do babaçu, região do Bico do Papagaio, Tocantins, na percepção dos atores locais, com vistas ao desenvolvimento local?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as vozes dos atores locais no processo da economia extrativista da castanha-da-Amazônia no Sul do Amapá, e do babaçu, região do Bico do Papagaio, Tocantins, sob a perspectiva do desenvolvimento local.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar a percepção dos atores locais (sociais, econômicos e políticos) sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá;
- b) Analisar a percepção dos atores locais (sociais, econômicos e políticos) sobre o extrativismo do babaçu no estado do Tocantins;
- c) Levantar e analisar as potencialidades e fragilidades do extrativismo da castanha-da-Amazônia e do babaçu nos estados do Amapá e do Tocantins.

1.2.3 Delimitação de Escopo

Essa pesquisa foi realizada na Reserva Extrativista do Rio Cajari no estado do Amapá, onde se explora a castanha-da-Amazônia e na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins no estado do Tocantins o produto de exploração é o babaçu. Para buscar entender a evolução histórica desse extrativismo, através da percepção dos atores locais e às mudanças dos estados do Amapá e do Tocantins, quanto ao desenvolvimento local.

1.2.4 Justificativa

Esta pesquisa se justifica, primeiramente, pela relevância do extrativismo, que tem uma representatividade histórica no Brasil, e principalmente para a região amazônica, pois seus produtos extrativos sempre foram considerados fundamentais no desenvolvimento dessas regiões (Gomes, 2018). Neste sentido, o extrativismo influencia as diversas realidades socioeconômica da região. Sendo que o extrativismo vegetal é o mais relevante para a preservação ambiental região amazônica.

Para Silva *et al.* (2016) a importância do extrativismo vegetal não se concentra apenas no aspecto econômico, mas também na continuidade das populações tradicionais, por meio da

preservação do conhecimento tradicional e da manutenção das florestas. Isso significa que o extrativismo também contribui para os aspectos social e ambiental das localidades.

Neste contexto, o extrativismo desempenha um papel importante no aspecto ambiental, e as reservas extrativistas são uma parte fundamental desse processo. As reservas extrativistas são consideradas um instrumento crucial das políticas públicas (Teisserenc, 2009). Sua relevância está relacionada à capacidade de promover o desenvolvimento dos territórios, por meio das exigências ambientais e do reconhecimento das populações tradicionais como atores ativos em seus espaços (Teisserenc, 2016).

Neste contexto, ao analisar a importância e as múltiplas possibilidades decorrentes do extrativismo nas Resex, destaca-se seu potencial como estratégia de desenvolvimento sustentável e de valorização dos modos de vida tradicionais. A articulação entre os diversos atores envolvidos no contexto do extrativismo contribui para transformações que ultrapassam a esfera local, podendo gerar impactos em níveis regional, nacional e até global, conforme as particularidades de cada território.

Esta pesquisa se justifica pela proposta do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD), através de uma cooperação acadêmica dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (PPGDR/UNIFAP), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT) e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins da Universidade Regional de Blumenau (PPGDR/FURB). Tem como finalidade a análise das desigualdades institucionais, socioeconômicas e ambientais entre os Estados do Amapá e Tocantins, sendo uma rede de colaboração através das experiências acadêmicas vivenciadas pelos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (UNIFAP/UFT/FURB). Dessa forma, se justifica a escolha da atividade extrativista da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá e do babaçu no estado do Tocantins.

Justifica-se também pela aproximação de alguns estudos previamente realizados no âmbito do PGDR/UFT e por outros pesquisadores sobre a Reserva Extrativista do Ciríaco, no estado do Maranhão. Dessa forma, entender a evolução histórica do extrativismo e o desenvolvimento local do Amapá e Tocantins, se tornou oportuno.

1.3 Estrutura da tese

Esta tese, está estruturada começando pela Introdução (Capítulo 1), onde se apresenta Problema de pesquisa; objetivo geral e específicos e a justificativa. Capítulo 2: Contextualização sobre o extrativismo vegetal – Reservas extrativistas e Bioeconomia amazônica. Capítulo 3: Extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá e formação do estado do Amapá. Capítulo 4: Extrativismo do babaçu e formação do estado do Tocantins. Capítulo 5: Desenvolvimento local: diferentes abordagens. Capítulo 6: Procedimentos metodológico, Caracterização da área de estudo; características e abordagem da pesquisa, Discurso do Sujeito Coletiva e os Aspectos éticos. Capítulo 7: Análise do Discurso do Sujeito Coletivo sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá – Extrativismo da castanha-da-Amazônia antes da criação da Resex do Rio Cajari, no estado do amapá, Extrativismo da castanha-da-Amazônia depois da criação da Resex do Rio Cajari e dimensões do desenvolvimento local na Resex do Rio Cajari . Capítulo 8: Análise do Discurso do Sujeito Coletivo sobre o extrativismo do babaçu no estado do Tocantins – Extrativismo do babaçu antes da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins, no estado do Tocantins, Extrativismo do babaçu depois da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins e dimensões do desenvolvimento local na Resex do Extremo Norte do Tocantins. Capítulo 9: Considerações finais – Conclusões, contribuições da pesquisa, limitações do estudo e futuras pesquisas. E, por fim, Referências, Apêndices e Anexos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O EXTRATIVISMO VEGETAL

Nesta seção, aborda-se o extrativismo no contexto socioeconômico na região amazônica, caracterização das reservas extrativistas e bioeconomia amazônica.

2.1 Contexto socioeconômico do extrativismo na Amazônia brasileira

O extrativismo dos diversos recursos naturais abundantes na região amazônica influenciou a formação econômica e social ao longo da história do Brasil. Os indígenas, os primeiros habitantes dessa região, exploravam os recursos somente para subsistência, sem ambição econômica (Castro e Campos, 2015).

Mais tarde, com a chegada dos colonizadores, trouxeram a visão que os recursos naturais da região poderiam ser explorados não somente para sobrevivência, mas também poderia ser vendido a outros mercados. Essa tendência levou o extrativismo a acompanhar uma tendência de realocação mundial (Bernardo *et al.*, 2016). Seguindo a necessidade de o capitalismo crescer e buscar novos mercados (Marx, 2014).

Pamplona e Cacciamali (2017), destacam que existe um paradoxo nos países da América Latina quando se centralizam na abundância dos recursos naturais para buscar crescimento econômico e não se consideram as implicações que isso pode gerar. Nesse sentido, a exploração desses recursos não pode focar somente no fator econômico.

De maneira geral, a exploração dos recursos naturais segue um padrão internacional e os países em desenvolvimento acabam sendo destino de investimentos na exploração desses recursos, embora nem sempre são favoráveis a eles (Bernardo *et al.*, 2016).

Destaca-se que a gestão e exploração dos recursos naturais tem sido uma preocupação constante, especialmente quando se trata da Amazônia brasileira. Por um lado, há a possibilidade de transformar essa exploração em uma atividade econômica viável; por outro lado, existem os aspectos do modo de vida que diferem do modelo moderno (Gomes, Vadjunec e Perz, 2012; Silva *et al.*, 2016). Assim, a atividade extrativista, pensada de diferentes maneiras, pode impactar a economia da região Amazônica.

O extrativismo representa uma forma de organização do território amazônico, caracterizado por uma atividade pré-colonial que ainda é praticada atualmente, especialmente por caboclos, indígenas e demais povos da floresta (Gonçalves, 2012). Segundo Silva *et al.* (2019), o extrativismo remonta à era pré-colombiana na Amazônia e tinha como objetivo suprir as necessidades alimentares das comunidades nativas antes mesmo da chegada dos colonizadores.

As características históricas do extrativismo permitiram que essa atividade desempenhasse um papel fundamental na formação econômica brasileira. A abundância de produtos extrativos na região amazônica influenciou o desenvolvimento do país desde a sua colonização (Gomes, 2018).

O extrativismo foi marcado por um modelo de exploração econômica baseado no crescimento por meio dos ciclos econômicos, nos quais cada mercado tinha seu interesse específico pelos produtos que vinham diretamente da floresta (Almeida Filho e Carvalho, 2022). O cenário econômico sempre esteve definido por ciclos favoráveis e recessão econômica, sendo que sua sustentação sempre esteve vinculada à exploração de algum recurso natural (GOMES, 2018).

Nesse sentido, o processo econômico da Amazônia foi marcado pelos interesses de cada época, em que a floresta sempre sustentou diferentes recursos ao longo da história brasileira. Desde o período colonial por volta de 1500, e depois com as políticas desenvolvimentistas iniciada em 1953 os ciclos fizeram parte do contexto econômico do Brasil.

Dessa forma, os ciclos econômicos do extrativismo no Brasil passaram por várias mudanças. Primeiramente, a economia colonial foi centrada no extrativismo dos produtos florestais como cravo (*Syzygium Aromaticum*), salsaparrilha (*Smilax Ornata*), cacau (*Theobroma Cacao*), copaíba (*Copaifera Langsdorffii*), urucum (*Bixa Orellana*) e dentre outras especiarias, chamadas de drogas do sertão (1655), que passou a atender o mercado internacional (Pompeu, 2020). A coleta dessas especiarias era feita pelos indígenas.

O ciclo econômico do cacau (*Theobroma Cacao*) foi no período de (1679 –1989), quando o cacau se tornou um importante produto de exportação da Amazônia (Gomes, 2018). Ainda para o autor, a grande maioria do produto exportado era de cacau nativo e continuou influente até ser suplantado pelos plantios da Bahia.

Logo depois, veio o ciclo econômico da borracha (*Hevea Brasiliensis*), cuja economia se deu (1879–1912) e posteriormente de (1942–1945). Esse ciclo se trata da extração da seiva da seringueira, onde houve crescente demanda de mercado e a região amazônica viveu algumas décadas de crescimento econômico, pois Seringueira era abundante na região (Almeida Filho e Carvalho, 2022).

O Ciclo econômico da castanha-da-Amazônia (*Bertholletia Excelsa*) (1965–1980), foi influenciado pelo declínio da borracha e a castanha passou a representar o principal produto florestal da região amazônica (Santana *et al.*, 2017). Além desses ciclos econômicos, houve também os ciclos do óleo de tartaruga, da madeira, do minério e dentre ciclos (recursos naturais) (Gomes, 2018).

Os ciclos ajudaram sustentar os países envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Quando a guerra terminou, a Amazônia passou a explorar algodão, pimenta-do-reino dentre outros produtos extrativistas, mas em menor quantidade e conforme a demanda do mercado. Conforme Lemos e Gomes (2021), os produtos do extrativismo tiveram maior demanda no período colonial, e os portugueses organizavam e estabeleciam relações com os indígenas.

Quanto à perspectiva social, a região amazônica foi marcada por processos de dominação e resistências. Ressalta-se por volta de 1750, ocorreu a recolonização estado do Maranhão, que ficou conhecido como estado do Grão-Pará e Maranhão, foi marcado por conflitos entre português e grupos indígenas que resultou em confrontos sangrento e extermínio de tribos (Castro e Campos, 2015). Esse contexto, assinalou a retomada da colonização amazônica.

Registra-se a ocupação da foz do Amazonas e do vale do Tocantins, como uma batalha que se prolongaram por todo o período colonial, mesmo havendo acordo entre portugueses e povos indígenas de várias etnias (Castro e Campos, 2015).

Nesse contexto, ressaltam-se as dificuldades encontradas no período colonial não só pela questão econômica, mas também no aspecto social, marcado pela relação de poder entre colonizado e colonizador e sustentada, por uma visão imposta pelo dominador, no caso o colonizador. Adiciona-se que esse período foi marcado por um discurso de integralização, entre indígena e português.

Destaca-se que nesse período, a implementação de políticas desenvolvimentistas sempre foi apontada como caminho para o desenvolvimento social e impulsionou os ciclos produtivos, funcionando como uma trava de proteção desse território (Almeida Filho e Carvalho, 2022; Souza, 2017).

Para Lemos e Gomes (2021), os recursos naturais obtidos através do extrativismo não tiveram somente responsabilidade econômica, mas também se tornou representativo na preservação ambiental, principalmente no que diz respeito ao extrativismo vegetal.

Considerando esse contexto, o extrativismo, na sua forma mais elementar, é caracterizado pela maneira de produzir bens, onde esses recursos são coletados diretamente da natureza.

Para Mota *et al.* (2011), o termo extrativismo é empregado para caracterizar as atividades relacionadas à extração, coleta de produtos naturais, caça e pesca, aonde esses produtos vêm diretamente da natureza. Ainda conforme o autor, o extrativismo tem finalidade para a sobrevivência das famílias, preservação das tradições e econômica.

Gomes (2018), considera a coleta de produtos vegetais, a caça e a pesca, as principais atividades do extrativismo. Existem três tipos de extrativismo: vegetal, mineral e animal. Para essa pesquisa vai se considerar o extrativismo vegetal.

Nesse sentido, levanta-se que na literatura existem duas abordagens sobre a definição de extrativismo. Uma delas é defendida por Costa (2012) e Homma (2012), que definem o extrativismo vegetal pela visão de mercado e pela razão econômica, onde a economia extrativista para se manter precisa que sejam feitos cultivos/plantações. Nessa abordagem, os autores defendem ideia de que não se trata apenas da coleta dos produtos extrativistas, mas também da necessidade de cultivar esses recursos explorados.

Na outra abordagem, o extrativismo é definido não só pela questão econômica, mas também pela preservação e manutenção das tradições dos povos que vivem da floresta (Mota et al., 2011). Nessa perspectiva, os autores têm uma visão do extrativismo, baseado na exploração dos recursos, sem a necessidade de cultivo.

Silva e Miguel (2014), defende que o extrativismo não pode ser entendido simplesmente como a prática da coleta dos recursos da natureza. Segundo os autores, a definição de extrativismo vegetal não tem um consenso e seguiu uma tendência associada à exploração dos recursos naturais, cultivo ou criação no caso mista (agro extrativismo).

O conceito de extrativismo vegetal, segundo o IBGE (2021), é:

Processo de exploração dos recursos vegetais nativos que compreende a coleta ou apanha de produtos, como madeiras, látex, sementes, fibras, frutos e raízes, entre outros, racionalmente, permitindo a obtenção de produções sustentadas ao longo do tempo, ou de modo primitivo e itinerante, possibilitando, geralmente, apenas uma única produção (IBGE, 2021, p. 6).

Nesse sentido, o extrativismo possui uma abordagem mais ampla, que considera não apenas a perspectiva econômica, mas também ecológica e social (Silva *et al.*, 2016). Ainda conforme o autor, o extrativismo vegetal considera uma alternativa para o desenvolvimento econômico e para preservação dos recursos naturais, bem como para a continuidade dos povos tradicionais.

Considera-se que a economia extrativista ou o mercado do extrativismo, para se manter, precisa focar não somente na questão econômica, mas também valorizar o papel das comunidades nativas na proteção e na gestão dos recursos naturais (Silva *et al.*, 2017).

2.1.1 Reserva extrativista

O debate sobre as possibilidades do extrativismo despertou uma discussão sobre os usos dos recursos florestais e não florestais e abriu caminho para novas perspectivas, como a sustentabilidade destes recursos. Uma das alternativas é criar mecanismos legais para a proteção e continuidade das florestas, bem como das comunidades tradicionais.

Para Diegues (2019), a preservação do meio ambiente no Brasil foi marcada pela participação dos indígenas, pescadores artesanais, seringueiros amazônicos, e demais povos tradicionais. Ainda conforme o autor, esses povos propuseram possibilidades de preservação, como as reservas extrativistas florestais e marinhas, as reservas de desenvolvimento sustentável, considerando as vivências da Amazônia.

Conforme o Decreto n.º 6.040/2007, entende-se que os povos e comunidades tradicionais:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007a).

Os povos e comunidades tradicionais são detentores do conhecimento tradicional, definido “como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural, sobrenatural, produzidos pelos povos e comunidades tradicionais, transmitidos oralmente de geração em geração” (Diegues, 2019, p. 119).

Diante desse contexto, destaca-se que o termo Reserva Extrativista surgiu definitivamente em 1985, no I Encontro Nacional dos Seringueiros, considerando as questões: i) a política de colonização e ocupação da floresta; ii) o exemplo das reservas indígenas, onde eles tinham a posse legal das suas terras (Silva e Müller, 2017).

A atuação dos seringueiros da Amazônia, e principalmente do Acre, liderado por Chico Mendes, despertou atenção nacional e internacional para essa causa em 1987 (Drummond, 1996). O assassinato de Chico Mendes em 1988, acabou gerando força e criando uma perspectiva mais ampla sobre o extrativismo, considerando as questões políticas e sociais, onde o extrativismo vegetal, passou a ser visto como uma alternativa para conter o desmatamento (Lemes; Gomes, 2021).

Nesse contexto, surgiu a reserva extrativista, sendo um modelo de Unidade de Conservação (UC), com objetivo de uso sustentável. A Lei n.º 9.985/2000, regulamenta o art.

225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), “estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (Brasil, 2000).

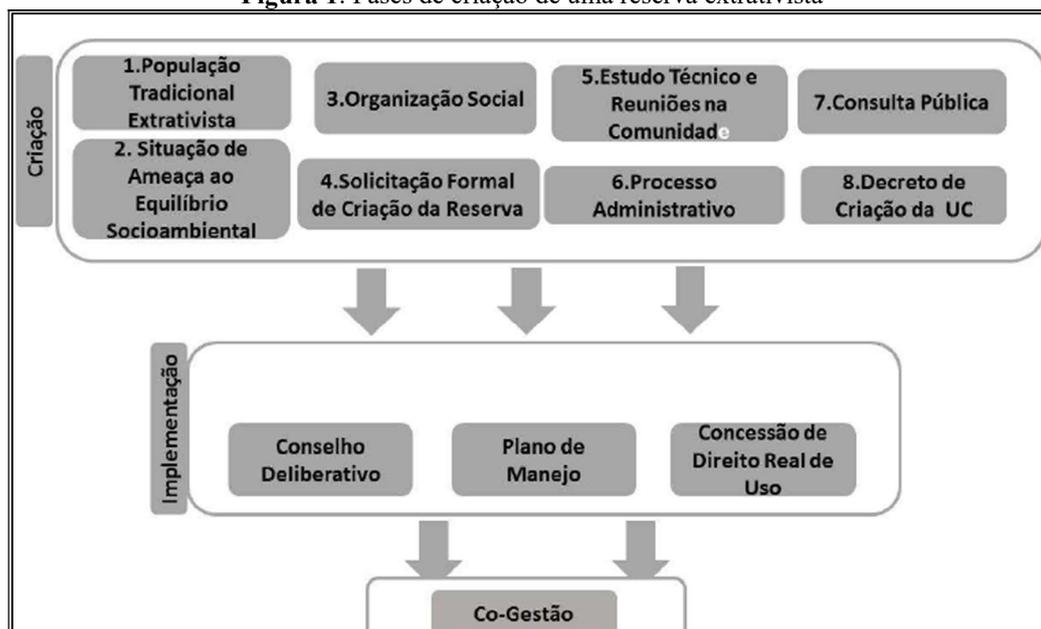
A Lei n.º 9.985/2000, traz a definição de reserva extrativista no art. 18:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000, p. 8).

Para Santos (2022), as Reservas Extrativistas (RESEXs) são reconhecidas como espaços territoriais, onde vivem as populações tradicionais que sobrevivem do extrativismo ou do agroextrativismo. Sendo que essas RESEXs são geridas: “por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área.” (Brasil, 2000, p.1).

Dessa forma, Fadigas e Garcia (2010) destacam o modelo comumente usados na criação de uma reserva extrativista. Ainda segundo os autores, a criação e implementação de uma reserva extrativista ocorrem em três fases: criação, implantação e co-gestão. A Figura 1 apresenta as três fases que devem ser seguidas no processo de implantação de uma reserva extrativista.

Figura 1: Fases de criação de uma reserva extrativista



Fonte: Fadigas e Garcia, 2010 e Moura 2016.

A criação de uma reserva extrativista pode ocorrer por demanda das populações tradicionais ou por iniciativa de instituições governamentais (Fadigas e Garcia (2010). De acordo com a criação de uma Reserva Extrativista pode se originar por meio de demandas dos povos extrativistas, ou por meio de instituições governamentais, como resposta a ameaças socioambientais em determinado território.

Segundo Menezes, Siena e Rodríguez (2011), as Reservas Extrativistas são “Unidade de Conservação da Natureza, criada inicialmente no estado do Acre, para a manutenção de comunidades de seringueiros e de áreas florestais ocupadas tradicionalmente por elas”.

Nesse contexto, nos anos de 1990, no governo de José Sarney, foram criadas as primeiras quatro reservas extrativistas no Brasil: RESEX Chico Mendes e Alto Juruá (Acre), RESEX do Rio Ouro Preto (Rondônia) e RESEX do Rio Cajari (Amapá), através do Decreto n.º 98.897/1990, da Lei n.º 9.985/2000 e do Decreto n.º 4.340/2002 (Brasil, 1990b, 2000, 2002; MCM, 2023).

Atualmente, no Brasil existem 2659 Unidades de Conservação, e dessas 96 são Reservas Extrativistas, sendo que 30,21% são de competência estadual, 66,75% federal e 3,04% municipal (MMA, 2023a). Ainda conforme o autor, 80,2% das reservas extrativistas são localizadas no bioma Amazônico.

A institucionalização das Resexs no Brasil foi uma demanda dos seringueiros, que defendiam um modelo de reforma agrária específico para os povos da Amazônia. A estrutura legislativa brasileira ocorreu primeiramente com a configuração dos Projetos de Assentamentos Extrativistas, por meio da Portaria 627/1987 (INCRA, 1987), e, posteriormente, através do Decreto n. 98.897/1990 (Brasil, 1990b).

No primeiro decreto, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) já estava vinculado à gestão das Resexs (Brasil, 1990b). Logo, devido às mudanças que ocorreram e às demandas relacionadas às questões ambientais, a criação de novas Resex foi facilitada, pois não era necessária a desapropriação prévia das terras, e a gestão das Resex passou para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (Allegretti, 1994; Cunha e Loureiro, 2009).

Para Cunha e Loureiro (2009), essas mudanças geraram alterações na política de implementação agrária e ambiental no Brasil, o que atraiu ONGs ambientalistas com interesses em suas próprias questões e que ajudaram a dar visibilidade ao movimento dos seringueiros, visando dar reconhecimento às Resexs, internacionalmente.

Dessa forma, nos anos de 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello, o INCRA passou por algumas reestruturações e desarticulações, enquanto o IBAMA estava

focado nas demandas que antecederiam a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro (Cunha e Loureiro, 2009). Ainda para os autores, nesse período, o foco ambiental representava uma oportunidade de buscar investimentos, mas o governo precisava demonstrar interesse pela questão ambiental. Esse processo levou os ambientalistas a pressionarem pela demarcação e por uma estrutura legislativa sobre as Unidades de Conservação.

Devido ao aumento das demandas das populações tradicionais, em 1992 foi criado o CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais), vinculado ao IBAMA. Nos anos 2000, foi instituído o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

Em 2007, com a criação do ICMBio, o IBAMA transferiu para este novo órgão as atribuições relacionadas à gestão das unidades, educação ambiental e à maioria dos centros especializados. Ambos são autarquias federais vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2007b).

2.2 Bioeconomia amazônica

A discussão sobre bioeconomia remete os estudos do matemático e economista Romeno Nicholas Georgescu-Roegen (Georgescu-Roegen, 1971). Para o autor, os recursos naturais sofrem degradação quando explorados pela atividade econômica, dessa forma ele defendia uma economia orientada pela ecologia.

Para Moreira (2016), bioeconomia possui um conceito abrangente e está ligada as mudanças do conhecimento em desenvolvimento industrial nas áreas relacionada ao manejo e aproveitamento de recursos biológicos. Ainda para o autor, a bioeconomia pode se tornar um conceito essencial para recuperação da economia mundial e uma ferramenta de política e inovação.

A Bioeconomia integra conceitos de diversas áreas do conhecimento, como biotecnologia, recursos biológicos e bioecologia, aplicando esses saberes na produção de bens baseados em recursos biológicos (Gárdan *et al.*, 2018).

A bioeconomia tem se destacado no setor econômico como uma área produtiva e abrangente, englobando recursos biológicos renováveis, resíduos e sua transformação em alimentos, produtos e energia de base biológica (Philippidis, Bartelings e Smeets, 2018).

As definições de bioeconomia abrangem tanto aspectos históricos quanto modernos e incluem a produção e comercialização de alimentos, produtos florestais e têxteis naturais (Silva,

Pereira e Martins, 2018). Segundo os mesmos autores, os produtos como cerveja, queijos e medicamentos naturais são considerados resultados de processos biotecnológicos e, quando aprimorados por cientistas, compõem a bioeconomia moderna.

A bioeconomia “é a ciência do emprego de seres vivos originários de atividades econômicas como agricultura, silvicultura e pesca na produção, por meio de tecnologias de processamento, de bens e serviços, como alimentos, fármacos, fibras, produtos industriais” (McCormick e Kautto, 2013; Silva, Pereira e Martins, 2018).

Para Saes *et al.* (2023) e Trindade *et al.* (2024), o tema da bioeconomia tem ganhado destaque no contexto da região amazônica, incentivando atividades econômicas que apoiem as comunidades locais, com prioridade para as pessoas e a conservação da biodiversidade.

Para Joly e Nobre (2020), o potencial de crescimento do Brasil no século XXI está no conhecimento e no uso sustentável da biodiversidade. O Brasil possui vantagens comparativas que oferecem excelentes oportunidades para o desenvolvimento da bioeconomia (Silva, Pereira e Martins, 2018).

A bioeconomia “não é apenas transportar um modelo de forte investimento, que exige retorno econômico rápido, geração de empregos, abertura de empresas, recolhimento de impostos” (Joly e Nobre, 2020). Os autores ainda ressaltam, que precisa uma integração de conhecimento tradicional e avanço tecnológico para que essas populações possam viver dessa economia.

Neste sentido, para Bugge, Hansen e Klitkou (2016), a bioeconomia assume a transição de uma economia com recursos não renováveis para uma economia sustentada por recursos biológicos e renováveis. Na Amazônia, a bioeconomia contribui para o desenvolvimento das atividades econômicas, a conservação ambiental, a valorização das comunidades locais e a melhoria na qualidade de vida nesses territórios (Saes *et al.*, 2023).

A bioeconomia influencia o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, criando oportunidades para manter os modos de vida das comunidades tradicionais e promovendo uma integração justa desses povos (Abramovay *et al.*, 2021).

No entanto, Lima (2022) contrasta, evidenciando que a bioeconomia também contribuiu para a promoção de sistemas de produção injustos, nos quais os benefícios e os encargos são distribuídos desigualmente. Ainda para o autor, a governança e o uso de recursos tendem a ser excludentes, com pouca responsabilização, acabando por penalizar as comunidades tradicionais.

No contexto amazônico, a bioeconomia deve ser baseada em cadeias de valor que valorizem a resiliência dos ecossistemas, visando preservar e melhorar as formas de vida das

populações locais (Nobre e Nobre, 2018; Saes *et al.*, 2023). Ainda conforme os autores, propor um único modelo de bioeconomia para a Amazônia é desafiador devido às particularidades dos territórios que compõem o bioma.

A exploração econômica sustentável dos recursos naturais da Amazônia deve servir como alicerce para a inserção da região em um novo modelo de desenvolvimento local (Abrantes, 2006). Nesse contexto, esse desenvolvimento requer a potencialização e transformação de processos que conduzam a um futuro mais promissor.

Para Abramovay (2019), o desenvolvimento fundamentado na Bioeconomia oferece a possibilidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, combater o desmatamento e promover uma economia baseada no conhecimento da natureza.

Nesse contexto, é fundamental valorizar as características socioculturais e ambientais da região, assim como fortalecer as forças sociais ativas (CGEE, 2016). Ainda para o autor, além disso, é necessário promover uma maior integração das estruturas regionais aos circuitos nacionais e internacionais, ampliando os fluxos comerciais e financeiros, além do intercâmbio cultural, científico e tecnológico.

Dessa forma, Joly e Nobre (2020, p. 1), ressaltam “essa Amazônia que queremos pode parecer uma utopia hoje, mas é uma alternativa aos modelos degradantes de uso intensivo de recursos naturais pelo extrativismo e outras atividades, como a agricultura e a mineração”. Sendo a bioeconomia importante nesse contexto.

3 EXTRATIVISMO DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA NO ESTADO DO AMAPÁ

3.1 Características da castanha-da-Amazônia

Os primeiros registros sobre a castanha-da-Amazônia, datam-se entre 1567 e 1569, por meio de uma expedição pelo explorador espanhol Juan Alvarez Maldonado, em Madre de Dios, que atualmente pertence ao Peru (Filocreão, 2014; INCRA, 1987). Os autores destacam, que durante a expedição, os soldados se alimentavam das castanhas encontradas nas terras dos indígenas Cayanpuxes.

Neste sentido, a castanheira é uma árvore nativa da Amazônia e está presente em quase toda região amazônica que pertence à América do Sul, precisamente nos países: Guiana, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia e Brasil (EMBRAPA, 2022). A castanheira é encontrada em florestas da Amazônia, ocupando uma área total de 325 milhões de hectares, dos quais 300 milhões pertencem ao Brasil, 2,5 milhões ao Peru e 10 milhões a Bolívia (Pinto *et al.*, 2010).

A castanha-da-Amazônia tem como nome científico *Bertholletia excelsa*, e pertence à família *Lecythidaceae* (Lorenzi, 2016). A castanha-da-Amazônia é conhecida como castanha-do-maranhão, castanha-verdadeira, castanheiro e castanha-do-pará (EMBRAPA, 2022).

Na Amazônia brasileira, a castanha-da-Amazônia é encontrada nos estados do Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Amapá (Embrapa, 2022; IBGE, 2022). As áreas de maiores ocorrências de castanheiras, são no Médio do rio Tocantins e no rio Trombetas (Pará), no rio Jari (Amapá) e nos castanhais (Acre) (Embrapa, 2022).

Para Pinto *et al.* (2010), a castanheira é uma árvore de grande porte, com uma copa frondosa que pode atingir até 50 metros de altura, alcançado na idade adulta 20 a 30 metros e diâmetro superior a 2 metros. Ainda para o autor, essa espécie tem o crescimento lento só começa a frutificar a partir dos 8 ou 10 anos, podendo produzir até 500 kg de frutos anualmente, quando adulto. Conforme o autor, o período entre a queda e a maturação dos frutos da castanheira é de quinze meses, ou seja, podendo levar mais de um ano para eles cheguem à maturidade.

O fruto da castanheira-da-Amazônia é conhecido como ouriço e tem forma de uma cápsula globosa, podendo variar de 1 a 5 quilos e conter de 8 a 25 amêndoas em seus interiores (Almeida, 2015). O autor ainda afirma, que a castanheira pode produzir de 63 a 216 frutos por estação, sendo que essa quantidade pode variar conforme a área de plantações.

Segundo Pinto *et al.* (2010), as amêndoas, estão dispostas nos frutos sendo ligadas por um material fibroso e desidratado. O autor ainda destaca, que o fruto possui uma tampa

conhecida como opérculo, muito pequena, que não permite as amêndoas se soltem, quando caem os frutos no chão. Geralmente, é usado uma lâmina de um machado ou facão para abrir o fruto. Sendo que, o ouriço não é coletado direto da castanheira, pois quando maduros caem direto no solo.

A exploração da castanha-da-Amazônia ocorre quase que totalmente em florestas naturais, mas existem áreas de cultivadas (Almeida, 2015). O autor ainda ressalta, que a coleta da castanha é feita principalmente por comunidades tradicionais de forma diária e a quebra é feita de forma mecânica, mas também com equipamentos automáticos, que ajudam a preservar a amêndoa.

3.1.1 Relevância histórica e econômica do castanha-da-Amazônia

O extrativismo da castanha-da-Amazônia tem historicamente participado da formação social, econômica, política e cultural não só dos estados que pertencem a Amazônia, mas também do Brasil. Além disso, é um dos produtos do extrativismo mais comercializado, tanto no mercado nacional quanto para exportação.

Sendo que extrativismo da castanha-da-Amazônia, é representado principalmente pelas populações tradicionais da região amazônica e, por meio desse processo, desempenha o papel de subsistência das famílias, bem como impulsionar as economias locais e promover a preservação das florestas (Homma, 2012).

Nesse contexto, Filocreão (2014) relata que, por volta de 1800, iniciou-se a exploração comercial da castanha-da-Amazônia nos castanhais na região Tocantins, no estado do Pará. Ainda conforme o autor, se tem registro que em 1633, a castanha-da-Amazônia já chegava ao mercado internacional pela primeira vez pelos navios holandeses, enviada juntamente com outras oleaginosas para a Europa.

A castanha-da-Amazônia fez parte dos ciclos econômicos que marcaram a economia brasileira. Mas, ao contrário dos outros ciclos, a castanha-da-Amazônia foi explorada, sempre alternando fases de muita ou pouca importância para a econômica, como, por exemplo, no declínio do ciclo da borracha, a castanha-da-Amazônia foi uma opção para segurar a economia do país (Costa, 2012b).

A castanheira-do-brasil (árvore), é encontrada em quase todos os países da América do Sul, como Guiana, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia e Brasil (Embrapa, 2022). Entretanto, países como Colômbia, Venezuela, Equador, não têm ocorrência de castanheira suficiente, para sustentar a exploração econômica (Almeida, 2015; EMBRAPA, 2022).

O Brasil já foi o maior produtor de castanha-da-Amazônia. Para Coslovsky (2014), a partir dos anos 90, a Bolívia conseguiu se organizar e ganhar o mercado mundial da castanha, quando atendeu as exigências da União Europeia, que tinha impostas eram rígidas normas sanitárias. Ainda conforme o autor, investiram na qualidade do produto, mediante novas tecnologias e incentivos por parte do governo boliviano, com isso eles conseguiram agregar valor ao produto e assumiram o primeiro lugar na produção mundial.

Já o Brasil não conseguiu acompanhar as exigências do mercado internacional e acabou perdendo espaço esse mercado. A maioria da produção nacional da castanha-da-Amazônia é destinada à exportação, porém que o fruto é exportado de forma *in natura*, diminuindo o valor de mercado (CONAB, 2022).

Sendo que os principais compradores da castanha-da-Amazônia são os países: Alemanha, Estados Unidos, Japão, China, além do Peru e Bolívia, sendo seus concorrentes diretos (EMBRAPA, 2021). Ainda para a Embrapa, o maior consumo da castanha-da-Amazônia (amêndoa) no mercado nacional e internacional é no período das festividades de final de ano e de ação de graças. A preferência no mercado nacional a castanha desidratada sem casca, e para exportação, tanto com casca quanto sem casca.

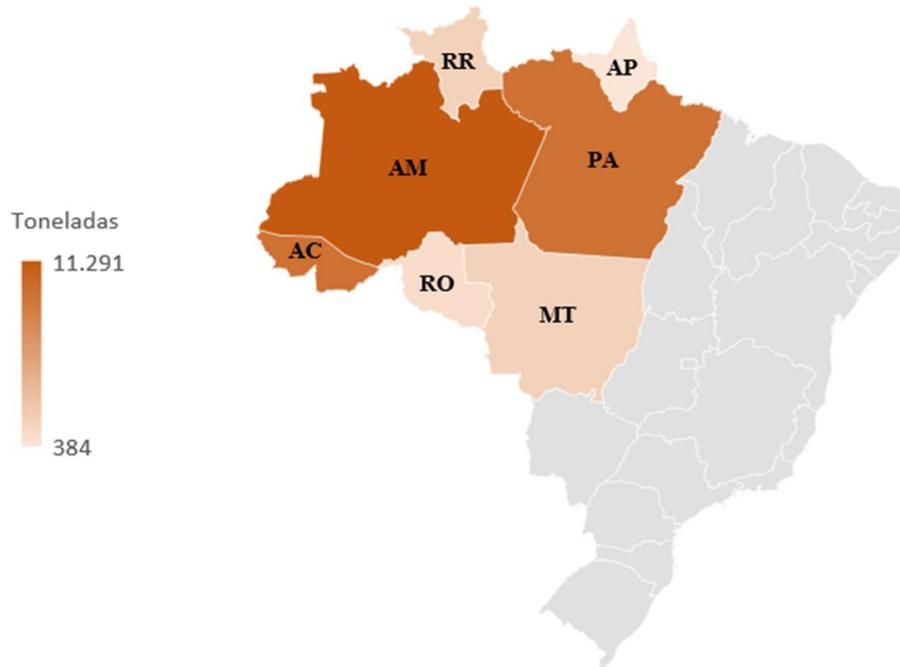
No cenário mundial, nos últimos 10 anos a produção da castanha-da-Amazônia, atingiu cerca de 70 milhões de toneladas, sendo os países com maior produção são a: Bolívia, o Peru e o Brasil (CONAB, 2022).

No âmbito nacional, conforme a CONAB (2022), nos últimos 11 anos o volume total de exportação de castanha-da-Amazônia, ultrapassou 27% da produção nacional. Ainda destaca, que esse percentual poderia ser maior, considerando a extensão da área de castanheiras no país.

Para o CONAB (2022), a gestão da produção e os cuidados com a qualidade dos produtos, são fatores que prejudicam o aumento da produção nacional e impedido a dinâmica comercial, aumentando os custos de transação e comprometendo a organização do mercado nacional e internacional.

No Brasil, a produção da castanha-da-Amazônia se concentra nos estados do Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Amapá e Roraima (IBGE, 2024b). A Figura 1, representa os estados brasileiros com ocorrência de exploração da castanha-da-Amazônia, economicamente.

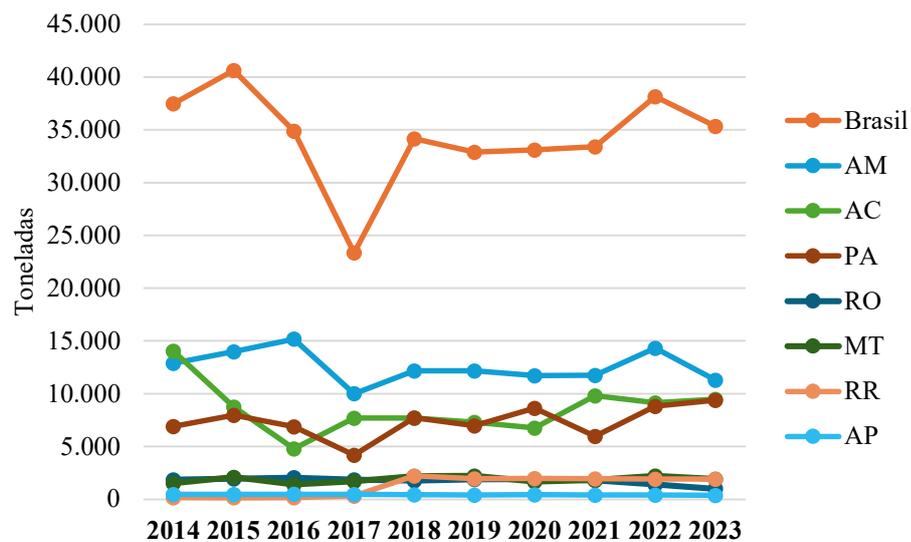
Figura 2: Áreas de produção da castanha-da-Amazônia no Brasil



Fonte: adaptado do IBGE (IBGE, 2024b).

Dentro desse contexto, os estados com maiores participações na produção da castanha-da-Amazônia são Amazonas, Acre e Pará (IBGE, 2024b). Dessa forma, a Figura 3 mostra-se a produção da castanha-da-Amazônia nos últimos 10 anos, onde se pode observar a produção de todos os estados produtores de castanha no Brasil.

Figura 3: Produção da castanha-da-Amazônia, por estados



Fonte: adaptado do IBGE e CONAB (CONAB, 2022; IBGE, 2024b).

Segundo a CONAB (2022) e o IBGE, (2024b) a produção de castanha-da-Amazônia apresentou um aumento de 4% em 2022, superando a produção do ano anterior, Figura 3. Ressalta-se que, a partir de 1990, o IBGE, vem registrando uma tendência de queda na produção de castanha-da-Amazônia, pois até 1990 a produção chegava a 50 mil toneladas (IBGE, 2022).

Destaca-se que o consumo da castanha-da-Amazônia no Brasil passou a ser mais expressivo a partir da década de 1990 (EMBRAPA, 2021). Além disso, conforma a Embrapa, a castanha é consumida *in natura* e também na formulação de barras de cereais, biscoitos, bombons e fabricação de cosméticos e dentre outros.

3.1.2 Contextualização sobre a formação do estado de Amapá

A formação do que mais tarde seria o estado do Amapá foi marcado pela ação política de base territorial. A movimentação regionalista em diferentes momentos permitiu entender as diferentes relações entre os autores locais e o poder central, influenciando a construção da autonomia do território do Amapá. Neste sentido, destaca-se que vários aspectos históricos, marcou a formação desse território.

Quando começou a crise da borracha na região amazônica em 1912, o país teve que buscar novas alternativas para sustentação da economia, pois essa região precisava ser impulsionada tanto economicamente quanto no incentivo ao povoamento (Feitosa e Saes, 2013). Era necessário um plano de desenvolvimento para a recuperação econômica da região amazônica.

Quando Vargas assumiu o poder e instituiu o movimento de 1930, o país alcançou a soberania em quase todas as fronteiras do território, mas era preciso a nacionalização de todo o país, para alcançar o desenvolvimento (Santos, 2021). Por outro lado, Vargas viu o país dividido, uma parte que acompanhou o desenvolvimento, enquanto a outra não atingiu o progresso.

Diante desse contexto, a alternativa considerada pelo governo foi implementar políticas que alcançassem as áreas de fronteiras do Brasil, sendo o ponto de partida para o desenvolvimento econômico e principalmente para demarcar os limites das fronteiras do território do país.

Dessa forma, para priorizar a economia nacional, o governo Federal elaborou algumas políticas voltadas para o desenvolvimento da região amazônica, visando resolver os atrasos nessa região (Chelala e Chelala, 2011). Nesse período, foi criado o Plano de Valorização Econômica (PVEA) e, logo depois, a Superintendência da Valorização do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

Secreto (2010), destaca que em outubro de 1940, Vargas fez um pronunciamento que ficou conhecido como o “Discurso do Rio Amazonas” no Teatro Amazonas em Manaus. Nesse discurso,

o governo destacou os problemas dessa região, dentre eles o vazio demográfico. Vargas fez acordo com os países fronteiriços, para incentivar o desenvolvimento e proteger as fronteiras.

Ressalta-se, que em 1939, já havia algumas políticas desenvolvimentistas voltadas para a Amazônia, como, por exemplo, a expansão do Ministério da Agricultura que focava na criação de um Instituto Agrônomo em Belém para orientar os estudos das plantas que produziam goma elástica e outras espécies (Silva, Silva e Silva Filho, 2022). Para os autores, essas políticas objetivavam dinamizar as atividades agrícolas, econômicas e promover o desenvolvimento da Amazônia.

Outra questão que marcou a formação do estado do Amapá, foi com surgimento da Segunda Guerra Mundial (1939–1945), os seringais da Malásia foram tomados pelos Japoneses e o Pacífico foi bloqueado, isso acabou dificultando o acesso dos americanos a principal matéria-prima para suas indústrias (Chaves, 2021). Ainda conforme o autor, o governo brasileiro viu nessa questão, a oportunidade de transformar essa região em uma grande fronteira agrícola, sendo isso como uma de suas metas, não pensando em uma agricultura de subsistência, mas sim investir num projeto de agricultura mecanizada e de grande produção.

Nesse contexto, esse projeto seria sustentado pela Acordos de Washington, era um acordo entre os Estados Unidos e o Brasil, onde o Brasil forneciam matérias-primas à indústria norte-americana e em troca, os Estados Unidos, oferecia apoio técnico e financeiro (Chaves, 2021; Silva, Silva e Silva Filho, 2022).

Nesse período, o governo incentivou uma fase de migração de nordestinos até a Amazônia para trabalharem no extrativismo nas áreas de fronteiras agrícolas nacionais. Através dessa colonização, o governo mudava as características históricas de povoamento do território brasileiro, pois antes havia concentração populacional nas faixas litorâneas do país.

Ao longo desse período, foi aumentando a preocupação com as áreas de fronteiras pela parte do governo federal, pois o que veria mais tarde a ser o território do Amapá, foi disputado militarmente por franceses e brasileiros, por décadas (Granger, 2012). Outra questão foi a descoberta de jazida de ouro no rio Cassiporé, isso gerou uma invasão de estrangeiros residentes nas fronteiras e despertou maior do governo (Chagas, 2019).

Ainda no contexto da Segunda Guerra Mundial, nessa região foi construída uma base aérea pelos norte-americanos, pois sua localização favorecia a defesa do Atlântico Norte (Cavlak e Granger, 2014). Esses aspectos influenciaram a criação de novos territórios e favoreceram as políticas de desenvolvimento da era Vargas. A região amazônica passou a ver vista mais como uma forma de exploração capitalista e não somente como de subsistência das populações que já habitavam nessa região.

É importante ressaltar, que desde o governo de Epitácio Pessoa, em 1920, já havia tentativas de conseguir autonomia a região que pertencia ao território do Pará desde 1901 e mais tarde se tornou o território do Amapá (Lobato, 2014). Ainda para o autor, os representantes de diversas classes sociais realizaram uma abaixo-assinado, cansados do descaso por parte do governo no qual que pertenciam, pedindo ao Presidente Epitácio Pessoa a autonomia em relação ao território do Pará.

Pode-se resumir que a formação do território do Amapá, foi marcada, pela Revolução de 1930, onde o Brasil encerrou a velha república (1889–1930) e começou o governo de Getúlio Vargas (Santos, 2021). Ainda para o autor, nesse período o país passou a receber críticas sobre como estava dividido e surgiu uma nova proposta para gestão dos recursos e dos territórios, por meio de novas unidades político-administrativas. A preocupação do era principalmente com os territórios de baixa densidade demográfica, maiores extensões e fronteiriços.

As ideias da nova divisão buscavam um Estado mais centralizador e intervencionista. Dessa forma, a era Vargas, foi marcada, por incentivar o desenvolvimento econômico e social, bem como influenciar o processo de urbanização, industrialização e novas políticas de crescimento para o país (Fonseca e Salomão, 2017; Lassance, 2020).

Durante a constituinte de 1934, foi elaborado um anteprojeto à Constituição por uma comissão do Itamaraty, sinalizando a criação dos territórios do Amapá e Óbidos no Pará, Rio Negro e Solimões e Rio Branco no Amazonas, Marajá, Guaporé no Mato Grosso e Iguazu em Santa Catarina e Paraná (Martins, 2013). Esse anteprojeto foi considerado uma estratégia, pois o governo não queria confrontar os regionalistas, tentando formar outros territórios federais em zonas fronteiriças do país.

Silva (2017), destaca que, nesse período, toda vez que se voltava a tratar da necessidade de uma nova redivisão territorial, havia conflitos no meio político, pois para eles a verdadeira intenção do governo era o controle direto da união e estratégias para guardar as riquezas naturais do país. Cada representante tinha seus próprios interesses, que na maioria das vezes, não eram os do povo.

Segundo Lobato (2014), antes da criação dos novos territórios, foram feitos alguns estudos por Moacir Malheiros Fernandes Silva, que era consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia. Para o autor, por meio desses estudos, foram levantadas informações sobre as características e os problemas das regiões de fronteira da região Amazônica. E um dos principais problemas apontados foi a baixa densidade demográfica.

No decorrer da fase ditatorial do governo Vargas, a resistência dos políticos da região diminuiu, e o problema de desmembramento do território foi solucionado através do artigo 6º da

Constituição de 1937 (Silva, 2007). Para a autora, esse artigo permitia que a União desmembrasse seus territórios por interesse de defesa, desde e que regulado por lei.

Dessa forma, durante o auge das políticas de Vargas após 1937, foi implantado o plano de redivisão do território brasileiro em áreas de fronteira e esse plano era considerado uma medida de segurança nacional e resultou no Decreto n.º 5.812/1943 (Brasil, 1943).

Em 13 de setembro de 1943, respaldado pela Constituição de 1937, o Decreto 5.812/1943, promulgou a criação dos territórios federais de Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta-Porã e Iguacu, esses territórios passaram a ser administrados pelo governo federal (Brasil, 1943).

Diante desse contexto, em 1943, foi criado o Território do Amapá. Esse novo território se vislumbrava novos tempos e era preciso deixar para trás o abandono, atraso, miséria, que haviam sofridos quando ainda faziam parte do estado do Pará (Oliveira, 2013). Ainda para Oliveira, após criado o Território do Amapá, Vargas escolheu Janary Gentil Nunes como primeiro governador, e ele foi empossado em 25 de janeiro de 1944.

Inicialmente, o município de Amapá foi escolhido para ser a capital do Território do Amapá, no entanto, Janary Nunes, primeiro governador do estado alegou problemas de comunicação na navegação fluvial, levando Vargas a transferir a capital para o município de Macapá (Lobato, 2014). De acordo, com Filocreão, (2007, p. 255) “Amapá, nesse período de integração, em 1943 é transformado em um Território Federal com três municípios: Macapá, Amapá e Mazagão”.

Segundo Silva (2017), o governo de Janary tinha um discurso voltado para um projeto político de modernização da sociedade e marcado pela superação do retrocesso social e econômico do território do Amapá. Conforme a autora, esse projeto recebeu críticas, pois era visível a dificuldade de Janary de se relacionar num espírito democrático e mostrando-se intransigente.

Ressalta-se que o projeto de Janary, não tinha como atender às demandas da sociedade do Amapá, considerando que até 1943, esse território era marcado por diferenças sociais, econômicas e culturais (Lobato, 2014). As ações do governo não eram voltadas diretamente para atender à comunidade local, mas sim promover uma nova sociedade e garantir os limites de fronteira do Brasil.

O governo de Janary, tinha como finalidade mudar os modos de vida dos amapaenses e formar uma nova sociedade. A comunidade que residia no território Amapá tinha uma vivência focada mais na subsistência e desenvolviam diversas atividades, não pensavam em produzir em abundância (Silva, 2007). Lobato (2014), afirma que nessa época havia uma pequena comercialização dos produtos dessa região.

Ainda nesse contexto, essa vivência dos amapaenses ia contra o plano do governo, cuja meta era modernizar esse novo território, e o que se via era uma população sem ambição para o acúmulo de riqueza (Lobato, 2014). O autor ressalta que, nesse período, a economia do Amapá era basicamente de subsistência, exploração dos recursos naturais, criação de gado, pesca, caça, emprego público e pequenos comércios.

Houve uma rejeição de muitos costumes da população amapaense, tais como as formas tradicionais de trabalho, como o cultivo e o extrativismo praticados, foram considerados desfavoráveis ao crescimento econômico do Amapá. A outra questão importante era o meio de transporte, sendo que o principal meio era a canoa. No entanto, o novo governo defendia a construção de uma rede rodoviária para promover a integração e modernidade dessa região.

Ressalta-se, ainda, sobre as políticas desenvolvimentistas de Vargas, uma das mais importantes foi a abertura da Rodovia Belém-Brasília (Brasil, 1958), que proporcionou a ligação da região Norte com o Centro-Sul. Essa rodovia foi fundamental para favorecer o fluxo migratório rumo à região amazônica e também para o escoamento da produção. Destaca-se que no Governo de Juscelino Kubitschek, seguindo a influência das políticas desenvolvimentista de Vargas, foi construída a rodovia Brasília-Acre (1960), atual (BR-364) (Brasil, 1960).

As transformações que ocorreram no Amapá começaram a se tornar mais expressivas na década de 1950 com a chegada da Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) em 1957, responsável por explorar as jazidas de manganês na região (Filocreão, 2015).

A formação e processo de criação do território Amapá foi caracterizado por diversos acontecimentos que influenciaram o rumo de sua história. O surgimento do Amapá como território foi o resultado das ações políticas de intervenção incentivadas pelo governo federal visando proteger a nacionalidade e as fronteiras do norte do país. A ocupação desta parte do país sempre esteve ligada à exploração dos recursos naturais.

Nesse contexto, a autonomia política do Amapá se fortaleceu quando, em 1988, a Constituição Federal estabeleceu a alteração de território para estado (Brasil, 1988). E em, 1990, foi eleito o primeiro governador do estado do Amapá, que foi José Gilton Pinto Garcia. Em 1950, o Amapá possuía 37.477 habitantes. Já em 1991, sua população totalizava 289.397 habitantes, o que representa um crescimento de 672,20% ao longo desse período de 41 anos (IBGE, 1951, 1992).

Atualmente, o estado do Amapá é um dos 9 estados que fazem parte da Amazônia legal (IBGE, 2023f) e está localizado na região Norte. Seus limites geográficos são com a Guiana Francesa (Norte), Suriname (Noroeste), Oceano Atlântico (Leste) e o com estado do Pará (Sul e Oeste) (IBGE, 2021). O estado possui 16 municípios (IBGE, 2025).

Conforme o censo de 2010, a população do estado do Amapá foi de 669.526 pessoas (IBGE, 2023c). Ainda para o IBGE, O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,708, representa um desenvolvimento humano médio, sendo o 12º dentre os 27 estados da federação brasileira.

Em 2022, a população censitária do Amapá foi de 733.759 (IBGE, 2025). Conforme, o IBGE, os municípios mais populosos do estado do Amapá são: Santana, com 107.618 habitantes, seguido por Laranjal do Jari, com 35.114 habitantes, Oiapoque, com 27.482 habitantes, Mazagão, com 21.924 habitantes e Porto Grande, com 17.848 habitantes. A população de Macapá, capital do estado, foi de 442.933 habitantes, de acordo com o censo.

Os setores econômicos com maior representatividade são comércios, serviços, construção civil, indústria de transformação, agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (MTE/RAIS, 2024). Os produtos do extrativismo vegetal com maior expressividade são o açaí, castanha-da-Amazônia e o palmito (IBGE, 2023a).

3.1.2.1 O Sul do estado do Amapá

Nesta seção, serão abordados fatos que marcaram o processo histórico do sul do estado do Amapá, com foco nas questões ligadas ao extrativismo. A região foi profundamente influenciada pelo extrativismo, que desempenhou um papel central no contexto econômico e social.

Para Picanço (2005), o processo histórico do sul do Amapá é dividido em três fases: expropriação e controle individual, controle pela empresa comercial extrativista e controle pelo grande capital. Ainda segundo o autor, essas fases representam as transformações que ocorreram na região, incluindo a área onde hoje se encontra a Reserva Extrativista do Rio Cajari.

Nesse contexto, o sul do Amapá passou por diferentes formas de controle. Inicialmente, foi habitado por povos indígenas e, posteriormente, apropriado para a exploração da borracha (Picanço, 2005). A região também foi palco de disputas territoriais, mudanças nos modos de produção e intensificação do controle por grandes empresas, transformando sua dinâmica social e econômica ao longo do tempo.

Por volta de 1877, o geógrafo francês Jules Crevaux encontrou, no alto do Rio Jari (área de influência da atual RDS Iratapuru), tinha uma quantidade de indígenas que mantinham relações comerciais com os povos do Oiapoque, devido às dificuldades de acesso à região, causadas pela presença de muitas cachoeiras (Crevaux, 1987). Ainda conforme o autor, nesse

período, já se encontravam na região barracos de seringueiros que desenvolviam a atividade extrativa.

A ocupação humana do Sul do Amapá veio acompanhada da dinâmica da Amazônia com a chegada da colonização europeia que com intenção econômica e geopolítica submete os indígenas locais de maneira abusiva (Filocreão, 2007). Ainda conforme o autor, foi imposto uma cultura diferente, direcionada a produção econômica numa perspectiva mais capitalista e atente o mercado em crescimento.

As questões ligadas à expropriação das terras. Apesar de as terras da região do rio Jari possuírem um grande potencial em recursos extrativistas, a preocupação com a posse legal da terra não era relevante até o início do grande boom da borracha (Lins, 2001; Oliveira Filho, 1979). Ainda para os autores, as dificuldades entre proprietários e não proprietários estavam relacionadas à posse do capital necessário para a exploração e a implantação de um seringal.

Nesse sentido, a submissão do trabalho dos caboclos ao capital ocorria por meio do comércio, e não pela posse das terras camponesas, pois havia abundância de terras livres. Outra dificuldade era a diferença jurídica estabelecida por uma autoridade precária ou inexistente, que, no entanto, não era um fator tão relevante quanto o capital (Lins, 2001; Filocreção, 2007).

Essas condições relacionadas à expropriação das terras possibilitaram que o coronel José Júlio de Andrade se apropriasse de toda a região de influência do rio Jari a partir de 1899, tornando-se o único proprietário (Lins, 1997, 2001; Filocreção, 2007). O coronel José Júlio de Andrade era natural do Ceará e, vindo do Nordeste, iniciou suas atividades no rio Jari em 1882 (Lins, 2001). Ainda para o autor, ele logo se tornou homem de confiança de Manoel Raimundo da Fonseca, proprietário das principais casas do rio e sócio do Barão do Guajará.

Nesse sentido, para Lins (2001) e Filocreção (2007), o coronel José Júlio de Andrade, por meio do crédito obtido para o comércio de produtos extrativistas, acumulou riquezas e, aos 28 anos, tornou-se o principal comerciante da região do Jari. Sendo que José Júlio se tornou comerciante e seringueiro, tornando-se o maior padrão da região, com concentração de terras e imóveis (Picanço, 2005).

Os grandes latifundiários como o coronel José Júlio, que tinha grande concentração de terras conquistados mediante grilagem (Filocreção, 2007; Picanço, 2005). Ainda para os autores, esses latifundiários, como o coronel José Júlio, tinha posse das terras, ele tinha o monopólio dos recursos que a população extraia dessas terras e em troca, ele fornecia alimento, munição e ferramentas para os extrativistas.

Esse período foi marcado pela expropriação e concentração de terras foi marcado pela violência e um modelo de exploração econômico pelo implantado pelo coronel José Júlio. Com o controle político e econômico, foi eleito a deputado e senador pelo Pará (Filocreão, 2007).

Em 1948, o coronel José Júlio vendeu a área para um grupo de comerciantes portugueses (Picanço, 2005; Rangel, 2017). Ainda segundo os autores, a venda das terras marcou uma fase em que a expropriação e o controle das terras passaram a ser realizados por esse grupo (empresa comercial-extrativista). Os autores destacam, ainda, que esse período durou 19 anos (1948-1967).

Essa fase, para viabilizar e diversificar as atividades da empresa comercial-extrativista, foram criadas três empresas: Jari Indústria e Comércio (que concentrava a comercialização dos produtos extrativistas), Companhia Indústria do Macapá (que produzia aguardente) e a Companhia de Navegação Jari S.A. (que transportava os produtos entre as filiais para o porto de Belém) (Lins, 1991).

Dessa forma, na metade do século XX, passou a ser controlado por uma empresa que explorava o extrativismo e controlou até 1967 e o controle passou para o grande capital (Picanço, 2005). Ainda para o autor isso trouxe poucas mudanças e ao longo dos anos foi se formando pequenas vilas e tinha como fonte econômica a exploração de produtos florestais extrativos. Essa atividade fundamentou os modos de vida dessa região.

Nessa fase, ocorreram mudanças nas relações de trabalho e no uso dos recursos naturais, permitindo a prática da agricultura, ao contrário da época do coronel José Júlio, que controlava os recursos naturais e não permitia outras atividades (Filocreão, 2005). No entanto, essa liberdade era parcial, pois os trabalhadores eram obrigados a trabalhar longe de suas famílias, atuando nos seringais no verão e nos castanhais no inverno.

Fase do extrativismo empresarial terminou em 1967, quando o controle da região foi vendido ao grande capital internacional, representado pelo milionário americano Daniel Ludwig, que implementou um ambicioso projeto agroindustrial conhecido como Projeto Jarí (Lins 2001; Filocreão, 2007). Foi a parti de 1967 que foi implantado o projeto Jari. Foi a partir da implantação do projeto Jari nos limites dos estado do Amapá e Pará, que teve mudanças e afetou os modos de vida da população (Picanço, 2005).

O Projeto Jarí tinha como objetivo desenvolver na região um grande empreendimento de exploração das riquezas naturais, prevendo a derrubada de mais de 200.000 hectares para reflorestamento com espécies destinadas à fabricação de celulose (Jari Celulose, 1994; Picanço, 2005; Filocreão, 2007;). Ainda para os autores, também estava planejado o desenvolvimento de uma pecuária com um rebanho de 100.000 cabeças bovinas e 40.000 bubalinas, além do plantio

de 20.000 hectares de arroz, 80.000 hectares de dendê e banana, sem contar a exploração dos minérios existentes na região.

Segundo Jari Celulose (1994) e Filocreão (2007), o projeto trouxe, montada do Japão, uma fábrica de celulose ao custo de 269 milhões de dólares. Para atender às demandas energéticas dessa fábrica, foi planejada a instalação de uma hidrelétrica no Rio Jarí, além de outros grandes empreendimentos. Também estava prevista a construção de 13 vilas para abrigar os trabalhadores e suas famílias.

Esse projeto marcou o domínio do grande capital na região, trazendo mudanças irreversíveis para o contexto socioeconômico e ambiental no sul do estado do Amapá. Em 1997, a empresa assumiu o papel de comercializar produtos extrativistas por meio de uma subsidiária, a Serviços Agrários e Silvicultura Ltda (SASI) (Filocreão, 2007 e Rangel, 2017). Esse período foi marcado pela contradição entre um discurso modernizante e suas práticas comerciais (aviamento). A empresa passou a comprar castanha e dominar o mercado local (Lins, 1999).

Em 2000, o controle acionário do Projeto Jarí passou a pertencer ao Grupo Orsa, que apresentou a melhor proposta para resolver o endividamento do projeto, no valor de 415 milhões de dólares (Filocreão, 2007). Os novos proprietários, por meio da Fundação Orsa, têm buscado manter uma relação mais estreita com as populações locais, implementando projetos de assistência social.

O contexto do extrativismo no Sul do Amapá foi criado três Resex destinada às populações tradicionais para poderem explorar riquezas extrativas, economicamente viável e ecologicamente sustentável, o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Maracá (1988) (INCRA, 2004), a Reserva Extrativista do Rio Cajari (1990) (Brasil, 1990a) e a Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (1997) (AMAPÁ, 1997).

4 EXTRATIVISMO DO BABAÇU NO ESTADO DO TOCANTINS

4.1 Características do babaçu

O babaçu destaca-se como um dos principais produtos do extrativismo vegetal, tendo representatividade na sociobiodiversidade brasileira (Porro, 2019). De acordo com Santos e Lemos, (2021), a importância do babaçu não está centrada somente questão econômica, mas com impacto social e ambiental.

Dessa forma, ressalta-se que a palmeira do babaçu tem registro da espécie em diversos países da América do Sul, como Bolívia, Peru, Colômbia, Guianas e Suriname, sendo encontrado em maior quantidade no Brasil (Castro e Silva, 2020; Silva e Bastos, 2016).

Conforme Giralдин (2017), o babaçu está presente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste do Brasil é uma espécie de palmeira que se adapta às zonas de transição entre as florestas úmidas da bacia amazônica e os ambientes de cerrados e caatinga.

Nesse contexto, a palmeira do babaçu é encontrada nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (IBGE, 2023g). O babaçu é uma espécie de palmeira (*Attalea speciosa* Mart. Ex Spreng) da família botânica Arecaceae (Lorenzi, 2016). O termo babaçu é um nome genérico dado a essa palmeira, que teve origem no Brasil (Oliveira, Alexandre e Mahmoud, 2013).

O babaçu é popularmente conhecido por diversos nomes como bauaçu, baguaçu, aguaçu, guaguaçu, uauaçu, coco-de-macaco, coco-de-palmeira, coco-pindoba, palha-branca, catolé, andaiá, andajá, indaiá, pindoba, pindobassu, dentre outros (Carrazza, Cruz e Silva, 2012; Oliveira, Alexandre e Mahmoud, 2013).

De acordo com Carrazza, Cruz e Silva (2012) e Silva e Bastos (2016), a palmeira do Babaçu pode chegar a medir entre 10 e 30 metros de altura, com o caule tendo em cerca de 20 a 50 cm de diâmetro. Ainda para os autores, a palmeira começar a frutificar a partir do oitavo ano de vida e alcança a produção plena após 15 anos. Cada palmeira pode frutificar entre 3 e 5 cachos e pode chegar até 500 frutos (coco babaçu), que amadurecem entre agosto e dezembro.

O fruto do babaçu é formado pelo epicarpo é a camada externa do fruto, mesocarpo a camada que fica embaixo do epicarpo, endocarpo é a camada mais resistente, e as amêndoas, que pode ter 1 a 8 unidades (Carrazza, Cruz e Silva, 2012; Oliveira, Alexandre e Mahmoud, 2013).

O coco babaçu (fruto) é o principal produto da palmeira, com maior valor comercial, sendo que seu beneficiamento gera mais de 64 subprodutos, pois o coco babaçu é geralmente direcionado para a indústria (Viegas, 2015).

O babaçu é aproveitado todas as partes do caule ao fruto e tem uma considerável utilidade como a geração de energia, alimentação humana e de animais, fabricação de artesanatos, construção, religiosos, cosméticos e usos medicinais (Campos *et al.*, 2015).

A atividade extrativista do babaçu é tradicionalmente realizada pela produção familiar, onde as mulheres, denominadas quebradeiras de coco, são as principais responsáveis por essas atividades (coleta e quebra) (Carrazza, Cruz e Silva, 2012).

Nesse contexto, as quebradeiras de coco têm maior representatividade e organização dentre as populações tradicionais, bem como atuam nas práticas tradicionais e preservação ambiental (Barbosa, 2013; Shiraishi Neto, 2017).

O babaçu é uma das oleaginosas que mais se destaca dentre as demais, como, por exemplo, tucum, pequi e a copaíba, por apresentar um alto volume de produção (Campelo Filho *et al.*, 2018).

4.1.1 Relevância histórica e econômica do babaçu

Ao longo do tempo, o extrativismo do babaçu conquistou o mercado nacional e internacional, mas por diversos fatores perdeu nesse mercado. A economia babaçueira foi marcada nos anos de 1960 até o início de 1980 (Gouveia, 2015).

Dentro desse contexto, a oferta da soja, palma, milho e outros óleos, foi um dos fatores que contribuíram para a redução da produção do babaçu (Gouveia, 2015; Gouveia e Angelo, 2017; Porro e Sousa, 2023). Para esses autores, as indústrias passaram a importar os óleos similares que tinham preços competitivos e maior oferta, fechando o mercado das indústrias do babaçu no Brasil (Gouveia, 2015; Gouveia e Angelo, 2017; Porro e Sousa, 2023).

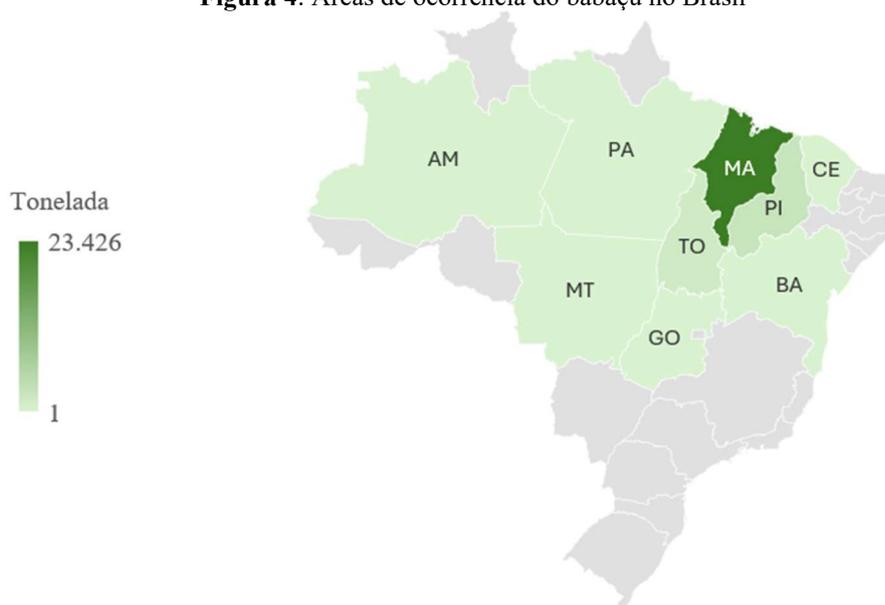
Contudo, é notável a participação do babaçu em vários segmentos da economia, como indústria alimentícia (humana e animal), cosméticos de beleza, produtos de limpeza, fármacos (Maciel *et al.*, 2022; Paixão *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2021; Veras *et al.*, 2016). Ainda para os autores, o babaçu abastece o mercado mundial e seus insumos continuam sendo direcionados para vários segmentos da economia.

Destaca-se que a economia do babaçu vem se sustentando até os dias atuais e continua um recurso significativo do extrativismo no Brasil. Dessa forma, muitos estudos têm

relacionados ao babaçu e sua importância nas questões econômicas, sociológicas e ambientais (Calderon, 2013; Gouveia, 2015; Porro, Mota e Schmitz, 2010).

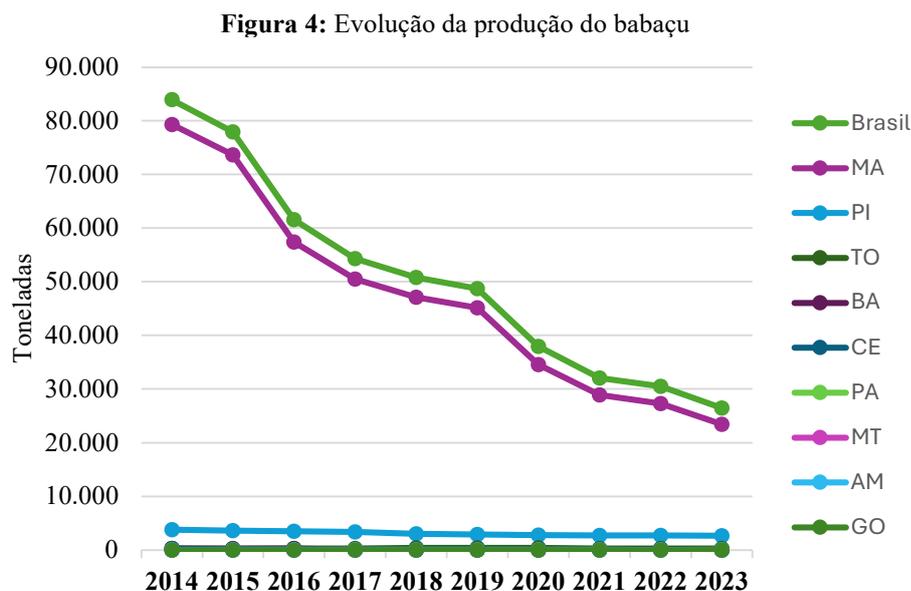
Nesse contexto, é importante ressaltar que os estados produtores de babaçu e com ocorrências da palmeira no Brasil, que são Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (IBGE, 2024b). Na Figura 4, mostram-se os produtos de babaçu e as áreas com ocorrência da palmeira do babaçu no Brasil.

Figura 4: Áreas de ocorrência do babaçu no Brasil



Fonte: Adaptado do (IBGE, 2024b).

Nesse cenário, o babaçu foi considerado, até 2011, o segundo produto de maior volume de produção dentre os produtos extrativos do Brasil (IBGE, 2023a). Ainda de acordo o IBGE, a produção de babaçu vem apresentando uma tendência de queda, como pode ser observado na Figura 4, que mostra a evolução do babaçu nos últimos 10 anos no Brasil.



Fonte: adaptado do (IBGE, 2024b).

Os estados com maior volume de produção são Maranhão, Piauí e Tocantins. Nesse contexto, sobre a redução da produção de babaçu, Porro (2019) em um estudo sobre o babaçu no Maranhão, questiona que esses resultados não refletem a realidade, pois municípios com maiores estruturas, essa produção pode ser superestimada. Para o autor, a produção local dos pequenos municípios é direcionada para os municípios com estrutura e esses registros ainda são informais.

Dessa forma, muitas questões são levantadas acerca da redução na produção do babaçu, tais como falta de apoio do governo, a restrição de acesso aos recursos naturais, a dificuldade de acesso às políticas sociais e compensatórias, como Aposentadoria Rural e Programa Bolsa Família e dentre outras (Porro, 2019, 2022). Segundo o autor, as políticas sociais e compensatórias têm proporcionado renda para aqueles que dependem exclusivamente do extrativismo do babaçu, considerando que se trata de uma atividade morosa e com baixo retorno financeiro.

Segundo Porro (2019) estimar e entender a relevância da economia do babaçu é uma alternativa para fortalecer essa economia e, conseqüentemente, estruturar a potencialização e conservar da floresta, além de melhorar a vida das pessoas que vivem do extrativismo. O babaçu apresenta importância econômica, não somente para as populações tradicionais é considerado um recurso com potencial, principalmente na questão ambiental.

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), estima cerca de 4000 mil pessoas a polução extrativista de babaçu (MIQC, 2023). Ainda para o MIQC, são esses extrativistas que sustentam as atividades extrativistas de babaçu no Brasil.

A exploração do babaçu impacta diretamente as famílias que há gerações vivem da economia do babaçu, tendo diversas utilidades como usam a palha para cobrir casas, palmito é usado na alimentação, da amêndoa se extrai o óleo e as casca do fruto é utilizado para produção de carvão (MIQC, 2023). Sendo utilizados tanto pelas famílias para seus próprios consumo, como para comercialização.

4.1.2 Contextualização sobre a formação do estado de Tocantins

Neste subcapítulo, serão descritas as principais características do processo de formação do território do estado do Tocantins, o qual foi influenciado pela descoberta da mineração, pela divisão administrativa do século XIX e pelas políticas para o desenvolvimento da região amazônica.

Primeiramente, destaca-se que os primeiros habitantes do que mais tarde seria o estado do Tocantins eram os grupos indígenas Apinayé, Krahô e Xerentes (Giraldin, 2004). O processo de ocupação do antigo norte de Goiás foi marcado pela descoberta de ouro, iniciando a exploração econômica na região.

No século XVIII, depois da descoberta do ouro no Sul da capitania de Goiás, por volta de 1722, em função disso, a região passou a ser um foco ativo de colonização (Feitosa, 2011). Nesse período, a mão de obra utilizada era a dos indígenas e, mais tarde, foi substituída pela dos escravos que vieram da África (Rodrigues e Oliveira, 2015).

No entanto, a exploração de ouro foi uma atividade temporária e a região acabou passando por uma recessão econômica (Oliveira, 2015). Para o autor, a pecuária se tornou a atividade principal e a economia de subsistência se tornou predominante. A situação começou a mudar quando Minas Gerais e São Paulo iniciaram uma relação mercantilista, o que teve um impacto expressivo ao norte de Goiás (Feitosa, 2011).

De acordo com Feitosa (2011), a descoberta de ouro teve um impacto significativo no povoamento de três zonas. Para o autor, a primeira zona está localizada no centro-sul e corresponde à linha de arraiais em direção a São Paulo, bem como às áreas próximas a Santa Cruz, Santa Luzia, Meia Ponte e Vila Boa. A segunda zona é a da região do Tocantins, que corresponde à região de maior densidade mineira no alto Tocantins, Traíras, Água Quente, São José, Santa Rita e Muquém. A terceira zona, que corresponde ao verdadeiro norte da capitania (atual estado do Tocantins), está situada entre o rio Tocantins e o sertão da Bahia, e inclui Arraiais, São Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Real.

A descoberta do ouro na parte sul impulsionou o desenvolvimento da região, resultando em um maior povoamento, concentração das atividades administrativas e intensificação da urbanização (Cavalcante, 2004). Ainda conforme o autor, enquanto isso, na parte norte, a região era considerada de difícil acesso, com baixa densidade demográfica e pouco interesse por parte dos representantes políticos, levando a conflitos, revoltas populares devido ao abandono dos governantes e aos movimentos de independência do Brasil.

Essas diferenças levantaram uma oposição entre o norte e o sul de Goiás. O espaço geográfico entre as duas regiões dificultava a relação entre elas, levando os capitães-generais a solicitarem pela divisão da capitania em duas Comarcas, a fim de facilitar a administração (Cavalcante, 2004).

Dessa forma, em 1809, a capitania de Goiás foi dividida em duas Comarcas: a de Goiás, comandada pelo Desembargador Joaquim Teotônio Segurado, e a do Sul, sob o comando do Capitão-General Manoel (Cavalcante, 2004; Feitosa, 2011).

Para Feitosa (2011), a Comarca de Goiás abrangia as minas do centro-sul, com as vilas de Vila Boa, Meia Ponte, Santa Luzia, Santa Cruz, Desemboque, Pilar e Crixás. Já a Comarca do Norte compreendia as minas da região do Tocantins e do norte da capitania, com as vilas de Traíras, Cavalcante, São Félix, Arraias, São João da Palma, Natividade e Porto Real.

Mais tarde, a tentativa de elevar a Comarca do Norte à condição de Província pelo Desembargador Joaquim Teotônio Segurado não deu certo (Feitosa, 2011; Lira, 2011; Rodrigues e Oliveira, 2015). Para os autores, apesar dos esforços, como investir nas relações comerciais com o Pará e conceder privilégios, como dispensa do serviço militar para aqueles que trabalhavam no comércio, navegação e agropecuária, e a permissão de sesmarias às margens dos rios Tocantins, Araguaia e Maranhão. Dessa forma, o movimento político de emancipação da Comarca do Norte teve resultado positivo, por motivos políticos.

Outra questão que influenciou a criação do estado do Tocantins, foi a busca pela consolidação do desenvolvimento da região amazônica começou pela ideologia desenvolvimentista de Vargas (1930) e, mais tarde, pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956) (Santos, 2013). Para o autor, as ideias se centralizavam na institucionalização de incentivos fiscais e políticas de investimento na região.

Para Oliveira *et al.* (2013) e Oliveira (2019), a partir das décadas de 1950 a 1970, iniciou-se a busca pelo desenvolvimento do antigo norte do Goiás, por meio de investimentos na estrutura política de incentivo produtivos e fiscais. Parte desse período coincidiu com ditadura militar e com a ação de grileiros que se apossaram de uma grande extensão de terras.

Dessa forma, muitos fatores contribuíram para a formação do estado do Tocantins. A seguir, são discutidos sobre eles.

Na década de 1950, a construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-153), possibilitou o surgimento de novas cidades e auxiliou no povoamento do novo estado, que antes eram espaços vazios (Santos, 2017). O povoamento dessa região era concentrado próximo ao Rio Tocantins, mas com a construção da rodovia, a navegação perdeu a importância.

A construção da rodovia Belém-Brasília contribuiu para o surgimento de várias cidades às margens da rodovia, que hoje são as cidades de Gurupi, Paraíso, Guaraí e Colinas, pertencentes ao estado do Tocantins (Santos, 2017).

A rodovia Belém-Brasília (BR-153) ligou o norte do Goiás ao restante do país, e conectando conseqüentemente a região ao mercado nacional e favorecendo o desenvolvimento de atividades como a agropecuária (Oliveira, 2019). Antes disso, a pecuária era a principal atividade econômica da região e a migração de fazendeiros do Maranhão e do Piauí para o Norte de Goiás favoreceu o aumento da densidade demográfica nessa região.

A promoção de políticas criadas pelo Governo Militar em 1966, também influenciou o desenvolvimento da região amazônica, por meio do programa chamado Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que substituiu (SPVEA), com objetivo de incentivar a ocupação e desenvolvimento dessa região (Joanoni Neto e Neto Guimarães, 2019; Romani, Souza e Nunes, 2014).

Para Romani, Souza e Nunes (2014), o plano de integração da região Amazônica e Nordeste se estabeleceu a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230). Para os autores, as articulações desse plano também iriam favorecer a região Norte e Nordeste, aonde parte da população que não era absorvida na economia local poderia migrar para a região Amazônica.

Dessa forma, o processo de desenvolvimento do território do Tocantins foi estimulado pelos projetos de colonização e a construção das Rodovias Belém-Brasília e a Transamazônica (Santos, 2017).

Nesse sentido, esses projetos foram o novo eixo de desenvolvimento econômico e social da região, levando ao surgimento de novos núcleos urbanos e o crescimento de outros (Santos, 2017). Mesmo que a estratégia do governo militar era explorar os recursos naturais, em algumas questões ele acertou.

Ainda sobre a questão das políticas de desenvolvimento que visava intensificar as ações de crescimento da região da Amazônia e Nordeste. No período do governo militar foram criados o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) (Bolwerk, 2014). Esses programas

fazem parte I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/74) visando ocupar os espaços vazios, bem como implementar estratégias de empreendimentos capitalistas na região Amazônica.

Mais tarde surgiu, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/79), que foi implantado a partir dos programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) (Brasil, 1974) de Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) (Brasil, 1975), e do Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (Pergeb) (Brasil, 1976).

Neste sentido, esses programas tinham a finalidade de incentivar a exploração de minérios e o potencial de hidroelétrico, além de promover uma política direcionada ao desenvolvimento de recursos florestais e uso racional dos solos da Amazônia (Bolwerk, 2014; Lira, 2011). Como resultado, a região norte de Goiás foi beneficiada com esses programas e, posteriormente, tornou-se o estado do Tocantins.

Ressalta-se ainda que o processo de formação do território do Tocantins contou com a participação de vários atores, tais como movimentos sociais e a sociedade civil organizada (Celestino, 2016). Além disso, a autora destaca que os atores políticos ganharam destaque, especialmente na figura de José Wilson Siqueira Campos, o primeiro governador do Tocantins.

É certo que formação territorial do Tocantins também foi marcado por conflitos agrários, principalmente na área que hoje é conhecida como a microrregião Bico do Papagaio, (Giraldin, 2017; Sousa e Oliveira, 2017). Conforme os autores, o governo, com a intenção de povoar essa região menos povoada do estado, liberou as terras. Essa região era rica em recursos naturais, principalmente os babaçuais.

Destaca-se que as lutas pela autonomia política do norte goiano, que denominavam a região como Tocantins em referência ao rio de mesmo nome, intensificaram-se a partir de 1987 (IBGE, 2023h).

Desta forma, em 5 de outubro de 1988, foi criado o estado do Tocantins, a partir do desmembramento da região norte de Goiás, por meio do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Brasil (Tocantins, 1989). A criação do estado do Tocantins deu-se no âmbito da promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Em primeiro de janeiro de 1989, foi instalada a capital provisória do estado, que era o município de Miracema do Tocantins, e a Assembleia Legislativa empossou os primeiros parlamentares eleitos (Tocantins, 1989). Nesse contexto, em 20 maio de 1989, foi criada Palmas, planejada para ser a capital definitiva do Tocantins, e instalada em 1º de janeiro de 1990, após a transferência da capital provisória (Palmas, 1990). Até então, o estado contava

com 79 municípios, e até os anos 2000 foram criados mais 44 municípios, totalizando 139 municípios.

Após a criação do estado do Tocantins, percebeu-se a fragilidade das atividades econômicas que sustentavam a região, devido à pouca industrialização e mão de obra disponíveis, notou-se o isolamento econômico dessa região (Oliveira, 2019).

As principais atividades econômicas na região eram a pecuária e a agricultura, o que caracterizava uma economia pouco diversificada e vulnerável. Sendo que, o estado é marcado por desigualdade regional, que herdou do antigo sistema administrativo e continua a desafiar os novos governos (Bolwerk, 2014).

Ressalta-se que o estado do Tocantins faz parte da Amazônia Legal e está localizado na região norte do Brasil, fazendo divisa com seis estados: Maranhão, Goiás, Pará, Piauí, Bahia e Mato Grosso. O estado do Tocantins tem 139 municípios (IBGE, 2025).

Ao longo dos anos, o estado do Tocantins fortaleceu suas estruturas produtivas. Conforme o censo de 2010, sua população era de 1.383.445 pessoas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,69 representando um desenvolvimento médio (IBGE, 2023b, e). Já em 2022, segundo o IBGE, a população censitária foi de 1.511.460 habitantes e o 0,731 0,73 de IDH, com desenvolvimento alto (IBGE, 2025, 2023e).

Conforme o censo de 2025 do IBGE (2025), os municípios mais populosos do estado do Tocantins são: Araguaína, com 171.301. habitantes; Gurupi, com 85.125 habitantes; Porto Nacional, com 64.418 habitantes; Paraíso do Tocantins, com 52.360 habitantes; e Colinas do Tocantins, com 34.233 habitantes. Para o IBGE, Palmas, a capital do Tocantins, tem uma população censitária em 302.692 habitantes em 2022.

4.1.2.1 Região do Bico do Papagaio

Nesta seção, é abordado o contexto do extrativismo no estado do Tocantins, com ênfase na região do Bico do Papagaio, destacando-se alguns fatores históricos que marcaram esse processo. O estado do Tocantins, desde a sua formação foi influenciado pela descoberta da mineração e pelas políticas integracionistas, econômicas e desenvolvimentistas do Governo Militar, que contribuiu para integração da região Norte. A região do Bico do Papagaio, situada no norte do estado do Tocantins, é marcada pela presença de indígenas, quilombolas, fazendeiros e trabalhadores sem-terra, em um contexto permeado por conflitos agrários (Giraldin, 2004).

Em 1950, com o anúncio da construção da rodovia Belém-Brasília, a grilagem de terras se intensificou, levando à expropriação de diversas populações, que migraram para novas áreas. Entre essas, destaca-se a microrregião do Bico do Papagaio, então extremo norte de Goiás e atualmente parte do estado do Tocantins (Brito e Almeida, 2017). Ainda para os autores, a região do Bico do Papagaio, uma das áreas de ocupação pioneira, registrou o maior crescimento populacional após a construção das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, nas décadas de 1950 e 1970, respectivamente.

A dinâmica de ocupação da região do Bico do Papagaio foi influenciada, por parte dos migrantes do Maranhão, Piauí e Ceará, buscavam por terras devolutas para explorar a agricultura e o extrativismo (Sousa; Silva, 2017). A outra questão, foi ideal das terras férteis esteve presente no movimento de ocupação da região, especialmente em relação às terras do cerrado e suas pastagens naturais (Velho, 1972). Nesse contexto, essa ideologia moldou a percepção da terra como um espaço de liberdade, propício para a criação de gado.

Para Kostcho (1981), A violência esteve fortemente presente em toda a região do Bico do Papagaio, como no ocorrido de 1979, na Vila de Sampaio, quando o INCRA proibiu a população local de realizar reuniões, alegando que os trabalhadores rurais planejavam um movimento armado. O poder público federal e os fazendeiros contavam com total apoio da polícia e de autoridades locais, o que se tornava ainda mais preocupante.

A repressão foi vista como uma política de controle associada à ocupação planejada, mas também contribuiu para o surgimento dos posseiros como protagonistas de um processo mais amplo: o intensificar do conflito (Oliveira, 2010). Ainda conforme o autor, não como uma oposição política ao projeto modernizador, que impunha mudanças em seu modo de vida, mas, sobretudo, como um acontecimento que rompia com sua forma de viver e colocava em crise sua sociabilidade, costumes e hábitos.

Os conflitos territoriais se intensificaram, especialmente na década de 1970, com a abertura da rodovia Transamazônica e os incentivos do Governo Federal à ocupação das terras na Amazônia Legal, o que atraiu famílias do sul em busca de terras na região (Brito e Almeida, 2017). Ainda para os autores, esses incentivos também facilitaram a demanda por títulos de propriedade. Esses autores ainda destacam que, com esses títulos, os proprietários expulsavam os legítimos donos de suas terras e ainda ofereciam a possibilidade de trabalho nas fazendas.

Neste cenário, configurou-se um período de formação dos principais grupos de mediação na luta pela terra no Brasil. Para Oliveira (2010), foi nessa conjuntura que nasceu a CPT (Comissão Pastoral da Terra), por volta de 1975. Através da CPT, destaca-se a participação do padre Josimo, que se tornou um símbolo de resistência e lutou ao lado dos trabalhadores

rurais da região. Além disso, ressalta-se a participação de grupos políticos, movimentos sociais e da sociedade civil organizada, nesse processo de luta pela terra (Celestino, 2016).

É importante ressaltar a participação das mulheres quebradeiras de coco na luta pelo direito à terra e pela sustentabilidade dos babaçuais, sendo evidente seu papel nesse processo. Nesse contexto, destaca-se o papel de Raimunda Gomes da Silva, conhecida como Dona Raimunda Quebradeira de Coco, como uma representante da luta pela terra e pelos recursos naturais (Sousa; Oliveira, 2017).

As questões ligadas ao extrativismo estão centradas nos conflitos gerados pelo confronto entre duas estratégias distintas de ocupação do território, conduzidas por diferentes grupos sociais. A primeira, associada ao mercado e ao Estado, por meio de grandes projetos de investimento em infraestrutura e modernização da agricultura. A segunda, protagonizada pela população de pequenos agricultores, dispersa, desmobilizada e desorganizada, que foge da seca e da expropriação.

5 DESENVOLVIMENTO LOCAL E OU ENDÓGENO

Nesse capítulo, tem-se como finalidade apresentar as abordagens acerca do desenvolvimento local. A discussão em torno da temática do desenvolvimento continua sendo relevante em qualquer sociedade, considerando as alterações que podem ser geradas em suas estruturas econômicas, sociais e ambientais.

O processo de desenvolvimento foi marcado, por volta de 1950, pelas evidências de crescimento econômico, principalmente relacionadas à industrialização dos países (Escobar, 2007; Furtado, 2009, 2012). No entanto, a industrialização não resultou em crescimento econômico para todos os países, especialmente em países com industrialização tardia, como o Brasil.

Destaca-se que foi a partir de 1960 que os estudos sobre o desenvolvimento passaram a centralizar a abordagem nas condições de vida, considerando o consumo e adicionando os indicadores sociais, considerando a qualidade de vida dos indivíduos (Calegare e Silva Júnior, 2011). Assim, entre 1960 e 1970, passou-se a incorporar no desenvolvimento o conceito de desenvolvimento social ou socioeconômico, considerando a problemática da pobreza (Bellingieri, 2017).

Para Sachs (2011), nesse sentido alguns fatores influenciaram o desenvolvimento nesse período, como a urgência na questão ambiental, o crescimento econômico, a ênfase nas necessidades humanas básicas e a sustentabilidade do planeta. Para o autor, surgiu o paradigma do desenvolvimento sustentável, que indicava o crescimento econômico para diminuir a pobreza e amenizar os problemas ambientais. Esses fatores foram considerados relevantes para o processo de desenvolvimento.

No final do século XX, muitos fatores, tais como a globalização, a inovação tecnológica e as mudanças nos sistemas produtivos, modificaram a abordagem e a ênfase das discussões sobre o processo de desenvolvimento (Focchezatto, 2010).

Nesse sentido, o desenvolvimento em qualquer abordagem pode ser entendido como resultado do crescimento econômico seguido de transformações na condição de vida das pessoas (Oliveira, Larges e Dantas, 2010). De acordo com Sen (2010), o crescimento econômico não é a única finalidade do desenvolvimento, mas sim uma forma de ampliar as oportunidades para as pessoas poderem acessar melhores condições de vida. Segundo Borges (2007), o desenvolvimento consiste em um processo de transformação social cujo objetivo é promover a igualdade de oportunidades sociais, políticas e econômicas.

Neste contexto, as novas abordagens sobre o desenvolvimento, não se predomina mais o modelo de crescimento econômico classifíco, que centralizava no acúmulo de capital. Dessa forma, o desenvolvimento ganha novas adjetivações, motivado pelo surgimento de novas abordagens.

Diante desse contexto, o desenvolvimento local é uma abordagem do desenvolvimento que se destacou a partir da década de 1970, com maior força a partir de 1990, quando as políticas de descentralização tiveram impactos positivos nos países europeus, assim como nos países em desenvolvimento (Barquero, 2002; Llorens, Albuquerque e Del Castillo, 2002). Ainda segundo os autores, isso ocorreu quando o desenvolvimento local passou a empregar novos aspectos produtivos, focando na própria localidade.

O conceito de desenvolvimento local possibilita outras perspectivas, tais como a discussão de novas possibilidades de produção econômica, capazes de impactar o desenvolvimento nos territórios. Para Mballa (2017) a concepção desenvolvimento local é repleto de ambiguidades, incertezas e dificuldades em sua definição. Cabe salientar que a partir da introdução de novos elementos no desenvolvimento local, passou-se a considerar a concepção de coletividade com foco na participação da sociedade no processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento regional ou local era pensado de maneira nacional (Bastos, 2005). Para a autora, as políticas de desenvolvimento caracterizadas pela industrialização consideravam somente os grandes empreendimentos, sendo que o local era visto apenas como uma reserva de recursos e atividades, utilizada como suporte para a economia nacional.

O desenvolvimento local passou a se tornar prioridade e as políticas centrais começaram a ser transferidas para as políticas de desenvolvimento regional e local, atendendo níveis menores como estados e municípios (Bellingieri, 2017). Arocena (1995), questiona que o desenvolvimento local não possa ser pensado isoladamente, sem considerar sua conexão com o desenvolvimento regional, nacional ou global.

Segundo Figueira (2011), todo o processo de desenvolvimento endógeno está relacionado ao desenvolvimento local de forma assimétrica, podendo ocorrer em escalas supralocais e regionais. Para Ávila *et al.* (2000, p. 82-83) “caráter endógeno do desenvolvimento local é que o distingue fundamentalmente de todas as demais propostas e estratégias de desenvolvimento voltada às comunidades-localidades até agora inventadas e reinventadas”.

Dessa forma, o pressuposto do desenvolvimento local é atender as necessidades e demandas da população local por meio da participação efetiva da comunidade. Nesse contexto,

o desenvolvimento local não se restringe à esfera econômica, mas inclui também as populações (Piffer *et al.*, 2007). E passou a incorporar termos como participação, governança e capital social no contexto do desenvolvimento local (Dansero, Giaccaria e Governa, 2009). E valorizou a participação ativa dos sujeitos locais na construção de soluções sustentáveis e inclusivas do local.

Nesse processo, considera o capital social surge como um fator estratégico. Para Oliveira (2020, p. 1704) “o capital social assume patente visibilidade enquanto recurso potencial de desenvolvimento, tanto mais pelo fato de que tem seu aporte na dimensão cultural e não apenas sociológica ou espacial”.

Dessa forma o desenvolvimento local deve ser entendido como um processo endógeno, impulsionado pelo capital social e suas interações. Assim, o capital social refere-se à capacidade de organização local, considerando os fatores internos (endógenos) das localidades (Figueira, 2011). Ainda para o autor, a maneira como os atores sociais se relacionam e se organizam é fundamental para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico e sustentável de um local.

Putnam (2007), defini capital social como um conjunto de elementos possuído por uma sociedade por meio de uma rede de trabalho, na qual se valorizam as relações sociais, a colaboração, confiança e a igualdade, visando o bem-estar e a autonomia, onde a sociedade são responsáveis por suas próprias iniciativas de desenvolvimento. Para o autor, a sociedade é responsável por suas próprias iniciativas de desenvolvimento.

É a capacidade de organização social que determinará o nível de capital social, constituindo um fator que pode explicar tanto o crescimento quanto o declínio do desenvolvimento econômico (Putnam, 2007).

O capital social se configura como um importante instrumento no processo de desenvolvimento local (Moraes, 2003). Dessa forma, o capital social se resume na participação ativa da sociedade, sendo essa ação coletiva capaz induz o desenvolvimento local.

De acordo com Figueira (2011), a estratégia de desenvolvimento local, construída a partir do envolvimento ativo da população e fundamentada nas relações entre os atores locais e o território em que vivem e atuam, é a única forma capaz de atrair pessoas e viabilizar projetos de vida estáveis para os que habitam a região. Esses elementos reforçam a ideia de que o processo de desenvolvimento local pode ser compreendido como um importante promotor de capital social dentro de uma comunidade.

Diante desse contexto, Oliveira (2020) discute o desenvolvimento local a partir de duas vertentes: a primeira, de concepção tradicional, foca na dimensão econômica; a segunda adota

uma visão holística, na qual o ser humano é reconhecido como agente transformador de sua própria localidade.

A vertente tradicional/convencional é fundamentada nos aportes teóricos da escola neoclássica, segundo a qual o desenvolvimento de uma localidade é determinado por fatores como a localização geográfica, os custos de transporte, a disponibilidade de insumos e as forças aglomerativas (Perroux 1967; Boudeville 1973; Myrdal (1957) e Oliveira, 2020). Essas forças interagem com o ambiente de pesquisa e inovação, bem como com as empresas presentes na localidade e em seu entorno (Weber, 1909; Marshall, 1890).

Na vertente holística, a abordagem atua como um potencial analítico para a compreensão da totalidade socioespacial, devendo, porém, evitar a tentação funcionalista de tratá-la como um organismo vivo (Oliveira, 2020). Essa vertente é mais humanista, valoriza as pessoas em sua essência e considera o crescimento econômico como um meio para reduzir as privações e aflições humanas (Sen, 2000, 2008). Dessa forma, aborda-se alguns conceitos de desenvolvimento local voltada a essa vertente.

Nessa concepção, Buarque (1999, p. 10) afirma que o desenvolvimento local “requer sempre alguma forma de mobilização e as iniciativas dos atores sociais em torno de um projeto coletivo”. Conforme Barquero (2002) e Moraes (2003), o desenvolvimento local se fundamenta em fatores relevantes como o capital humano, infraestrutura, marco regulatório, formação de redes e o potencial de produção local.

Para Barquero (2002) e Bresser-Pereira (2014), o desenvolvimento local tem o entendimento nas localidades, territórios, aproveitamento dos recursos, produtividade e na competitividade dinamizado a economia para gerar resultados favoráveis, ou seja, vai gerar crescimento econômico.

Buarque (1999, p. 09), defini desenvolvimento local que “é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”. Sendo assim, o desenvolvimento local pode gerar mudanças significativas nas estruturas sociais e econômicas de uma região. Considerando os interesses locais.

Para Martins (2002, p. 52) “desenvolvimento local proporcional à escala humana deve ser entendido como a satisfação das necessidades humanas fundamentais através do “protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa””.

Dessa forma, o desenvolvimento local representa uma expressiva transformação nas bases econômicas, instituições sociais da localidade, resultado da mobilização social, por meio da extração das potencialidades próprias (Buarque, 1999). Para Oliveira, Silva e Lovato (2014),

o desenvolvimento local é marcado pela preocupação em melhorar a qualidade de vida das pessoas, através do aproveitamento da capacidade econômica das localidades, sem muda as características do lugar, mas preservando os recursos naturais, culturais e históricos.

Buarque (1999, p. 09), reforça que o desenvolvimento local é consistente e sustentável quando “elevar as oportunidades sociais e a viabilidade da economia local, ao mesmo tempo, assegurar a conservação dos recursos naturais”.

O desenvolvimento tem como base valorização das potencialidades locais e das especificidades de cada região, podendo ser endógeno (Barquero, 2002 e Oliveira, Piffer e Strassburg, 2018,). Ainda conforme os autores, as políticas direcionadas a essas localidades, precisam considerar todas as dimensões, não somente a econômica, mas também, reduzir as desigualdades.

Portanto, Barquero (2002), ressalta que o desenvolvimento local deve conciliar os fatores econômicos, sociais e ambientais, assim como os recursos locais, com o intuito de gerar igualdade socioeconômica para as comunidades locais. Para Oliveira (2020, p. 1707) a visão avançada do desenvolvimento local “tem em pauta a preservação do meio ambiente, do extrativismo sustentável; a democracia é tida como participativa; sua característica é libertadora, preza a integração, o pertencimento, valoriza os saberes locais e por fim reconhece o sujeito como meta do desenvolvimento”.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO

Nesta seção, apresenta-se detalhadamente a metodologia utilizada, seguindo as etapas necessárias para alcançar os objetivos propostos na pesquisa.

6.1 Caracterização da área de estudo

O campo de estudo desta pesquisa foi os estados do Amapá e do Tocantins que são delimitados geograficamente pela região da Amazônia Legal (BRASIL, 1995; IBGE, 2023f). A demarcação da região da Amazônia Legal pretende promover a inclusão do desenvolvimento sustentável, a integração e a competitividade da produção regional com a economia nacional e internacional, bem como a implementação de políticas públicas (BRASIL, 2007a).

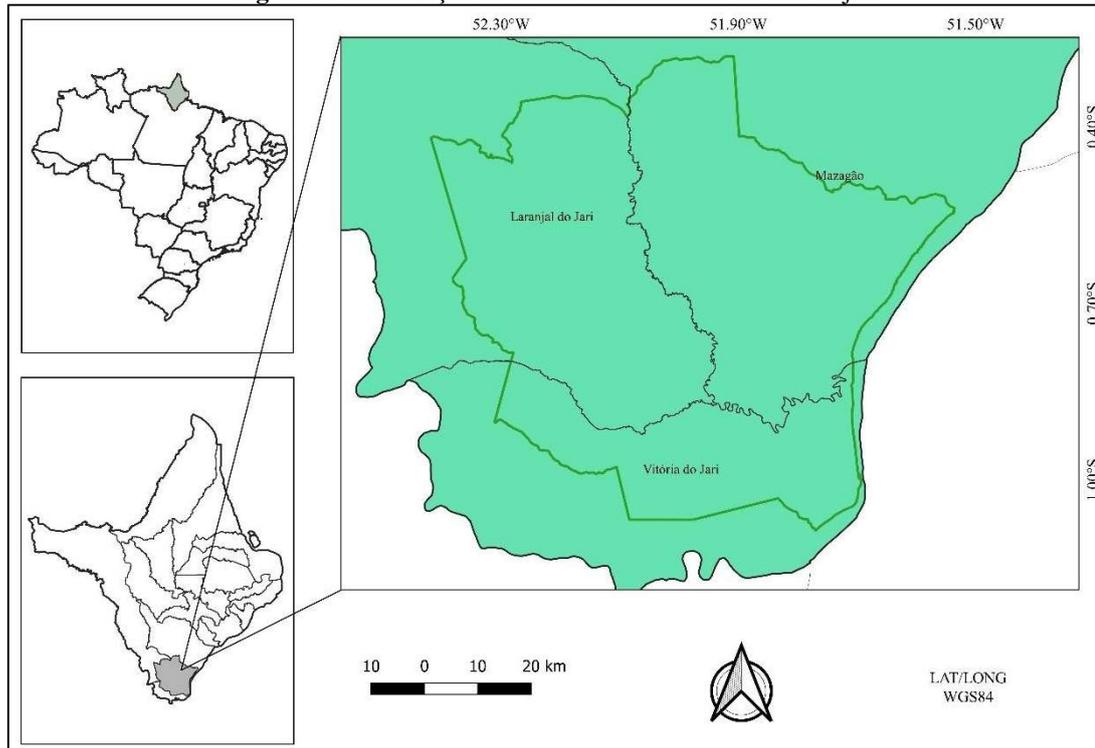
Dessa forma, o estado do Amapá pertence ao bioma da floresta amazônica, enquanto o Tocantins situa-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a floresta amazônica (MMA, 2023b). Com o propósito de preservar e defender essa região, foram desenvolvidas estratégias de sustentabilidade. Portanto, essa região é protegida por leis e regulamentações federais, estaduais e municipais, garantindo assim a preservação ambiental e a manutenção da sua integridade.

Uma das formas de preservação ambiental são as Unidades de Conservação (UCs). De acordo, com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o estado do Amapá possui 17 Unidades de Conservação e o estado do Tocantins tem 27 (MMA, 2023a). Diante desse contexto, o *locus* da pesquisa será na Reserva Extrativista do Rio Cajari, no estado do Amapá, e na Reserva Extrativista no Extremo Norte do Tocantins, no estado do Tocantins.

6.1.1 Reserva Extrativista do Rio Cajari no estado do Amapá

A Reserva Extrativista do Rio Cajari localiza-se na região sul do Estado do Amapá. Foi instituída por meio do Decreto n.º 99.145/1990, para assegurar a exploração sustentável e a preservação dos recursos naturais renováveis (Brasil, 1990a).

A RERC, além da preservação ambiental, tem como propósito de beneficiar as populações extrativistas dos municípios de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Mazagão, que têm como modo de vida tradicional a exploração sustentável dos recursos naturais (Brasil, 1990a). Desse modo, ao mesmo tempo, em que se promove a conservação dos recursos naturais, também fomenta o desenvolvimento socioeconômico das populações locais. A Figura 5 mostra a localização da Resex do Rio Cajari.

Figura 5: Localização da Reserva Extrativista do Rio Cajari

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A população censitárias em 2022 dos municípios que pertencem a RESEX do Rio Cajari são de 68.329 habitantes, sendo: i) Laranjal do Jari, com 35.114 habitantes (IBGE, 2024c); ii) Mazagão, com 21.924 habitantes (IBGE, 2024d); iii) Vitória do Jari, com 11.291 habitantes (IBGE, 2024e).

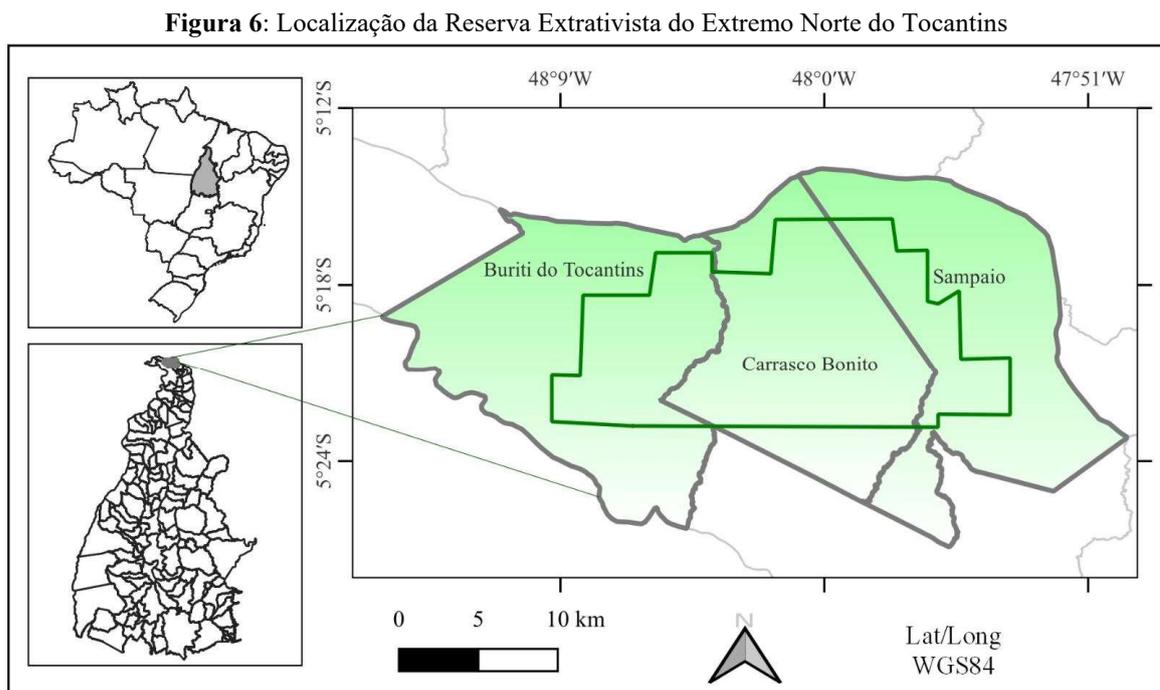
As famílias da Resex do Rio Cajari vivem do extrativismo, mas associadas a outras atividades, como a agricultura (Teixeira *et al.*, 2018). Para os autores, algumas delas ainda utilizam os produtos da reserva somente para seu próprio consumo, enquanto outras exploram como atividade econômica. Na Resex do Rio Cajari, segundo os autores, são explorados castanha-da-Amazônia, açaí, bacaba, uxi, dentre outros frutos, destaca-se a agricultura em roças manuais e a criação de animais como ovinos e suínos.

A área da RERC é dividida em Alto Cajari, Médio Cajari e Baixo Cajari. O Alto Cajari é constituído por terras firmes, com predominância de maciços castanhais (Filocreão 2007 e Paula Filho, *et al.*, 2020). Ainda conforme os autores, o Médio e o Baixo Cajari são compostos por campos alagados e apresentam elevada densidade de açizais. A pesquisa foi realizada na região do Alto Cajari, composta 13 comunidades, sendo uma região com dinâmica diferente do médio e baixo Cajari.

Este estudo, que foi realizado na Resex do Rio Cajari, teve como objeto de pesquisa a castanha-da-Amazônia, com enfoque nos aspectos históricos, socioeconômicos e considerado as vozes dos atores locais.

6.1.2 Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins no estado do Tocantins

A Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins está localizada na microrregião do Bico do Papagaio, no Estado do Tocantins. Foi criada pelo Decreto n.º 535/1992, com uma área aproximada de 9.280 hectares, para fins de interesses sociais e ecológicos (Brasil, 1992a). Também como a Resex do Rio Cajari, essa reserva promove a conservação dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento socioeconômico das populações locais. Figura 6, apresenta-se a localização da Resex do Extremo Norte do Tocantins.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A população censitárias estimadas em 2021 dos municípios que pertencem a Resex do Extremo Norte do Tocantins são de 17.840 habitantes, sendo: i) Buriti do Tocantins, com 10.307 habitantes (IBGE, 2024a); ii) Carrasco Bonito, com 3.318 habitantes (IBGE, 2024f) ; iii) Sampaio, com 4.215 habitantes (IBGE, 2024g).

Na REENT é feito a exploração da amêndoa do babaçu, sendo uma atividade geralmente praticada por mulheres (Teixeira, Moreira e Silva, 2018). Ainda conforme os autores, a

atividade econômica principal é a extração e comercialização da amêndoa de babaçu, mas também é praticada a agricultura familiar, através do plantio de arroz, milho, feijão, dentre outros, sendo principalmente para o consumo de suas famílias.

A dinâmica da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins difere daquela observada na Resex do Rio Cajari, uma vez que os extrativistas residem no entorno da unidade, distribuídos em quatro povoados pertencentes aos municípios de abrangência da Resex. Essa configuração se deve ao fato de que a área da REENT, ainda não foi formalmente regularizada quanto à sua delimitação territorial.

O estudo foi realizado na Resex do Extremo Norte do Tocantins, teve como objeto de pesquisa o babaçu, com enfoque nos aspectos históricos, socioeconômicos e as vozes dos atores locais.

6.2 Características e abordagens da pesquisa

Esta pesquisa foi fundamentada pela abordagem de pesquisa qualitativa. O campo da pesquisa foi a Resex do Rio Cajari e a Resex do Extremo Norte do Tocantins, considerando a percepção dos atores locais da castanha-da-Amazônia e do babaçu nos estados do Amapá e do Tocantins.

Foi realizada uma pesquisa de campo. Para Vergara (2016), esse tipo de pesquisa está relacionado ao local de estudo. A natureza da pesquisa foi aplicada, considerando tanto a percepção dos atores locais da castanha-da-Amazônia e do babaçu, visando compreender a economia extrativista através das reservas extrativistas e seu potencial para o desenvolvimento local. Para Bentley, Gulbrandsen e Kyvik (2015), esse tipo de pesquisa, é a geração de conhecimento e com envolvimento de interesses locais.

A pesquisa foi classificada como exploratória. Para Palagi *et al.* (2017), esse tipo de pesquisa tem como finalidade a exploração do objeto de estudo para gerar maior conhecimento sobre a temática. Nesse sentido, essa pesquisa procurou conhecer os fatos sobre a realidade da economia do extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá e do babaçu no estado do Tocantins, na perspectiva de desenvolvimento local.

A pesquisa apresentou características descritivas, considerando a intenção de descrever e interpretar o evento observado (Osorio, Lobato e Castillo, Del, 2009), sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia e do babaçu, tendo em vista o desenvolvimento dos estados do Amapá e do Tocantins.

Foi uma pesquisa com abordagem qualitativa. Yin (2016) destaca que a pesquisa qualitativa é de verificação, marcada por diferentes aspectos metodológicos. Ainda segundo o autor, esse tipo de pesquisa consegue captar a percepção dos atores participantes da pesquisa. Portanto, a pesquisa buscou qualitativamente entender a complexidade das relações sociais e econômicas e como influenciaram o desenvolvimento local, a partir da percepção dos atores locais da castanha-da-Amazônia e do babaçu.

6.2.1 Discurso do Sujeito Coletiva (DSC)

Neste subcapítulo, o estudo buscou representar a visão dos atores ligados ao extrativismo da castanha-da-Amazônia na Resex do Rio Cajari no Amapá e do babaçu na Resex do Extremo Norte. A evolução do extrativismo e o desenvolvimento local desses territórios, buscando entender a realidade desses ambientes a partir dos atores castanha-da-Amazônia e do babaçu.

A pesquisa qualitativa procurou qualificar e entender o ambiente social na obtenção do conhecimento (Flick, 2017). Nesse sentido, esta pesquisa buscou caracterizar os aspectos sociais e econômicos sobre a evolução histórica do extrativismo da castanha-da-Amazônia e do babaçu nos territórios do Amapá e Tocantins e o desenvolvimento local, na percepção dos atores locais da castanha-da-Amazônia e do babaçu. Para o autor, a pesquisa qualitativa permite a utilização de diferentes métodos e uma análise mais profunda.

Nesse contexto, o método de análise foi a técnica qualitativa do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que se apoia na Teoria da Representatividade Social (TRS) do francês Serge Moscovici (Moscovici, 2015). Sua teoria deu origem ao campo da representação social, que para o autor, se caracteriza por um agrupamento de valores, concepções, práticas e costumes de um grupo, para normatizar o mundo e indicar seu comportamento.

Para Moscovici (2015), as representações coletivas não atendem à individualidade atual, uma vez que os fenômenos sociais presentes estão relacionados à vivência individual. As representações coletivas foram influenciadas pela base teórica da produção sociológica de Durkheim (Durkheim, 2014).

Segundo Moscovici (2015), a representação social simboliza que o indivíduo faz parte da elaboração da realidade social e não apenas a reproduz passivamente, mas esse indivíduo participa individualmente na construção dela. As representações sociais geram instrumentos que nos possibilitam explorar o conteúdo de um elemento (Jodelet, 2013). Dessa forma, foi possível definir a identidade dos atores locais do extrativismo da castanha-da-Amazônia e do

babaçu no território do Amapá e do Tocantins, bem como extrair individualmente os elementos que auxiliam na investigação da coletividade.

A técnica de interpretação do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) visa analisar dados qualitativos de caráter verbal. Para a construção do discurso, é preciso coletar os dados, no caso, o discurso verbal (Lefevre e Lefevre, 2005, 2012). Ainda segundo os autores, essa técnica pode ser utilizada em pesquisas sociais de qualquer área que esteja relacionada a dados verbais, sendo possível expor as opiniões individuais coletivamente.

Em síntese, de acordo, com Lefevre e Lefevre (2005, 2012) e Lefevre, Lefevre e Marques (2009), o DSC é uma técnica de processamento de dados (discurso) que dá origem ao discurso-síntese elaborado na primeira pessoa do singular, por meio de processos sistemáticos e normatizados.

Dessa forma, essa pesquisa buscou entender historicamente a economia extrativa da castanha-da-Amazônia no Amapá e do babaçu no Tocantins, através do discurso dos atores, colhidos individualmente e analisados, construídos e apresentados coletivamente. Sendo considerado um discurso único, agrupados por ideias semelhantes.

Segundo Gondim e Fischer (2009), a técnica do DSC não precisa seguir um critério quantitativo, pois a manifestação individual sempre aparece coletivamente. Nas pesquisas com o DSC, os dados são coletados por meio de entrevistas individuais com questões abertas para que o discurso coletado se torne individual e o participante da pesquisa possa se expressar (Lefevre e Lefevre, 2005).

Conforme Lefevre e Lefevre (2012), a entrevista é o instrumento de pesquisa qualitativa mais utilizado para a realização do DSC, mas os dados também podem ser coletados, por meio de depoimentos, artigos, entre outros. Nesse sentido, para a realização dessa pesquisa, foi utilizada a entrevista semiestruturada (Apêndices C a F).

6.2.1.1 Etapas para realização do DSC

Para a elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo, foi necessário realizar algumas etapas. Neste sentido, para Lefèvre e Lefèvre (2005), a construção do DSC é formada por quatro elementos, sendo três operacionais e um de resultado. Os elementos operacionais são: i) Expressões-Chave (E-Ch); ii) Ideias Centrais (ICs); iii) Ancoragens (ACs). O resultado dessas operações, é o seguinte: iv) Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs). Na construção do DSC, podem ser utilizados conectivos para sequenciar as E-Ch e garantir a coesão textual nos discursos (Lefèvre, 2017).

Ainda nesse contexto, as Expressões-chave são as transcrições literais das entrevistas que revelam a essência do conteúdo (Lefèvre, 2017; Lefevre e Lefevre, 2005). Para os autores, as Ideias Centrais é um conjunto de respostas (transcrição das entrevistas) dos participantes e apresentam sentidos semelhantes ou similares, elas completam as Expressões-chave. Ainda conforme os autores, as Ancoragens são fórmulas sintéticas que descrevem não os sentidos, mas as ideologias, valores e crenças presentes no material transcrito, ou seja, são os temas presentes nas respostas dos participantes.

Para realizar os DSCs desta pesquisa, o primeiro elemento foi feito a transcrição das 50 entrevistas, conforme gravadas em áudio, com cada questão separada. Após transcritas e analisadas foram selecionadas as Expressões-chave de cada questão. No Segundo elemento, foram realizadas a identificado e a nomeação de uma ou mais das Ideias Centrais e/ou Ancoragens de presentes nas frases selecionadas, visando identificar as semelhanças e diferenças entre elas.

As Ideias Centrais/Ancoragens semelhantes foram agrupadas em uma única designação, a qual são as Ideias Centrais/Ancoragens-síntese. O terceiro e último elemento foi o agrupamento de todos os elementos (Expressões-Chave e as Ideias Centrais/Ancoragens), reunindo todas as respostas em uma só categoria, formando os Discursos do Sujeito Coletivo de cada categoria, apresentados nos resultados da pesquisa.

Dessa forma, foram construídos os DSCs, agrupando as E-Chs dos referentes depoimentos, onde as ICs mostraram sentidos semelhantes. O discurso foi elaborado na primeira pessoa do singular, mas evidencia a voz da coletividade. Assim, foi possível analisar a percepção dos atores locais do extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá e do babaçu no estado, sendo os discursos individuais (entrevistas) tratados como uma coletividade.

Através da análise do DSC dos atores locais, foi possível compreender como vem se desenvolvendo historicamente o extrativismo da castanha-da-Amazônia na RESEX do Rio Cajari, no estado do Amapá, e do babaçu na RESEX do Extremo Norte, no estado do Tocantins, bem como a estrutura socioeconômica desses territórios.

6.2.1.2 Instrumento e procedimentos da coleta de dados para a construção do DSC

Com o intuito de atender aos objetivos e às características do estudo, foi utilizado um dos instrumentos de investigação, visando responder o problema de pesquisa.

Dessa forma, o instrumento de coleta de dados neste estudo foi a entrevista, sendo elaborada uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas (Apêndices C e F), aplicada aos atores locais da castanha-da-Amazônia no Amapá e do babaçu no estado do Tocantins, descritos como políticos, econômicos e sociais (Quadro 1). Neste sentido, o roteiro da entrevista foi composto por três partes:

- i. Identificação dos atores e relação com o extrativismo da castanha-da-Amazônia no Amapá e do babaçu no Tocantins;
- ii. Questionamentos sobre o histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da Resex do Rio Cajari no estado do Amapá e do babaçu da Resex Extremo Norte no estado do Tocantins.
- iii. O extrativismo da castanha-da-Amazônia, depois da Resex do Rio Cajari no estado do Amapá e do babaçu Resex Extremo Norte no estado do Tocantins.

Foram realizadas quatro entrevistas pré-teste, duas com especialistas em extrativismo da castanha-da-Amazônia e do babaçu, e duas com extrativistas. O resultado do pré-teste possibilitou um retorno sobre as questões, sendo necessário fazer ajustes, sendo identificado a necessidade de adaptar as questões para os extrativistas. Assim, a entrevista pôde ser realizada com segurança e rigor para atender às necessidades da pesquisa.

A forma de realização das entrevistas foi, primeiramente, por contato telefônico, e-mail e pessoalmente com os atores locais da castanha-da-Amazônia e do babaçu, onde foram convidados a participar da pesquisa. Antes foram fornecidas informações aos participantes, informando que a pesquisa só tinha finalidade acadêmica e os cuidados na manipulação dos dados, que serão mantidos em sigilo, conforme o Apêndice A. Ao aceitar participar da pesquisa, foi agendado previamente um horário, considerando a disponibilidade do entrevistado.

Com a concordância dos atores locais da castanha-da-Amazônia e do babaçu em participar da entrevista, os respondentes foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Apêndice B. Foi entregue uma cópia dos Apêndices A e B, e a pesquisadora se comprometeu a disponibilizar uma cópia do resultado desta pesquisa.

O cronograma para a realização das entrevistas foi organizado para se encerrar em 7 meses, com a realização ocorrendo de julho de 2023 a janeiro de 2024.

Foram realizadas 50 entrevistas, sendo 26 com atores locais de castanha-da-Amazônia no estado do Amapá e 24 aos autores locais do babaçu do estado do Tocantins. As entrevistas foram realizadas in loco, nos estados do Amapá e Tocantins, em contato direto com os atores

locais, nos horários de disponibilidade dos participantes, cada entrevista levou em média uma hora. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, e cada participante concedeu autorização por meio do Termo de Consentimento (Apêndice B).

A pesquisa é de natureza qualitativa, e a amostra não tem sentido probabilístico (Bauer, Gaskell e Allum, 2017). Ainda conforme os autores, essa amostra não é definida aleatoriamente, mas com base nas características específicas da pesquisa. Dessa forma, a amostra da pesquisa foi intencional. Para Guerra (2006) e Flick (2017), a amostra intencional consiste em identificar e selecionar participantes que já têm conhecimento prévio sobre o tema. Sendo assim, foram selecionados os atores locais da castanha-da-Amazônia e do babaçu que já tinham conhecimento sobre o extrativismo nos estados do Amapá e do Tocantins.

Neste contexto, através das entrevistas foi possível identificar e conhecer a visão dos atores locais da castanha-da-Amazônia e do babaçu sobre as transformações que ocorreram no extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá e do babaçu no estado do Tocantins.

6.2.1.3 Atores locais de castanha-da-Amazônia e do babaçu

Para compreender o contexto histórico e a influência do extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá e do babaçu no estado do Tocantins, foi realizada a análise do discurso dos atores locais.

Neste contexto, os participantes da pesquisa foram os atores locais da castanha-da-Amazônia e do babaçu, definidos como sociais, políticos e econômicos. Essa organização foi considerando a abordagem institucional, onde as instituições assumem diferentes papéis na sociedade e incentivam a colaboração entre os atores (North, 1990). Ainda para o autor, é necessário assumir as limitações formais e as regras formais, ou seja, considerar as normas e condutas recebidas e as regras para atender seus interesses e garantir o cumprimento.

Para North (1993), a estrutura de incentivos de uma sociedade é sustentada pelas instituições, sendo essas instituições políticas, econômicas e sociais decisivas para o resultado econômico. Ainda segundo o autor, as organizações são compostas por grupos de indivíduos para alcançar um objetivo. Ele ainda afirma, esses grupos incluem atores políticos, econômicos e sociais. Enfim, para o autor, a relação entre instituições e organizações influencia o comportamento da economia. Destacam-se os estudos de Oliveira (2015), Queiroz (2019) e Oliveira e Queiroz (2021), os quais utilizaram a abordagem institucional.

Já as organizações foram classificadas, considerando Maximiano (2007), como organizações política, econômica e sociais, pois os atores locais (individual) são melhor representados, por meio das organizações, ou seja, em ações coletivas, do que cada um trabalhando individualmente.

Nesse contexto, no Quadro 1 estão apresentadas as organizações e instituições (política, econômica e social), com seus representantes, com abordagem institucionalista, considerando a relevância desses grupos como contribuintes do desenvolvimento local através do extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá e do babaçu no estado do Tocantins.

Quadro 1: Representantes das Organizações e Instituições do estado do Amapá e Tocantins

RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI		RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS	
Organizações	Atores locais da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá	Organizações	Atores locais do babaçu no estado do Tocantins
Políticos (5 Participantes)	Instituto Chico Mendes De Conservação da Biodiversidade (ICMBio/Macapá)	Políticos (6 Participantes)	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio/Imperatriz)
	Câmara Municipal de Laranjal do Jari		Câmara Municipal de Carrasco Bonito
	Secretaria municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento		Câmara Municipal Sampaio
	Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá escritório de Laranjal do Jari (RURAP)		Secretaria Municipal do Meio de Carrasco Bonito
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Amapá (EMBRAPA)	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social de Sampaio		
-	Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária e Pesca de Sampaio		
Econômicos (12 Participantes)	Extrativistas	Econômicos (9 Participantes)	Extrativistas
	Ex gestor da empresa Jari Celulose		Miniusina de extração de óleo de babaçu
	Sistema de Cooperativas do Amapá (OCB-AP)		Entrepasto Viva Babaçu

	Cooperativa Mista Agroextrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari (COMAJA)		-
	Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari (COOPERALCA)	Sociais (9 Participantes)	Extrativistas
	Cooperativa de Mulheres do Alto Cajari (COPEMAC)		Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (ARENT)
	Cooperativa Mista Agroextrativista dos Produtores do Vale do Jari (COOPERFLORA)		Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carrasco Bonito
Sociais (9 Participantes)	Extrativistas		Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
	Universidade Federal do Amapá (UNIVAP)		Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP)
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP)		Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
	Associação de Mulheres Agroextrativista do Alto Cajari (AMAC)		-
	Associação de Mulheres Moradoras e Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Sociobiodiversidade no Alto Resex Cajari (AMOBIL)	-	
	Associação de Trabalhadores Agroextrativista do Cajari (ASTEXCA)	-	

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa (2025).

Os atores locais foram selecionados para participar da pesquisa com base em sua relação com o extrativismo da castanha-da-Amazônia, no estado do Amapá, e do babaçu, no estado do Tocantins, conforme (Apêndices C e F) e selecionados (i. Identificação dos atores e relação

com o extrativismo da castanha-da-Amazônia no Amapá e do babaçu no Tocantins) . Dessa forma, nesta pesquisa, os atores locais foram identificados como atores locais da castanha-da-Amazônia e atores locais do babaçu.

As organizações e instituições atuam como agentes de desenvolvimento local, exercendo influência nesse contexto. Assim, com base no discurso dos atores locais relacionados à castanha-da-Amazônia e ao babaçu, é possível inferir novas interpretações sobre o extrativismo nos estados do Amapá e do Tocantins.

6.2.1.4 Processamento dos dados e construção do DSC do estudo

Para elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo dos atores locais da castanha-da-Amazônia e dos atores locais babaçu entrevistados, foi utilizado *software Web Qualitative Data Analysis* (WebQDA), versão online. O software WebQDA oferece apoio às pesquisas com análise qualitativa e pode ser utilizado por estudantes, docentes e pesquisadores (Freitas *et al.*, 2016).

O software WebQDA permite a criação de categorias, codificação, controle e análise dos dados, com o propósito de responder às questões investigadas (Freitas *et al.*, 2016; Souza, Costa e Moreira, 2011) . Ainda para os autores, o software possibilita organizar e inserir os dados da pesquisa, que podem ser textos, imagens, vídeos ou áudios. Alguns estudos, como os de Pessoa *et al.* (2016), Medeiros (2019), utilizaram o software WebQDA para analisar o Discurso do Sujeito Coletivo.

Ainda no contexto, sobre a construção dos DSCs do estudo. Na primeira etapa foi feita as transcrições das entrevistas em arquivos no *software Microsoft Excel*. Os dados foram organizados de maneira que cada questão, juntamente com as respostas correspondentes de cada entrevistado, foi salva em documentos separados. Posteriormente, foram cadastrados no *software WebQDA* o projeto da castanha-da-Amazônia e o projeto do babaçu, e inseridas as questões do roteiro de entrevista com as respostas dos participantes no *software*.

A segunda etapa consistiu na seleção das Expressões-Chave e Ideias Centrais presentes nas respostas, seguida da categorização, em que as respostas foram agrupadas de acordo com sentidos semelhantes e complementares. Assim, as respostas foram organizadas em categorias, e cada uma delas gerou um Discurso do Sujeito Coletivo, como pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2: Categorias que gerou os DSC

Discursos do Sujeito Coletivo dos atores locais da castanha-da-Amazônia		Discursos do Sujeito Coletivo dos atores locais do babaçu	
Extrativismo antes da RERC	Lutas e resistência	Extrativismo antes da REENT	Lutas e resistências
	Dependência do patronato		Exploração do babaçu e da agricultura
	Terras controladas por empresa privada		Mudanças no território
Extrativismo depois da RERC	Autonomia e autogestão	Extrativismo depois da RERC	Resex ficou no papel
	Preservação dos recursos naturais		Desmatamento na Resex
	Comercialização e instituições		Visibilidade e valorização do babaçu
	Participação política		Participação política
	Participação social		Participação social e ambiental
	Participação política, social e ambiental		Mudanças sociais pela REENT
	Infraestrutura local		Mudanças sociais pela municípios
	Habitação		Não houve mudanças sociais
	Educação		Valorização do preço do babaçu
	Saúde		Criação das instituições da REENT
	Não haver mudanças sociais		Não houve mudanças econômicas
	Autonomia na comercialização da castanha		Ocorreram poucas mudanças ambientais
	Criação das instituições da RERC		Não houve mudanças ambientais
	Não houve mudanças econômicas		Políticas federais
	Instituições parceiras da Resex		Políticas estaduais
	Institucionalização de preservação ambiental na Resex		Políticas municipais
	Conscientização sobre a preservação na Resex		Parcerias privadas
	Instituições parceiras da Resex		Regularização da Resex
	Políticas federais		Desafios logísticos
	Políticas públicas estaduais		Comercialização
	Políticas municipais		Desenvolvimento local não foi pela Rex
	Desafios logísticos		Não ocorreu desenvolvimento local
	Gestão das instituições		Resex seja formalizada
	Comercialização		Estruturação da cadeia do babaçu
	Transformações e melhorias na comunidade		Futuro incerto do babaçu
	Educação		
	Saúde		
Economia local			
Conservação e uso sustentável			
Consolidação da cadeia da castanha-da-Amazônia			
Organizações comunitárias			
Fortalecimento do empreendedorismo feminino			
Preocupação com as mudanças climáticas			

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa (2025).

Dessa forma, foram formulados os Discursos do Sujeito Coletivo dos atores locais da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá, sendo três DSC na segunda parte e trinta DSC na terceira parte do roteiro de entrevista (Apêndices C e D). E os Discursos do Sujeito Coletivo dos atores locais do babaçu no estado do Tocantins foram construídos três DSC na segunda parte e vinte e cinco DSC na terceira do roteiro, conforme o roteiro que norteou esse estudo (Apêndices E e F).

6.3 Aspectos éticos

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins com Registro CAAE nº 70394423.0.0000.5519 e pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) com Registro 87475-1, obtiveram pareceres favoráveis para realização do estudo (Anexos A e B).

7 ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO SOBRE O EXTRATIVISMO DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA NO ESTADO DO AMAPÁ

Nesta seção, apresentou e analisou as percepções dos atores locais da castanha-da-Amazônia, sobre o extrativismo no estado do Amapá e suas potencialidades e fragilidades no estado. Foram apresentados os resultados das entrevistas realizadas com atores políticos, econômicos e sociais relacionados ao extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá e o extrativismo do babaçu no estado do Tocantins. O objetivo é compreender, a partir da percepção desses atores, como essas atividades extrativistas têm se desenvolvido em suas respectivas regiões.

A seção está dividida em duas partes, sendo a análise do sujeito coletivo sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia e do babaçu, que revela as perspectivas convergentes quanto à importância dessas atividades para a sustentabilidade econômica, social e ambiental das comunidades envolvidas.

Nesse contexto, primeiramente, apresenta-se a análise do sujeito coletivo sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia, evidenciando aspectos históricos e as mudanças a partir da Resex do Rio Cajari, considerando o desenvolvimento local. Em seguida, aborda-se a análise do sujeito coletivo sobre o extrativismo do babaçu, evidenciando aspectos históricos e as mudanças a partir da Resex do Extremo Norte do Tocantins, considerando o desenvolvimento local.

7.1 Extrativismo da castanha-da-Amazônia: percepção dos atores locais da castanha-da-Amazônia

A análise do discurso coletivo permite o entendimento sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia na Resex do Rio Cajari, destacando sua importância econômica social e cultural para as comunidades locais. Por meio da análise do discurso coletivo, busca-se compreender as percepções, desafios e transformações vivenciadas pelas comunidades locais que têm no extrativismo uma importante fonte de sustento e identidade territorial. Este estudo permite evidenciar as relações entre a prática extrativista e as mudanças ocorridas no território, considerando o contexto histórico, social, econômico e ambiental.

Nesse sentido, abordando o histórico do extrativismo antes da criação da RERC, destacando como a atividade era conduzida e os desafios enfrentados pelos extrativistas em um período remoto, sem regulamentação. Na sequência, com a criação da Resex, enfatizando as motivações, as políticas públicas envolvidas e os impactos iniciais. Os impactos com a criação

da Resex foram analisados as mudanças sociais, econômicas e ambientais ocorridas após a implementação da Resex, assim como as políticas públicas direcionadas ao território, que influenciam diretamente o desenvolvimento sustentável da região. Por fim, serão discutidos aspectos relacionados ao desenvolvimento local e às perspectivas futuras para o extrativismo da castanha-da-Amazônia na RERC, ressaltando os caminhos para a continuidade e aprimoramento dessa prática.

7.1.1 Contexto histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia antes da criação da Resex do Rio Cajari, no estado do Amapá

O contexto histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia na RERC foi estruturado com base em uma questão que compôs as entrevistas (Apêndices C e D). As informações foram obtidas a partir de 26 entrevistas realizadas com atores locais da castanha-da-Amazônia ligados ao extrativismo da castanha. Para entender o contexto histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia a primeira pergunta foi quais as lembranças ou recordações do senhor sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da criação da Resex do Rio Cajari.

A análise das respostas da questão 2, gerou três categorias. A categoria “Lutas e resistência”, sendo 5 (19%) entrevistados relataram que a percepção sobre o extrativismo da castanha antes da criação da Resex foi marcada por conflitos. Apresenta-se o DSC dessa categoria.

Eu me recordo, que era uma situação muito difícil. Antes da criação da reserva, (...) a **palavra é violência**. E essa palavra me remete a fatos históricos sobre a população, **os trabalhadores que eram surrados como punição quando tentavam ir embora**, fugir ou se vendia para outro patrão que oferecia melhores condições. A gente ouviu muito falar também, principalmente dos que vivenciaram essa fase da luta pela criação da Resex, que **eles viviam subjugados**.

Nesse discurso, foi possível compreender o que inicialmente caracterizou o extrativismo da castanha-da-Amazônia antes da criação da RERC. Considerando o contexto histórico de ocupação em toda a Amazônia, foi marcado pela grilagem das terras, em que empresas e latifundiários conseguiram condições favoráveis e concentração de terras (Oliveira, 2022). Dessa forma, Pinto (1986) e Oliveira (2022) destacam que esses grupos dominantes se tornaram, mais tarde, comerciantes de produto extrativista das seringueiras, explorando economicamente e utilizando a mão de obra local forçadamente (violência).

A conjuntura do modelo desenvolvimentista, imposto pelo governo militar contrapõe as densas florestas, substituindo-as por áreas de pastagem e florestas de monocultura voltadas à

produção de celulose (Picanço, 2005). Para resistir a esse processo, os seringueiros organizaram uma forma de resistência, que começou por volta das décadas de 1970 e 1980 (Drummond, 1996). Conforme os autores, os movimentos dos seringueiros, a Igreja Católica através da Pastoral da Terra e os ambientalistas, influenciaram as mudanças no extrativismo.

A categoria “Dependência do patronato”, com 16 (62%) entrevistados, o extrativismo da castanha-da-Amazônia antes da criação da Resex, foi marcado pela atrelamento dos patrões. A seguir, mostra-se o DSC dessa categoria.

Primeiro, antes da criação da reserva, **a questão da castanha era que a gente era subordinado aos patrões**, os antigos falados patrões. O histórico da Resex destacava a tradição e o poder exercido pelos patrões na época, e esse poder era tão forte que os trabalhadores eram praticamente obrigados **a trabalhar em troca de alimentação e sustento para suas famílias**. Nesse tempo, era seringa, balata, maçaranduba e a castanha, e cada um que trabalhava em uma colocação era dominado pelo patrão. **Você podia tirar a castanha e vender para ele; não podia vender para ninguém, independente do preço. O castanheiro trabalhava como um escravo. A castanha era quase dada, um hectolitro (100 litros) de castanha, que hoje é seis baldes, era trocado quase por um quilo de açúcar. Você trocava uma barrica (120 litros) de castanha por uma lata de leite.** E trocava um quilo de charque em uma barrica de castanha, uma bota em uma barrica de castanha. **Você trocava sua produção por mercadoria e não sabia nem quanto custava o hectolitro de castanha.** Para você vender sua castanha, para você ver um dinheiro, **eles vendiam escondido altas horas da madrugada, mediam a castanha no fundo do rio para o patrão não ouvir o barulho**, pois ele sempre comprava sua castanha e não podia vender para outro. Portanto, **a produção da castanha era a moeda de troca**, eles pegavam alimentos em troca de castanha.

Nesse discurso, confirma-se a dependência dos extrativistas em relação ao patronato. O patrão fornecia antecipadamente alimentos, ferramentas e outros bens para realização do serviço, sempre com preços elevados, isso gerava ao castanheiro uma dívida que nunca liquidava (Oliveira, 2022). Essa questão da dependência patronato está intrinsecamente ligado ao sistema de aviamento (comercialização) e à colonização, nos quais se estabelece um vínculo de dívida (Meira, 2017).

A dependência do patronato está vinculada ao fato de os patrões se considerarem donos das terras, colocando as famílias para explorar os recursos naturais e trabalharem na agricultura em benefício do patrão, o que ficou conhecido como colocação. Para Wawzyniak (2000), colocação é uma área territorial não linear que segue a dinâmica histórica tradicional de uso das terras pelos grupos sociais na produção e reprodução de suas vidas. A colocação está historicamente ligada a um território que vive do extrativismo, da agricultura familiar e da criação de animais de pequeno porte (Silva e Alves, 2022). Os comunitários da RERC ainda chamam seus lotes de terra de colocações, uma herança do patronato.

A categoria “Terras controladas por empresa privada” foi composta de 5 (19%) entrevistados. A seguir, apresenta-se o DSC dessa categoria.

Enquanto território do Amapá, os castanhais tinham um dono, e esse dono vendeu para os portugueses. **Depois, os portugueses venderam para Daniel Ludwig** quase toda a região, da empresa privada até as áreas das duas reservas, tanto a federal quanto a estadual, pertenciam ao grupo privado. A gente não tinha nossa propriedade; tudo era da empresa privada. Porque aquele território **era controlado pela empresa privada**.

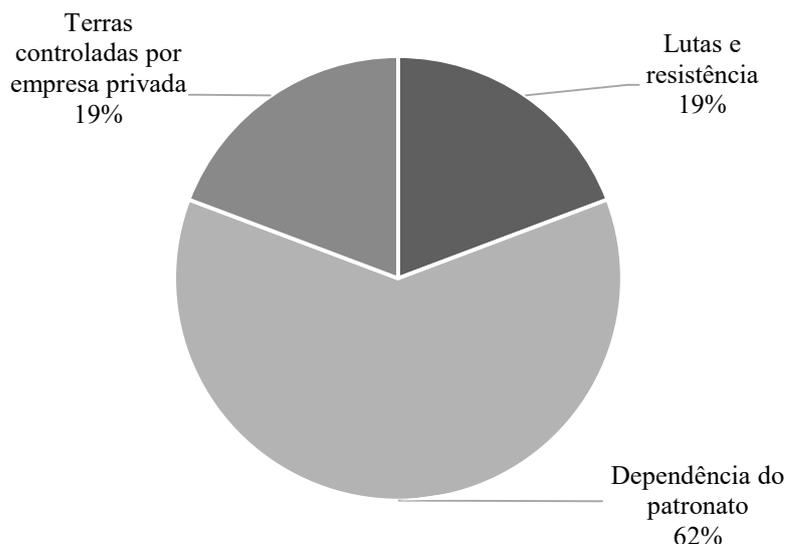
Portanto, nesse discurso, percebe-se o contexto histórico dos primeiros proprietários dos castanhais (empresas) envolvidos no processo de exploração do sul do Amapá, destacando as dinâmicas econômicas e sociais que marcaria o crescimento populacional da região. Sendo um dos primeiros donos dos castanhais, José Júlio de Andrade, após décadas de apropriação irregular das terras, tornou-se um político importante e ficou conhecido como Coronel José Júlio (Picanço, 2005). Segundo o autor o Coronel José Júlio, mais tarde, vendeu parte do sul do Amapá para um grupo de empresários portugueses. Ainda nesse contexto, o Coronel José Júlio, impôs controle violento das terras e exploração dos trabalhadores da região (Lins, 2001).

Essa área adquirida pelo grupo de portugueses da empresa J. Fonseca em 1948 corresponde, atualmente, a uma parte da Resex do Rio Cajari (Rangel, 2017). Conforme a autora, a empresa gerenciava as atividades extrativistas na exploração da castanha-da-Amazônia na região.

O grupo de portugueses, uma década depois, vendeu para bilionário norte-americano Daniel Ludwig. Nessa nova fase, implantado o projeto agroindustrial conhecido como Projeto Jari (Filocreão, 2022).

Nesse sentido, o extrativismo foi influenciado pelas políticas de desenvolvimento do governo militar direcionadas à Amazônia, promovendo exploração de recursos naturais e incentivando a ocupação da região com projetos agropecuários e industriais (Silva, Silva e Silva Filho, 2022). A Figura 7 apresenta a representatividade das três categorias resultantes da questão 1.

Figura 7: Percepção dos atores locais sobre o extrativismo da castanha antes da RERC



Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa (2025).

Na Figura 7, observa-se três categorias, destacando-se a percepção dos atores locais da castanha-da-Amazônia sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia antes da criação da RERC. A categoria que mais se destacou foi a dependência do patronato, com maior representatividade sobre o extrativismo. Historicamente, a região Amazônica é marcada pelos grandes projetos capitalistas e exploração socioambiental.

Neste sentido, o extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da Resex, foi marcado pela exploração (escravidão) dos extrativistas, que eram submetidos a relações de trabalho abusivas, sendo obrigados a trocar sua produção por mercadorias em condições desvantajosas.

Destaca-se que esse contexto histórico foi marcado por conflitos de terras e pela apropriação por empresas privadas, que ameaçavam a permanência das comunidades que viviam no sul do estado do Amapá (Filocreão, 2007; Porto, 2002; Rangel, 2017).

Além da atuação do grupo Jari na dinâmica da castanha-da-Amazônia, que está presente na região desde 1967, é importante considerar a sua influência no contexto histórico. Embora a castanha não fosse a principal atividade do grupo Jari, este era um dos maiores geradores de emprego local. Contudo, o principal interesse da empresa era a terra, o que provocou conflitos com os extrativistas que já ocupavam a área, utilizando-a principalmente para a coleta de castanhas.

Essa dinâmica da castanha-da-Amazônia envolve também os empresários da família Mutran, sendo os mais antigos compradores de castanha no sul do Amapá e estão há quase um século nessa atividade. Eles sempre trabalham com atravessadores locais e estabelecem uma relação comercial com os extrativismos.

7.1.2 O extrativismo da castanha-da-Amazônia, após a criação da Resex do Rio Cajari, no estado do Amapá

Para abordar o extrativismo da castanha-da-Amazônia, é importante refletir sobre as mudanças que ocorreram após a criação da RERC, no estado do Amapá. Nesse contexto, a análise se concentrou nas lembranças ou recordações sobre o extrativismo da castanha, destacando-se após a criação da Resex, sendo mencionada na terceira questão dos Apêndices C e D. Essa questão gerou 4 categorias. A seguir, apresenta-se o DSC da categoria “Autonomia e autogestão”, na qual 10 (39%) atores locais da castanha-da-Amazônia, consideram que a criação da Resex trouxe liberdade nas ações e oportunidade para o extrativismo da castanha.

E, depois da reserva, **a gestão do território é outra realidade**. Mostra outro momento, com liberdade, diálogo e negociação. Primeiro, deu **segurança para o homem da comunidade da população tradicional** que ele não tinha, porque todo dia ele rezava para não chegar o jagunço da empresa privada e não derrubar a casa dele ou tocar fogo na roça dele. As pessoas daqui já passaram a ter o domínio dessas áreas. **A gente teve uma liberdade maior, uma autonomia**. As famílias passaram a ter seu pedaço de terra para trabalhar. Não é delas, é da Unidade de Conservação, mas a pessoa tem aquele pedaço, e ninguém vai lá dizer que não é dela. A Resex, trouxe esse aspecto da segurança para eles, de estar em um território que, se bem cuidado e mantidas as normas ou as exigências do governo, eles estão seguros. **Eles têm um conselho deliberativo gerido pelo ICMBIO hoje. Depois que a gente criou a reserva, a gente teve liberdade e não somos mais escravos**.

É possível observar, na percepção dos atores locais, que depois da criação da Resex do Rio Cajari proporcionou maior segurança e autonomia territorial aos extrativistas. Sendo assim, percebeu-se que a criação da Resex trouxe uma nova forma de gestão ao território.

Destaca-se que a Resex concedeu o “direito real de uso à população com tradição extrativista” (Brasil, 1990a). Nesse caso, as comunidades tradicionais do extrativismo da castanha, que viviam na localidade da Resex e se dedicavam à exploração sustentável dos recursos naturais dessa região, receberam o direito legal de usar esses recursos naturais, de acordo com suas práticas e costumes históricos. Esse extrativismo, que antes era explorado em terras privadas e por meio de violência, passou a ser reconhecido após a criação da Resex, que foi “declarada de interesse ecológico e social” (Brasil, 1990a).

Com a regularização da Resex do Rio Cajari, foi possível viabilizar as práticas extrativistas, garantindo a proteção ambiental e a valorização das comunidades tradicionais locais como protagonistas na conservação dos recursos naturais. Para Diegues (1996), a relação entre o homem e a natureza, demonstrada pelos povos e comunidades tradicionais, reflete uma perspectiva ecológica e um papel positivo na manutenção da biodiversidade.

Nesse contexto, a criação das Resexs contribuiu para a regularização fundiária de terras pertencentes a grupos sociais que utilizavam a floresta para sua vivência (sustento) e comercialização, considerando o meio ambiente amazônico e as tradições destas comunidades (Allegretti, 1988). A regularização também evitou a reconcentração de terras em áreas de reforma agrária, estabelecendo que essas deveriam ser terras públicas com usufruto exclusivo de moradores tradicionais (STR/CNS/CUT, 1989). Ainda conforme os autores, essa medida foi estimulada pelo CNS, tomando como referência o modelo das terras indígenas.

Para Allegretti, (1994), as Resex foram denominadas visando ressaltar a atividade econômica extrativista, mas podem ser realizadas outras atividades, como a agricultura e a criação de animais domésticos, enfim tem a floresta como base de sustentação. Portanto, a floresta continua sendo a base essencial para a sustentação dessas atividades, seja pela oferta de recursos naturais, pela preservação ambiental ou pela manutenção das tradições e modos de vida dos habitantes locais.

Dentro desse contexto, o extrativismo da castanha-da-Amazônia, após a criação da Resex do Rio Cajari, promoveu a conservação ambiental e a valorização econômica das comunidades locais. A segunda Categoria “Preservação dos recursos naturais”, contou com 4 (15%) participantes, ressaltando as preocupações ambientais relacionadas à preservação e à exploração sustentável da castanha-da-Amazônia nessa Resex. Apresenta-se, a seguir, o DSC dessa categoria, que detalha as principais considerações e evidências levantadas pelos participantes.

A reserva veio com a proposta de preservação e de exploração sustentável da castanha, sendo uma potencialidade muito grande na reserva. Como é uma área que se **concentra o maior número de castanhais nativos**, tem bosque de castanhais nativos, assegurou essas árvores também, não só ela como as outras árvores. Então, como as pessoas daqui ajudaram a criar a reserva para preservar e não deixar que alguém de fora invadisse, **tiraram a questão da escravidão dessa parte do extrativismo da castanha**, porque ela não poderia ser vendida para outra pessoa e você não era proprietário da terra.

Com base nesse discurso, os atores destacam a importância da Resex na preservação dos castanhais, enfatizando seu papel na proteção dos ecossistemas locais. Considerando o contexto histórico da criação da Resex, observou-se que sua formação foi motivada pela necessidade de defender o meio ambiente, proteger os recursos naturais e garantir a sustentabilidade das comunidades extrativistas locais.

Dessa forma, a Resex surge não apenas como uma estratégia de conservação, mas como um instrumento de promoção da justiça social, ao assegurar a utilização sustentável dos recursos

naturais pelas populações tradicionais que dependem diretamente do extrativismo (Almeida, Allegretti e Postigo, 2018).

A criação da Resex trouxe a proteção da castanha-da-Amazônia, garantindo não apenas a preservação ambiental, mas a valorização econômica e cultural desse recurso natural essencial para as comunidades tradicionais. Esse discurso evidencia o processo de luta socioambiental dos povos da floresta, sendo conduzido de forma educativa, contínua e permanente, promovendo uma relação intrínseca e harmoniosa com a floresta.

Nesse sentido, pode-se inferir que, ao integrar o saber tradicional das comunidades extrativistas com práticas de conservação ambiental, a Resex fortalece a resiliência dessas populações e contribui para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos na região.

A categoria “Comercialização e instituições” da castanha foi composta por 8 (31%) atores locais da castanha-da-Amazônia, destacando avanços na autonomia dos extrativistas, com liberdade de escolha na venda e organização na formação de instituições para realizar essas vendas. Na sequência, apresenta-se o DSC dessa categoria.

Hoje, tem reserva, já tem mais lei, ainda **tem bastante atravessador**, a qual são os compradores de castanha, e hoje tu ver que o teu dinheiro é pouco, mas tu já ver, já consegue ver. Tu **consegues fazer a colheita e não vende a retalho**, por exemplo, 150 barricas de castanha a gente consegue vender para uma pessoa só. A gente avançou bastante na autonomia dos extrativistas sobre a criação, a coleta e a venda da castanha. **Hoje a gente já decide para quem vende**; apesar de estar vendendo por um preço muito baixo, a gente sabe para quem vender. **Você vende sua produção para quem quer**, por estar livre, não tem o patrão que fala que hoje você não pode trabalhar porque isso é dele. **A criação da reserva também tirou mais aquela questão do patrão**, e vieram surgindo outros compradores. Hoje, você chega em uma casa, tem o leite; você sai com uma barrica de castanha e pode vender em qualquer lugar e colocar seu dinheiro no bolso. A Resex também trouxe a tranquilidade e eles conseguiram se **organizar, tanto em associações, quanto em cooperativas**. Avançou um pouco também na formação de instituições para realizar essa venda. **Antes da criação da Resex, a castanha não tinha muito valor no estado; o que tinha valor era balata e seringa**.

O DSC destaca a liberdade de comercialização da castanha, pois enquanto era propriedade privada, essa castanha pertencia ao patrão, agora com a Resex o extrativista pode vender para qualquer pessoa. Mesmo com papel do atravessador na comercialização, a venda da castanha ainda traz resultados positivos para o extrativista. O valor econômico da castanha-da-Amazônia sempre foi relevante na região, desempenhando um papel central na geração de renda para comunidades extrativistas.

O discurso evidencia que a criação da Resex teve avanços na autonomia dos extrativistas e contribuiu para a superação da dependência de antigos padrões, além de incentivar a

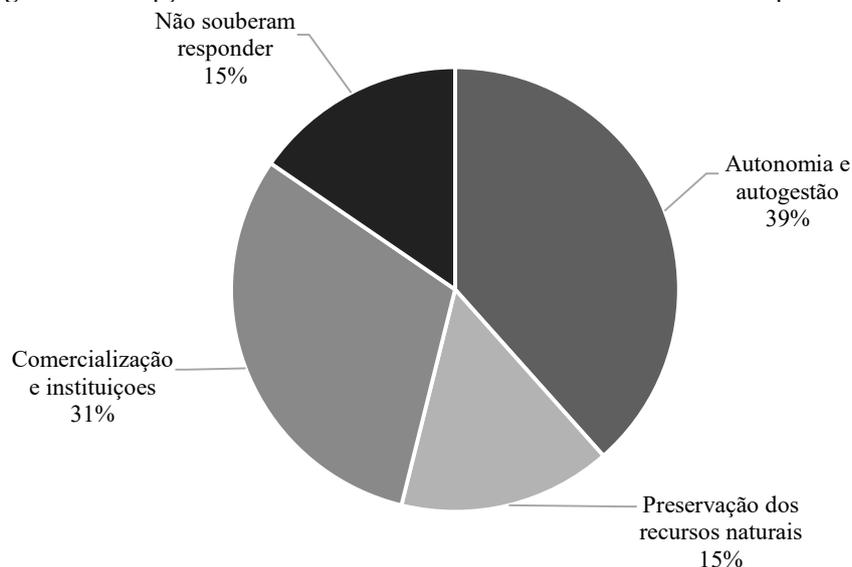
organização em associações e cooperativas. Dessa forma, esse contexto confirma os objetivos da criação das Resex, sendo que as Resex não asseguraram somente o direito de uso das terras, mas também permitiram a continuidade da extração e comercialização dos produtos, tornando essas áreas viáveis economicamente (STR/CNS/CUT, 1989).

Neste sentido, a criação das instituições ligadas à comercialização dos produtos extrativos, principalmente a castanha-da-Amazônia da RERC, como a Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari (COOPERALCA); Cooperativa de Mulheres do Alto Cajari (COOPEMAC) e Cooperativa Mista Agroextrativista dos Produtores do Vale do Jari (COOPERFLORA), trouxe mais liberdade e valorização para a comercialização dos produtos extrativos da Resex.

Ainda no contexto do extrativismo da castanha-da-Amazônia associado à criação da Resex do Rio Cajari, observou-se que teve 4 (15%) dos entrevistados que não souberam responder, os quais não apresentaram resposta à questão em análise.

Na Figura 8, são apresentados os percentuais de participantes classificados por categorias do extrativismo da castanha-da-Amazônia, considerando o contexto da criação da Resex do Rio Cajari.

Figura 8: Percepção dos atores locais sobre o extrativismo da castanha depois da RERC



Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa (2025).

Na Figura 8, destacam-se as categorias que marcaram a criação da Resex do Rio Cajari, localizada no sul do Amapá. A categoria que mais se destacou foi autonomia e autogestão, sendo que a RERC, trouxe a gestão do território. Para Silva (2024) e Almeida; Alegretti e Postigo (2018), a reserva extrativista tem seus fundamentos baseados no

reconhecimento do território, numa visão de autogestão e autonomia, priorizando o conhecimento local.

Assim, a criação da RERC contribuiu para a sustentabilidade, a segurança fundiária e a valorização dos modos de vida tradicionais dessas comunidades. A Resex viabilizou a gestão do território, que, conforme Ostrom (1990), envolve a participação do Estado, das coletividades locais e a garantia do direito à propriedade, oferecendo uma solução para que as comunidades administrem seus recursos comuns.

Ainda no contexto histórico do extrativismo da castanha no estado do Amapá, a terceira questão foi sobre a participação dos grupos sociais, políticos e ambientais na criação da Resex (Apêndices C e D). Essa questão resultou em três categorias. Sendo a categoria “Participação política” com 8 (31%) entrevistados, os quais destacaram que o engajamento e influência política foram efetivos para a criação da Resex Cajari. A seguir, o DSC dessa categoria.

Na época da criação da Resex, **era o INCRA, IBAMA e CNPT**. Os políticos ajudaram muito. Acho que o que levou à criação da Resex foi política. **Para criar a reserva, era o IBAMA e aí passou para o ICMBIO agora**. O IBAMA estava sempre do nosso lado. Isso foi no tempo do governo do Capiberibe. **A Eco 92** teve uma influência muito também.

Esse discurso evidencia a contribuição do INCRA, IBAMA e CNPT na criação da Resex do Rio Cajari. Esse contexto reflete o processo de institucionalização política das reservas extrativistas no Brasil, das quais a Resex do Rio Cajari foi uma das quatro primeiras criadas (Brasil, 1990a; b).

No campo institucional governamental o INCRA estava ligando as questões de litígio de terra, ou o reassentamento aos familiares, posteriormente o IBAMA centralizado nas questões ambientais e devido às demandas relacionadas as populações tradicionais foram criadas o CNPT (Cunha e Loureiro, 2009). Ainda conforme os autores, o contexto político foi marcado pela Conferência Mundial Sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, e o governo precisava atrair investimentos para a área ambiental.

A categoria “Participação social” representada por 12 (46%) participantes da pesquisa, destaca-se pela atuação dos movimentos sociais que lutaram pela criação da Resex do Rio Cajari. Neste contexto, a seguir, o DSC dessa categoria.

A criação da reserva só aconteceu porque houve uma **participação política da população local**. Foram eles, a população local, que se organizaram para reivindicar a criação da reserva, e o **professor Filocreão e Mary Allegetti** participaram desse momento e foram muito importantes. **A criação dos movimentos foi a pedra principal para nós**. O movimento social conseguiu visibilidade e, dentro dessa visibilidade, conseguiu fazer também articulações políticas ou de setores. E aqui, o

Pedro Ramos foi a liderança de maior expoente no Amapá, ele era seringueiro e foi um dos principais proporcionadores desse projeto da Reserva do Rio Cajari. **Na parte não governamental, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)**. Teve muitas lutas, muitos encontros de movimentos como o CNS.

Observou-se nos relatos dos entrevistados que houve mobilização social para a criação da Resex do Rio Cajari. A participação do professor Filocreão e Mary Allegretti na articulação dos movimentos foi fundamental para a criação da Resex do Rio Cajari, pois ambos desempenharam papéis decisivos na mobilização das comunidades locais e na sensibilização sobre a importância da preservação ambiental. O Sr. Pedro Ramos, que desempenhou um papel de liderança expressiva nesse processo, contribuiu para a criação da Resex. Como líder do sindicato, ele teve papel primordial na luta dos seringueiros.

Para Rangel (2017), Carlos Walter Porto Paixão, Mary Helena Allegretti e Antônio Sérgio Monteiro Filocreão elaboraram uma contraproposta para o INCRA, registrando as ideias das lideranças. Ainda conforme a autora, Pedro Ramos era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Território Federal do Amapá.

Já Mary Helena Allegretti é antropóloga e presidente da ONG ambientalista denominada Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) e, mais tarde, ocupou o cargo de secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente (Cunha e Loureiro, 2009; Filocreão, 2007). Nesse sentido, pode-se inferir a importância de sua atuação na luta pela criação da Resex do Rio Cajari, além de seu papel como liderança influente. Junto aos demais agentes mencionados, os momentos sociais ganharam força no processo.

Nesse contexto, as Resex surgiram como resultado da organização política do movimento sindical e dos seringueiros da Amazônia (Silva e Müller, 2017). Ainda conforme os autores, esse movimento dos seringueiros surgiu como uma alternativa de articulação para defesa dos territórios em várias partes do país.

Na categoria “Participação política, social e ambiental”, formada por 6 (23%) atores, os participantes destacaram que o grupo político, social e ambiental, ressaltando que cada um teve sua atuação relevante na luta pelo movimento de criação da Resex, como demonstrado no DSC dessa categoria.

Foi a influência **de grupos políticos, sociais e ambientais** para criar essa reserva. O político na época era só o pessoal do INCRA e do IBAMA. A maioria dos grupos **ambientais ficava em Curitiba**. E nós, o grupo social, falávamos o que eles tinham que fazer. Dávamos a regra do jogo. **E o político que sempre foi parceiro foi o Capiberibe**.

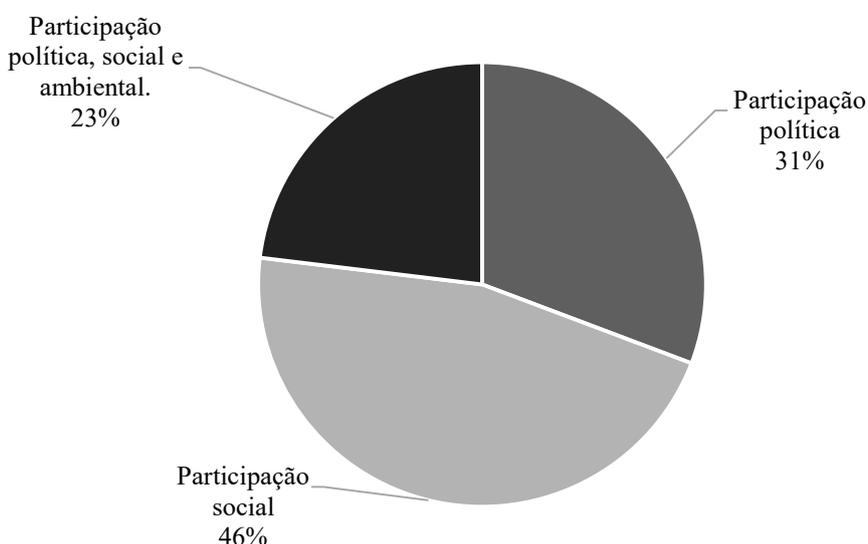
Nos relatos dos atores locais da castanha-da-Amazônia, percebe-se o interesse por parte do órgão governamental em evidenciar sua preocupação com o meio ambiente por meio da criação e manutenção de áreas de preservação ambiental no país. A mobilização alcançada pelo CNS e pela Aliança dos Povos da Floresta que resultou na definição de uma reforma agrária para a Amazônia. Esse processo também recebeu auxílio os grupos ambientalistas, como as Ongs que deu suporte aos movimentos sociais.

Nesse contexto, o DSC ressalta a organização governamental e não governamental que apoiaram o processo de criação da Resex do Rio Cajari. As ONGs ambientalistas tinham o papel de dar suporte aos movimentos sociais na intermediação com o Estado e na captação e execução de projetos (Cunha e Loureiro, 2009).

Sobre as ONGs ambientalistas, Filocreão (2007), destaca o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), com sede em Curitiba, e, depois da criação das Resex, as parcerias com ONGs aliadas, como o IEA, o World Wildlife Fund (WWF) e a Konrad Adenauer Stiftung (KAS), que ajudaram a fortalecer as instituições das Resex.

Na Figura 9 apresenta a classificação das categorias da participação dos grupos políticos, sociais e ambientais na criação da Resex do Rio Cajari.

Figura 9: Participação dos grupos políticos, sociais e ambientais na criação da RERC



Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Quanto à representatividade da participação dos grupos sociais, políticos e ambientais na criação da RERC, a categoria que mais se destacou foi a participação social. Evidenciada pelo engajamento das comunidades locais e dos agentes sociais em processos decisórios e pela mobilização em prol da preservação ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais.

Considerando o contexto histórico da criação das Resex no Brasil, destaca-se que os movimentos dos seringueiros impulsionaram articulações estratégicas e fortalecendo a mobilização em torno da criação da Resex do Rio Cajari.

Destaca a influência primeiramente da conferência de Estocolmo, em 1972, foi a que despertou a consciência ecológica e a importância da preservação ambiental no mundo, além de estimular novas atitudes em razão do impacto ambiental negativo (Patriarcha-Gracioli, 2015). E no Brasil, a Eco 92 contribuiu para a elaboração de projeto de proteção ambiental.

O contexto histórico em que se inseriu a criação da Resex do Rio Cajari exigiu lutas e confrontos, sendo resultado da mobilização dos seringueiros em toda região amazônica, que se estendeu até o Amapá (Filocreão, 2007; Rangel, 2017). Os autores ainda destacam a participação Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Território Federal do Amapá, Nacional dos Movimentos Populares, dos Movimentos Sindicais (ANAMPOS) e Central Única dos Trabalhadores (CUT), são atores sociais importantes na luta pelo processo de criação da Resex.

7.1.3 Mudanças sociais, econômicas e ambientais, e ainda as políticas públicas no extrativismo da castanha-da-Amazônia após a criação da Resex do Rio Cajari

Com a criação da Resex do Rio Cajari trouxe mudanças sociais, econômicas e ambientais, além de promover políticas públicas de apoio para o extrativismo da castanha-da-Amazônia. As dimensões observadas nas percepções dos atores locais da castanha-da-Amazônia estão relacionadas na questão 4, conforme os Apêndices C e D.

Nesse contexto, cada uma das quatro dimensões reflete aspectos distintos das percepções dos atores locais analisadas. As mudanças sociais promoveram autonomia e melhoria nas condições de vida. As mudanças econômicas proporcionaram melhores condições de comercialização e valorização do produto. Nas mudanças ambientais contribuíram para a preservação do meio ambiental, garantindo práticas sustentáveis na exploração dos recursos naturais para a atividade extrativista. As políticas públicas incluíram programas que promovam melhorias nas comunidades.

7.1.3.1 Mudanças sociais na Resex

As mudanças que ocorreram na RERC após sua criação impactaram os aspectos sociais, econômicos e ambientais das comunidades locais, transformando as práticas de extrativismo e promovendo novas dinâmicas no uso sustentável dos recursos naturais. As mudanças de ordem social resultaram na geração de cinco categorias.

A categoria “Infraestrutura local”, sendo identificado por 7 (27%) atores locais da castanha-da-Amazônia, que relataram que a criação da Resex do Rio Cajari trouxe mudanças sociais devido às novas práticas sustentáveis no extrativismo. Apresenta-se o DSC dessa categoria, destacando os relatos sobre as transformações sociais impulsionadas pela criação da Resex do Rio Cajari.

As mudanças sociais empoderaram a população local. A comunidade desenvolveu um pouco e a gente teve mais autonomia. Primeiramente a **abertura da estrada de Macapá a Laranjal** trouxe mudanças. Depois **eles conseguiram se organizar politicamente, tem as associações**. As mulheres também passaram a trabalhar com a castanha, a ter o seu próprio recurso e se **organizaram em associações e cooperativas**. Podemos dizer que mudou muita coisa, as pessoas passaram a se reunir, tiveram discussões para fazer igrejas, centro comunitário, e as comunidades foram formadas depois da Reserva e hoje já trabalham em grupo. Então a comunidade evoluiu muito. Quando a gente começou a criar a reserva, aqui existia só a comunidade Santa Clara e Água Branca do Cajari. **Hoje, tem Água Branca, Açaizal, Marinho, Martins, Sororoca, Vila Nova, São Pedro, Santa Clara e outras comunidades**

Nesse DSC, observa-se na percepção dos atores locais que a abertura de estradas entre Macapá e Laranjal do Jari, gerou transformações sociais na RERC. A abertura da rodovia trouxe integração das áreas mais remotas e promoveu maior interação entre as comunidades, Macapá e Laranjal do Jari.

Para Filocreão (2007), o acesso à Resex do Rio Cajari pode ser realizado tanto por transporte fluvial quanto por via terrestre, utilizando a BR-156. O autor destaca que, “em 1983, o acesso à área da atual RESEX Cajari era feito por meio de transporte fluvial pelo rio Cajari, chegando até a Boca do Braço do Cajari”.

Nesse contexto, a construção da rodovia federal BR-156 deu acesso direto à maior parte das comunidades da Resex que estão no trajeto (Macapá/Laranjal do Jari), enquanto outras comunidades estão situadas em estradas vicinais (ramais abertos no interior da floresta) (Bethonico *et al.*, 2023; Rangel, 2017). A localização das comunidades na Resex está diretamente relacionada ao percurso do rio Cajari, onde seu território é dividido em Alto Cajari, Médio Cajari e Baixo Cajari (Rangel, 2017). Essa organização espacial apresenta pela autora, reflete as diferentes dinâmicas de vida e atividades econômicas nas diversas áreas da Resex. Dessa forma, a construção do trecho da BR-156 impacta as condições de acesso e transporte no sul do Amapá. Sendo que, com a rodovia, a dependência do transporte fluvial deixou de ser a prioridade, dando lugar ao transporte terrestre, o que impactou diretamente o acesso às comunidades.

Outra mudança evidenciada no DSC foi a crescente capacidade dos extrativistas de se organizarem politicamente por meio de associações e cooperativas. Nesse contexto, surgiram

importantes entidades locais, como a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista do Rio Cajari (ASTEXCA), fundada em 1991; a Associação dos Produtores Agroextrativistas do Médio e Baixo Rio Cajari (ASSCAJARI), criada em 1999; e a Associação dos Moradores Agroextrativistas do Cajari (AMAEX), também criada em 1999 (Campo e Filocreão, 2008).

Como reflexo dessas mudanças, surgem novas instituições, como o Instituto dos Castanheiros Extrativistas Agroecológicos e de Agricultura Familiar do Alto do Cajari (ICAF), criado em 2024. Apresenta-se na Figura 10 uma foto da sede da ASTEXCA e do ICAF na Resex do Rio Cajari.

Figura 10: Sede da ASTEXCA e do ICAF na Resex



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

Outra questão é o empoderamento das mulheres, que conseguiram se organizar em entidades só para mulheres. A Associação das Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari (AMAC), criada em 2004, tem 103 mulheres associadas. A Associação de Mulheres do Baixo Cajari (AMBAC), criada em 2008. Associação de Mulheres Moradoras e Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Sociobiodiversidade no Alto Resex Cajari (AMOBIL), criada em 2012 e tem 130 mulheres associadas. Na Figura 10 apresenta uma foto da sede da AMAC na Resex do Rio Cajari.

Figura 11: Sede da AMAC na Resex



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

Nesse espaço, as mulheres associadas da AMAC se revezavam na produção de biscoitos na cozinha comunitária. No entanto, como a cozinha está desativada, a fabricação agora acontece nas casas das associadas.

Sendo que essas instituições foram fundamentais para a organização política e a gestão coletiva dos recursos naturais, refletindo na busca por autonomia e em melhoria de vida dos extrativistas, principalmente das mulheres. Santos (2021), destaca a relevância das associações de mulheres para compreender a dinâmica de funcionamento da economia solidária e o processo de empoderamento que ela impulsiona, além de promover a visibilidade do trabalho feminino no extrativismo da castanha.

Essas instituições têm sido fundamentais para fortalecer a organização política social dos extrativistas, promovendo a união comunitária, a defesa dos direitos territoriais e a melhoria das condições de vida, garantindo a sustentabilidade econômica e social das comunidades locais.

Nesse contexto, sobre as transformações sociais refletida na infraestrutura da RERC, conforme os entrevistados, revelam que, no início, a Resex contava com apenas duas comunidades, Água Branca do Cajari e Santa Clara. A evolução da Resex incluiu a formação de novas comunidades, como mencionado no DSC: “Hoje, tem Água Branca, Açaizal, Marinho, Martins, Sororoca, Vila Nova, São Pedro, Santa Clara, outras comunidades”. A Figura 12 ilustra a identificação de algumas das comunidades localizadas na Resex.

Figura 12: Comunidades na RERC



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

Na região do Alto Cajari, tem 13 comunidades: Martins, Açaizal, Marinho, Água Branca, Mangueiro, Dona Maria, Santarém, Boca do Braço, Ariramba, Itaboca, Santa Clara, São Pedro e Sororoca. Nessas comunidades, onde se concentram os maciços castanhais, ou seja, abundantemente de árvores de castanheiras. Em toda a RERC, tem um total de 39 comunidades.

Já a categoria “Habitação” foi destacada por 4 (15%) dos atores da castanha-da-Amazônia. A seguir mostra-se o DSC dessa categoria.

A gente aqui era patronal e não tinha uma qualidade habitacional. Aqui, a pessoa morava em cima de casqueira, em cima da paxiúba. **Quanto à moradia, hoje**, você vai lá e tem gente que tem casa melhor na reserva do que algumas pessoas que moram aqui na cidade. Casa toda na cerâmica, com banheiro interno pelo projeto do INCRA. **E algumas casas têm energia solar, placa solar e motores a diesel e internet nas comunidades.**

Sobre as mudanças, em relação à habitação/moradia, o DSC retrata sobre as melhorias na infraestrutura das casas, que foram implementadas principalmente através do projeto do INCRA e trouxeram qualidade habitacional. Sendo que os atores locais da castanha-da-Amazônia, destacaram que “que antes não tinha uma qualidade habitacional”.

A atuação do INCRA, conforme estabelecido na Portaria INCRA/SR — 21/N.º 001/2003, de 3 de junho de 2003, em seu Anexo 3, reconheceu a “Resex do Rio Cajari como um instrumento de reforma agrária, proporcionando aos trabalhadores agroextrativistas da região do Cajari, pode acessar as linhas de créditos gerenciadas e oferecidas” pelo INCRA (Picanço, 2005, p. 152). A partir dessa portaria a Reserva do Rio Cajari, foi incluída para acessar as linhas de créditos do INCRA, assegurando recursos destinados ao fortalecimento do desenvolvimento social das comunidades extrativistas, com a promoção de melhores condições de vida e sustentabilidade local.

A inclusão da Resex do Rio Cajari como instrumento de reforma agrária, possibilitou a inclusão na “fase inicial, em que 450 famílias serão beneficiadas diretamente com crédito para construção e/ou melhoria de suas casas” (Picanço, 2005, p. 152). O IBAMA também ressaltou em seu relatório final, sobre o resultado positivo alcançado pelo projeto, com atendimento de 617 famílias (IBAMA, 2006).

Picanço (2005); Filocreão (2007) e Selva e Alves (2020), destacaram em seus estudos sobre a importância do projeto habitacional efetivado pelo INCRA, foi um fator que impactou nas condições sanitária e por conseguinte na saúde das famílias e influenciou as melhorias da habitação na Resex do Rio Cajari.

As moradias na Resex do Rio Cajari são essenciais para fortalecer o aspecto social, promovendo dignidade, identidade e segurança às famílias. Essas moradias dignas, asseguram o direito básico e a melhoria da qualidade de vida, garantindo, assim, oportunidades de desenvolvimento.

Nesse contexto sobre as mudanças sociais na RERC, os atores locais da castanha-da-Amazônia, destacaram no DSC, que “a maioria tem energia solar, placa solar e motores a diesel”. Observa-se que a maioria das famílias utiliza geradores a diesel, embora o funcionamento desses equipamentos seja limitado devido à alta demanda por combustível. A parte urbana das comunidades têm acesso à energia elétrica, por meio de motores a diesel, que operam diariamente por oito horas (das 15 às 23 horas). Além disso, algumas famílias conseguiram adquirir placas solares, financiadas ou pela venda da castanha.

Em 2024, a operadora de energia elétrica, instalou placas solares em algumas comunidades da Resex, ampliando o acesso à energia elétrica, ainda que limitadamente. Essa eletrificação permitiu aos extrativistas maior acesso a bens duráveis, como geladeiras, freezers, celulares, televisões, entre outros eletrodomésticos. Outro aspecto relevante é o acesso à internet nas comunidades, que continua sendo um desafio a ser superado, uma vez que o sinal, transmitido por ondas de rádio, é frequentemente instável e de baixa qualidade, dificultando a

comunicação e o acesso a serviços. Na Figura 13 apresenta uma placa solar e antena de internet utilizadas pelas famílias da Resex.

Figura 13: Placa solares e antena de internet na RERC



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

Isso demonstra que ocorreram mudanças, proporcionando à população residente acesso aos recursos que modificaram a forma de vivem nas comunidades. A internet, viabilizou que muitos jovens que moram na Resex pudessem estudar a distância. Entre os participantes da pesquisa, encontram-se estudantes e profissionais formados em Pedagogia. Pode-se inferir que, esses fatores tenham contribuído para a qualidade de vida dos extrativistas.

Sobre as mudanças sociais, gerou-se também a categoria “Educação”, onde 6 (23%) dos entrevistados destacaram melhorias na educação. Dessa forma, apresenta-se o DSC referente a essa categoria.

Mudou também a **questão da educação**, tem escolas até o ensino médio e tem gente se formando, gente adulta mesmo que conseguiu se formar em curso técnico. Lá tem escola até o ensino médio.

O DSC ressalta que houve avanços significativos na área da educação, com a ampliação do acesso ao ensino. Na área da educação, existem escolas nas comunidades, como Martins, Água Branca do Cajari, Santa Clara, Sororoca, Dona Maria, Boca do Braço e Itaboca, sendo que essas escolas possibilitam aos filhos de extrativistas estudarem até o ensino médio sem precisar deixar a Resex do Rio Cajari.

Para o ensino superior, os jovens geralmente se deslocam para cidades como Laranjal do Jari, Mazagão ou Macapá, onde encontram oportunidades de qualificação por meio de formação superior na modalidade presencial. Além disso, no Projeto de Assentamento

Agroextrativista (PAE) do Maracá, existe uma escola família agroextrativista que atende os estudantes, integrando educação contextualizada, práticas sustentáveis e a valorização da cultura local. Nesse contexto educacional, está em consonância com o que foi mencionado por Fernandes, Silva e Khan (2019), destacam a ampliação dos serviços educacionais, ressaltando que algumas comunidades da Resex que antes não tinham escolas agora passaram a contar com essa estrutura. É importante ressaltar que a pesquisa foi realizada no Alto Cajari – região de terra firme (dinâmica diferente do médio e baixo Cajari).

Ainda sobre as mudanças sociais, gerou-se a categoria 'Saúde', com participação de 4 (19%) dos atores da castanha-da-Amazônia. Apresenta-se o DSC dessa categoria.

E na **saúde temos posto de saúde** e vem médico e enfermeiro de fora, mas os técnicos são da comunidade mesmo e temos uma ambulância para quando precisamos.

Em relação à saúde na RERC, foi possível identificar no DSC que “na saúde temos posto de saúde e só vem mesmo enfermeiro de fora”, por meio de uma Unidade Básica de Saúde localizada na comunidade Água Branca do Cajari. Essa unidade desempenha um papel essencial ao fornecer serviços de atenções primárias à saúde, mas a dependência de profissionais externos limita a continuidade e qualidade do atendimento local. A Figura 14 ilustra a unidade de saúde localizado na Resex do Rio Cajari, essencial para o atendimento básico de saúde da comunidade local.

Figura 14: Unidade Básica de Saúde na Comunidade Água Branca do Cajari



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

Os entrevistados revelam que médicos e enfermeiros são provenientes de Macapá, enquanto os técnicos de enfermagem e outros profissionais de saúde residem na própria Resex. Na Resex do Rio Cajari, está disponível uma ambulância destinada a atender às demandas de saúde da comunidade local, contribuindo para o suporte em emergências e deslocamentos dos pacientes.

Ainda nesse contexto, relacionado às mudanças sociais ocorridas na Resex, foi também identificada a categoria “Não haver mudanças sociais”, com 4 (15%) atores entrevistados. Esses atores locais da castanha-da-Amazônia afirmaram que as mudanças sociais não foram percebidas. Destaca-se, nesse caso, o DSC correspondente a essa categoria.

Olha, eu não achei mudança em nada. Eu não percebi nem um pouquinho no aspecto social. Se tivesse havido uma ação de verdade, nós não estaríamos no escuro hoje; já teríamos eletricidade aqui. Então, não vejo mudanças por virem vários projetos e não souberam executar.

Observa-se que os autores locais não perceberam mudanças sociais, sobretudo devido à ausência de rede elétrica na Resex. Um dos fatores ligado a essa situação foi a Linha de Transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus (Linhão de Tucuruí), que recebeu autorização para as atividades (ICMBio, 2010). Especificadamente, a Linha de Transmissão 230 kV Jurupari-Laranjal do Jarí-Macapá, que conecta o município de Almeirim, no estado do Pará, aos municípios de Mazagão, Santana, Laranjal do Jarí e Macapá, no estado do Amapá.

Neste contexto, apesar da infraestrutura de transmissão de energia atravessar a Resex do Rio Cajari e causar impactos negativos, destruindo a natureza, especialmente as castanheiras. Não houve uma contrapartida adequada por parte do ICMBio e das lideranças locais para autorizar a obra.

Para os entrevistados, um acordo que favorecesse as comunidades extrativistas, com medidas de compensação ambiental e de apoio ao desenvolvimento local. Sendo essencial para mitigar os danos e garantir recursos para manutenção e vivência na Resex.

A falta de energia elétrica na Resex ainda impede mudanças sociais importantes na região. Essas mudanças dependem desse recurso para promover ganho de qualidade de vida, acesso à educação, saúde e desenvolvimento econômico. A energia elétrica (eletricidade) é essencial para o funcionamento de equipamentos de saúde, escolas, comércios e sistemas de comunicação, em especial, internet. Além de ser um fator para a criação de novas oportunidades de trabalho aos extrativistas e melhoria na infraestrutura nas comunidades locais.

Sem energia elétrica, a população enfrenta dificuldades para atender suas necessidades básicas e para impulsionar iniciativas de sustentabilidade e inovação que poderiam transformar a realidade das comunidades. Assim, aumentando a inclusão social e proporcionando melhores condições para a preservação do meio ambiente e da cultura local. Portanto, a implementação de soluções energéticas adequadas é uma prioridade para garantir o progresso e a autonomia da região.

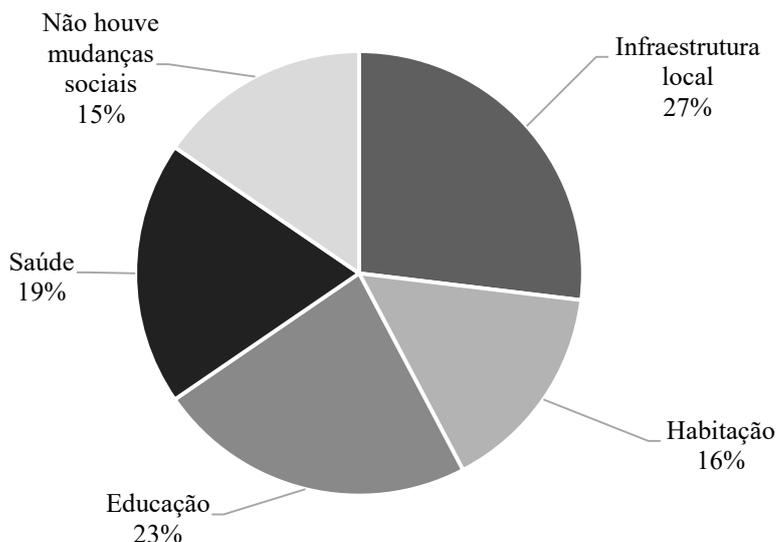
Ainda nas mudanças sociais, vários projetos foram implementados na Resex do Rio Cajari e não obtiveram sucesso. Entre eles estão a criação de animais de pequenos portes, a criação de hortas, a fábrica de beneficiamento de castanha. Outros projetos abandonados ou enfrentaram dificuldades operacionais, como a falta de recursos financeiros, a escassez de mão de obra qualificada, a falta de infraestrutura adequada ou a má gestão das lideranças. Silva e Alves (2020), argumentam que essa situação está vinculada às dinâmicas das relações cotidianas dos indivíduos em famílias e à capacidade dos extrativistas de desenvolver soluções próprias no processo de gestão compartilhada do território.

Para Pinton e Aubertin (1997), ressaltam que as populações tradicionais ainda carregam características do patronato, ao adotar comportamento individualista e tem dificuldade de agir pensando no coletivo. Nesse sentido, “As decisões são tomadas ao nível do indivíduo ou da família nuclear, independentemente do interesse coletivo e apoiam-se em redes importantes de parentesco, de vizinhança e de clientelismo” (Pinton; Aubertin, 1997, p. 279).

Para Silva e Alves, (2020) as dificuldades na implementação dos projetos comunitários estão relacionadas ao dilema se serão implementados de forma comunitário ou familiar. Ainda conforme os autores, as políticas públicas implementada por ação coletiva nas Resex do sul do Amapá está fadada ao insucesso. Dessa forma, para ter sucesso é preciso considerar cada família individualmente e não um grupo específico.

Os fatores de insucessos dos projetos estão relacionados à falta de gestão eficiente dos recursos, muitas vezes pela ausência de uma abordagem coletiva que favoreça o interesse da coletividade. Dificultando, assim, a implementação de soluções sustentáveis e a maximização dos resultados a longo prazo na Resex do Rio Cajari.

A seguir, a Figura 15 apresenta as categorias que evidenciam as principais mudanças sociais ocorridas após a implementação da RERC.

Figura 15: Mudanças sociais na RERC

Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Destaca-se na Figura 15, que 85% dos atores locais da castanha-da-Amazônia acreditam que houve mudanças, os extrativistas puderam experimentar melhorias em áreas como moradia, educação, saúde, e na infraestrutura local, refletindo em qualidade de vida. A falta de energia elétrica é um fator que prejudica o desenvolvimento das comunidades da RERC.

Fernandes, Silva e Khan, (2019) destacam que depois da criação da Resex do Rio Cajari teve aumento de bens duráveis, ampliação dos serviços educacionais de ensino formal, melhorias nas condições habitacionais. Para os autores esses fatores demonstram que houve melhoria na qualidade de vida da população local. Filocreão (2007), evidenciou que houve transformações nas condições sociais na Resex nos anos de 1990 a 2006.

Nesse contexto, foi possível compreender que os atores locais da castanha-da-Amazônia perceberam o fortalecimento das comunidades locais e o empoderamento das comunidades, permitindo que elas tenham voz e poder de decisões. Dessa forma, as comunidades podem sentir uma maior valorização de suas práticas culturais, conhecimentos tradicionais e o resgate da identidade local.

7.1.3.2 Mudanças econômicas na Resex

A percepção dos entrevistados sobre as mudanças econômicas na RERC após sua criação foi analisada, com os participantes sendo questionados sobre os impactos sociais vivenciados pela comunidade local. As respostas indicaram diferentes perspectivas sobre os impactos econômicos gerados pela implementação da Resex, como a melhoria nas condições

de subsistência das comunidades locais, o aumento na valorização de produtos extrativistas, e os desafios enfrentados para conciliar conservação ambiental e geração de econômica sustentável.

Essas mudanças econômicas na percepção dos atores locais da castanha-da-Amazônia entrevistadas resultaram em duas categorias. A categoria “Autonomia na comercialização da castanha” foi composta por 12 (46%) entrevistados que confirmaram a ocorrência de transformações. A seguir, apresenta-se o DSC correspondente a essa categoria.

Economicamente, depois da criação da Resex, algumas coisas melhoraram. Veio a questão **realmente do mercado, da comercialização**, de eles conseguirem vender. Hoje você ficou livre para fazer a comercialização do seu produto. Aí foi feita a **abertura de estrada**, e isso facilitou para ir a Macapá ou para Laranjal do Jari e **melhorou a questão do escoamento da castanha**. Então teve uma melhoria de preço e uma maior procura, porque antes havia o monopólio. E quando mais compradores, há uma concorrência, e essa concorrência gera mais valor no produto, então dá mais dinheiro. Apesar de ter a **presença forte do atravessador**. Ainda vem muita gente de fora e passa aqui e compra os produtos daqui. Então isso traz dinheiro aqui dentro e ajudou a melhorar a **economia**.

No DSC, observa-se que os atores locais ressaltaram avanços na esfera econômica, enfatizando a autonomia na comercialização do produto, o rompimento com a dependência do patrão, a implementação de políticas públicas e o papel das instituições que atuam diretamente na comercialização da castanha.

A rodovia federal BR-156, que atravessa a região do Alto Cajari (trecho Macapá/Laranjal do Jari), desempenhou um papel fundamental no escoamento da produção local, facilitando o acesso ao mercado consumidor e influenciando diretamente o preço da castanha. Conforme Silva (2017), o sistema de escoamento da produção era inicialmente precário, realizado por meio de embarcações nos rios Maracá e Cajari, de onde os produtos eram transportados até os portos no rio Jari e, posteriormente, distribuídos para os centros consumidores. Ainda para o autor, essa situação persistiu até a inauguração da BR-156, que introduziu uma nova dinâmica de transporte, combinando o fluvial e terrestre. Essa mudança evidencia a importância da rodovia para o mercado da castanha.

Os atores locais da castanha-da-Amazônia enfatizam a atuação do atravessador, afirmando que “a presença forte do atravessador” na comercialização da castanha, essa prática ainda é muito forte entre os extrativistas. Rangel (2017), evidencia essa percepção, destacando que a venda da castanha para os atravessadores é a principal forma de escoamento da castanha.

A venda de produtos extrativos locais para atravessadores ainda mantém características do sistema de aviamento, refletindo um modelo de monopólio associado ao patronato, no qual

a castanha só podia ser comercializada com o patrão. Nesse contexto, observa-se que esses elementos persistem e ainda não foram superados na Resex do Rio Cajari.

Ainda sobre as mudanças econômicas, gerou-se a categoria 'Criação das instituições da RERC', com 11 (42%) entrevistados, que destacaram a criação da associação e cooperativa ligadas à comercialização da castanha. Apresenta-se o DSC da categoria.

A outra situação, foi quando começaram as articulações para organizar a associação e despertou o preço da castanha. E veio alguns projetos para a castanha, depois veio a **fábrica**. Já tinha a associação, mas não podia comercializar e criaram a **cooperativa COOPERALCA**. Teve também as **Cooperativas da mulher**, e elas vendem seus produtos **através do PNAE** (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e do **PAA** (Programa de Aquisição de Alimentos). Não podemos negar que a **castanha é uma das maiores gerações de renda que temos na região do Jari**.

O Discurso do Sujeito Coletivo evidencia que a criação de instituições, como associações e cooperativas, impulsionou a valorização da castanha e fortaleceu sua importância como principal fonte de geração de renda na região do Jari. Na área da comercialização, destacam-se os arranjos sociais formados por cooperativas de extrativistas, que fortalecem a organização coletiva, ampliam o acesso a mercados e promovem melhores condições de negociação para os produtores. Dentro desse contexto, surgiu a primeira cooperativa, a COMAJA, fundada em 1985 em Laranjal do Jari, uma fábrica para produção de castanha descascada e embalada a vácuo e produção de óleo (Filocreão, 2007; Filocreão, Silva e Lomba, 2019). Naquele período, a Resex do Rio Cajari ainda não havia sido criada, que ocorreu somente em 1990 (Brasil, 1990a). Nesse contexto, os trabalhadores extrativistas já começavam a se organizar gradualmente, buscando outras formas para comercialização da castanha e melhorar as condições de trabalho, embora ainda não houvesse uma estrutura formalizada como a Resex.

É importante mencionar que a COMAJA desempenhou um papel relevante como aliada nos movimentos que impulsionaram a criação da Resex (Filocreão, 2007). Em 2023, a cooperativa estava inativa, mas passava por um processo de reorganização para a retomada de suas atividades.

A COOPERALCA, fundada em 2001, foi criada visando administrar as atividades da fábrica para a produção de castanha *dry*, desidratada com casca (Picanço, 2005; Silva, O. F., 2017). Após enfrentar um período de 10 anos de inadimplência, a cooperativa iniciou, em 2021, um processo de reorganização para retomar suas operações. Em 2023, eles contam com 110 cooperados e estão fazendo ajustes estratégicos para garantir as articulações necessárias para voltar o funcionamento em breve. Ainda sobre as instituições ligadas a comercialização dos

produtos extrativos na Resex, tem ICAF, voltado ao apoio do extrativismo e da agricultura familiar.

Destaca-se a participação das mulheres com relação à comercialização dos produtos extrativos, ressalta a Cooperativa de Mulheres do Alto Cajari (COOPEMAC), uma cooperativa formada só por mulheres. Em 2023, elas tinham 50 cooperadas. Na Figura 16 apresenta os produtos produzidos pela cooperativa e o espaço onde as mulheres comercializam seus produtos.

Figura 16: Produtos da COOPEMAC e local da feira na RERC



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

Os principais produtos comercializados pela COOPEMAC, derivados da castanha, incluem biscoitos, doces, balas, paçocas, castanhas descascadas e castanhas *in natura*. A COOPEMAC vende seus produtos também através dos editais da Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Através desses editais elas vende a castanha *in natura* e produção da roça como a batata, cará, farinha, entre outros produtos, pois os beneficiários da Resex podem colocar roça em uma pequena área.

Dentro das RESEXs, o SNUC prevê como atividades econômicas regulares apenas a agricultura de subsistência, o extrativismo e a criação de pequenos animais (Brasil, 2000). Para a realização de outras atividades, é necessário que estas sejam regulamentadas pelo Plano de

Manejo da Resex, o qual define o uso do solo com base em critérios de sustentabilidade. Contudo, na Resex do Rio Cajari, o Plano de Manejo foi aprovado, mas ainda não foi publicado.

Os principais produtos extrativos da Resex são castanha-da-Amazônia, açaí, semente de cumaru, andiroba, uxi e piquiá. Alguns desses produtos são coletados na floresta somente para consumo próprio, mas outros são levados para as feiras promovidas pelo município ou pelo estado. O cultivo das culturas para subsistência e comercialização são: feijão, batata-doce, abacaxi, melancia, mandioca, cupuaçu, cará, abobora, milho e banana. Eles trabalham com a produção de farinha. Na Figura 17, produtos extrativos e da agricultura da Resex do Rio Cajari.

Figura 17: Produtos extrativos e cultivados na Resex



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

A exploração da castanha-da-Amazônia é a atividade econômica que gera maior renda na Resex, e a agricultura é uma atividade complementar ao extrativismo (Jesus, Firmino e Guedes, 2013; Teixeira *et al.*, 2018). Ainda para os autores, destaca-se a agricultura em roças manuais, principalmente o cultivo de mandioca, além da criação de animais como ovinos e suínos. Os autores ressaltam que a farinha de mandioca é uma atividade importante indica que, para os extrativistas da Resex do Rio Cajari, a mandioca desempenha um papel econômico subsistência, sendo essencial para o consumo (alimentação) quanto para a geração de renda da comunidade. Dessa forma, contribui para uma gestão coerente dos recursos naturais na Resex, ou seja, as atividades estão alinhadas com o uso sustentável, representando um modelo de manejo que garante a sobrevivência da comunidade sem comprometer o meio ambiente.

Em 2023, foi lançado o programa Castanheir@s com uma proposta de modelo de desenvolvimento integrado com foco na cadeia produtiva da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá. Direcionada a COOPERALCA e COOPEMAC da Resex do Rio Cajari e a Cooperativa Mista dos Produtores Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU) da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Na Figura 18 a capa do projeto.

Figura 18: Programa Castanheiras



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

O objetivo do programa é promover a reestruturação e aceleração da cadeia produtiva de castanha-da-Amazônia no sul amapaense, através das Cooperativas de Trabalhadores Agroextrativistas e podendo influenciar as cadeias de produtos da bioeconomia do Amapá e do Brasil. Esse projeto tem apoio e parceria das instituições, como a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SETEC), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio/AP), a Gestão e Inovação, o Urubatan Piatã Produtos da Floresta, o Sistema de Cooperativas do Amapá (OCB/AP), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/AP), a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (Rurap).

As mudanças econômicas na Resex do Rio Cajari refletem a transição de atividades tradicionais para modelos sustentáveis com a criação da Resex. A exploração da castanha-da-Amazônia, por exemplo, tem se intensificado como uma fonte de renda para as comunidades locais. Pode-se observar que a implementação de políticas de gestão sustentável alinha a preservação ambiental com a geração de trabalho e renda para as comunidades.

Sendo que dos atores sociais envolvidos com o extrativismo, 88% dos entrevistados, em suas percepções, mencionaram mudanças econômicas com a criação da Resex do Rio Cajari.

Entre os entrevistados, conforme o DSC dessa categoria “Não houve mudanças econômicas”, por 3 (12%) extrativistas participantes da pesquisa acreditam que não tiveram mudanças econômicas na Resex.

Acho que **não teve mudanças econômicas**. A fábrica de castanha e a COOPERALCA não estão funcionando e isso já é um atraso para a economia na Resex.

Nesse DSC, os atores locais da castanha-da-Amazônia relatam a ausência de mudanças econômicas, percepção atribuída à inatividade da fábrica de castanha e à inadimplência das cooperativas. A Figura 19 mostra a sede da fábrica de beneficiamento da castanha.

Figura 19: Fábrica de beneficiamento de castanha na RERC



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

A fábrica de beneficiamento de castanha trouxe maior valorização à comercialização da castanha na Resex, além de reduzir a dependência dos extrativistas em relação aos atravessadores. Contudo, o fechamento da fábrica representa um retrocesso para a comercialização da castanha.

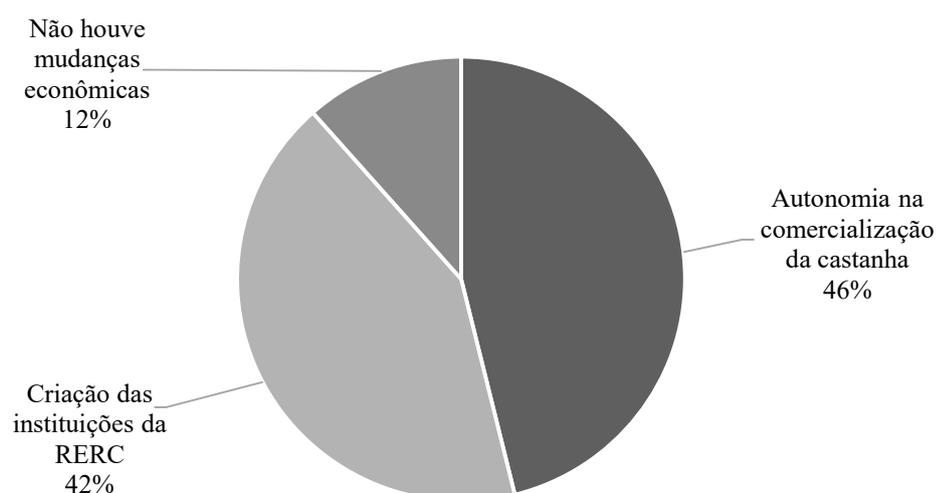
Outra situação é a inatividade da COMAJA, está foi umas das primeiras cooperativas na Resex do Rio Cajari, criada para a comercialização da castanha. Figura 20, apresenta-se a sede da cooperativa no localizada no município de Laranjal do Jari.

Figura 20: Sede da COMAJA

Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

A COMAJA representou um dos principais investimentos públicos voltados a promover a coleta, industrialização e comercialização da castanha (Filocreão, Silva e Lomba, 2019). Esses recursos foram destinados ao fortalecimento do extrativismo, impulsionando a valorização dos produtos que vinha da coleta na região.

Na Figura 21, apresenta-se a representatividade sobre as mudanças econômicas que ocorreram com a criação da Resex do Rio Cajari.

Figura 21: Mudanças econômicas na RERC

Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Considerando o contexto das transformações econômica, 96% dos atores locais da castanha-da-Amazônia acreditam que houve mudanças econômicas. Nos primeiros 10 anos da Resex, observou-se um avanço, na criação e na articulação de cooperativas, considerando o cenário histórico.

Na percepção dos atores entrevistados, a ausência de mudanças econômicas está diretamente ligada às dificuldades enfrentadas pelo cooperativismo, que acaba não conseguindo realizar seus objetivos organizacional. Essas dificuldades não estão relacionadas a falta do produto (castanha), mas a má gestão dessas instituições e influenciado pelo individualismo dos grupos familiares.

Conforme Ribeiro e Ximenes, (2009), as cooperativas da Resex apresentam dependência dos órgãos governamentais em todas as esferas. Além disso, observa-se que uma desconexão nas relações entre as lideranças da associação e das cooperativas. Sendo que, a ASTEXCA não tem participação na gestão da COOPERALCA, tem um distanciamento, cada líder cuida de sua instituição. Isto reforça, que o individualismo se reflete também na gestão das instituições.

Outro problema relacionado à comercialização dos produtos extrativos é que parte das políticas governamentais destinadas a esses territórios acabam não sendo cumpridas (Almeida, Allegretti e Postigo, 2018). Essa postura do governo pode resultar em ações que, em vez de apoiar, como deveria ser o objetivo da política governamental, comprometem o bem-estar das comunidades da Resex do Rio Cajari.

Nesse sentido, houve falta de suporte para impulsionar a economia da floresta e os modos de produção sustentáveis (Almeida, Allegretti e Postigo, 2018; Silva, 2024). Essa afirmação dos autores, pode-se inferir, que a ausência (negligência) de suporte necessário para incentivar a economia da floresta e promover a adoção de práticas sustentáveis de produção, dificultando o desenvolvimento local. Isso é uma ineficácia das políticas públicas no fortalecimento da economia local e no incentivo as formas de produção que respeitem o meio ambiente.

A região dos castanhais do Amapá tem historicamente desempenhado um papel importante na economia do sul do estado. Embora a agricultura de subsistência seja praticada, a principal atividade econômica é o extrativismo, com a castanha sendo o produto de maior valor econômico. Os moradores da região também acessam políticas sociais e compensatórias, e alguns atuam como funcionários públicos.

7.1.3.3 Mudanças ambientais na RERC

A castanha-da-Amazônia tem relevância ambiental, principalmente para o Sul do estado do Amapá. Dessa forma, foi questionado aos autores locais sobre mudanças na preservação ambiental depois da criação da RERC. Essa questão gerou três categorias. Apresenta-se o DSC da categoria “Institucionalização de preservação ambiental na Resex”, foi 15 (58%) entrevistados relatam que as mudanças ambientais ocorreram por meio de um sistema com estrutura organizada.

Sobre as mudanças ambientais, existe um regulamento, não é um estatuto, é uma lei, que se **chama SNUC**. E sempre o **Ibama** esteve do nosso lado. Agora temos o **ICMBio**, que faz o controle e bate muito forte em cima disso. Na parte não governamental, foi criado o **Conselho Nacional dos Seringueiros**, que nos protegeu, e até hoje nos protege. Se não fosse esses órgãos, os invasores já teriam acabado com tudo. Talvez a gente não teria mata e talvez nem estaria aqui, porque já estaria tudo invadido por fazendeiros, madeireiras e essas coisas todas.

No DSC, observa-se que os atores locais da castanha-da-Amazônia mencionam a importância e atuação dos órgãos governamentais e não governamentais relacionadas à preservação ambiental nas Resex. O primeiro órgão regulador foi o INCRA, que, após algumas reestruturações, transferiu suas atribuições para o IBAMA. Com a criação do ICMBio, em 2007, o IBAMA delegou a este novo órgão a gestão das unidades conservação e a educação ambiental (Brasil, 2007b).

O SNUC, embora tenha sido criado dez anos após a implementação das Resex, atende às demandas de uso e conservação dos recursos naturais no Brasil. Essas instituições estão vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente na esfera federal (Brasil, 2002).

Ressalta-se a importância da institucionalização ligadas à preservação e conservação ambiental. Outro fator é a participação das instituições sociais como CNS, que influenciou o panorama histórico da Resex. Essas instituições garantiram a preservação dos castanhais na Resex do Rio Cajari.

A outra categoria “Conscientização sobre a preservação na Resex”, contou com 7 (27%) atores locais da castanha-da-Amazônia que consideram que houve melhoria na preservação, conforme o DSC dessa categoria.

O pessoal do **ICMBio**, começaram a conversar que aquilo não era certo, pois todo ano a gente tocava fogo. Lembro que quando cheguei aqui, em 1977, até 1990, todo ano **a gente matava de 7 a 10 castanheiras**, e era todo mundo. A gente colocava fogo no cerrado, onde as castanheiras eram cercadas por árvores pequenas que atrapalhavam a coleta, e **aí os patrões, donos dos castanhais, pediam para a gente tocar fogo**. Hoje, virou mata e voltou ao que era antes. É feito só a roçagem dos piques dos

caminhos; **a gente chega embaixo da castanheira e já enxerga os ouriços. A gente corta o cipó, se tiver nas castanheiras e os filhos de castanheira** a gente vai atrás limpar nos castanhais e nas **capoeiras**. A gente protege a castanha e faz o manejo também. A outra coisa era você fazia o tamanho de roça que queria, onde encontravam um igarapé com água, queriam fazer uma roça. Com isso, acontecia o assoreamento do rio, e a gente não percebia que isso era por conta da roça. Aí o igarapé secava, o rio começava a entupir, e a gente não entendia, mas através das orientações, aprendemos isso. Temos hoje limites para fazer as roças, pois cada morador só tem **direito a fazer 4 tarefas de roça por ano**. Uma pessoa pode derrubar a mata virgem um ano sim e outro não. Geralmente, a gente usa mais as capoeiras que já foram usadas. A mata virgem quase não é derrubada; nesses últimos anos. As pessoas voltaram mais à exploração da castanha. Então melhorou muito, antigamente a pessoa vivia de explorar e vender uma **quantidade de peixe e caça e isso aí o ICMBio, foi questionado e conscientizado** as pessoas, e aí o povo foi deixando. **O CNS também nos dava muitas instruções para preservamos**. Vejo que teve uma preservação melhor.

Esse DSC ressalta a percepção dos entrevistados sobre a importância da conscientização ambiental entre os extrativistas da Resex, além de enfatizar a preservação dos castanhais como essencial para a continuidade da atividade extrativista.

As transformações ambientais depois da criação da RERC, no DSC “Eu lembro que quando eu cheguei aqui, em 1977, até 1990, todo ano a gente matava de 7 a 10 castanheiras, e era todo mundo” essa característica faz parte do patronato.

Para Kainer, Wadt e Staudhammer, (2023), o uso do fogo para limpar a área sob as castanheiras, visando facilitar a coleta dos frutos e evitar acidentes com animais peçonhentos, foi uma prática que os extrativistas praticamente abandonaram. No DSC fica evidente a mudança com relação às práticas nos castanhais.

Guedes et al., (2014), reconhece que a agricultura de subsistência e o extrativismo se complementam e desempenham um papel essencial na coleta de castanhas, além de assegurar o surgimento de novas castanheiras nas roças e durante os períodos de descanso do solo e cultivo das capoeiras.

Essa evolução, aliada a outros fatores, promoveu a valorização e a proteção dos recursos naturais por meio da educação ambiental, bem como contribuiu para uma gestão territorial compartilhada entre o ICMBio e parceiros como o CNS.

Pode-se resumir que, com a conscientização adquirida ao longo da existência da Resex, foram promovidas transformações na forma como os recursos naturais são cuidados e explorados. Essa mudança reflete um compromisso crescente com a sustentabilidade, integrando práticas responsáveis de uso e preservação da natureza, alinhadas aos princípios que orientam a proteção do meio ambiente e o bem-estar das comunidades locais.

Neste contexto das mudanças ambientais, surgiu um novo DSC a partir de outra categoria “Instituições parceiras da Resex”, formada por 4 (15%) autores locais participantes

da pesquisa, que mencionaram instituições de apoio às ações sustentáveis, à preservação ambiental e ao fortalecimento comunitário, promovendo práticas integradas na Resex do Rio Cajari.

Tivemos a **parceria da EMBRAPA**, com o programa Castanha na Roça, que utiliza o sistema de manejo, onde a gente aproveita o que a cutia planta, ela planta de maneira mais eficiente do que a gente. A gente já comparou as mudas plantadas pela cutia com as que plantamos. Outro detalhe importante na preservação da Resex é que esses extrativistas estão cumprindo com todo plano de manejo da reserva.

A castanha na roça é uma técnica que combina o manejo da regeneração natural com plantio de castanheiras, semeadas por cutias, com o plantio de mudas selecionadas de matrizes produtivas, visando renovar e expandir os castanhais (Guedes *et al.*, 2014). Essa tecnologia garante a conservação da floresta e promove a geração de renda para as comunidades locais, contribuindo para o desenvolvimento local.

O discurso enfatizou a parceria da Resex com a EMBRAPA na execução do Projeto castanha da Roça, promovida pela Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), tendo a ASTEXCA como proponente do projeto. Sendo que, esse projeto gerou mudanças ambientais, como o manejo das castanheiras, além de contribuir para a preservação e no cumprimento do plano de manejo pelos extrativistas.

Através do sistema castanha na roça, foi possível aproveitar as mudas plantadas pela cutia nas capoeiras, onde os extrativista planta suas roças. Alguns animais roedores, como a cutia, são dispersores das sementes da castanha-da-Amazônia, além de dispersoras, apresentam possibilidades de manejo (Guedes *et al.*, 2014, 2023; Peres e Baider, 1997)

Guedes *et al.* (2023, p. 292) ressaltam que “alguns desses animais, como as cutias, têm o hábito de enterrar (esconder) as castanhas restantes após se alimentarem (guarda para consumo futuro), tornando-se assim verdadeiras plantadoras de castanheiras”, pois muitas vezes as castanhas ficam esquecidas e acabam nascendo.

A preocupação com a natureza surgiu a partir do uso das capoeiras antigas. Nessas áreas de capoeiras, os extrativistas deixam as castanheiras antigas (nativas) e, quando uma nova muda de castanheira nasce, ela é manejada (protegida) e deixada crescer até se tornar uma árvore adulta. Esse manejo sustentável favoreceu o aumento das castanheiras na Resex do Rio Cajari, contribuindo para a conservação ambiental e o desenvolvimento local. Sendo que essa práticas sustentáveis estão aumentando o quantitativo de castanheiras para os beneficiários da Resex.

Esse projeto aproveita o conhecimento local e ajuda a gerar novos castanhais, através dos aproveitamento do plantio das cutias e conseqüentemente vai impactar na continuidade dos

castanhais e no aumento da produção da castanha. Na Figura 22 mostra o manejo e cultivo da castanha-da-Amazônia resultado do sistema castanha na roça.

Figura 22: Cultivo de castanha-da-Amazônia na RERC

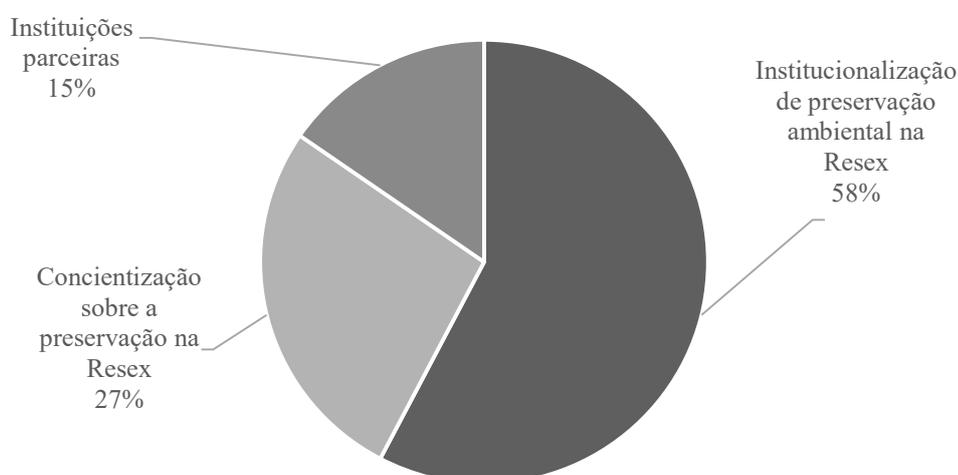


Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

O manejo das castanheiras não trouxe somente mudanças nos aspectos ambientais, mas influenciou positivamente a economia, com o aumento da produção. Em castanhal nativo, a produção alcançava cerca de 70 barricas de castanha por safra. Após a implementação do sistema castanha na roça, a produção subiu para 150 barricas de castanha-da-Amazônia. Alguns extrativistas relataram aumento das castanheiras e da produção em seus castanhais.

A Figura 23 apresenta a distribuição das três categorias das mudanças ambientais nas percepções dos entrevistados. Os resultados indicam que todos os participantes reconheceram mudanças ambientais positivas na Resex do Rio Cajari.

Figura 23: Mudanças ambientais na RERC



Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Em relação à evolução ambiental na Resex do Rio Cajari, destaca-se a categoria “Institucionalização de preservação ambiental na Resex”, amparada por uma estrutura organizada da legislação ambiental.

Com base nos dados das categorias geradas a partir das entrevistas com os atores locais da castanha-da-Amazônia, foram evidenciadas mudanças na RERC. Assim, é certo que, após a criação da Resex, houve mudanças, mas, por outro lado, também ocorreram conflitos.

Essas mudanças na Resex do Rio Cajari vêm ao encontro do estudo de Filocreão (2007), que aponta que a região teve ganhos sociais, econômicos e sustentáveis, promovendo a vivência nas comunidades e a preservação ambiental, como fatores para o desenvolvimento local. Ainda para o autor, ressalta que, depois da abertura da BR-156, começou a pressão de pessoas que migraram para a região da Resex para realizar desmatamento em larga escala para ampliar as áreas de cultivo e alcançar uma produção superior à dos moradores locais.

7.1.3.4 Políticas públicas direcionadas a RERC

Na questão onde os autores locais foram questionados sobre políticas públicas direcionadas à Resex, destacaram-se diferentes perspectivas relacionadas à gestão sustentável e à inclusão das comunidades envolvidas. As entrevistas sobre a questão 4d dos Apêndices C e D geraram três categorias. A seguir, apresenta-se a categoria “Políticas federais”, que foi representada por 10 (39%) dos entrevistados, conforme mencionado no DSC dessa categoria.

A política pública que mais impactou na Reserva do Cajari foi com relação à habitação. Através do **programa operacional vindo pelo INCRA**, que atendeu em torno de 400 famílias ou quase 600, não tem esses números exatos. Elas deixaram de morar em cima da paxiúba ou da casqueira para morarem em casas bem melhores. O INCRA fornecia auxílio para eles, caixa d'água, tijolo e a maioria das casas foi construída dentro desse programa do governo federal. **Tivemos também o Bolsa Verde**, que era dinheiro repassado diretamente para a gente. Outra política pública que lembro foi o **Pró castanha**, e aí todos os castanheiros aqui na época, foram beneficiados. Tivemos também o projeto ligado à rede Kamukaia da EMPRAPA o primeiro projeto foi o **Castanha na Roça** e o outro foi Carbono Cajari, aprovado na **Petrobras Ambiental, com a própria ASTEXCAR** como proponente. A outra política que lembro foi pelo **Fundo Amazônia** que deu apoio assistência técnica aqui dentro com a preservação do meio ambiente. O governo federal já fez casa, já deu objetos de valores, já deu Rabeta (canoa), freezers, motor de luz, alimento, já deu muitas coisas aqui na reserva, mas agora parou não deu mais nada. Então hoje tem o **PAA através da Conab** que é o governo federal. E as mulheres também produzem biscoitos, bombons e vendem pelo PNAE, PAA e acessam também o projeto da **Fundação Banco do Brasil**.

Nesse DSC, evidencia-se, a partir da percepção dos atores, o impacto das políticas públicas e programas governamentais na vida dos extrativistas da Resex do Rio Cajari, com

destaque para as áreas de habitação, auxílio financeiro, infraestrutura, apoio técnico, preservação ambiental e fomento à produção local.

Uma das primeiras iniciativas públicas de incentivo recebidas pela Resex do Rio Cajari ocorreu em 1992, por meio da ASTEXCA, com apoio técnico do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) e financeiro da *World Wide Fund (WWF)*, traduzido como “Fundo Mundial para a Natureza” em português (Picanço, 2005). Esses incentivos foram voltados principalmente para a agricultura, mas também influenciaram o preço da castanha pago pelos atravessadores.

O acesso ao Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), foi uma iniciativa do governo brasileiro em parceria com a comunidade internacional (MMA, 2023b). Através do PPG7, em 1992 a 1994, foi elaborado uma proposta para o Projeto RESEX, onde os castanheiros da Resex reivindicaram a instalação de usinas de beneficiamento de castanha (Filocreão, 2007; Picanço, 2005). No final dos anos 2000, a usina foi construída na comunidade Santa Clara.

A primeira política de apoio citada no DSC foi promovida pelo INCRA e consistiu na construção de moradias na Resex, já foi mencionada na Seção Mudanças Sociais. Foi desenvolvido por meio da 'Portaria INCRA/SR — 21/Nº 001/2003, de 3 de junho de 2003, em seu Anexo 3' (Picanço, 2005, p. 152). Esse projeto trouxe melhorias para a área de habitação da Resex.

O Programa Bolsa Verde, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, pretende beneficiar famílias de baixa renda que realizam atividades de conservação ambiental (Brasil, 2011). Implementado inicialmente entre (2011–2016), o programa foi retomado em 2023. A Resex do Rio Cajari está entre os territórios contemplados na nova fase do programa (2023-2024) (Brasil, 2023a; MMA, 2025).

O Projeto Carbono Cajari, com recursos do Fundo Petrobras Ambiental e implementado em (2011-2014) pela ASTEXCA. Um dos resultados do projeto foi o mapeamento participativa de 300 castanhais, com mais de 80 mil castanheiras georreferenciadas considerando o potencial produtivo (Diniz *et al.*, 2023). Na Figura 24, mostra o mapa do castanhal, gerado através do projeto.

A outra categoria “Políticas públicas estaduais”, com 6 (23%) atores locais da castanha-da-Amazônia, apresenta o DSC correspondente a essa categoria.

As políticas de apoio quem mais ajudou nós aqui na Resex, **foi na gestão do governo do Capiberibe**. Foi nesse governo que **começamos a fazer feira e tinha caminhão** para levar os produtos para Macapá. E lá a gente tinha espaço na feira, e isso funcionou por muito tempo. Depois parou, mas agora voltou a funcionar. Antes aqui o ramo era **só a castanha**. Aí, quando surgiu a feira a gente foi **vender a banana, farinha e pimenta**. Tudo a gente levava para feira e não pagava nada, o governo dava tudo. Com isso, a gente deixou de ganhar dinheiro só no inverno, sendo período da coleta da castanha. Hoje, a gente tem **motor, e o diesel é fornecido pelo governo do estado**. Tem também o **RURAP**, que já faz a assistência técnica gratuita oficial do governo do estado e pode auxiliar na elaboração de projetos. Então, **agora veio o projeto para o plantio de açaí**, eu já tinha um plantio de mil pés de açaí, e hoje estou com uma faixa de 3.000 pés de açaí plantados e manejados, meu e da minha família.

No DSC sobre as políticas estaduais, é possível observar a visão dos atores locais sobre essas políticas de apoio do Estado do Amapá voltadas para promover e diversificar a economia local na Resex do Rio Cajari. Essas ações incluem o fornecimento de transporte e infraestrutura para feiras, além de apoio técnico e financeiro a projetos agrícolas, bem como subsídios ao diesel, facilitando o plantio e o manejo de culturas, como o açaí. É importante ressaltar que essas iniciativas beneficiam não apenas os extrativistas que trabalham com a castanha, mas também aqueles envolvidos em outros produtos extrativos cultivados e manejados na Resex, com destaque para o açaí.

A gestão do governo de João Alberto Rodrigues Capiberibe, foi prefeito de Macapá, entre 1989 e 1992 e depois governador do Amapá entre 1995 e 2002. A contribuição do governo do Capiberibe foi muito enfatizada pelos entrevistados, principalmente no período de governador.

O governo do estado do Amapá, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), disponibiliza transporte para os extrativistas da Resex escoarem seus produtos e comercializarem na Feira do Produtor em Macapá. Esse transporte era realizado duas vezes por mês; no entanto, em 2024, foi reduzido para apenas uma vez por mês.

O governo do estado do Macapá fornece um transporte para escoação dos produtos cultivados na Resex. Os extrativistas levam seus produtos para serem vendidos na Feira do produtor em Macapá, ocorre uma vez por mês, sendo viabilizada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Amapá (SDR).

Outra ação de apoio do governo do estado para a RERC foi o Programa de Desenvolvimento da Produção Extrativista do Estado do Amapá (Proextrativismo), sendo um projeto que buscou promover a sustentabilidade econômica e social das comunidades

extrativistas, que tradicionalmente vivem da coleta de produtos da floresta. O objetivo do programa foi fomentar as principais cadeias extrativas com apoio ao manejo e comercialização desses produtos, originários da sociobiodiversidade amapaense (MMA, 2012). Entre 2013 e 2014, foram assinados quatro contratos com algumas cooperativas e associações, dentre elas a ASTEXCA. Com a mudança de governo, a partir de 2015, parte dos recursos deixou de ser repassada, e o projeto foi encerrado.

Com o propósito de promover o desenvolvimento rural no estado do Amapá, oferecendo apoio financeiro a projetos que melhorem as condições de vida no campo. Uma das políticas de incentivos foi a criação do Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá (FRAP), pela Lei Estadual n.º 0039/92 (Amapá, 1992). Tem por objetivo financiar as atividades agropecuárias, extrativistas vegetais, agroindustriais e pesca artesanal, no âmbito do setor privado (RURAP, 2024a).

Esse FRAP para as comunidades extrativistas da RERC, contribui para o desenvolvimento econômico e social local, gerando impactos positivos no estado do Amapá. A iniciativa visa fortalecer as práticas sustentáveis e a autonomia das comunidades, promovendo inclusão social e melhorias nas condições de vida da região.

Outro incentivo foi implementado através do Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), que fornece serviços de assistência técnica e extensão rural aos pequenos produtores (RURAP, 2024b). Além disso, o RURAP, realiza ação articulada junto a toda a cadeia produtiva do setor, promovendo as condições de sustentabilidade alimentar, socioeconômicas e ambiental do Amapá. Tem um escritório do RURAP na comunidade de Água Branca do Cajari, conforme a Figura 25.

Figura 25: Sede do RURAP na RERC



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

Ressalta que o escritório da comunidade de Água Branca do Cajari, não está funcionando, essa é uma reivindicação dos extrativistas, pois isso dificulta o acesso deles aos

serviços. Todos os atendimentos do órgão são realizados na sede, que está localizada na cidade de Laranjal do Jari.

As políticas de incentivo recente, em 2023 foi lançado programa Castanheiras, para gerar desenvolvimento social, ambiental e econômico focado na cadeia produtiva da castanha-da-Amazônia na Resex do Rio Cajari e COMARU (MDIC, 2024).

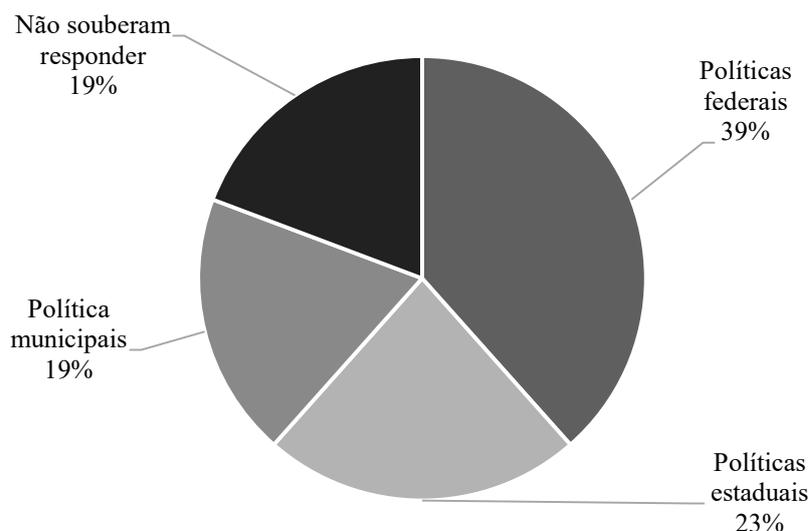
A RERC recebeu incentivos para o cultivo de açaí, com a distribuição de mudas aos extrativistas para novas plantações. Alguns moradores já possuíam açaí nativo e manejado. O açaí produzido é destinado tanto ao autoconsumo quanto à venda nas feiras e dentro da própria Resex. Esse incentivo tem o potencial de diversificar e aumentar a renda dos extrativistas, especialmente fora do período de maior rendimento, que ocorre durante a safra da castanha.

A categoria “Políticas municipais” foi mencionada por 5 (19%) entrevistados que destacaram o papel da esfera municipal, conforme descrito no DSC dessa categoria, evidenciando sua relevância para os extrativistas da Resex do Rio Cajari com as políticas de apoio.

Nas políticas municipais, **teve o PNAE**, sendo realizado **através da prefeitura municipal de Laranjal do Jari**. Esse incentivo são recursos que chegam. Não chega para todos, mas chega **para uma parte, e os extrativista conseguem vender seus produtos**. Antes, os produtos estragavam, mas hoje, com esses programas, não estragam. Então, a prefeitura de Laranjal do Jari também ajuda a levar os **produtos vendidos pelo PAA**. Até para a **feira em Laranjal do Jari**, a prefeitura ajuda com o transporte.

No DSC, destaca-se implementar políticas públicas municipais, relacionadas ao PNAE, voltado para a merenda escolar no município de Laranjal do Jari. Além disso, o município disponibiliza transporte para os produtos adquiridos por meio do PAA e oferece suporte logístico aos extrativistas, facilitando o transporte de seus produtos até a feira local.

Na questão sobre políticas públicas de apoio, 5 (19%) entrevistados não souberam responder, ou seja, essa parcela dos atores locais da castanha-da-Amazônia desconhece tais políticas devido à falta de envolvimento com as iniciativas de apoio à Resex do Rio Cajari. A Figura 26, apresentam-se as categorias geradas a partir dos DSC, sobre as políticas públicas na Reserva do Rio Cajari.

Figura 26: Políticas públicas direcionada a RERC

Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Conforme a Figura 26, as políticas públicas federais se sobressaíram como as mais reconhecidas pelos atores locais da castanha-da-Amazônia, evidenciando sua relevância histórica e reforçando o papel do governo como um agente central no suporte e fortalecimento das ações na Resex.

É fundamental ressaltar a ausência de políticas públicas consistentes nas áreas de educação e saúde direcionadas às Resexs, uma lacuna que afeta profundamente a eficácia da governança territorial, limitando o potencial de desenvolvimento sustentável e a garantia de direitos básicos para as comunidades locais (Almeida, Allegretti e Postigo, 2018).

7.1.4 Desenvolvimento local na Resex do Rio Cajari

Para promover o desenvolvimento local na Resex do Rio Cajari, deve-se visar à melhoria da qualidade de vida da comunidade, fortalecer a economia por meio de atividades sustentáveis e preservar os recursos naturais, respeitando a cultura local.

Dentro desse contexto, o desenvolvimento na Resex do Rio Cajari, está relacionada a quinta questão, conforme os Apêndices C e D, sendo observadas três elementos, como perspectivas, desafios e desenvolvimento local na Resex.

Neste sentido, a Reserva Extrativista do Rio Cajari enfrenta desafios que impactam no desenvolvimento local, como a gestão sustentável dos recursos naturais e a falta de infraestrutura para o extrativismo da castanha-da-Amazônia.

Apesar disso, a Resex possui grande potencial para impulsionar a economia regional, fortalecendo as comunidades tradicionais por meio da valorização do conhecimento local e de práticas sustentáveis.

As perspectivas para o extrativismo na Resex são promissoras, desde que alinhadas com a conservação e o fortalecimento das comunidades locais, garantindo que o uso dos recursos naturais beneficie todos os envolvidos.

7.1.4.1 Os desafios na Resex do Rio Cajari

Nas análises os desafios relacionados à atividade extrativista na RERC, os quais foram agrupados em quatro categorias. A categoria “Desafios logísticos” foi exposto por 12 (50%) entrevistados. Dessa forma, apresenta-se o DSC dessa categoria.

Um dos maiores gargalos do extrativismo, em qualquer lugar do país, chama-se **logística**. Os desafios estão ligados a falta de acesso. A dificuldade é chegar nos castanhais. Tem castanhais que são longe, e às vezes é **preciso carregar a castanha nas costas**. Outra questão é **atravessar a castanha pelos igarapés, onde há lajes (pedras)**. Às vezes, **a canoa alaga (vira) e perde toda a castanha**. O **acesso aos castanhais** é um grande desafio. A preocupação principal é a questão dos ramais, porque em alguns locais você tem que **transportar nas costas de um burro ou na garupa de uma moto**, já que **o carro não entra**. Olha, para chegarmos até os castanhais para coleta da castanha, só vai de trator ou de moto, **you sai daqui a oito horas da manhã e vão às 15 horas**, se não tiver nenhum problema no transporte. Alguns enfrentam uma dificuldade ainda maior porque **não têm transporte para trazer a produção** para cá e vendê-la. Muitas vezes, **ele é forçado a vender lá no mato**, porque não tem condição de trazer, ao faltar **transporte**. As formas de trabalho também são um desafio, pois nem todo mundo tem a mesma condição **de abrir seu próprio ramal**. De lá, você precisa de um carro para trazer para cá, **porque nem todo caminhão entra nos castanhais**. O transporte no castanhal é outra questão. Há dificuldade no escoamento dessa produção, que muitas vezes é feita hoje por **caminhões ou pelo aluguel de embarcações**, e há muito tempo, na área fluvial, esse aluguel está desprovido de incentivo público. Hoje, também se usa **moto para puxar**, mas é muito cansativo. Então, o que o extrativismo precisa **melhorar são os ramais e a estrutura, assim como os meios de transporte usados para transportar a castanha**. Se você tiver um meio de transporte e um ramal bom, você ganha dinheiro. Prefiro que **façam os ramais a me derem dinheiro**.

No DSC, os entrevistados abordam os desafios logísticos enfrentados pelo extrativismo, especificamente no transporte de castanha-da-Amazônia. Esses gargalos estão relacionados à falta de infraestrutura e às dificuldades de acesso aos castanhais.

Para os participantes da pesquisa, a logística em todas as etapas da cadeia produtiva da castanha-da-Amazônia é considerada um desafio crítico, afetando desde a coleta até a distribuição do produto. A falta de infraestrutura adequada e a complexidade dos processos

logísticos resultam em perdas, aumentam os custos e comprometem a atividade do extrativismo de castanha.

Nas comunidades tradicionais, a exploração da castanha-da-Amazônia em florestas naturais ocorre quase em sua totalidade, a coleta e a quebra dos ouriços; são realizadas manualmente (Costa e Mascarenhas, 2018). Conforme os autores, o transporte dos ouriços até um local seguro na mata para extrair a castanha-da-Amazônia *in natura*, que muitas vezes são transportadas nas costas.

Além dos desafios da coleta e quebra da castanha-da-Amazônia, há o difícil acesso aos castanhais pelos ramais, o transporte precário devido à má qualidade das estradas, os atravessadores que definem os preços e exploram os extrativistas, e a necessidade de melhorias na coleta e beneficiamento para garantir a qualidade do produto (Costa e Mascarenhas, 2018; Rangel, 2017; Silva *et al.*, 2024).

Os extrativistas muitas vezes precisam enfrentar grandes distâncias e condições adversas para chegar aos locais de coleta. Como pode ser observado no DSC, há castanhais em que "só se vai de trator ou de moto; você sai daqui às oito horas da manhã e vai chegar lá às 15 horas, se não houver nenhum problema no transporte". Nesse contexto, isso reflete a determinação e o esforço contínuo dessas comunidades em superar os obstáculos geográficos e ambientais que dificultam o acesso aos castanhais.

Embora os ramais tenham melhorado nos últimos anos, ainda existem castanhais nas áreas mais remotas da Resex onde o acesso continua inviável. Segundo relatos de castanheiros, em 2023, o preço da barrica de castanha chegava a R\$ 300,00 quando o produto estava disponível às margens da BR-156. No entanto, quando as castanhas estavam localizadas em ramais mais distantes, o que os extrativistas chamam de "centro", o valor da barrica podia cair para apenas R\$ 10,00, devido aos altos custos de transporte para buscá-las nos castanhais.

Os desafios estão relacionados aos obstáculos presentes em toda a cadeia produtiva da castanha-da-Amazônia, sendo que cada etapa apresenta suas próprias complicações (Saraiva *et al.*, 2024a). Além do transporte, os autores destacam a importância de um armazenamento apropriado para preservar a qualidade das castanhas e evitar sua deterioração antes de serem comercializadas.

Os desafios enfrentados pelos extrativistas incluem a infraestrutura precária, que impacta diretamente a eficiência e a rentabilidade da atividade. Pode-se inferir que, a falta de políticas públicas de melhorias estruturais, com a abertura e manutenção dos ramais pelas esferas competentes, é agravada pelas limitações impostas pelo *status* de reserva, dificultando investimentos na infraestrutura local. Neste contexto, faltam entendimentos entre os órgãos

responsáveis e o ICMBio, comprometendo a efetividade de ações que poderiam fomentar o desenvolvimento local. Superar essas barreiras é essencial para fortalecer o extrativismo sustentável, promovendo maior valorização e preservação dos recursos naturais da Resex.

A categoria “Gestão das instituições”, para 7 (29%) atores locais da castanha-da-Amazônia, consideram uma dificuldade no extrativismo na Resex. A seguir, apresenta-se o DSC dessa categoria.

O nosso problema hoje é a gestão das nossas instituições, pois não temos capacidade para gerir, **não aprendemos a fazer gestão**. A gente sabe administrar nossa casa, ir para o castanhal e gerir lá dentro, **mas fazer gestão com dinheiro público não é fácil**. Outro desafio que vejo é **a qualificação**, porque como vai se consolidar **as cadeias produtivas, associação e as cooperativas sem qualificação, principalmente das lideranças**. Esses fatores estão relacionados à **questão da gestão e da organização social** na Resex. Então, enquanto a gente não **conseguir trabalhar com aquelas pessoas que estão lá, não adianta querer levar coisas prontas** e deixar lá, porque não é assim que funciona. Para dar certo precisa estar junto, trabalhando com eles, e pensando na nova geração que está sendo formada para realmente assumir isso. É preciso desenvolver, **formar pessoas como administradores, engenheiros florestais e agrônomos**, mas eles precisam voltar para suas **comunidades para poderem interagir e ser atores principais**, ou pelo **menos participativos**, nessa melhoria da qualidade de vida deles. A gente vê que **a cooperativa e a associação**, estão paradas, quando deveriam estar em movimento, ao ser de onde os sócios esperam algum recurso. Então, deveriam fazer esse papel e conseguir um melhor preço para a venda para a castanha.

O DSC trata sobre os desafios relacionados à gestão das associações e cooperativas, à gestão de recursos públicos e à organização social nas comunidades que dependem de atividades extrativistas de castanha. Embora essas comunidades tenham habilidades práticas para administrar atividades locais, como no manejo de recursos naturais, apresentam dificuldades na gestão institucional e no uso adequado de recursos públicos.

Na frase do DSC “a gestão das nossas instituições, pois não temos capacidade para gerir, não aprendemos a fazer gestão”, fica evidente uma autocrítica dos atores locais da castanha-da-Amazônia sobre a falta de preparo para administrar as instituições responsáveis por impulsionar o desenvolvimento. Essa limitação reflete os desafios intrínsecos do papel que a gestão desempenha, pois ela ocupa o centro das interações e tensões entre os objetivos voltados ao desenvolvimento. A gestão, está vinculada ao domínio da eficiência, sendo entendida como a administração dos recursos (Maximiano, 2007), e precisa ser cuidadosamente considerada no gerenciamento dos bens, especialmente no caso dos recursos naturais.

Os atores enfatizam no discurso que “a gente sabe administrar nossa casa, ir para o castanhal e gerir lá dentro, mas fazer gestão com dinheiro público não é fácil”. Essa afirmação

reflete os desafios relacionados à gestão de recursos públicos acessados pelas associações e cooperativas da Resex.

Nesse contexto, os atores locais da castanha-da-Amazônia extrativistas apresentam baixa escolaridade, com a maioria sendo analfabeta. No entanto, alguns desses extrativistas estavam cursando faculdades de Pedagogia e Engenharia, destacando-se entre eles um único extrativista com formação em Pedagogia. A falta de conhecimento em gestão e contabilidade torna maiores os desafios e erros na prestação de contas aos órgãos fomentadores dos recursos públicos, e essas práticas sem base de gerenciamento levaram à inadimplência dessas instituições.

Sendo assim, a baixa escolaridade entre os extrativistas da Resex reflete diretamente na dificuldade em gerir adequadamente as instituições e administrar os recursos públicos.

A ausência do conhecimento em contabilidade e gerenciamento em uma instituição limita a capacidade dos gestores extrativistas, evidenciando como a falta de capacitação impacta negativamente a gestão, refletindo o desenvolvimento local (Ribeiro *et al.*, 2019).

A inadimplência dessas instituições, muitas vezes, não está ligada ao pagamento, mas à falta de prestação de contas dos convênios públicos acessados. Muitos dos recursos públicos destinados à Resex não são reembolsáveis. Essas instituições precisam apenas realizar a prestação de contas dos investimentos feitos na RERC. A falta de um controle por parte dos gestores das associadas e cooperativas deve-se, muitas vezes, ao desconhecimento sobre como realizar a prestação de contas.

Essa situação resulta na inadimplência dessas instituições, evidenciando problemas de gestão. As lideranças não conseguiram manter as atividades em funcionamento, gerando uma lacuna na atuação dessas organizações junto aos extrativistas.

Neste sentido, a ausência de uma gestão adequada por parte das lideranças está prejudicando as decisões que influenciam o contexto local e, conseqüentemente, o desenvolvimento das comunidades da Resex do Rio do Cajari. Esse desafio foi evidenciado nos estudos de Picanço (2005), Filocreão (2007) e Diniz *et al.* (2023), destacaram a inadimplência dessas organizações como um fator limitante para a execução de suas atividades e o cumprimento de seus objetivos.

Por último, a categoria “Comercialização”, apontada por 5 (21%) atores locais da castanha-da-Amazônia, aborda os desafios vinculados à comercialização dos produtos extrativos na Resex do Rio Cajari. Apresenta-se, a seguir, o DSC correspondente a essa categoria.

A dificuldade do extrativista é **vender sua produção**. Estamos **subordinados aos compradores**. E quando a gente tem o **preço**, não tem o transporte para fazer a escoação. Quando eles dizem **vou buscar sua castanha lá no seu paiol, a castanha já não é mais sua**; é o transporte deles que vai, seja o **jerico, o caminhão ou o burro deles**. A verdade é que a gente ainda vive na **mão do atravessador** e ainda dependemos muito deles. A outra **questão é sobre o preço da castanha** é que quando olhamos o mercado externo, o preço é alto, enquanto para nós, o preço está lá embaixo. Temos uma questão aqui no Amapá é o **mercado de carbono** não está regularizado e isso é um atraso para nós aqui na Resex.

Na percepção dos atores locais da castanha-da-Amazônia sobre a comercialização está associada à venda de sua produção, à dependência dos atravessadores e à falta de autonomia tanto na logística quanto na definição de preço. Além disso, destacam-se as dificuldades para escoar os produtos, a subordinação aos compradores que controlam o transporte e os preços, bem como a disparidade entre os valores praticados no mercado externo e aqueles pagos aos produtores locais, ou seja, na Resex do Rio Cajari.

Conforme relatado pelos participantes, “estamos subordinados aos compradores.” Essa situação se deve, na maioria, ao fato de geralmente haver apenas um comprador de castanhas, que opera por meio de diversos atravessadores. Sendo que essa dinâmica impõe a prática de preços uniformes, restringindo as opções e o poder de negociação dos extrativistas.

Um exemplo disso foi apresentado por Diniz et al., (2023), que destacaram a atuação da família Mutran, uma das mais tradicionais compradoras de castanha-da-Amazônia, conhecida por operar amplamente por meio de atravessadores. Segundo os autores, essa forma de comercialização caracteriza-se pela ausência de investimentos em infraestrutura, processamento e escoamento. Esse modelo perpetua um ciclo de estagnação, mantendo os preços baixos e dificultando mudanças que poderiam beneficiar os extrativistas.

A presença de atravessadores ainda é marcante na comercialização da castanha, principalmente devido à falta de atuação das associações e cooperativas, favorecendo os intermediários. Um ponto que não ficou claro é quem são os principais compradores e qual é o mercado final da castanha-da-Amazônia na RERC. Nas entrevistas, foi frequentemente mencionado um comprador de São Paulo, sustentado por uma rede de atravessadores, entre os quais se destacam alguns extrativistas.

Uma questão relevante é não haver uma medida padronizada para a comercialização da castanha. Krag e Santana (2017) e Marocolo, Wadt e Diniz (2023), os extrativistas utilizam diversas formas para quantificar as castanhas coletadas e vendidas, como lata, latão, balde, caixa, saca, hectolitro e barrica. Essas formas de medição são amplamente adotadas na região amazônica. No estado do Amapá, especificamente, utiliza-se o hectolitro e a barrica predominantes (Marocolo, Wadt e Diniz, 2023). A falta de padronização das medidas de

comercialização é um desafio enfrentado pelos extrativistas. Na Figura 27, estão representadas as unidades de medida de castanha-da-Amazônia utilizadas pelos compradores de castanhas.

Figura 27: Recipientes utilizados na medida da castanha na RERC



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

A unidade de medida utilizada para a castanha na RERC é a barrica (120 litros) que corresponde a seis recipientes ou o hectolitro (100 litros) que corresponde a cinco recipientes, sendo a castanha com casca. Segundo os extrativistas, o tamanho do recipiente utilizado para medição sofreu alterações ao longo do tempo, conforme a Figura 27. Inicialmente, utilizava-se uma lata com capacidade de 18 litros, substituída por um balde de 20 litros e, atualmente, com um balde de 22 litros. O tamanho da medida teve acréscimo de aproximadamente 18%, o que, com base no histórico da região, resultou em um prejuízo na comercialização da castanha.

Além da comercialização da castanha, outro fator relevante para os extrativistas seria o mercado de crédito de carbono, que ainda não é explorado na RERC. Esse mercado, além de ser uma oportunidade econômica, também representa um desafio no estado Amapá, onde o setor extrativista enfrenta barreiras para aproveitar seu potencial, devido à falta de regularização. A ausência de uma regularização impacta a sustentabilidade e a geração de valor econômico da atividade para as comunidades locais da Resex.

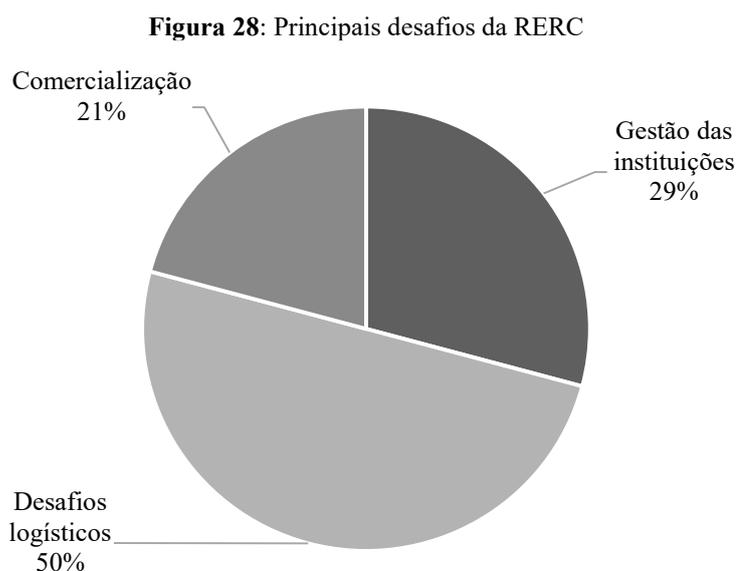
Nesse contexto, a regulamentação do mercado de crédito de carbono surge como uma solução promissora. Em agosto de 2022, o estado do Amapá tornou-se elegível para captar recursos por meio da estratégia nacional para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Brasil, 2022). A implementação dessa regulamentação do mercado de crédito de carbono trará benefícios, não apenas para a preservação ambiental, mas para as

populações tradicionais da região amazônica, promovendo o desenvolvimento local, especialmente na Resex do Rio Cajari.

Nesse sentido, observa-se que tanto a comercialização da castanha quanto o aproveitamento de novos mercados, como o de crédito de carbono, compartilham desafios estruturais e históricos. Como destacado por Silva *et al.* (2024), os produtos extrativistas como a castanha, a borracha, entre outros, apesar da demandada no mercado internacional, ainda enfrentam fragilidades relacionadas à organização produtiva e ao acesso aos mercados. Essas vulnerabilidades, muitas vezes, têm heranças históricas que remontam ao período colonial e continuam a impactar o desenvolvimento social e econômico das comunidades extrativistas da Resex do Rio Cajari. Assim, a superação dessas fragilidades torna-se essencial para transformar a riqueza natural da região em benefícios concretos para suas comunidades e para o desenvolvimento local da RERC.

O extrativismo na Resex do Rio Cajari enfrenta desafios comerciais, demandando maior participação das comunidades locais e a implementação de políticas públicas adequadas (Silva *et al.*, 2024). Para os autores, são necessárias iniciativas que agreguem valor à produção da castanha e ampliem as oportunidades de acesso a mercados competitivos, contribuindo para o desenvolvimento local.

A Figura 28, destaca-se o resultado das categorias sobre os desafios enfrentados pelos extrativistas na Resex do Rio Cajari.



Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Os desafios referem-se aos problemas enfrentados na cadeia produtiva, cada etapa é marcada por dificuldades que impactam na comercialização e na eficiência do processo, desde a produção até o consumidor. Esses problemas não se limitam apenas ao transporte, aos ramais, à inexperiência administrativa, aos atravessadores, mas à necessidade de armazenamento adequado para evitar a deterioração (apodrecimento) das castanhas antes de sua comercialização.

Essas dificuldades, por sua vez, se somam a outras barreiras mais amplas que dificultam ainda mais o processo produtivo. As barreiras enfrentadas no processo produtivo da castanha-da-Amazônia incluem dificuldades no escoamento da produção, falta de crédito, poucas organizações sociais e dificuldades em agregar valor ao produto (Silva *et al.*, 2024). Esses e outros desafios comprometem os extrativistas, impedindo assim melhoria na qualidade de vida e desenvolvimento das comunidades locais.

7.1.4.2 Dimensões para o desenvolvimento local na Resex do Rio Cajari

Para compreender as mudanças que ocorreram na Resex do Rio Cajari, foi perguntado aos atores locais da castanha-da-Amazônia, se houve desenvolvimento local após criação da unidade. Esse questionamento gerou seis categorias do DSC. A categoria “Transformações e melhorias na comunidade”, por 5 (19%) participantes, destacaram os fatores desenvolvimento local, conforme pode ser observado no DSC dessa categoria.

Teve, sim, teve desenvolvimento local em vários aspectos. Um aspecto do desenvolvimento foi **abertura da BR**. Teve também a **estrutura das casas que melhorou muito, através da reserva**. As casas eram todas cobertas com palha de Bacaba ou palha de Buzu, e hoje, você não ver uma casa mais coberto com isso, todas são cobertas de telha e isso foi construído depois que foi criada a reserva. Depois da reserva, **já chegou também o motor de luz. Temos energia repassada pela prefeitura, que traz o óleo, aqui nem energia tínhamos, tudo era na lamparina**. As comunidades também se organizaram e formaram **vilas, uma agrovila, para poderem receber o motor de energia** e uma cota de combustível, para que aquele combustível e aquele motor gerassem energia. Assim elas pudessem ter um freezer, tomar uma água gelada e conservar alimentos. Portanto, houve desenvolvimento. Quando a gente começou a reserva não tinha aqui na reserva, **um motor rabeta, uma geladeira, televisão, internet, uma bomba d'água**, uma casa que prestava e um casco que prestava. Hoje, tem meios de transporte para ir para onde queremos.

O DSC retrata os impactos positivos que a criação da Resex, trouxe para o desenvolvimento das comunidades. Os atores locais da castanha-da-Amazônia destacam as melhorias na infraestrutura com a mobilização comunitária e na qualidade de vida dos extrativistas.

As melhorias nas moradias implementadas na RERC para os extrativistas refletem na qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento social das famílias que dependem da atividade extrativista. Essas condições asseguram dignidade, promovem estabilidade e contribuem para o impulso social (Barquero, 2002).

Entre os elementos apontados pelos atores locais da castanha-da-Amazônia, foram incluídos a energia elétrica, a infraestrutura com a rodovia e habitações, o transporte, organização das comunidades e o acesso a tecnologias, como internet e eletrodomésticos. Esses elementos do DCS, formam melhorias na Resex do Rio Cajari, que contribuíram para o desenvolvimento social e econômico local.

Nesse sentido, o desenvolvimento local é compreendido pelos elementos sociais e econômicos capazes de gerar transformações necessárias para o desenvolvimento ocorrer (Lopes *et al.*, 2024). Esses elementos, para os autores, favorecerem a sustentabilidade da economia, visando garantir e melhorar a qualidade de vida e o bem-estar econômico e social da população, no estudo da Resex do Rio Cajari as comunidades locais.

Na categoria “Educação”, sendo 6 (23%) participantes consideram avanço na Resex do Rio Cajari. Apresenta-se, a seguir, o DSC dessa categoria.

Podemos dizer que, sim, substancialmente, todas as comunidades se desenvolveram dentro daquilo que conseguem puxar para si. **Na educação**, teve oportunidade de estudo; **a gente teve mais jovens estudando**. O estado e o município puderam trazer **professores para as comunidades**. **A questão de escola para os filhos** que não tinham foi resolvida. Agora, alguma comunidade tem escolas e na Água Branca a escola vai até o **ensino médio**. O ensino, depois da criação da reserva, melhorou. Antes de criar a reserva, você passava aqui na Resex Cajari e, quem não tinha a segunda série, como eu, **assinava com o dedo**.

Os participantes expressam no DSC, as mudanças como o acesso à educação nas comunidades locais. Eles ressaltam como as iniciativas do estado, município e entidades dentro da reserva possibilitaram avanços, como a presença de professores, a construção de escolas e a ampliação do acesso até o ensino médio, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades e a redução do analfabetismo.

A educação formal é um elemento essencial para o desenvolvimento local da Resex do Rio Cajari. Nesse contexto, a educação consegue fomentar a inclusão social, criando novas oportunidades, possibilitando a tomada de decisões mais conscientes e, assim, transformando a realidade (Lopes *et al.*, 2024).

A categoria “Saúde”, composto por 5 (19%) entrevistados ressaltaram o desenvolvimento a partir de melhorias na área da saúde. Dessa forma, apresenta-se o DSC correspondente a essa categoria.

Na saúde melhorou, ao ter **uma Unidade Básica de Saúde na comunidade Água Branca** e falaram que vão fazer outro na comunidade do São Pedro. E essa unidade, foi criada depois da reserva. A unidade atende as comunidades, e o governo municipal, consegue manter o básico. Hoje tem **também uma ambulância** que fica na comunidade Água Branca. Então melhorou a parte da saúde. Hoje, temos os **profissionais da área da saúde, técnicos de enfermagem e outros** que atende aqui na reserva.

O texto do DCS destaca as melhorias nos serviços de saúde nas comunidades, com ênfase na expansão da infraestrutura, como a construção de um posto de saúde, a disponibilização de uma ambulância e o aumento no número de profissionais de saúde qualificados.

Ao garantir uma infraestrutura do serviço de saúde mais robusta e uma equipe qualificada, criam-se as condições necessárias para as comunidades terem acesso a cuidados essenciais, impulsionando o desenvolvimento dessas comunidades. Nesse contexto, a saúde, sendo um elemento que promove a criação de um ambiente saudável, favorece o crescimento social e econômico da região (Barquero, 2002; Lopes *et al.*, 2024).

Na categoria “Economia local”, com 4 (15%) participantes, destaca-se o fortalecimento econômico por meio da valorização da produção da castanha-da-Amazônia, conforme o DCS dessa categoria.

Hoje o castanheiro pode pegar toda a sua produção e vender para quem quiser. Alguns **extrativistas não carregam mais castanhas nas costas**; ele quebra as castanhas e levam no seu transporte. Teve também **a abertura de quatro fábricas de castanhas**, que ficam em Laranjal do Jari, e isso movimenta a economia da reserva, pois nossa produção é deslocada para o município. A outra situação é que, em alguns lugares, **melhoraram a questão dos ramais, e isso facilitou** a venda da castanha e trouxe dinheiro, para dentro da reserva. Então, eu vejo que teve **aumento de circulação de dinheiro**. Se você quiser vender uma banana, farinha ou um açaí, a gente vai lá nas comunidades e vende, porque todos têm dinheiro, pouco, mas têm.

No DSC ressalta a percepção dos atores locais da castanha-da-Amazônia, que veem o desenvolvimento a partir da liberdade de comercialização da castanha, pequenas fábricas impulsionou a economia local e melhorou a qualidade de vida dos extrativistas. O discurso expressa as mudanças nas condições de trabalho, geração de renda e o aumento da circulação de dinheiro nas comunidades.

Para os atores locais da castanha-da-Amazônia, o desenvolvimento local foi impulsionado pela valorização da produção local da castanha e a criação de alternativas econômicas. Com implementação dessas ações nas comunidades, elas estão alinhadas com o estudo de Buarque (1999) e Silva *et al.* (2019), uma vez que os elementos das dimensões de

desenvolvimento promovem transformações nas localidades, especialmente no contexto do extrativismo da Resex do Rio Cajari, impulsionando a sustentabilidade das comunidades locais.

A categoria “Conservação e uso sustentável”, representada por 3 (12%) entrevistados, foi o uso equilibrado dos recursos naturais, retratando o desenvolvimento local sob essa perspectiva, conforme o DCS dessa categoria.

Acho que a **preservação dos castanhais** e da biodiversidade na área da Resex. Além da manutenção das **florestas e exploração da castanha conscientemente**.

O texto enfatiza a visão dos entrevistados sobre o desenvolvimento local, destacando a importância de preservar as florestas para garantir a sustentabilidade econômica, baseada principalmente na exploração da castanha-da-Amazônia.

Nesse sentido, o extrativismo é uma alternativa viável para o desenvolvimento e não está ligado somente às questões econômicas, mas também à preservação ambiental (Homma, 2012). O desenvolvimento da Resex dependerá da preservação dos recursos naturais e da sustentabilidade das comunidades locais.

E, por fim, a categoria “Não houve desenvolvimento local”, sendo que 3 (12%) entrevistados acreditam que não se verificou melhorias locais; dessa forma, o DSC confirma essa categoria.

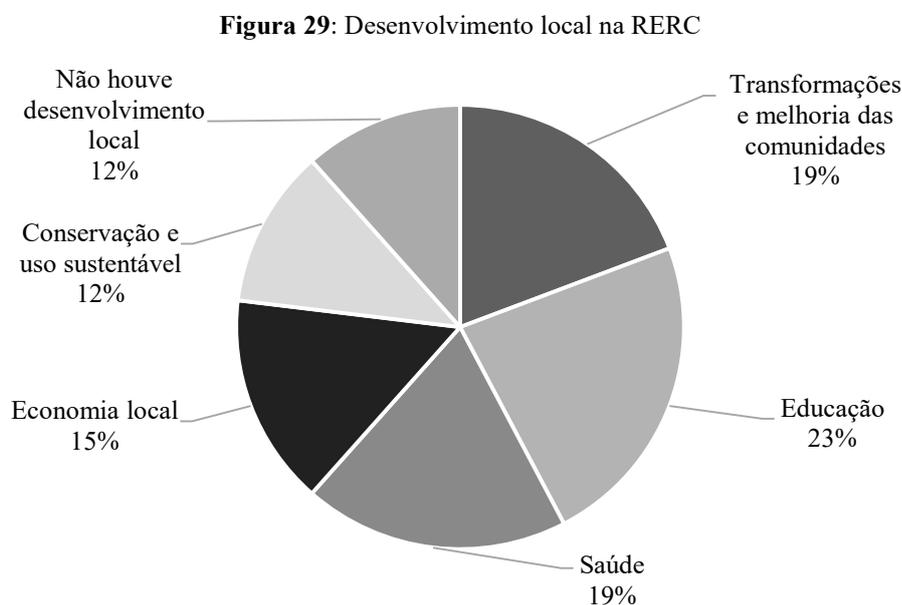
Não teve desenvolvimento. A reserva do Cajari foi criada politicamente e não para a **proteção ambiental**. Uma das minhas frustrações é ver que o **desenvolvimento sustentável não deu certo para as comunidades**. Talvez tenha funcionado para alguns intermediários, não sei, mas para as comunidades, não. Então, eu acho que, só porque moramos em uma reserva, isso não significa que não **tenhamos direito a saneamento básico, energia elétrica e uma rodovia asfaltada**.

No DSC, os atores locais da castanha-da-Amazônia expressam que não houve desenvolvimento devido à ausência de infraestrutura básica nas comunidades que vivem na Resex do Rio Cajari. Segundo eles, os resultados não alcançaram o desenvolvimento sustentável e não se concretizaram na Resex. Além disso, questionam que viver em uma reserva não deveria impedir o acesso a direitos fundamentais.

Pode-se inferir que houve melhorias, principalmente após a criação da Resex do Rio Cajari. Isso é evidenciado nos estudos de Picanço (2005), Filocreão (2007), Picanço (2009), Rangel (2017) e Saraiva *et al.* (2024a), os quais apontam que as ações promovidas contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais na Resex.

A relevância da Resex é inegável, dada a sua importância, mas as melhorias necessárias para o desenvolvimento deveriam ter sido implementadas de maneira mais efetiva. No entanto, apesar de um dos objetivos da RERC ser voltado à proteção do meio ambiente, algumas restrições foram impostas. Contudo, essas restrições existentes dificultaram a implementação de ações eficazes. Neste estudo demonstrou evidências de desenvolvimento local, como a presença de elementos sociais e econômicos que impulsionam a sustentabilidade de uma região (Lopes *et al.*, 2024).

Na Figura 29 apresenta a percepção dos atores locais da castanha-da-Amazônia em relação ao desenvolvimento na Resex do Rio Cajari.



Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Pode-se observar que o desenvolvimento local na RERC, na percepção dos atores locais da castanha-da-Amazônia, concentrou-se em melhorias na infraestrutura básica, educação, saúde, economia local e preservação ambiental. Essas transformações proporcionaram maior autonomia e conforto aos extrativistas, incluindo a introdução de veículos, a criação de unidades de processamento de castanha e o fortalecimento da economia local.

Conforme destacado por Jesus e Guedes (2016), o desenvolvimento ocorrido na Resex foi centralizado na comunidade de Água Branca do Cajari, com a implementação de estruturas como posto de saúde, cozinha comunitária, feira de mulheres, entre outros elementos de desenvolvimentos. Segundo os autores, também foram instalados bares, restaurantes, sistema de água encanada (desativado) e escolas.

Neste sentido, o desenvolvimento econômico decorrente do extrativismo da castanha-da-Amazônia pode promover sustentabilidade e bem-estar nas comunidades tradicionais (Silva et al. 2024). Para que isso ocorra efetivamente, os autores defendem que haja um fortalecimento das entidades organizacionais sociais locais, garantindo maior inclusão social e valorização da biodiversidade. Eles ainda acrescentam que isso contribuirá para a conservação dos ecossistemas e a melhoria da qualidade de vida dos extrativistas.

Apesar desses avanços, uma parte dos participantes reconhece que os progressos ainda são básicos e limitados em termos de qualidade de vida dos moradores da RERC.

7.1.4.3 Perspectivas para o extrativismo na Resex do Rio Cajari

Na análise sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia, foram abordadas as perspectivas para os próximos 10 anos na Resex do Rio Cajari.

Os dados das entrevistas sobre as perspectivas na percepção dos atores locais da castanha-da-Amazônia, o conjunto desses dados, resultaram dando origem a quatro categorias, representando aspectos-chave como a valorização da produção local, a formação de lideranças e os desafios ambientais.

Na categoria “Consolidação da cadeia da castanha-da-Amazônia”, com 10 (38%) atores locais da castanha-da-Amazônia destacaram a estabilização do processo produtivo da castanha como esperança para o extrativismo na Resex do Rio Cajari, a seguir o DSC dessa categoria.

Agora, a **bioeconomia** está bombando, e o mundo está atrás dos produtos da Amazônia. Desejo que possamos, de forma sólida, estabelecer uma parceria **interinstitucional e intergovernamental** para estruturar, de fato, uma cadeia da castanha-da-Amazônia no Amapá. A minha perspectiva também é trabalhar a **consciência do castanheiro sobre o seu produto**, a castanha, e **agregar valor** a esse produto por meio de uma agroindústria. Esperamos que as cooperativas realmente funcionem para auxiliar a comunidade e fazer com que as comunidades cresçam. Então, para os próximos 10 anos, espero o beneficiamento, para podermos sair das mãos desses intermediários e trabalhar juntos para criar uma agroindústria. E eu espero que aconteça a **certificação da castanha-da-Amazônia**, e isso vai permitir que o povo obtenha o selo e se legalize para colocar o produto no mercado, tanto interno quanto externo.

Percebeu-se uma visão positiva em estruturar e fortalecer a cadeia produtiva da castanha-da-Amazônia no Amapá, por meio de parcerias institucionais e intergovernamentais. Destaca-se também a importância das cooperativas e associações para melhorar a comercialização, agregar valor ao produto com o uso de agroindústrias, e alcançar certificação e legalização para acessar mercados interno e externo.

Com novos movimentos para influenciar a cadeia produtiva da castanha, como, por exemplo, o programa Castanheir@s, cujo objetivo é reorganizar as instituições que trabalham com a castanha na Resex.

A bioeconomia expressa no DSC é vista como uma oportunidade para promover os produtos extrativos, chamando a atenção para os produtos da Amazônia. Para Abramovay *et al.* (2021), a bioeconomia contribui para o desenvolvimento sustentável e para a manutenção dos modos de vida das populações, com uma integração justa desses povos. Dessa forma, a bioeconomia ajudará a impulsionar e estruturar uma cadeia produtiva da castanha, gerando novas oportunidades.

Nesse contexto, a Bioeconomia é relevante para a continuidade das populações tradicionais que vivem na RERC. A estruturação da cadeia produtiva da castanha passa pelo aproveitamento do potencial da castanheira, que não se limita à produção de castanhas, mas também ao aproveitamento do ouriço da castanha-do-Amazônia, uma matéria-prima (polímeros de origem vegetal) promissora para a produção de bioplásticos (Camargo, 2010; Mendez, Travassos e Lima, 2023). Na Figura 30, produtos de composto ecológico feito com resíduo da castanha-do-Amazônia.

Figura 30: Produtos feitos de resíduos de castanha-da-Amazônia



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

A utilização dos resíduos da castanha-do-Brasil no desenvolvimento de bioplásticos contribui para a valorização de resíduos agroindustriais e promove o aproveitamento integral da planta (Mendez, Travassos e Lima, 2023). Ainda segundo os autores, o uso dessa matéria-prima representa uma exploração sustentável, sendo uma fonte alternativa que pode gerar empregos, principalmente em comunidades que vivem dessa atividade, além de estimular a conservação da Floresta Amazônica. Nesse sentido, o aproveitamento do ouriço da castanha na

RERC apresenta vantagens socioeconômicas, como a geração de renda adicional, a abertura de novos mercados e a redução da pressão pelo desmatamento.

A outra categoria “Organizações comunitárias”, com 7 (27%) participantes. A seguir, dispõe-se o DSC dessa categoria.

Tenho um sonho, que surjam **mais lideranças, que sejam qualificadas**, e que os **jovens das comunidades despertem** para participar desse processo. Estou falando de conseguirmos **formar lideranças mais capacitadas, com mais formação acadêmica**.

Os atores locais da castanha-da-Amazônia expressam o desejo de que surjam lideranças capacitadas e, possivelmente, promovam um impacto positivo em suas áreas de atuação. As lideranças com maior formação contribuirão para superar os desafios enfrentados no extrativismo da castanha, especificadamente na gestão das instituições.

Os atores locais da castanha-da-Amazônia estão buscando por educação formal, e muitos relatam que seus filhos estão ingressando em faculdades. Isso demonstra que os extrativistas estão se preparando para o futuro, investindo em educação como ferramenta para transformar sua realidade e garantir melhores oportunidades para as próximas gerações.

Essa formação, além de fortalecer as lideranças locais, contribui para a melhoria da gestão de cooperativas e associações, ampliando a capacidade de organização, negociação e inovação dos extrativistas. Assim, como destacado por Silva *et al.* (2019), a educação se torna um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos na Resex.

Neste contexto, a formação dos extrativistas e a liderança nas instituições da Resex do Rio Cajari devem estar alinhadas à contabilidade gerencial, que fornece suporte estratégico e operacional para a tomada de decisões, contribuindo para a gestão eficiente Ribeiro *et al.* (2019) e para o alcance dos objetivos socioeconômicos e ambientais da Resex.

A categoria “Fortalecimento do empreendedorismo feminino” foi mencionada por 5 (19%) atores locais da castanha-da-Amazônia. Apresenta-se, a seguir, o DSC da categoria.

Nossa expectativa como mulheres, para os próximos 10 anos e que consigamos uma **agroindústria para beneficiar a castanha-da-Amazônia** aqui na reserva. Com uma agroindústria, podemos colocar nosso produto no mercado. Espero também que a gente consiga **a indicação geográfica dos biscoitos** de castanha na Resex.

Observa-se a participação efetiva das mulheres no extrativismo da castanha que o desenvolvimento e a valorização do extrativismo local dependem da implementação de uma

agroindústria para beneficiar os produtos. A conquista de uma indicação geográfica vai agregar valor aos biscoitos de castanha produzidos na Resex e impulsionar o empreendedorismo local.

As mulheres já vêm organizando na Resex do Rio Cajari por meio da Cooperativa de Mulheres do Alto Cajari (COOPEMAC), buscando fortalecer a cadeia produtiva da castanha e promover o empoderamento feminino na região. Através da cooperação e da capacitação, elas têm trabalhado para melhorar a qualidade dos produtos, aumentar a produtividade e garantir a sustentabilidade do extrativismo. Além disso, a COOPEMAC tem sido fundamental na articulação de políticas públicas e na busca por parcerias que viabilizem a implementação de uma agroindústria local, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades locais.

A categoria “Preocupação com as mudanças climáticas”, composta por 4 (15%) atores locais da castanha-da-Amazônia, refere-se a visões pessimistas sobre o futuro do extrativismo da castanha. A seguir, apresenta-se o DSC dessa categoria.

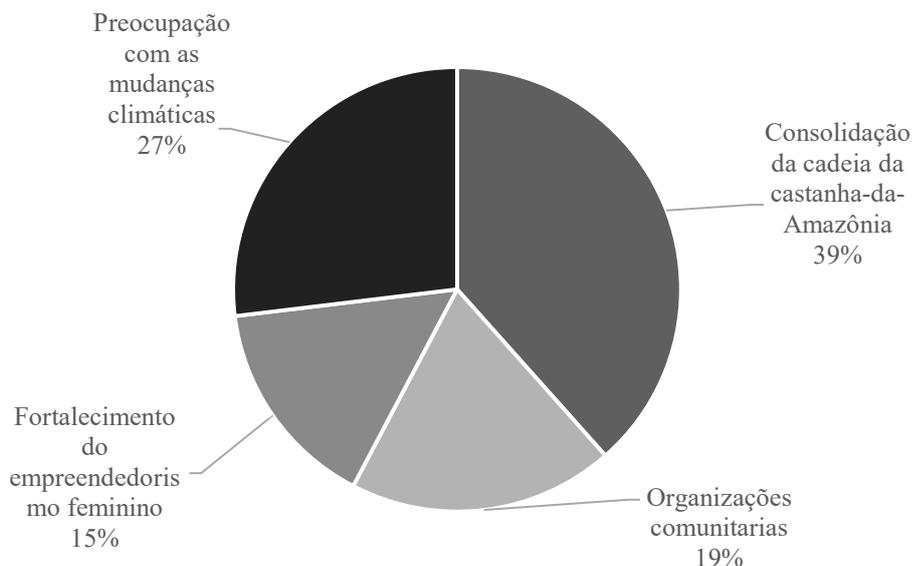
Tenho uma preocupação, pois com as **mudanças climáticas**, eu percebo que a **queda de castanheiras** vem aumentando. Vejo também que os **castanheiros estão envelhecendo**, e os **filhos dos castanheiros não querem ir para o castanhal**. Essas questões me fazem repensar minhas expectativas para o extrativismo da castanha-da-Amazônia no Amapá.

O texto traz uma reflexão sobre o impacto das mudanças climáticas e o envelhecimento das castanheiras. O DSC expressa preocupação com o futuro da coleta de castanhas, especialmente diante do desinteresse das novas gerações em dar continuidade a essa prática tradicional.

As mudanças climáticas têm se tornado uma realidade desafiadora, causando alterações socioeconômicas e ambientais na região. Novos modelos de desenvolvimento local, baseados na Bioeconomia, contribuem para reduzir o desmatamento e criar oportunidades para uma economia que aproveita o conhecimento da natureza (Abramovay, 2020; Silva e Oliveira, 2021).

Essa preocupação com o envelhecimento dos extrativistas foi evidenciada nos estudos de Silva et al. (2019), que ressaltam que essa situação se deve à diminuição da taxa de natalidade e ao êxodo dos jovens da atividade extrativista, em razão das condições de trabalho na coleta da castanha e da baixa renda. Ainda, para os autores, os jovens não veem uma valorização do trabalho extrativista.

Na Figura 31, apresentam-se as categorias geradas dos resultados sobre as perspectivas futuras sobre o extrativismo.

Figura 31: Perspectivas para o extrativismo na RERC

Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

As perspectivas sobre o futuro do extrativismo na RERC incluem uma visão positiva, que retrata a consolidação da cadeia produtiva, a organização comunitária e o fortalecimento do empreendedorismo feminino. Por outro lado, a preocupação com as mudanças climáticas expressa preocupação com o futuro das castanheiras e da atividade extrativista. A visão de longo prazo é empoderar as comunidades locais, reduzir a dependência de intermediários e fomentar o crescimento sustentável.

A preocupação com as mudanças climáticas levanta a questão do aproveitamento dos recursos naturais por meio de novos mercados para os produtos do extrativismo, impulsionados pela bioeconomia amazônica.

O futuro do extrativismo na Resex representa a esperança em novos gestores comunitários, na abertura de novos mercados e na valorização da atividade extrativista. Esse futuro deve considerar a participação de atores locais da castanha-da-Amazônia e a presença de institucionalidades que apontem para um cenário validado pela prática, alinhado às expectativas e necessidades da comunidade.

Para fechar este capítulo sobre a atividade extrativista no estado do Amapá, ressalta-se que, antes da criação da Resex, o extrativismo era representado pelo patronato. A criação da RERC permitiu a gestão desse território pelos extrativistas e por instituições, embora ainda houvesse dependência, principalmente em relação à comercialização e às políticas de apoio. As mudanças mais evidentes foram percebidas nos primeiros dez anos após a criação da Resex.

O extrativismo da castanha-da-Amazônia gerou mudanças nos contextos social, econômico e ambiental e continua sendo a atividade de maior valor econômico, com impacto positivo, principalmente no sul do Amapá, onde se concentra a maior quantidade de castanhais. Essa atividade contribuiu para o desenvolvimento local, pois, na percepção dos atores envolvidos, houve melhoria na qualidade de vida das comunidades da RERC.

8 ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO SOBRE O EXTRATIVISMO DO BABAÇU NO ESTADO DO TOCANTINS

Nesta seção, analisou as percepções dos atores locais do babaçu, sobre o extrativismo no estado do Tocantins e suas potencialidades e fragilidades no estado. A análise do discurso coletivo permite o entendimento sobre o extrativismo do babaçu na Resex do Extremo Norte do Tocantins, evidenciando suas implicações sociais, econômicas, culturais e ambientais decorrentes dessa atividade, para as comunidades locais. A análise se concentra no discurso do sujeito coletivo das comunidades locais, revelando as percepções e os desafios enfrentados pelos extrativistas e destacando a importância do babaçu como um recurso fundamental para o sustento e desenvolvimento da região.

Nesse sentido, abordando o histórico do extrativismo antes da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins, destacando a prática extrativismo do babaçu no estado do Tocantins e os obstáculos enfrentados pelas comunidades extrativistas antes da formalização dessa Resex.

Analisando as motivações que levaram à criação da Resex e os impactos iniciais sobre as populações locais. Sendo os conflitos entre os proprietários e os extrativistas emergem devido à disputa por direitos de uso da terra, acesso a recursos naturais e implementação de políticas ambientais. Além disso, os impactos das mudanças sociais, econômicas e ambientais que ocorreram com a implementação da RERC ainda não se concretizaram em sua plenitude, assim como as políticas públicas direcionadas ao território, que buscam garantir a sustentabilidade do extrativismo.

Serão analisadas ainda as contribuições do extrativismo para o desenvolvimento local e as perspectivas futuras para a continuidade e aprimoramento dessa prática, considerando os desafios e as oportunidades para os extrativistas na Resex na extração do babaçu no Tocantins.

8.1.1 Contexto histórico do extrativismo babaçu antes da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins

Para compreender o cenário histórico do extrativismo do babaçu no estado do Tocantins, foram analisadas as lembranças ou recordações relacionadas a essa atividade antes da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins. A análise resultou em três categorias. Sendo a primeira categoria “Lutas e resistências”, com 5 (21%) participantes. A seguir, apresenta-se o DSC desse categoria.

Eu sempre lembro que o norte do Tocantins é uma região que **sempre teve conflito agrário**. Eu me recordo que **Dona Raimunda, Dona Socorro e Dona Emília**, que moravam no povoado Sete barracas, no município de São Miguel do Tocantins, elas sempre **contavam a luta delas e padre Josimo pela regularização dos assentamentos de quebradeiras de coco**, contando a briga que enfrentavam para conseguir esses espaços. Esses espaços que eram de áreas devolutas e grilagem de terras. Isso contribui para que, hoje, as quebradeiras de coco **tenham o território**, os assentamentos **de reforma agrária**, que é fortíssimo aqui na Região do Bico do Papagaio.

Esses espaços eram de áreas devolutas e de grilagem de terras. Isso contribui para que, hoje, as quebradeiras de coco tenham o território, os assentamentos de reforma agrária, que são fortíssimos aqui na região do Bico do Papagaio.

No DSC, foi possível compreender a percepção dos atores sobre o extrativismo, marcado pelos conflitos agrários e prática de grilagem de terras. Essas questões levaram à consolidação dos territórios na microrregião do Bico do Papagaio. Eles destacam participar atores que colaboraram nesse processo.

Nessa região consistia em terras devolutas, historicamente exploradas pela agricultura e pelo extrativismo (Sousa e Oliveira, 2017). Conforme Giraldiv (2017), o objetivo do governo era povoar a região Norte por meio da liberando de terras.

Considerando esse cenário, antes da criação da REENT, a região do Bico do Papagaio ficou marcada por intensos conflitos fundiários e disputas pelo uso dos recursos naturais (Teixeira, Moreira e Silva, 2018). Essa área, conforme os autores, era ocupada historicamente por populações tradicionais, como extrativistas e agricultores de subsistência, e passou a ser alvo de interesses de fazendeiros e grileiros.

Neste sentido, o DSC traz uma temporalidade do contexto de formação do estado do Tocantins e principalmente da parte norte do estado. O contexto foi influenciado, a partir dos anos de 1950, o início da onda de ocupação da região amazônica por empresas privadas e proprietários do centro-sul do país. Esse processo foi impulsionado pela promoção de políticas integracionistas, econômicas e desenvolvimentistas do Governo Militar, que fomentou a integração da região Norte com o Centro-Sul do país (Silva, Silva e Silva Filho, 2022). Nesse cenário, isso gerou expropriações e expulsões violentamente das terras. Essas terras, em sua maioria, eram devolutas e ocupadas por trabalhadores rurais.

Essas ações contribuíram para o início dos conflitos e a violência no campo. É nesse contexto de violência e mortes que se vivenciou a realidade na região do Bico do Papagaio. Também é importante destacar a participação da Igreja Católica, mediante Padre Josimo e o missionário Nicola Arpone, como agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para reduzir ou solucionar as questões agrárias da região (Martins, 1981).

Behr, (1995) destaca que, entre 1980 e 1990, a região do Bico do Papagaio era marcada pela predominância dos latifundiários, que detinham o direito de propriedade sobre os recursos naturais, com ênfase nos babaçuais e na pecuária extensiva.

Este histórico evidencia uma luta pela terra, pela preservação dos recursos naturais e pelos direitos das populações tradicionais. Neste cenário, a resistência resultou na mobilização que influenciou a criação da REENT, assegurando tanto a preservação ambiental quanto os direitos dos extrativistas, ou seja, das quebradeiras de coco.

A outra categoria “Exploração do babaçu e da agricultura”, com 9 (38%) participantes. Dessa forma, apresenta-se o DSC dessa categoria.

Antes de criar a reserva aqui, se você viesse cedinho para o sentido que hoje é o município de Carrasco Bonito, a gente encontrava de **20 a 30 quebradeiras de coco** para todos os lados. E a cada 15 dias, saía um caminhão Truck cheio de amêndoas de babaçu, isso nas **décadas de 1980 a 1990**. Nessa época, nós quebrávamos o coco e vendíamos para os comerciantes e para os atravessadores, não quebrávamos só para o consumo. Recordo que minha mãe ia quebrar coco e, às vezes, **levava a gente para juntar os cocos**. Depois, ela ia a um comércio, levava aquele coco, pesava e, pela quantidade de quilos, trocava por alimentos. Às vezes, **trocava por açúcar ou café; quando não, pegava o dinheiro**. A gente quebrava babaçu e comprava roupa e calçados com o dinheiro do coco. Muita gente foi criada somente com a quebra de babaçu. Por isso que falo que era uma **atividade da família**. Os **homens iam para a roça, e as mulheres iam para a quebra do coco** no mato e levava seus filhos. Depois, todo mundo voltava para casa. A quebra de coco para nós, às vezes, era até **uma diversão**. Essa atividade era para o sustento da família, para o consumo e venda, onde conseguíamos algum dinheiro. O **babaçu era uma grande fonte de renda**, mesmo que a gente não tivesse uma visão clara sobre isso.

Esse DSC expressa a importância do extrativista do babaçu já por volta dos anos 1980. Ainda era uma atividade sem organização formal, mas contribuía para uma convivência comunitária. Na percepção dos atores, já tinha o papel de fonte de sustento, renda e alimento para as famílias, além de ser vista como uma tradição familiar.

O MIQCB (2023), destaca que a exploração do babaçu impacta diretamente as famílias que, há gerações, dependem dessa atividade econômica, utilizando o babaçu de diversas formas. No contexto histórico do extrativismo no estado do Tocantins, essa prática desempenhou um papel significativo.

Na perspectiva histórica da REENT, foi identificada a categoria “Mudanças no território”, mencionada por 5 (21%) entrevistados. Esses participantes consideram que as transformações ocorridas na área marcaram o extrativismo, representado as mudanças na região.

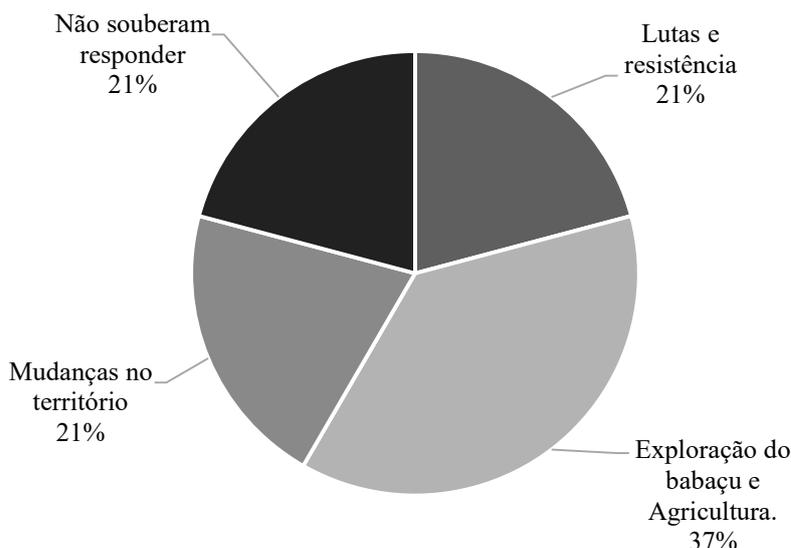
Quando não havia reserva, essa região era matas. Os extrativista derrubavam as matas para plantar suas roça, enquanto os **fazendeiros plantavam capim**. O babaçu **permanecia intacto**, pois ainda não tinha tanta derrubada. Ele **era abundante**, e todo mundo quebrava coco, mas ele **não tinha valor nem preço**. As pessoas vendiam a amêndoa para os atravessadores por um preço muito baixo. A gente quebrava coco **debaixo das palmeiras, e podemos dizer que o acesso ao babaçu era livre, porque** aqui era mata e não havia tantos donos de terras como hoje. Posso dizer que foi um período marcado também pelo **fato de que as pessoas chegaram, tomaram tudo, e depois** dividiram e venderam essas terras.

No DSC é possível identificar a dinâmica social e econômica dessa região antes da criação da REENT. Nesse período, as terras eram predominantemente cobertas por mata, utilizadas pelos extrativistas para a agricultura itinerante e o babaçu era abundante disponível. Contudo, esse cenário, ou seja, local que se tornou a Resex, já apontava sinais de mudanças no acesso ao babaçu e nas condições de vida dos extrativistas.

O panorama reflete os conflitos que ocorriam e marcaram a região durante o período anterior à criação da REENT. Esses embates estavam centrados no domínio e na apropriação das terras, refletindo o interesse dos invasores em estabelecer controle territorial. A preocupação dos invasores era o domínio da terra e não estava centralizada na exploração do babaçu, embora as áreas de babaçuais fossem exploradas em benefício do proprietário da terra (Sousa e Oliveira, 2017; Teixeira, Moreira e Silva, 2018). A forma de vida dos extrativistas esteve em consonância com o estudo dos autores; as principais atividades econômicas eram a coleta de babaçu e a agricultura familiar.

Considerando as mudanças territoriais, a categoria “Não souberam responder”, com 5 (21%) atores locais, reflete a incerteza e a falta de informações adequadas sobre as questões abordadas na REENT.

Apresenta-se a Figura 32, com os resultados relacionados às categorias referentes as mudanças territórios no extrativismo antes da criação da REENT.

Figura 32: Extrativismo do babaçu antes da REENT

Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Os resultados apresentados na Figura 31 refletem a representatividade do extrativismo do babaçu antes da criação da REENT, no estado do Tocantins, destacando as categorias que evidenciam como as mudanças territoriais alteraram o acesso aos recursos naturais como forma de vida. Essas mudanças modificaram as dinâmicas sociais e econômicas dos extrativistas locais devido à ocupação do território por fazendeiros com interesses distintos para a região. Nesse contexto, os atores locais apontaram que o babaçu continuava a ser abundante, sendo explorado e comercializado, apesar dos conflitos e da divisão de terras.

Diante disso, antes da criação da REENT, o contexto histórico já sinalizava alterações na região, como as invasões e venda das terras, isso refletiu diretamente na vida dos trabalhadores rurais (quebradeiras de coco), ou seja, extrativistas. Esses extrativistas começaram a ser impedidos de realizar a coleta e a quebra do coco babaçu em propriedades privadas, ainda que o babaçu fosse sua principal fonte de renda, utilizada tanto para adquirir bens pessoais quanto para trocar por alimentos. Conforme o estudo de Behr, (1995), as principais atividades econômicas desenvolvidas na região do Bico do Papagaio são o extrativismo do babaçu e a agricultura de subsistência.

8.1.2 O extrativismo do babaçu, após a criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins, no estado do Tocantins

A Resex do Extremo Norte do Tocantins permanece como um território em disputa, com desafios relacionados à regularização fundiária e à garantia de acesso efetivo aos recursos

naturais pelas comunidades locais, evidenciando a persistência conflitos e a necessidade de maior articulação entre políticas públicas e demandas sociais.

Diante desse contexto, a criação da REENT deu-se mediante intensas lutas dos atores locais, que enfrentaram conflitos de posse e uso da terra, em um cenário marcado por disputas e tensões. Que para Teixeira, Moreira e Silva (2018), esse processo reflete a resistência das comunidades locais frente aos interesses de fazendeiros e das políticas excludentes que ameaçavam seus direitos e modos de vida.

A mobilização social enfrentou desafios para garantir direitos e promover a preservação ambiental da REENT (Teixeira, Moreira e Silva, 2018). Essas ações para os autores, foram impulsionadas pela busca por preservar as práticas tradicionais de extrativismo do babaçu, que sustentavam a relação equilibrada entre a comunidade e o meio ambiente.

Dessa forma, para compreender a abordagem histórica do extrativismo do babaçu a partir da REENT, foram investigadas as lembranças e recordações desse contexto no período posterior à Resex. Foi mencionada a questão sobre a criação da REENT (Apêndices E e F), que resultou na identificação de quatro categorias. A categoria “Resex ficou no papel”, com 6 (25%) participantes, recordaram que a REENT, não foi legalizada. Segue o DSC dessa categoria.

O que marcou o extrativismo do babaçu foi que a criação da **Resex que ficou no papel**. E a **questão da regularização nunca foi resolvida**. A nossa **reserva não está legalizada**. Então, eu acho que não devemos culpar os proprietários que estão lá, até porque eles também estão trabalhando na terra, sendo deles. **O governo decretou, mas não pagou**; então, a terra continua sendo deles, pois já estavam lá, e os outros que chegaram comprar. E os proprietários de terra não têm culpa de estarem na **Unidade de Conservação**.

O discurso aborda que o extrativismo do babaçu no estado do Tocantins, foi marcado pelo decreto de criação da REENT, entretanto, não foi efetivado legalmente. Apesar disso, o governo não tomou as medidas necessárias para sua regularização. Esse contexto, reforça a ideia de que a ausência de ações governamentais manteve o processo de regularização da Resex estagnada, resultando em alteração da dinâmica do extrativismo na região, comprometendo tanto a sustentabilidade ambiental quanto o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais.

A Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, criada em 1992 pelo Decreto n.º 535/1992, garantirá o direito de uso às populações com tradição extrativista e ecológica, permitindo ao governo realizar desapropriações, se necessário (Brasil, 1990b, 1992a). Mesmo após 32 anos de sua criação, a legalização da REENT ainda não foi concretizada, ou seja, os proprietários das terras (fazendeiros) não foram desapropriados.

O governo não consolidou a criação da REENT, o que tem causado diversos problemas na região. Esses problemas não se limitam ao acesso às terras, mas envolvem conflitos e violência relacionados ao uso dos recursos naturais.

Para Oliveira e Sousa (2016), a luta pela regularização fundiária ainda é um desafio que precisa ser rompido na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins. Ainda para os autores, essa situação dificulta o acesso aos recursos naturais, gera tensões entre extrativistas e fazendeiros, reduz a produção e enfraquece a prática da atividade extrativista na região.

A segunda categoria “Desmatamento na Resex”, composto por 8 (33%) entrevistados que relataram um aumento na derrubada das palmeiras de babaçu após a REENT. Essa categoria gerou o DSC, apresentado a seguir.

Depois da Resex, temos a derrubada das palmeiras, e **diminuiu bastante o babaçu**. Acho que a reserva **aqui só serve para fingirem que estão tomando conta dos babaçuais**. A gente lembra da reserva porque, antes, **não tinha muito desmatamento**, mas hoje o desmatamento é maior. Essa reserva era para defender o babaçu e as quebradeiras que têm lá, mas agora quase não tem babaçu, pois os fazendeiros já **derrubaram quase tudo**. Nossa região era repleta de coco babaçu, mas hoje se vê pouco. Agora, para se ter noção da distância onde o babaçu está, é preciso um transporte para ir buscar, e antes não precisava disso. O coco babaçu antes era no terreiro de casa. Então, **eu vejo que a reserva é importante devido à preservação**, mas tem fazendeiros que ignoram, derrubam **mesmo as mães de leite (palmeiras de babaçu)**. Se a reserva não sair logo, eu acho que o babaçu vai até acabar. A cada ano que passa, está **diminuindo o babaçu na região**.

Observa nas falas dos atores locais do babaçu, que a criação da REENT não garantiu a preservação e uso sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido, a Resex foi criada com finalidade ecológica, mas não gerou esse o resultado. Apesar de reconhecer a importância da REENT para a preservação, na prática, ela não impede a devastação dos babaçuais, ameaçando a cultura e a vivência das quebradeiras de coco.

Observa-se que na percepção dos atores locais do babaçu, teve um aumento na derrubada dos babaçuais após a REENT. Esse resultado foi evidenciado nos estudos de Yohannes (2013); Sousa (2015) e Melo (2022), que ressaltam que as áreas de babaçuais da Resex estão cada vez mais degradadas, ou seja, afetadas pelo desmatamento.

Nesse contexto, a criação da REENT não garantiu os direitos sociais e nem o uso dos recursos naturais. Para Allegreti (2008), as reservas extrativistas não foram formuladas pensando apenas como política pública de reforma agrária que garante o direito ao território, mas também como uma forma de proteção dos recursos naturais, voltada especialmente para atender às populações tradições tracionais. Observa-se que

Na categoria “Visibilidade e valorização do babaçu”, 4 (17%) dos atores locais do babaçu destacaram a. Dessa maneira, mostra-se o DSC da categoria.

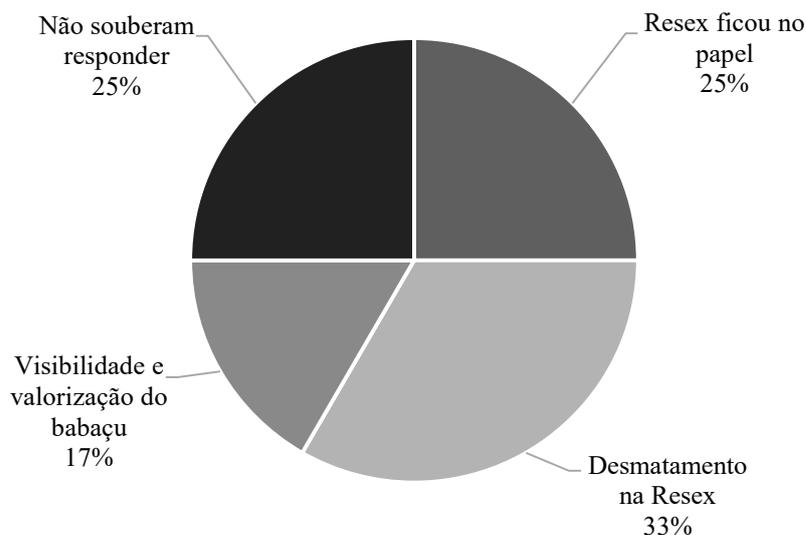
Depois da reserva, vejo que as **movimentações em torno do babaçu**. Teve a criação do sindicato e da associação, que trouxeram mais divulgação para a reserva. As pessoas demonstraram mais interesse para conhecer a atividade das **quebradeiras e passaram a valorizar mais o trabalho** delas. A meu ver, a Resex valorizou as quebradeiras de coco, **pois a profissão de quebradeira de coco não era vista como digna**, e as pessoas diziam: **“Tu só vais ser uma quebradeira de coco”**, sendo que essa é uma profissão digna, mas as pessoas não valorizavam. Hoje, vejo que ela está bem-vista e em expansão. A gente **vê movimentos, vê pessoas lutando por mais reconhecimento**, e sempre há debates pela **valorização da quebradeira de coco**. Assim, o extrativismo do babaçu passou a receber um incentivo mais **direto por parte do governo para o fortalecimento da cadeia produtiva** do babaçu.

Ficou evidenciado no DSC que a criação da REENT proporcionou a formação de instituições que contribuíram para a valorização do trabalho das quebradeiras de coco e para o fortalecimento do extrativismo do babaçu no estado do Tocantins. Isso despertou debates, movimentos de luta por mais valorização e promoveu apoio governamental para a atividade extrativista do babaçu.

Dessa forma, a formação de instituições da Resex, como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Carrasco Bonito (STTRCB), criado em 1999, e a Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte (ARENT), criada em 2001, trouxe visibilidade e reconhecimento para a Resex. Para Oliveira e Sousa (2016) e Teixeira, Moreira e Silva (2018), a criação dessas instituições representou a fase de organização e assegurou a representação dos extrativistas, consolidando institucionalmente a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.

Sobre a valorização das quebradeiras de coco depois da Resex está relacionada ao reconhecimento da atividade extrativista não somente como trabalho, mas também como parte da cultura do estado do Tocantins. As organizações promovem a valorização e reconhecimento para a atividade das quebradeiras de coco (Shiraishi Neto, 2017). Ainda para o autor, é necessário compreender que o valor do extrativismo do babaçu para as quebradeiras de coco não se limita aos aspectos laborais, mas representa um vínculo com a localidade e ligação com a cultura.

Sobre a análise do extrativismo do babaçu depois da criação da Resex, 6 (25%) dos entrevistados não souberam responder. A Figura 33, apresenta a distribuição das categorias.

Figura 33: Extrativismo depois da REENT

Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Na Figura 32, retrata o extrativismo do babaçu no estado do Tocantins, considerando a criação da Resex Extremo Norte. Os resultados evidenciaram que a Resex não assegurou a gestão do território, o uso e proteção efetiva para as quebradeiras de coco. Esse espaço ainda carrega os conflitos e resistência como elemento constituinte da memória desse território.

O extrativismo do babaçu no estado do Tocantins, a partir da REENT, ficou marcado pela ausência da legalização da Resex, o que impactou negativamente os aspectos sociais e ambientais da região. Esse problema persiste, apesar da estrutura legal que institui as reservas no Brasil.

O ICMBio informou que foram feitas algumas tentativas de demarcação da REENT. Essas tentativas são mencionadas nos estudos de Oliveira e Sousa (2016), que relatam que as primeiras iniciativas ocorreram entre 2009 e 2010. No entanto, devido ao aumento dos conflitos nesse período, o processo não avançou.

Outro fato mencionado nas entrevistas foi que o decreto de criação da Resex tornou-se caduco, pois a regularização da unidade deveria ter ocorrido em até dois anos. No entanto, como não houve a desapropriação das propriedades rurais na área de delimitação da REENT.

As dificuldades para a implementação das Resexs decorrem da carência de regularização fundiária e da ausência de um cadastro fundiário oficial, atualizado e integrado entre as esferas federal, estadual e municipal (Futada, 2011). Essas mesmas dificuldades são evidentes na REENT, onde a área destinada à Resex ainda é composta por propriedades privadas.

Para concluir a análise da terceira questão, foi necessário investigar a atuação dos grupos políticos, sociais e ambientais na criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (Apêndices E e F). Os resultados dessa questão originaram três categorias. A primeira categoria, “Participação política”, foi mencionada por 5 (21%) dos entrevistados, que destacaram a contribuição desse grupo na criação da REENT. Salienta-se, nesse contexto, o DSC da categoria.

Uma reserva não se cria do nada; sempre há alguma **conjuntura** na sociedade que impulsiona o governo a criá-la. Essa reserva foi criada **no contexto da Eco-92**, em 1992. Então, acho que foi uma **ação mais política** do que ambiental.

O DSC revela que a criação da REENT foi impulsionada por um contexto político. A Resex foi implementada no contexto da Eco-92, motivada por razões políticas para responder a pressões internacionais e fortalecer a imagem do governo, mais do que por preocupações ambientais.

Os movimentos políticos envolvidos na criação da Resex estão relacionados a uma conjuntura de decisões políticas e simbólicas que ganhavam destaque, e o governo precisava demonstrar compromisso com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável do país.

A criação da REENT foi impulsionada principalmente pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), atendendo a uma demanda internacional e consolidando-se como uma política ambiental efetiva no Brasil (Yohannes, 2013). A autora ainda revela que havia pressa em demarcar essa Resex ao ser criada principalmente para resolver essa demanda.

Já a categoria “Participação social e ambiental” foi representada por 11 (46%) das entrevistas que retrata a atuação dos movimentos sociais e ambientais na criação da Resex. Segue DSC que gerou essa categoria.

Acho que foram os **movimentos sociais** que ajudaram a criar a Resex. Teve as **luta de grupos que tiveram forte atuação nessa região, com a participação do CNS, CPT, MIQCB, Asmubip, NATURATINS e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região do Bico.**

O discurso destaca que a criação da REENT foi influenciada pelos movimentos sociais e pela luta de grupos que atuaram fortemente na região do Bico do Papagaio. A mobilização das organizações sociais e ambientais foi uma parte importante desse processo.

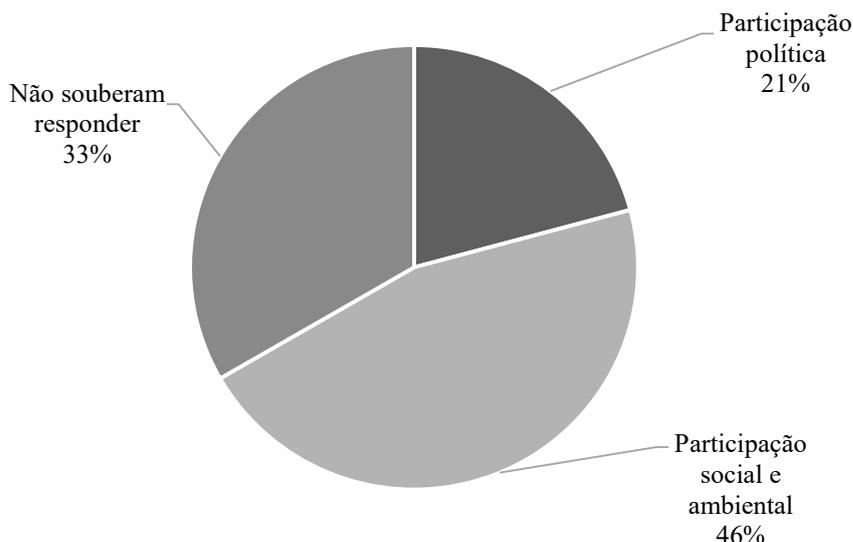
A mobilização social contribuiu para a criação da Reserva Extrativista do Extremo no estado do Tocantins (Brasil, 1992a). Dessas mobilizações também resultaram a criação da Reserva Extrativista da Mata Grande e da Reserva Extrativista do Ciríaco, ambas no estado do Maranhão, em 1992 (Brasil, 1992b; c).

A criação dessas reservas gerou transformações políticas, sociais e ambientais, não apenas para os estados do Tocantins e Maranhão, mas para todo país (Sousa e Oliveira, 2017). No caso da REENT, trouxe, principalmente, visibilidade para a atividade extrativista das quebradeiras de coco babaçu.

Os movimentos sociais mencionados no DSC incluem Conselho Nacional Populações Tradicional Extrativistas (CNS), através do movimento dos seringueiros (MCM, 2024); a Pastoral da Terra (CPT), representada pela atuação de padre Josimo Morais Tavares (Silva, 2011); o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), com articulações nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins (MIQCB, 2023) e a Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (Asmubip), representada por Raimunda Gomes da Silva (Souza, 2003).

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região do Bico do Papagaio, representado pelos dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Praia Norte, São Sebastião e Esperantina (Behr, 1995). O autor ainda destaca a participação das organizações ambientais, como o Fundação Natureza do Tocantins (NATURATINS) e o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA). Essas organizações desempenharam um papel importante no processo de criação da Resex.

Nessa questão, 8 (33%) dos participantes não souberam responder. Observa-se que, à medida que as perguntas sobre a REENT se tornam mais específicas, os participantes apresentam dificuldades em associar o extrativismo do babaçu ao contexto pós-criação da Resex. A Figura 34 apresenta as categorias que resultaram das respostas dos respondentes.

Figura 34: Participação política, social e ambiental para criar a REENT

Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Quanto à atuação dos grupos políticos, sociais e ambientais na criação da REENT, a categoria que mais se destacou foi “Participação social e ambiental”, considerando a mobilização social e ambiental nesse processo de fundação da Resex.

A criação da Resex foi resultado da conjuntura política do governo José Sarney, no escopo das políticas públicas ambientais, influenciada pelas preocupações ambientais (conscientização) que estavam ocorrendo no mundo, além de ser uma demonstração do progresso do Brasil na redução do desmatamento da Amazônia.

Outra situação envolvia o cenário dos conflitos por terra, que, no estado do Tocantins, eram centralizados no Norte do estado, e a REENT tinha o objetivo de conter os conflitos agrários na região. No entanto, apesar disso, não ocorreu a legalização da Resex e, conseqüentemente, não houve a desapropriação das terras.

8.1.3 Mudanças sociais, econômicas e ambientais, e ainda as políticas públicas no extrativismo do babaçu após a criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins

A criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins gerou transformações sociais, econômicas e ambientais, além da implementação de políticas públicas de suporte ao extrativismo do babaçu no estado do Tocantins.

Desta forma, essas quatro dimensões refletem as diferentes percepções dos atores locais envolvidos no extrativismo do babaçu. As mudanças sociais estão relacionadas à melhoria da qualidade de vida dos extrativistas. Sobre as mudanças econômicas dizem respeito aos aspectos

comerciais e à agregação de valor ao produto. Nas mudanças ambientais destacam-se as práticas sustentáveis na exploração dos recursos extrativos e a preservação dos babaçuais. E as políticas públicas, que contribuem diretamente para o fortalecimento das comunidades locais. As dimensões observadas nas percepções dos atores locais do babaçu, estão vinculadas à questão a questão 4, conforme os Apêndices E e F.

8.1.3.1 Mudanças sociais na REENT

As mudanças sociais ocorridas após a criação da REENT provocaram alterações nos âmbitos social, econômico e ambiental, transformando as práticas de exploração e preservação dos babaçuais na Resex. Na dimensão social, geraram-se três categorias. A primeira categoria “Mudanças sociais pela Resex”, com a participação de 3 (13%) dos entrevistados, que consideram que as mudanças estão relacionadas à Resex. O DSC dessa categoria é apresentado a seguir.

Pela reserva, eu lembro que veio a **construção de casas** para as quebradeira de coco. Também teve **associação** e o **sindicato dos trabalhadores rurais de Carrasco bonito**, depois da Resex.

Destaca-se no DSC as mudanças trazidas pela REENT foi ocorreram na área de habitação e na formação de organizações da Resex. As mudanças sociais relacionadas à REENT ocorreram na moradia, com a construção de casas para as quebradeiras de coco. Essas casas foram acessadas por meio da articulação de Dona Raimunda Gomes da Silva, do CNS e de organizações da região do Bico do Papagaio.

A formação de organizações da REENT teve início com Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Carrasco Bonito (STTRCB), criado em 1999, seguida pela fundação da Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (ARENT), em 2001. Essas entidades desempenharam um papel essencial na promoção do extrativismo do babaçu e na consolidação da Resex. Esses mesmos resultados foram encontrados nos estudos de Sousa (2015), que ressalta que a mobilização das lideranças, por meio do sindicato e da associação, trouxe mudanças e deu destaque à REENT.

A categoria “Mudanças sociais pelos municípios” com participação de 3 (13%) dos atores do babaçu. A seguir mostra o DSC dessa categoria.

As condições de vida melhoraram um pouco, acho que isso está relacionado aos **municípios de Carrasco e Sampaio**. A Resex foi decretada quase junto com o Município de Carrasco Bonito, então ela tem quase o mesmo tempo do município. Na

saúde, tem os posto de saúde dos municípios e escolas também. Eu percebo que essas melhoria estão relacionadas aos municípios, até porque a Resex só existe no papel. Então, eu digo que **babaçu sempre nos ajudou**, mas a Reserva não.

Observa se no texto que, pela percepção dos atores locais do babaçu, as mudanças sociais estão relacionadas aos municípios de Carrasco Bonito e Sampaio. Embora a Resex tenha sido decretada quase no mesmo ano do município de Carrasco Bonito, as mudanças concretas como a serviços como saúde e educação, foram impulsionadas pelos municípios que pertence a Resex.

Essa característica do Discurso do Sujeito Coletivo está relacionada ao fato de o município de Carrasco Bonito ter sido criado em 1991 e a REENT em 1992, enquanto os municípios de Sampaio e Buriti do Tocantins foram criados em 1989. Dentro desse contexto, quando a Resex foi decretada, o município de Carrasco Bonito ainda estava em processo de organização, com as estruturas organizacionais sendo desenvolvidas simultaneamente. Além disso, devido à falta de regularização da Resex, seus beneficiários residem em povoados no entorno da área da reserva.

A REENT abrange os municípios de Carrasco Bonito, Sampaio e Buriti do Tocantins, sendo que todas as dinâmicas da Resex estão centralizadas no município de Carrasco Bonito. A Figura 35 mostra registros das placas de entrada dos municípios de Carrasco Bonito, Sampaio e Buriti do Tocantins, que integram a Reserva extrativista do Extremo Norte do Tocantins.



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

Ainda nesse contexto, as famílias beneficiárias da REENT residem nos povoados Centro do Firmino e Vinte Mil (zona rural do município de Carrasco Bonito), no povoado Cacheado

(zona rural do município de Sampaio) e no povoado Centro dos Ferreira (zona rural do município de Buriti do Tocantins). Essas famílias vivem no entorno da área de demarcação da Resex. Em 2023, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carrasco Bonito informou que tem 237 famílias cadastradas na Relação dos Beneficiários da Reserva Extrativista (REB).

Sobre as melhorias na área da saúde os atores locais do babaçu relataram que vieram, através dos municípios que abrangem a Resex. No Quadro 3, Unidades Básicas de Saúde nos municípios que pertencem a Resex.

Quadro 3: Estabelecimentos de Saúde dos municípios que integram a REENT

ESTABELECEMENTOS DE SAÚDE NA REENT	
Município Carrasco Bonito	Localização
Posto de Saúde Bernardo Vicente Araujo Pereira	Cidade de Carrasco Bonito
Unidade Básica de Saúde Agenor Bezerra de Lima	Povoado Vinte Mil
Unidade Básica de Saúde Ana Torres Bandeira	Povoado Centro dos Firmino
Município Sampaio	Localização
Unidade Básica de Saúde Mae Cezaria	Cidade de Sampaio
Unidade Básica de Saúde Paulo Pereira	Cidade de Sampaio
Município Buriti do Tocantins	Localização
Centro de Atenção Psicossocial	Cidade de Buriti do Tocantins
Centro de Saúde dos Ferreiras	Povoado Centro dos Ferreiras
Centro de Saúde São Jose	Cidade de Buriti do Tocantins
Centro Municipal de Saúde Dona Edmunda	Cidade de Buriti do Tocantins
Posto de Saúde Dona Conceição	Povoado Vila União
Unidade Básica de Saúde Dona Valdete Borges	Cidade de Buriti do Tocantins
Unidade Básica de Saúde Vereador Gilberto Leite da Silva	Projeto de Assentamento Boa Sorte
Unidade Saúde da Família Doutor Menezes	Cidade de Buriti do Tocantins

Fonte: DataSus (DataSus, 2025a; b; c).

Pode-se observar no Quadro 3, os estabelecimentos de saúde localizados nos povoados Vinte Mil, Centro dos Firmino, Centro dos Ferreiras e na sede dos municípios de influência da REENT, que são os locais onde os extrativistas buscam os atendimentos básicos. Para os atendimentos mais especializados, os extrativistas procuram os municípios de Augustinópolis, Araguaína ou Imperatriz, que são os mais próximos das áreas de influência da RESEX. Sendo que, a gestão da saúde é mantida pelos municípios para atender os extrativistas que vivem no entorno da Resex.

Na educação os extrativistas também são assistidos pelo município que pertence a REENT. Quadro 4, escolas nos municípios de área de influência da Resex.

Quadro 4: Escolas públicas nos municípios que integram a REENT

ESCOLAS PÚBLICA ABRANGE A REENT	
Município Carrasco Bonito	Localização
Escola Estadual Cicero Gomes de Jesus	Cidade de Carrasco Bonito
Escola Municipal Joao Dimetil Tobias	Cidade de Carrasco Bonito
Escola estadual Inês Viana Costa	Povoado Vinte Mil
Município Sampaio	Localização
Escola Estadual Sampaio	Cidade de Sampaio
Escola Municipal 1º de Junho	Cidade de Sampaio
Escola Municipal Antonio Firmino da Silva	Povoado Cacheado
Município Buriti do Tocantins	Localização
Centro Infantil Tia Ara	Cidade de Buriti do Tocantins
Escola Estadual Darcinópolis	Cidade de Buriti do Tocantins
Escola Estadual Presidente Tancredo de Almeida Neves	Cidade de Buriti do Tocantins
Escola Estadual Ministro Ney Braga	Cidade de Buriti do Tocantins
Escola Municipal Buriti B	Cidade de Buriti do Tocantins
Escola Estadual Vicente Carlos de Sousa	Cidade de Buriti do Tocantins
Escola Municipal Luiz Gonzaga de Sousa	Cidade de Buriti do Tocantins
Escola Municipal Boa Sorte	Projeto de Assentamento Boa Sorte
Escola Municipal PA Canaã	Projeto de Assentamento Canaã
Escola Municipal Pedro Amorim	Povoado Vila União
Escola Municipal Amiguinhos de Jesus	Povoado Centro dos Ferreira

Fonte: Adaptado das Prefeituras Municipais de Carrasco Bonito (2025); Sampaio (2025) e Buriti do Tocantins (2025).

Na área da educação, os filhos das quebradeiras de coco frequentam escolas situadas nos próprios povoados ou nas sedes dos municípios abrangidos pela REENT. Essas escolas são organizadas para atender às demandas da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para cursar o ensino superior, os jovens se deslocam para as cidades de Augustinópolis, Imperatriz ou Palmas, em busca de qualificação presencial, além de aproveitarem as oportunidades oferecidas pela educação a distância.

Quando os autores locais do babaçu afirmam que não houve mudanças sociais relacionadas à REENT, isso se deve ao fato de os beneficiários residirem no entorno da reserva, já que não existe nenhum povoado dentro da área de demarcação da Resex, além de a reserva ainda não ter sido legalizada.

Quanto às transformações sociais, as melhorias na qualidade de vida dos extrativistas não estão relacionadas à REENT, mas sim aos municípios situados na área de influência da Resex (Sousa, 2015). Ainda segundo a autora, os extrativistas estão formalmente organizados por meio de uma associação, resultado direto da influência da Resex.

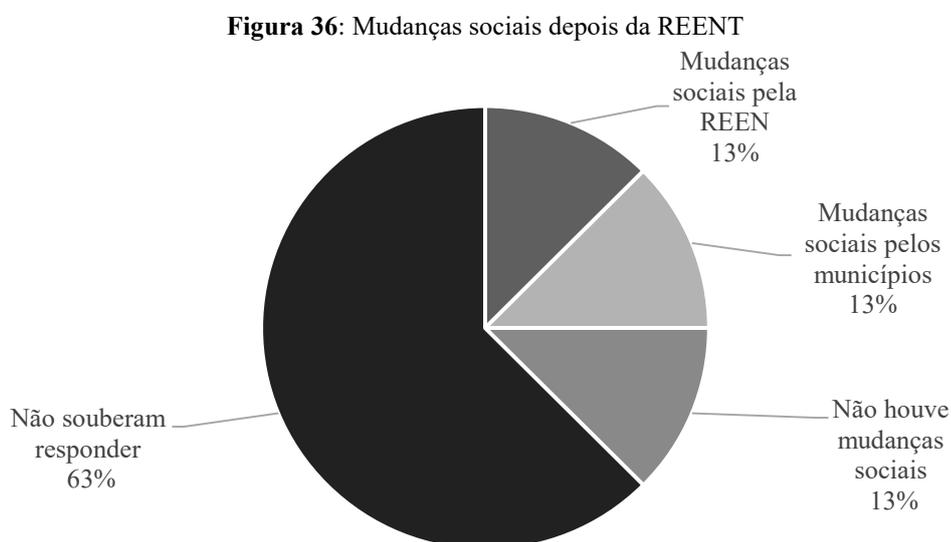
Na categoria “Não houve mudanças sociais” com 3 (12%) dos entrevistados relatam que não teve melhorias na área social. Apresenta-se, a seguir, o DSC desta categoria.

Não houve **mudanças sociais**. Eu acho que não melhorou; para mim, piorou, pois invadiram tudo, e **nós não temos terra**. Então, acredito que não melhorou em nada, porque as **quebradeiras de coco** nunca se beneficiaram dessa reserva.

O texto expressa a percepção de que a criação da REENT não trouxe benefícios sociais para as quebradeiras de coco, como era esperado. Elas não percebem melhorias, mas sim o agravamento da situação, mencionando invasões e o não usufruto da Resex pelos extrativistas.

Dessa forma, o Discurso do Sujeito Coletivo reforça a ideia de que as políticas ou medidas relacionadas à REENT não atenderam às necessidades da comunidade local, especialmente das quebradeiras de coco, pois nunca se beneficiaram da reserva de forma significativa.

E, por fim, 15 (63%) dos entrevistados não souberam responder, indicando que os atores locais encontraram dificuldades em identificar as melhorias sociais pela REENT. A Figura 36 apresenta os resultados dos entrevistados por categorias.



Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Os resultados indicaram que as mudanças sociais, principalmente nas áreas de saúde e educação, não estão relacionadas à criação da Resex Extremo Norte do Tocantins, mas sim aos municípios de Carrasco Bonito, Sampaio e Buriti do Tocantins.

As mudanças atribuídas à REENT foram relacionadas à moradia e à organização das instituições da Resex, o que resultou em visibilidade e afirmação para a reserva. Dessa forma, a atividade das quebradeiras de coco babaçu ganhou reconhecimento associado à Resex, mas, a partir dela, não se percebeu progresso social concreto.

É importante mencionar que, pelo fato de as comunidades morarem ao redor da REENT, é difícil mensurar as transformações sociais que ocorreram a partir da Resex, pois essas melhorias estão diretamente relacionadas ao nível municipal.

8.1.3.2 Mudanças econômicas na REENT

Quanto às mudanças econômicas após a criação, foram levantadas questões sobre as transformações ocorridas na comunidade local. A percepção dos autores locais ligados ao babaçu revelou diferentes abordagens sobre os aspectos econômicos, como a comercialização e sustentabilidade econômica do extrativismo do babaçu.

Sobre as mudanças econômicas, os resultados das entrevistas geraram três categorias. A categoria “Valorização do preço do babaçu”, com a participação de 5 (21%) dos entrevistados. A seguir, o DSC dessa categoria.

A criação da **reserva influenciou a economia ao longo do tempo**, porque sabemos que o babaçu não tinha um preço ótimo e a reserva **ajudou a valorizar o preço** da amêndoa de babaçu.

No DSC, observou-se que os atores locais destacaram a influência da Resex na economia local. Destaca-se a valorização do preço do babaçu e o impacto econômico na região do Bico do Papagaio.

Essa questão também gerou a categoria “Criação das instituições da REENT” com 8 (33%) dos atores do babaçu. Apresenta-se o DSC dessa categoria.

Depois, veio a Usina de beneficiamento **com máquinas para extração** de óleo de coco babaçu e da torta e chegaram **até a exportar o óleo para outros** países através da associação. Então, eu vejo que antes, as mulheres extraíam o azeite pisando no pilão, mas agora, com as máquinas para extrair o azeite, facilitou a produção para venda, **pois antes tudo era manual**. Agora, também temos o **entrepósito** com máquinas para extração de óleo babaçu, outra para o **mesocorpo** e uma **empacotadora**, que vai nos ajuda a colocar novos produtos no mercado. Acho que isso melhorou a circulação de dinheiro, e o babaçu influenciou essa melhora.

A introdução de Usina de beneficiamento com máquinas trouxe o fortalecimento da produção e comercialização, facilitando o trabalho, principalmente das quebradeiras de coco. A evolução no processo de extração de óleo teve impacto positivo na economia e na vida das comunidades locais, além de contribuir para o desenvolvimento econômico da região.

Uma das primeiras mudanças que impactaram economicamente a atividade extrativista da REENT foi a implantação da Usina de beneficiamento de coco babaçu, em 2011. Inicialmente, a usina foi instalada no povoado Vinte Mil e, atualmente, está funcionando no município de Carrasco Bonito. Essa iniciativa tem contribuído para consolidar a cadeia do babaçu e agregar valor à produção, gerando renda principalmente para as famílias beneficiárias da Resex.

A Figura 37 apresenta a foto da sede da Usina de beneficiamento de coco babaçu, localizada no município de Carrasco Bonito.

Figura 37: Usina de beneficiamento de babaçu no Município de Carrasco Bonito



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025)

A comercialização do óleo produzido pela usina era realizada pelos próprios extrativistas ou pela associação. Em 2014, a ARENT comercializava o óleo de babaçu produzido pela Usina para uma multinacional. Já a torta era vendida para os pecuaristas da região, sendo utilizada para completar a alimentação dos animais, como bovinos e suínos. A usina representa um importante elo a produção dos extrativista com os mercados interno e externo, gerando renda para as quebradeiras de coco.

Em 2014, o óleo produzido pela usina era vendido a R\$ 5,00 por litro, enquanto a torta era comercializada por R\$ 12,00 o saco de 60 quilos (Sousa, 2015). Ainda para a autora, esses valores representavam um ganho, pois a produção de um litro de óleo exigia dois quilos de amêndoa de babaçu, que, se vendidos in natura, renderiam apenas R\$ 3,00 pelos dois quilos. Neste sentido, ao transformar os 2 quilos de amêndoa em óleo, o ganho para os extrativistas é de aproximadamente 66,67%, sendo positiva a usina na Resex.

É importante mencionar que a gestão da usina de beneficiamento de coco babaçu, em 2023, estava sob a responsabilidade de um gestor externo à associação, o que gerou atritos com os extrativistas ao limitar o acesso à usina. Essa situação dificultou a mensuração dos ganhos obtidos com a venda dos subprodutos do babaçu.

Os participantes relataram que o quilo do coco babaçu, em 2023, era vendido por R\$ 6,00, e os principais compradores são comunitários locais, que utilizam esses cocos para produzir azeite. O litro do azeite é vendido por até R\$ 60,00 e é geralmente comercializado nas cidades vizinhas. Sendo que a comercialização dos produtos do babaçu está sendo comercializado diretamente pelo extrativismo para o consumidor final.

Outra entidade para a comercialização dos subprodutos do babaçu é o Entrepasto Viva Babaçu, inaugurado em 2023 no município de São Miguel do Tocantins, para comercializar os produtos dos extrativistas da microrregião do Bico do Papagaio. Na Figura 38 apresenta a foto do prédio do Entrepasto Viva Babaçu.

Figura 38: Entrepasto do babaçu no município São Miguel do Tocantins



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

No entreposto, foram instaladas uma máquina para extração de óleo de babaçu, outra para processamento do mesocarpo e uma empacotadora destinada à comercialização de polpa de frutos da região. Dessa forma, o Entrepasto representa uma oportunidade para atender às necessidades do mercado, diversificar os produtos e contribuir para a economia local.

Ainda em relação às mudanças econômicas, os principais produtos extrativos da Resex Extremo Norte do Tocantins são a amêndoa do coco babaçu, o azeite (extraído manualmente), o óleo (beneficiado na usina) e a torta. Além disso, os extrativistas comercializam o coco inteiro e o carvão produzido a partir da casca do coco babaçu. A Figura 39 mostra os produtos extrativos da REENT.

Figura 39: Produtos produzidos na REENT

Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2024).

A comercialização desses produtos é a principal fonte de renda para alguns extrativistas e, para outros, funciona como um complemento. Na REENT, além da exploração de produtos extrativos, muitos extrativistas também praticam a agricultura para o consumo familiar.

Nos povoados Centro dos Ferreira e Cacheado, onde residem os beneficiários da REENT, tem casas de farinha utilizadas pelos extrativistas tanto para a produção de farinha destinada ao consumo próprio quanto para a venda. Essa diversificação das atividades e produtos na Resex foi fundamental para assegurar a sustentabilidade dos extrativistas e a continuidade da prática extrativista na região.

Para Teixeira, Moreira e Silva (2018), na REENT, a principal atividade econômica é a extração e comercialização da amêndoa de coco babaçu, associada à prática da agricultura familiar, com o cultivo de arroz, milho, feijão, entre outros. Na REENT, além do extrativismo do babaçu, existem outras atividades, como servidores públicos, comerciantes, entre outros. Os extrativistas têm acesso a diversas políticas públicas, como o Bolsa Família, Aposentaria e o Bolsa Verde.

A segunda categoria, “Não houve mudanças econômicas”, com 8 (33%) entrevistados. Apresenta-se o DSC dessa categoria.

Não houve melhorias econômicas. Acho que a reserva não ajudou a **melhorar o preço do coco babaçu, pois quem determina o preço são os compradores**. Na verdade, não houve mudança econômica **porque as quebradeiras de coco, não têm acesso ao coco babaçu**. Quando elas conseguem quebrar, não tem compradores. A associação não atua para melhorar a venda do coco babaçu, e a Usina não está funcionando. Não houve melhoras econômicas para os extrativistas, e até mesmo o **ICMS Ecológico** que vai para município de Carrasco Bonito, nada é passado para nós como Resex. Então, não vejo mudanças. A única chance de melhora para as quebradeiras seria **se a reserva fosse legalizada**.

Observa-se no DSC, na percepção dos atores locais do babaçu, que não teve melhorias no aspecto econômico devido a fatores como a falta de influência da reserva no preço do coco, dificuldades no acesso ao recurso, ausência de compradores e a inatividade da associação e da usina. A legalização da REENT seria uma possibilidade de melhorias para as quebradeiras de coco, pois a legalização da Resex poderia trazer mais benefícios e segurança econômica para os extrativistas.

Na visão dos atores locais do babaçu, a falta de atuação associação para melhorar as condições de venda dos produtos do babaçu agrava a situação econômica das quebradeiras de coco. Outra situação está relacionada ao fato de que a usina de beneficiamento de coco babaçu passou a ser gerida por uma pessoa externa à associação, dificultando a comercialização tanto pela própria associação quanto por seus membros. Esses fatores impedem as transformações econômicas na REENT.

Há uma cobrança das quebradeiras de coco babaçu em relação à atuação da associação, no sentido de buscar novos mercados e gerenciar os bens da Resex, uma vez que a associação é a única organização formal da Resex. A ARENT tem a finalidade de garantir a representação e organização das extrativistas (Sousa, 2015; Teixeira, Moreira e Silva, 2018).

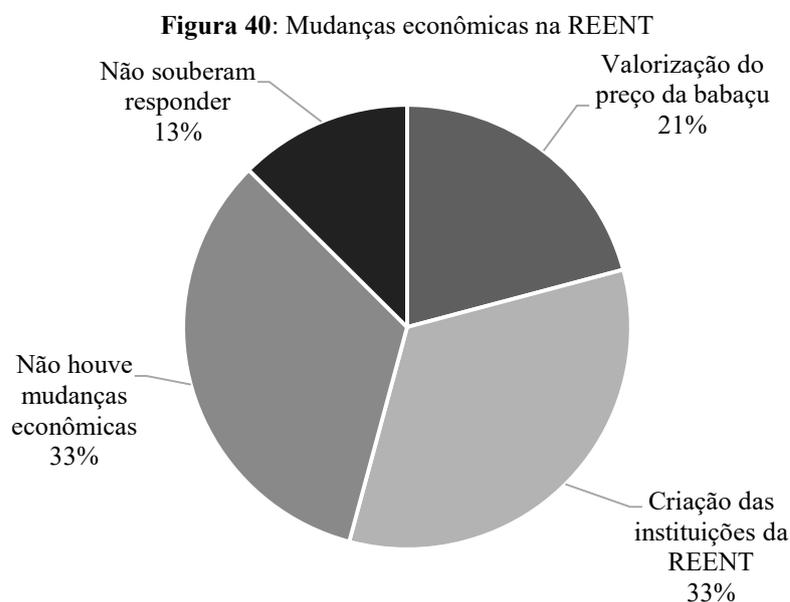
O discurso destaca o ICMS Ecológico (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), o qual é repassado principalmente ao município de Carrasco Bonito. O ICMS Ecológico é uma ferramenta que promove a descentralização da política e da gestão ambiental, além de apoiar a tomada de decisões autônomas pelos municípios, sendo essencial para o desenvolvimento municipal, especialmente no âmbito ambiental (Ferreira e Sobrinho, 2011; Saches *et al.*, 2017).

É importante ressaltar que, conforme os critérios de distribuição das parcelas municipais do ICMS, o estado do Tocantins repassa 13% relativos ao Meio Ambiente, por meio do ICMS Ecológico, aos municípios, conforme instituído na Lei n.º 2.959/2015 (Tocantins, 2015). Até

julho de 2022, o estado do Tocantins repassou R\$ 169.524,76 para o município de Carrasco Bonito e R\$ 4.201,64 para Sampaio, referentes ao ICMS Ecológico (SEFAZ-TO, 2023).

Diante desse contexto, os extrativistas da REENT não se sentem incluídos diretamente no planejamento dos municípios pelos quais a Resex é abrangida, devido a fatores como a gestão ambiental (destruição dos babaçuais) e a falta de assistência efetiva à associação da Resex, já que os repasses do ICMS Ecológico seriam destinados ao investimento dos municípios, principalmente na área ambiental.

Ainda sobre as mudanças econômicas, 3 (13%) dos atores locais do babaçu não souberam responder. As evoluções econômicas na Resex Extremo Norte, na Figura 40.



Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Sobre as mudanças na área econômica, os resultados apontaram melhorias significativas, atribuídas à implantação da Usina e do Entrepasto, que possuem potencial para impulsionar a produção e a comercialização dos produtos do babaçu. Contudo, a falta de atuação efetiva da ARENT representa um desafio, impactando diretamente a busca por novas oportunidades de mercado para esses produtos.

O incentivo às mudanças econômicas na REENT não é responsabilidade exclusiva da associação e dos municípios que integram a Resex, mas também do estado do Tocantins, devido à importância da atividade extrativista do babaçu para o estado, consolidada como uma atividade econômica desde a sua formação (Sousa e Silva, 2017).

A falta de acesso aos babaçuais impacta diretamente a economia dos municípios abrangidos pela REENT e leva as quebradeiras de coco a enfrentarem privações de suas

necessidades básicas. O reflexo dessas privações pode ser compreendido a partir Sen (2010), que destaca que esse conjunto de privações afeta o processo de crescimento econômico e social. Nesse contexto, o acesso aos babaçuais seria um meio de reduzir essas privações.

O extrativismo do babaçu continua sendo uma atividade que beneficia as famílias ao garantir o sustento de suas necessidades básicas e contribuir para a estabilidade financeira por meio da renda gerada com sua exploração. Nesse sentido, investir em políticas de apoio à atividade extrativista fortalecerá tanto a economia quanto o meio ambiente do estado.

8.1.3.3 Mudanças ambientais na REENT

Os babaçuais têm representatividade cultural e ambiental para o estado do Tocantins. Neste contexto, foram feitas indagações aos atores locais do babaçu sobre as mudanças ambientais na Resex Extrativista do Extremo Norte do Tocantins. Essa questão gerou duas categorias. A categoria “Poucas ações ambientais” com 7 (29%) participantes. Apresenta o DSC dessa categoria.

No aspecto ambiental, melhorou um pouco em relação à preservação da palmeira por pararem de **derrubar as palmeiras um pouco**. Nós, como extrativistas, cuidamos e estamos **atentos às derrubadas das palmeiras**. Então, agora, no governo Lula, o ICMBio **retomou a fiscalização com mais frequência**, e isso ameniza um pouco a destruição dos babaçuais.

Observa-se pelas falas dos participantes que ocorreram poucas mudanças no cenário ambiental, principalmente pela diminuição da derrubada das palmeiras, o papel ativo dos extrativistas na proteção dos babaçuais e a retomada da fiscalização por parte do ICMBio. Essas ações ajudam a reduzir a destruição e sinalizam um avanço, ainda que modesto, na proteção ambiental dos babaçuais.

Embora os avanços na proteção ambiental da REENT sejam limitados, não se pode ignorar a importância das reservas extrativistas. Para Almeida, Allegretti e Postigo (2018), as reservas extrativistas desempenham um papel importante na manutenção das florestas e no controle do desmatamento.

As ações de retomada das políticas socioambientais no governo Lula, por meio da intensificação das medidas de comando e controle do desmatamento na Amazônia, resultaram na redução do desmatamento na região (MMA, 2024). Sendo que esses resultados são percebidos na REENT, ainda de maneira tímida.

Esses resultados das políticas socioambientais foi a atuação mais efetiva do ICMBio na fiscalização das áreas demarcadas da REENT, reforçando a importância da gestão das Resex realizada pelo órgão. Essa gestão envolve a educação ambiental, a autorização para o uso dos recursos naturais, além da fiscalização, do monitoramento e do controle ambiental das Resex (Brasil, 2007b). Assim, a gestão do ICMBio na REENT tem contribuído para a conscientização das quebradeiras de coco e a manutenção dos babaçuais, mesmo que limitadamente.

Na categoria “Aumentou a derrubada dos babaçuais”, onde 17 (71%) entrevistados afirmam não haver preservação do babaçu na REENT. Mostra o DSC, correspondente à categoria.

Acho que, depois da criação da Resex, **não teve preservação** e as palmeiras diminuíram. Vejo que, no aspecto ambiental, a Resex não foi muito eficiente. Ela foi criada devido ao coco babaçu, mas, se continuarmos assim, **não haverá mais babaçu**. Acredito **que 50% das palmeiras já não existem mais**. A cada dia que passa, matam mais palmeiras, pois os fazendeiros, quando não colocam **veneno** para matar as palmeiras eles derrubam com trator para forma seus pastos. A gente passa e vê as palmeiras **todas sangrando** (perfuram o tronco e aplicam veneno), mortas. Eles sangram a palmeira, matam o miolo **dela, e ela falece pelo olho**. Inclusive, eles deixam apenas algumas palmeiras na frente para que, ao olhar de fora, **pareça que ainda existem palmeiras na fazenda**. Então olhando para o histórico ao longo do tempo, não houve preservação.

Nesse discurso, os atores locais do babaçu ressaltam a REENT, que, apesar de ter como objetivo a proteção dos babaçuais, não conseguiu conter a degradação ambiental. As práticas de fazendeiros, como envenenamento e derrubada das palmeiras com tratores, são os principais fatores dessa destruição.

O contexto histórico reforça que, desde a criação da Resex, houve um declínio ambiental significativo, agravado por políticas governamentais que facilitaram a expansão de áreas de pastagem em detrimento da conservação ambiental.

Fica claro no DSC que, após a criação da REENT, foi intensificado o desmatamento dos babaçuais. Para Castilho (2009), Sousa (2015) e Saraiva *et al.* (2024b), essa situação decorre de fatores como a ausência de regulamentação da Resex, a fragilidade na fiscalização por parte do órgão gestor e o aumento da atividade pecuarista na região. A precariedade na fiscalização está diretamente relacionada à carência de recursos humanos no órgão gestor, limitando sua capacidade de monitorar e proteger a Resex.

O desmatamento das áreas dos babaçuais no território da REENT tem sido uma estratégia dos fazendeiros para a plantação de pastagem. Os fazendeiros perceberam que não conseguem eliminar as palmeiras somente com as queimadas, então utiliza herbicida (agrotóxico/veneno) para o controle das palmeiras de babaçu. Porém, esses descasos, são

destacados nos estudos de Sousa e Teixeira (2016), Teixeira, Moreira e Silva (2018) e Melo (2022), limitam o acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais.

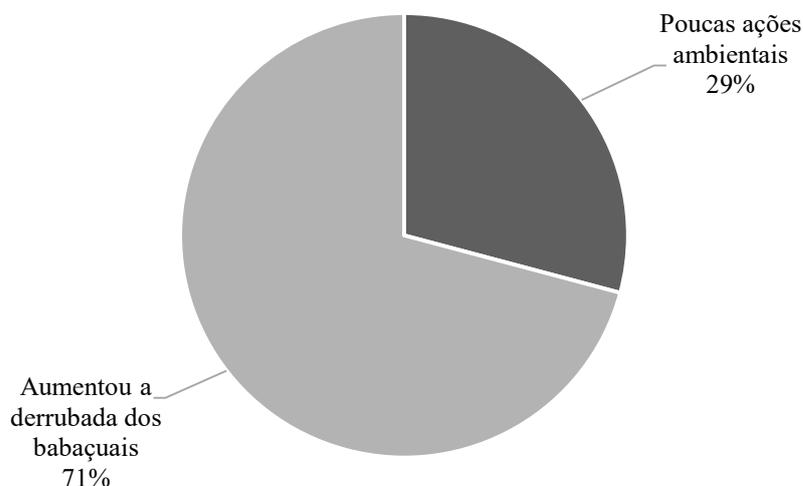
Para Teixeira, Moreira e Silva, (2018) o desmatamento, com a finalidade da expansão da agropecuária, leva à concentração de renda para os fazendeiros, mas deixa de beneficiar as famílias que vivem do extrativismo do babaçu. Esse fator resulta na redução da oferta do produto extrativo, privando os extrativistas e causando impactos socioambiental. Na Figura 41, foto das devastações dos babaçuais nas áreas de demarcação da REENT.

Figura 41: Destruição dos babaçuais na REENT



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

Na Figura 41, representa a frase do DSC “a gente passa e vê as palmeiras todas sangrando, mortas”. É possível observa, na área da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins a presença de palmeiras de babaçu com folhagem seca e raleamento das palmeiras, resultado da aplicação de herbicida em uma área destinada à pastagem para criação de animais. A Figura 42, mostra os resultados sobre as transformações ambientais a partir da REENT.

Figura 42: Mudanças ambientais na REENT

Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Nas mudanças ambientais na REENT, a categoria mais destacada foi a ausência de alterações ambientais positiva, sendo evidente, no discurso que o desmatamento na Reses aumentou. Além disso, observa-se que as políticas públicas efetivas ainda são poucas para essas comunidades extrativistas e que as fiscalizações do órgão gestor são ineficientes.

A devastação dos babaçuais ameaça a forma de vida dos extrativistas, que tem no uso coletivo da terra e no extrativismo a base de sua identidade e produção. As lutas contra a destruição dos babaçuais envolvem a mobilização das quebradeiras para enfrentar os problemas locais decorrentes da devastação, os quais colocavam em risco tanto sua sobrevivência física quanto a preservação de sua cultura (Shiraishi Neto, 2017). Neste contexto, as alterações ambientais negativas na REENT impactam diretamente a dinâmica cultural do extrativismo do babaçu no estado.

Portanto, as poucas políticas destinadas à REENT geraram impactos positivos no aspecto ambiental. No entanto, a ausência de políticas públicas ambientais favorece a concentração fundiária e limita as atividades produtivas dos extrativistas, impactando diretamente o desenvolvimento dessas localidades.

8.1.3.4 Políticas públicas direcionadas a REENT

As políticas públicas desempenham um papel ao assegurar a harmonia entre a conservação ambiental e o desenvolvimento social e econômico das comunidades tradicionais, influenciando o desenvolvimento local e regional.

Nesse contexto, considerando a importância das políticas públicas para as reservas extrativas, foi questionado sobre as políticas públicas voltadas à REENT. As entrevistas sobre essa questão, 4d dos Apêndices E e F, geraram três categorias. A primeira categoria, “Políticas federais”, foi mencionada por 6 (25%) entrevistados. Apresenta-se o DSC da categoria.

Apesar da Resex não ser regularizada, a gente, como governo, tem algumas políticas que conseguimos implementar. Teve **projeto de casas** para quebradeiras de coco. Eles também receberam o **Bolsa Verde**. Outras políticas ligadas à questão do babaçu, como o **preço mínimo e outros editais**, que chegam recursos para as comunidades. Teve muitos projetos como a **construção de um galpão**, e recebemos panelas, forno e computadores através desses projetos. Lembro que veio um projeto de algumas **máquinas de costura** para alguns povoados. E agora na pandemia foi distribuído **cestas básicas** para eles. Outra política pública foi o **CAF PRONAF**, através desse documento eles conseguem buscar créditos bancários para financiar suas pequenas atividades produtivas. Então as quebradeiras têm direito à **aposentadoria rural**. E, recentemente, **elas ganharam um trator por meio de emendas** parlamentares para a Resex.

É possível observar no DSC as políticas públicas e projetos implementados na REENT incluindo iniciativas voltadas para habitação, programas sociais, infraestrutura, apoio produtivo e assistência durante a pandemia. Essas ações são importantes para fortalecer a autonomia e as atividades produtivas dessas comunidades.

As ações relacionadas à moradia foram realizadas através do projeto de construção das casas para as quebradeiras, dona Raimunda levou o projeto ao conhecimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que determinou a inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse projeto beneficiou 884 familiar com casas populares destinadas às quebradeiras dos municípios de Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Praia Norte, Axixá do Tocantins, Sítio Novo e São Miguel (Tocantins, 2021a). Dessa forma, o projeto mudou as condições de moradia das quebradeiras de coco da REENT.

Outro incentivo mencionado no DSC foi a Bolsa Verde, um programa que incentiva a conservação ambiental e promove a preservação ambiental. Esse programa social teve sua primeira fase (2011–2016), a Resex Extremo Norte do Estado foi contemplada (Brasil, 2023a; MMA, 2025). Agora, na segunda fase (2023–2024), a REENT não está na lista dos territórios contemplados (MMA, 2024). Esse programa reconhece e valoriza os extrativistas e contribui para a preservação dos babaçuais.

Os incentivos econômicos relacionados ao babaçu incluem a inclusão do coco babaçu na lista de produtos extrativistas com preço mínimo estipulado pelo governo federal, uma medida que integra a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) (Brasil, 1966; CONAB, 2017). Essa política é importante

para as quebradeiras de coco porque garante uma renda mínima para a venda dos seus produtos extrativos, principalmente o coco babaçu.

No DSC, foi destacado o suporte aos extrativistas da REENT por meio da distribuição de cestas básicas. No estado do Tocantins, 2 mil cestas foram distribuídas, contemplando a região do Bico do Papagaio durante a pandemia de Covid-19 (Brasil, 2023b) . Essa ação ajudou a minimizar os impactos sociais nas comunidades da Resex em situação de vulnerabilidade nesse período.

Outra política de incentivo é o direito à aposentadoria rural, pois as quebradeiras de coco (extrativistas), além da coleta e da quebra do babaçu, também são agricultoras familiares e se enquadram na categoria de segurado especial como trabalhadoras rurais e agricultoras familiares (INSS, 2024).

Ainda sobre os incentivos na esfera federal, vale mencionar que, em 2023, a ARENT ganhou um trator por meio de emenda parlamentar, destinado ao transporte do coco babaçu até as casas das quebradeiras.

A categoria “Políticas estaduais” com a participação de 8 (9%) entrevistados respondentes. Apresenta-se o DSC da categoria.

Nas políticas estaduais **temos o Ruraltins**, que não faz trabalho direto com a Unidade de Conservação, ele faz com o município. Temos o **PAA**, e **tem quebradeiras de coco que vendem** seus produtos. Agora, o estado está com uma política de **reestruturação para a Usina de beneficiamento do coco babaçu**.

No DSC, é possível identificar as principais políticas públicas estaduais direcionadas ao fortalecimento das atividades relacionadas ao extrativismo do coco babaçu na REENT. Essas políticas impacta positivamente a produção, comercialização dos produtos extrativos, beneficiando diretamente as quebradeiras de coco e assegura a manutenção da cultura no estado do Tocantins.

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins) é o órgão oficial responsável pela execução das políticas de incentivo do estado, voltadas para a assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares e para o desenvolvimento do setor agropecuário (RURALTINS, 2024a).

O Ruraltins trabalha com os extrativistas, fornecendo assistência técnica na agricultura e, por meio de projetos como o Quintal Verde, que incentiva a criação de pequenas hortas e auxilia os agricultores familiares da região do Bico do Papagaio. Essas ações contribuem para

a segurança alimentar e na melhoria da qualidade de vida das quebradeiras de coco, além da possibilidade de venda dos produtos excedente.

O Ruraltins coopera com as quebradeiras de coco nos municípios de influência da Resex, e não por meio da REENT. O órgão mantém um escritório em Augustinópolis, com abrangência sobre os municípios de Carrasco Bonito e Sampaio (RURALTINS, 2024b). Já no município de Buriti do Tocantins, há um escritório que também atende o município de São Sebastião.

O estado mantém parcerias com o município de Carrasco Bonito; dessas parcerias, incluem-se a reforma de uma estrutura para o atendimento dos agricultores (extrativistas). Outra parceria está desenvolvendo um projeto para construir um espaço destinado às quebradeiras de coco, onde possam armazenar os cocos coletados e realizar a quebra do coco. Esse espaço vai amenizar um problema dos extrativistas, que, devido à falta de acesso aos babaçuais, realizam a quebra do coco em espaços improvisados às margens das vias.

O Projeto Hidroagrícola Sampaio tinha a finalidade de impulsionar o desenvolvimento da região do Bico do Papagaio. O foco do projeto era utilizar a potencialidade hídrica do rio Tocantins para a produção de grãos e hortifrutigranjeiros, sendo implantado no município de Sampaio (Tocantins, 2021b). Os extrativistas da REENT poderiam utilizar esses espaços para realizar suas plantações. O projeto não teve sucesso, mas até hoje os extrativistas utilizam esse espaço.

Em 2023, por meio de parcerias entre o estado e a ARENT, foram aprovados editais para a reestruturação (reforma) da Usina de Beneficiamento de Coco Babaçu no município de Carrasco Bonito. Essas ações refletem o compromisso do estado em implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento local.

Na categoria “Políticas municipais”, que reúne 6 (25%) entrevistados, são apresentadas as percepções sobre as políticas públicas implementadas pelos municípios. Apresenta-se o DSC correspondente a essa categoria.

O município de Carrasco tem uma **parceria** com a Unidade de Conservação. O município ajuda **com o trator, a gente junta o coco**, e a eles vai buscar e deixa onde a gente quebra o coco. O município de Sampaio também **fornece um trator para buscar o coco** das quebradeiras no mato e trazer para a casa delas. Aqui temos também o **projeto Sampaio**, e a Prefeitura destina recursos à agricultura familiar, oferecendo suporte contínuo com a distribuição de sementes e o arado das terras.

O DSC retrata as ações de apoio desenvolvidas pelos municípios de Carrasco Bonito e Sampaio aos extrativistas da REENT. Essas ações incluem parcerias para facilitar o transporte

e a quebra do coco babaçu e apoio à agricultura familiar. Esse contexto demonstra o compromisso desses municípios com o fortalecimento das atividades extrativistas e rurais.

Dentre as iniciativas, destaca-se o transporte oferecido pelos municípios, que disponibilizam meios para carregar o coco das fazendas onde é permitida a coleta de coco babaçu, transportando-o até os quebradores. Esses quebradores geralmente são nas casas das quebradeiras de coco ou em pontos localizados à margem das estradas.

Ainda sobre as iniciativas municipais, a Prefeitura de Carrasco Bonito celebra o Dia Municipal e Estadual da Quebradeira de Coco Babaçu, instituído em 7 de novembro de 2019, para reforçar a valorização cultural e social das quebradeiras de coco babaçu no município. Na Figura 43, as fotos da festa das quebradeiras de coco babaçu realizada em 2023 no município de Carrasco Bonito.

Figura 43: Festa das quebradeiras de coco no município de Carrasco Bonito



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

Essa comemoração é realizada todos os anos com parcerias público-privadas, como o MIQCB, o ICMBio e a Suzano. A categoria “Parcerias privadas” com 2 (8%) dos entrevistados. Dispõe o DSC da categoria.

Estamos recebendo uma casa de farinha no povoado Centro dos Ferreira, em parceria com a empresa Suzano, que também nos ajudou com a Usina de beneficiamento que temos no município de Carrasco Bonito.

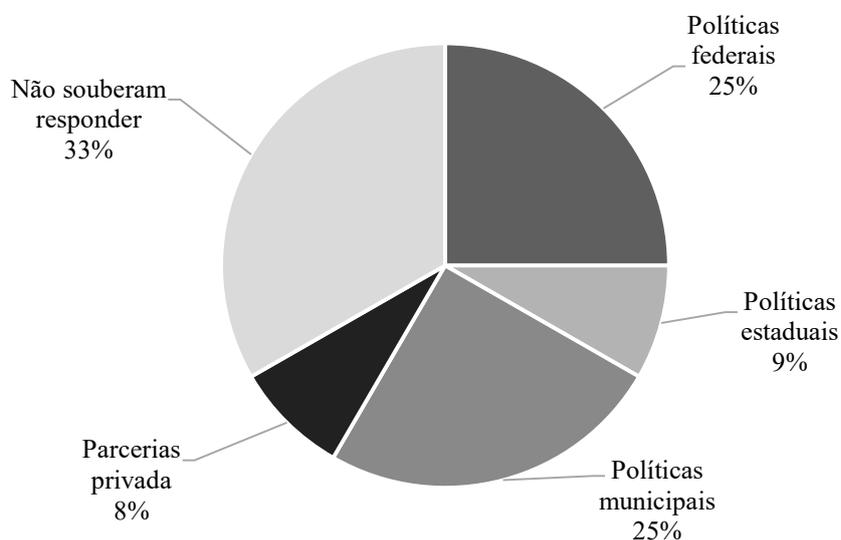
Esse DSC, ressalta a parceria da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins com uma empresa privada. Esses incentivos viabilizaram a instalação de uma casa de farinha no povoado Centro dos Ferreira e apoiou a usina de beneficiamento no município de Carrasco Bonito e promove o desenvolvimento das comunidades.

Os principais incentivos foram para a usina de beneficiamento de coco babaçu e a Casa de Farinha. Essas ações tiveram a parceria do ICMBio, ARENT, STTRCB, das comunidades e das Prefeituras Municipais de Carrasco Bonito, Sampaio e Buriti do Tocantins.

E, por último, a REENT integra o projeto Pindowa, uma iniciativa da empresa Suzano Papel e Celulose, cujo objetivo é resgatar o orgulho de ser quebradeira, promover a participação da juventude, agregar valor aos produtos do extrativismo sustentável, fomentar o empreendedorismo, empoderar as comunidades e incentivar o consumo consciente (Suzano, 2023). Em 2023, a Resex ainda não estava envolvida com a produção dos produtos do projeto.

E, para finalizar a análise sobre as políticas públicas, 8 (33%) dos respondentes não souberam responder. A Figura 44 destaca os resultados sobre as políticas públicas destinadas à REENT.

Figura 44: Políticas públicas direcionada a REENT



Fonte: Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Os resultados mostraram que houve implementação de políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal na REENT. Essas iniciativas geraram impacto na melhoria das condições de vida das comunidades locais. No entanto, também se observou que essas políticas ainda são tímidas na Resex.

8.1.4 Desenvolvimento local na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins

O desenvolvimento local na REENT é um processo dinâmico que busca promover a sustentabilidade dos recursos naturais, preservar a cultura e assegurar a manutenção dos meios de vida das quebradeiras de coco no estado do Tocantins.

Nesse sentido, o desenvolvimento local na REENT está associado à quinta questão, conforme os Apêndices E e F, sendo observados três elementos: perspectivas, desafios e desenvolvimento local na Resex.

Os desafios na REENT têm impactado no desenvolvimento local, acesso e gestão dos recursos e a falta de infraestrutura para o extrativismo do babaçu. O desenvolvimento local depende de fatores preservação dos babaçuais, fortalecimento e valorização da atividade extrativista. Já as perspectivas para o extrativismo na Resex apresentam tem aspecto positivo como a concretização da legalização da Resex para continuidade da atividade, mas também apresenta aspectos negativo e considera um futuro incerto para atividade extrativista do babaçu na Resex.

8.1.4.1 Os desafios na Resex Extremo Norte do Tocantins

Considerando o contexto histórico do extrativismo do babaçu no estado do Tocantins, marcado por conflitos agrários e luta pelo direito de explorar os produtos extrativos. Neste contexto, foi importante questionar sobre os desafios na REENT. As análises dessa questão geraram quatro categorias.

A Categoria “Regularização da Resex”, foi por 2 (8%) entrevistados, consideram um dos desafios no extrativismo do babaçu. A seguir, apresenta-se o DSC da categoria.

A maior **dificuldade é a legalização da reserva**. Enquanto a legalização não acontecer, a situação só tende a piorar. São muitas dificuldades ligadas a essa questão, tem a **regularização fundiária** e o **acesso aos babaçuais**, pois nós não temos nenhum pedaço de terra da Resex. Hoje, a quebradeira de coco, para acessar o recurso (coco babaçu), precisa buscar na terra do fazendeiro, pois não tem terra própria. E na área da Resex é difícil encontrar uma fazenda onde **as cercas não estejam eletrificadas**. Há relatos frequentes de quebradeiras levando **choques em cercas elétricas**. As quebradeiras só podem pegar o coco com a permissão do fazendeiro e são poucos que permitem. Também o governo não desapropriou as terras para que elas possam viver e trabalhar ali, e não podemos fazer plantações. Outro problema é que tem fazendas arrendadas para uma **empresa privada, e quando estão arrendadas, não posso entrar nelas**. Essa empresa privada compra os cocos inteiros das fazendas, impedindo que as quebradeiras os colem, já que esses cocos já foram vendidos para ela. Embora se fale em **acesso livre**, na prática, isso não acontece.

Pelo discurso, observou-se que a ausência de regularização da Resex gerou obstáculos, como a regularização fundiária, o acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais e violência contra elas. Apesar de existir uma lei de acesso livre ao babaçu no estado do Tocantins, na realidade, as políticas públicas são ineficazes em garantir o direito ao território e aos recursos naturais necessários para o sustento das quebradeiras e para o desenvolvimento sustentável na região.

Embora o estado do Tocantins disponha da Reserva Extrativista do Extremo Norte, Decreto n. 535/1992, da Lei Babaçu Livre Estadual, n. 9.159/2008, e de quatro leis municipais: Praia Norte, Lei n. 001/2003; Buriti do Tocantins, Lei n. 058/2003; Axixá, Lei n. 306/2003; e São Miguel do Tocantins, Lei n. 05/2005 (Axixá do Tocantins, 2003; Brasil, 1992a; Buriti do Tocantins, 2003; Praia Norte, 2003; São Miguel do Tocantins, 2005; Tocantins, 2008). As quebradeiras de coco ainda enfrentam barreiras estruturais e legais que impedem o exercício de suas atividades de forma autônoma e digna.

As leis do babaçu livre refletem as necessidades práticas vivenciadas pelas quebradeiras de coco, proíbem a devastação das florestas de babaçu e punem os responsáveis por essas ações (Shiraishi Neto, 2017). Ainda para o autor, essas leis asseguram o livre acesso e o uso compartilhado das palmeiras, considerando a situação anterior aos cercamentos e à apropriação ilegal de terras e das palmeiras reconhecidas como bens comuns. No entanto, mesmo com a existência dessas leis nas esferas federal, estadual e municipal, sua efetividade tem sido limitada, e os resultados esperados ainda não foram alcançados.

A ausência de legalização da reserva e de regularização fundiária mantém as quebradeiras de coco em situação de dependência em relação aos fazendeiros, que frequentemente impõem restrições ou negam acesso aos babaçuais. Essa falta de acesso obriga as quebradeiras de coco a construir pequenas casas (quebradores de coco babaçu) às margens das vias dos municípios que abrangem a REENT, como pode ser observado na Figura 45.

Figura 45: Quebrador de babaçu coco no município de Sampaio



Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora (2025).

Esse contexto sobre o acesso aos babaçuais evidencia as dinâmicas dos conflitos socioambientais relacionados à disputa por terras e recursos naturais envolvendo as quebradeiras de coco na REENT. Apesar das tentativas de impedir a coleta e o beneficiamento do coco babaçu, isso não diminui a relevância histórica do extrativismo do babaçu nos contextos econômico, social e ambiental, nem representa o fim dessa atividade extrativista (Shiraishi Neto e Lima, 2021).

Percebeu-se no DSC que são várias as estratégias dos donos das terras na área de influência da REENT para barrar a continuidade da atividade extrativista na região. Essas estratégias restringem o acesso das quebradeiras aos babaçuais e monopolizam os recursos, deixando os extrativistas sem matéria-prima para suas atividades.

A categoria “Desafios logísticos”, com participação de 15 (13%) dos atores locais. Apresenta-se o DSC dessa categoria.

A dificuldade hoje é **o transporte**. Percebo a distância que elas percorrem até a mata para recolher os cocos babaçu e, depois, ainda **precisam procurar um carro** para levar os cocos até suas casas. A prefeitura tem um trator que vai buscar, mas é **preciso agendar para buscar os cocos nas fazendas**. Quando não temos transporte para levar o coco até o local de quebra, e, por isso, acabamos pagando **de 100 a 150 reais para alguém carregar uma carrada de coco** para onde nós quebramos. Antes, nós quebrávamos debaixo das palmeiras, mas hoje quando nos dão a oportunidade de ajuntar os cocos para não quebrarmos os pés das palmeiras, **devido aos pés do gado**, temos que buscar os cocos. Não podemos deixá-los ao pé da palmeira para não germinarem. Se juntarmos muitos cocos, precisamos **buscá-los antes de uma semana**, para não matar o capim. Se os cocos **forem colocados em sacos**, precisamos carregá-los para casa rapidamente, para que o gado não coma os sacos. Por isso, precisamos muito de transporte.

O Discurso do Sujeito Coletivo retrata as dificuldades enfrentadas pelas quebradeiras de coco babaçu devido à falta de transporte para retirar os cocos das fazendas. Esses desafios incluem a distância até as áreas de coleta, a necessidade de agendar o trator da prefeitura, os custos adicionais com transporte terceirizado e o transporte dos cocos até o local de quebra. Isso reflete uma desigualdade social e econômica, onde as mulheres, muitas vezes responsáveis por essa atividade, enfrentam dificuldades que impactam sua capacidade de sustentar suas famílias e seu modo de vida.

Os desafios logísticos na REENT estão diretamente relacionados à falta de regulação legal da área e impactam na realização da atividade extrativista. Sousa (2015), ressalta que a regularização da REENT seria uma solução para o problema de transporte dos frutos, pois garantiria aos extrativistas o direito de quebrar o coco dentro dos babaçuais.

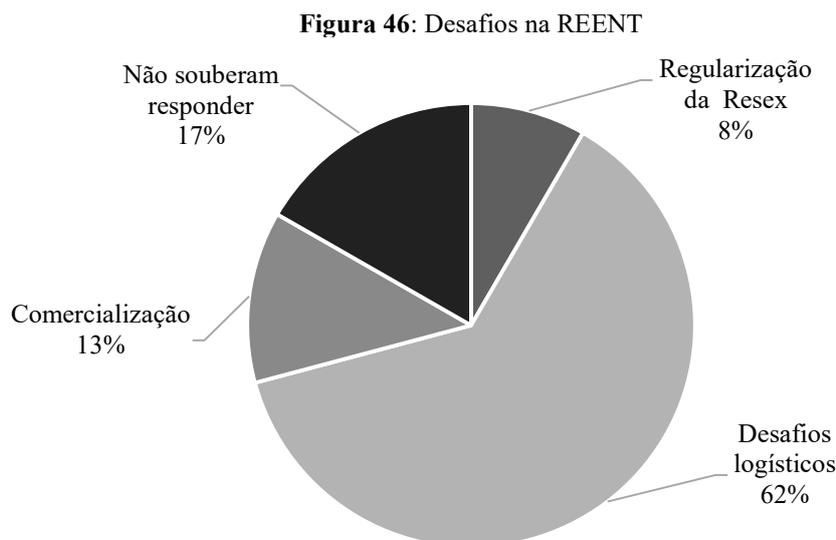
E para finalizar os desafios na REENT, a categoria “Comercialização” com 3 (13%) entrevistados. Mostra-se o DSC da categoria.

Os desafios são que não sabemos como viver do babaçu, quando conseguimos quebrar, **não tem compradores para o babaçu** aqui na nossa região. Também não temos **uma pessoa confiável para quem possamos vender** o coco e a **associação não** está nos ajudando. Além disso, não consigo **vender o carvão e as vassouras** com facilidade aqui. E a comercialização desses produtos está muito difícil.

Percebeu-se, nas falas dos depoentes, os desafios relacionados à comercialização dos produtos do babaçu na REENT. Esses desafios são marcados pela falta de mercado local, pela dificuldade de comercialização dos produtos derivados e pela ineficiência da associação em oferecer suporte às quebradeiras de coco.

Essas dificuldades na comercialização dos produtos e subprodutos do babaçu estão relacionadas principalmente ao mercado interno. Para as quebradeiras venderem seus produtos, é necessário enviá-los para as cidades vizinhas. Além disso, há a ausência de uma instituição, associação ou cooperativa que auxilie na gestão da comercialização, já que elas vendem seus produtos individualmente. A associação, por sua vez, tem pouca atuação na comercialização dos produtos da Resex.

Na Figura 46, mostra as categorias sobre os principais desafios na Resex extrativista do Extremo Norte do Tocantins.



Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Quanto aos desafios na REENT, os resultados evidenciaram que a regularização da Resex foi a categoria mais expressiva. A falta de regularização gerou os conflitos agrários e limita o acesso aos babaçuais. Já a comercialização dos produtos extrativos do babaçu está ligada à falta de instituições que promovam o empreendedorismo, fazendo com que as quebradeiras acessem somente o mercado local, sem conseguir acessar o mercado externo.

Somente a legalização da Resex Extremo Norte do Tocantins já solucionaria os principais problemas, como transporte, conflitos com fazendeiros, acesso aos babaçuais e a estratégia de comercialização dos produtos (Oliveira e Sousa, 2016; Sousa, 2015). Dessa forma, garantiria a terra e o acesso ao coco do babaçu, assegurando a continuidade da atividade extrativa do babaçu.

Outro problema foi o aumento do desmatamento no estado do Tocantins, principalmente na região do Bico do Papagaio, onde se concentra o maior número de babaçuais (MIQCB, 2022). O autor ainda destaca que os babaçuais que ainda resistem são a contribuição da Lei Babaçu Livre e das quebradeiras de coco babaçu.

Esses desafios influenciam a redução da exploração do babaçu no estado, como os conflitos pela disputa do coco babaçu, derrubadas de babaçuais, a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia e a atuação de empresas privadas (Saraiva *et al.*, 2024b; Sousa e Silva, 2017). Assim, essa situação tem impactado negativamente a atividade extrativista do babaçu na REENT.

8.1.4.2 Dimensões para o desenvolvimento local na REENT

Para compreender as transformações ocorridas após a criação da REENT, foi questionado aos atores locais do babaçu se houve desenvolvimento local após a implementação da Resex. Esse questionamento resultou em duas categorias, sendo a primeira categoria “Desenvolvimento local não foi pela Rex”, com 11 (46%) entrevistados. Na sequência, apresenta-se o DSC da categoria.

Acho que melhorou, mas não de forma substancial ou significativa. E essas mudanças não estão ligadas à REENT, mas aos municípios. Teve **o projeto das casas** que veio para as quebradeiras de coco e a Usina de beneficiamento, que melhorou a vida delas. Temos as casas de farinha, que já nos ajuda a melhorar a renda. Também teve **as plantações do projeto Sampaio e as feirinhas nos municípios**, pois, quando algo é produzido e comercializado no município, isso gera melhoria na economia. **Na saúde, nós temos as Unidades básicas de Saúde** e, na **educação, as escolas dos municípios**. Então, estamos tentando manter **o nosso município preservado** até para segura os babaçuais, que ajuda **na questão da economia**, pois as quebradeiras de coco vendem o babaçu também. Eu não vejo **desenvolvimento local ao nível da Resex**, mas sim dos municípios.

Na percepção dos autores locais do babaçu, o desenvolvimento local não está ligado à REENT, mas aos municípios nos quais estão localizados. Os extrativistas têm acesso a esses serviços em suas comunidades por meio dos municípios aos quais pertencem. Dessa forma, essas melhorias tornam-se mais evidentes no nível municipal.

Como pode ser observado no DSC, elementos como economia local, saúde, educação e preservação ambiental indicam melhorias no desenvolvimento local, mas com uma visão mais focada nas ações e mudanças nos municípios.

Nesse sentido, o desenvolvimento local é o resultado das articulações das dimensões econômica, social, cultural, política e ambiental, além do envolvimento de atores públicos e privados (Oliveira, 2020). No entanto, esses elementos básicos mostram um progresso na qualidade de vida e na economia local, embora em um contexto mais municipal do que estritamente ligado à REENT.

Aspecto relacionado ao desenvolvimento local ligado à REENT foi a melhoria das moradias das quebradeiras de coco e a usina de beneficiamento, que impactou na produção e comercialização dos produtos do babaçu. Para Sousa e Oliveira (2017) apesar das controvérsias sobre a contribuição na região, essas conquistas estão diretamente relacionadas à existência da Resex.

Pode-se inferir que a preocupação em preservar os babaçuais pelos municípios, mesmo que de forma limitada, foi influência da representatividade da REENT na região Bico do

Papagaio. É importante lembrar que para se alcançar o desenvolvimento local esses espaços, precisam de uma dinâmica econômica, social e ambiental e acompanhada de uma gestão eficaz das propostas que possibilitem concretizar as potencialidades locais (Arnaudo e Corbella, 2013).

A categoria “Não ocorreu desenvolvimento local”, com 7 (29%) entrevistados, considera que não houve melhorias em suas comunidades, considerando a REENT. Dessa forma, apresenta-se o DSC da categoria.

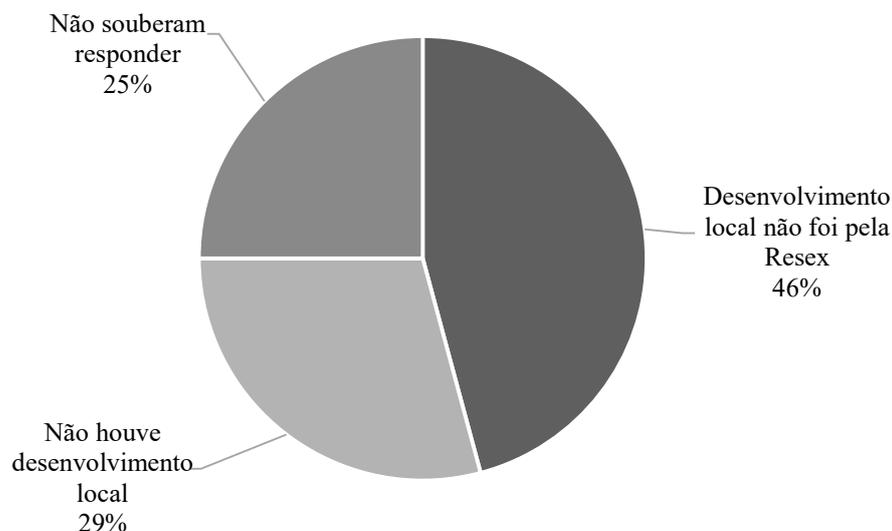
Eu não consegui **ver esse desenvolvimento**, pois a Resex não é regularizada. Não temos muito o que falar sobre na Unidade de Conservação, porque ainda não **temos acesso**. Se essa Unidade fosse regularizada, então poderíamos dizer que as **comunidades estão todas reunidas**, produzindo na Unidade de Conservação, mas não estão. As comunidades **produzem em suas próprias áreas**. E, aí sobre as melhorias, é difícil falar, porque a **Resex só existe no papel e nós vivemos no entorno**. Então, a gente não sabe qual é a **influência da reserva nos municípios** aqui.

No DSC, percebe-se a ausência de impactos concretos no desenvolvimento das comunidades locais, principalmente devido à falta de regularização legal da REENT. Os extrativistas continuam atuando isoladamente, em suas próprias áreas, sem integração ou acesso a benefícios proporcionados pela Resex. Embora a REENT possua uma associação que representa essas populações, a Resex ainda se configura como um território meramente simbólico.

Essa ausência de efetividade no território reforça a dificuldade de identificar melhorias relacionadas à existência da Resex, que permanece como uma estrutura teórica, sem influência prática no território ou nos municípios do entorno.

Nesse cenário, o desenvolvimento local é apontado como uma alternativa para as comunidades assumirem um papel mais ativo nesse processo (Martínez, Villa e Vázquez, 2013). Assim, as quebradeiras de coco são impossibilitadas de uma maior participação nesses espaços onde vivem ou desejariam viver.

E, por último, 6 (25%) entrevistados não souberam responder e tiveram dificuldade em identificar os indicadores de desenvolvimento local na REENT. Apresenta a Figura 47, representado os resultados sobre o desenvolvimento local na Resex Extremo Norte do Tocantins.

Figura 47: Desenvolvimento local após a REENT

Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Os resultados da pesquisa sobre o desenvolvimento local na REENT mostram que o desenvolvimento foi mais percebido por meio dos municípios. Os atores locais do babaçu não identificam melhorias efetivas diretamente relacionadas à Resex, mas reconhecem avanços na infraestrutura e na introdução de máquinas na atividade extrativista.

Neste contexto, os aspectos de desenvolvimento local considerados na REENT ocorreram principalmente no nível municipal, em função da dinâmica da Resex, já que as famílias beneficiárias vivem no entorno da unidade, dificultando a compreensão das mudanças diretamente influenciadas pela Resex. Para Oliveira (2020), esse desenvolvimento local precisa ter uma visão integrada de todas as dimensões e incluir os atores sociais. Dessa forma, o desenvolvimento na REENT exige o envolvimento da comunidade.

8.1.4.3 Perspectivas para o extrativismo no Resex Extremo Norte do Tocantins

Para concluir a análise sobre o extrativismo do babaçu na REENT, foram discutidas as perspectivas para os próximos 10 anos na Resex. Os dados das entrevistas, que refletiram a percepção dos atores locais sobre essas perspectivas, geraram três categorias.

A categoria “Resex seja formalizada” contou com a participação de 7 (29%) atores locais do babaçu, que acreditam que haverá melhorias no extrativismo do babaçu na REENT.

Minha esperança é que a **Resex seja formalizada**. Espero que as pessoas não esqueçam e não desistam, para que a Resex aconteça de fato. **Acho que até o final do mandato do Lula**, estaremos com nossa reserva nas mãos, e aí as coisas vão melhorar,

pois poderemos trabalhar e preservar e a COP 30 no Brasil, isso vai ajuda, região vai ser preservada e o babaçu não acabará.

Essa categoria reflete perspectivas positivas. O DSC expressa esperanças e objetivos voltados para a formalização da REENT, o que permitirá, principalmente, o acesso das quebradeiras aos babaçuais, sendo um caminho para preservar a região e garantir um futuro sustentável para a atividade extrativista do babaçu.

Considerando o contexto histórico da região do Bico do Papagaio, configurado pelo conflito de luta pela terra e pelo uso dos recursos naturais, que alterou as dinâmicas socioambientais da região (Chaves, 2015). Dessa forma, a formalização da REENT assegurará às quebradeiras de coco o direito à terra e o acesso aos babaçuais, resultando na preservação ambiental e no fortalecimento econômico das comunidades extrativistas.

O ICMBio mencionou que, em 2023, o Ministério do Meio Ambiente disponibilizou recursos para investir na Resex Extremo Norte do Tocantins, para realizar o levantamento fundiário e um estudo socioeconômico de algumas propriedades localizadas na área de demarcação da reserva. Dessa forma, a efetivação da Resex será crucial para evitar o desaparecimento das palmeiras de babaçu na região.

O discurso traz o cenário de confiança e esperança motivado pela retomada das políticas socioambientais do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Essa retomada inclui operações do Ibama e ICMBio, restrição de crédito rural para proprietários com Cadastro Ambiental Rural (CAR) em Unidades de Conservação e Terras Indígenas na Amazônia, novas doações para o Fundo Amazônia e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) no Brasil (MMA, 2024).

A categoria “Estruturação da cadeia do babaçu” com 5 (21%) dos atores do babaçu desejam novas oportunidade no mercado. Apresenta-se o DSC da categoria.

Eu espero que, nos próximos 10 anos, a Resex **trabalhe na agregação de valor** aos seus produtos. A Resex está no Projeto Pindowa e já temos o **óleo, considerado o melhor da região**. Precisamos investir no **artesanato, azeite, óleo e no mesocarpo**, que estão todos se desenvolvendo. Agora, **com o Entrepósito do Babaçu**, vamos produzir em grande escala, mas também investir em outros derivados, explorando o lado do empreendedorismo do babaçu. Desejamos que o **babaçu cresça em grande escala**, não só no estado, mas também no Brasil e no mundo.

Observa-se no DSC que os atores locais esperam o fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu por meio da agregação de valor aos seus produtos e da expansão do mercado, tanto nacional quanto internacional. Os atores locais do babaçu esperam que sejam promovidos incentivos ao empreendedorismo local, aproveitando as parcerias público-privadas e as novas

instituições ligadas à REENT, com foco principal na diversificação e comercialização dos subprodutos do babaçu.

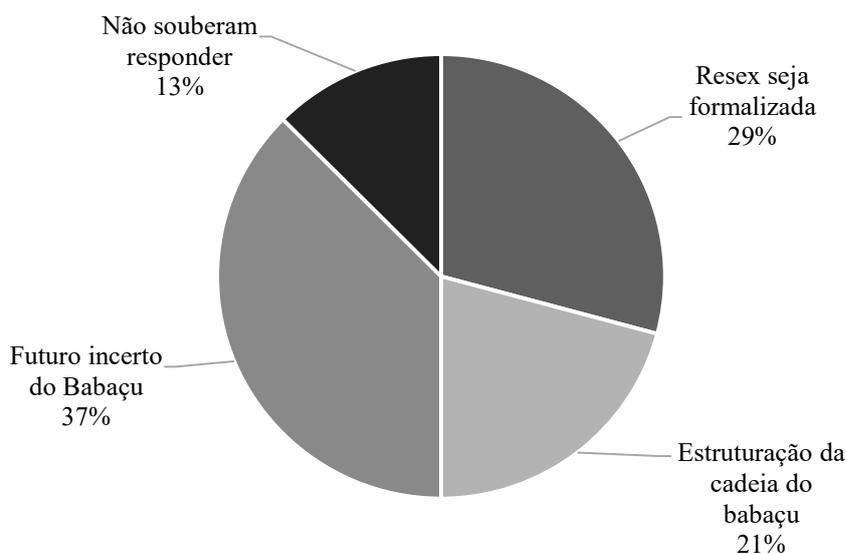
Essa questão também gerou a categoria “Futuro incerto do babaçu” com 9 (37%) de participação. Mostra-se o DSC abaixo.

Eu **não vejo a reserva legalizada em pouco tempo**, e não vai ter mais babaçu. Acho que, pelo jeito que as coisas estão indo, **não sei se ainda vai haver alguma palmeira**, pois, ocasionalmente, as pessoas ainda derrubam as **palmeiras e as pindovas e colocam veneno para matá-las**. Acho que, do jeito que **os fazendeiros estão tratando o babaçu, não vai ficar nada**. **Vamos procurar um coco e não vamos encontrar**, porque estão colocando veneno nos babaçuais, e isso está difícil. Já penso que, daqui a 10 anos, **não vai ter mais babaçu, só vamos ver nas fotos**. Do jeito que estou vendo, não vai mais existir.

O DSC revela uma visão pessimista sobre o futuro do babaçu, pois não vê perspectivas para a legalização da REENT. Além disso, como as práticas destrutivas nos babaçuais persistem, o babaçu poderá desaparecer nos próximos anos, uma vez que a ausência de preservação resultará em sua extinção.

Os atores locais do babaçu expressam preocupação com a sua preservação e temem que, no futuro, essa palmeira exista apenas em registros fotográficos. Eles alertam que sua extinção resultaria na perda de um recurso essencial, impactando tanto o meio ambiente quanto as comunidades que dele dependem.

E por fim, 3 (13%) dos entrevistados não souberam responder. Na Figura 48, perspectivas para o extrativismo do babaçu para os próximos 10 anos na Resex do Extremo Norte do Tocantins.

Figura 48: Perspectivas para o extrativismo do babaçu na REENT

Fonte: Elaborada pela autora, dados da pesquisa (2025).

Sobre o que se espera do extrativismo do babaçu na RENNT para próximos 10 anos, a categoria mais relevante foi “Perspectivas Positivas”, onde os atores locais do babaçu creditam que haverá a legalização da Resex e o fortalecimento do empreendedorismo local. Por outro lado, a falta de uma reserva legalizada e o manejo inadequado dos babaçuais geram incertezas sobre o futuro da cultura e da comunidade que dela depende.

Apesar dos desafios enfrentados pelo extrativismo do babaçu na Resex Extremo Norte do Tocantins, a atividade persiste graças à resistência das quebradeiras de coco, que mantêm a esperança de permanecer em seus territórios e preservar suas tradições.

Para encerrar essa discussão sobre o extrativismo do babaçu no estado do Tocantins, é importante destacar que, antes da criação da RENNT, essa atividade era marcada por conflitos agrários, mas os extrativistas tinham acesso ao produto extraído. Após a implementação da RENNT, o extrativismo passou a ser representado pelo reconhecimento da atividade das quebradeiras de coco. No entanto, os extrativistas não têm acesso aos seus territórios (não tem terras) nem ao coco babaçu. A falta de legalização da Resex tem impactado a vida dos extrativistas, as instituições e, principalmente, a continuidade da atividade extrativista do babaçu no estado do Tocantins.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O extrativismo da castanha-da-Amazônia e do babaçu tem representatividade histórica nos estados do Amapá e Tocantins, respectivamente, além de contribuir para o fortalecimento das dinâmicas comunitárias, na organização social e de um modelo de desenvolvimento local sustentável.

Sendo assim, entender como o extrativismo da castanha-da-Amazônia e do babaçu tem se estruturado nesses estados, refletindo no impulsionamento das dinâmicas locais. Buscou-se entender, como problema de pesquisa, a organização da economia extrativista desses produtos nesses estados, com vistas ao desenvolvimento local. Neste sentido, o objetivo desta tese foi analisar as vozes dos atores locais no processo extrativista da castanha-da-Amazônia no Sul do Amapá, e do babaçu, região do Bico do Papagaio, Tocantins, sob a perspectiva do desenvolvimento local. Dessa forma, os objetivos propostos foram plenamente alcançados, uma vez que a pesquisa permitiu compreender a evolução histórica e as dinâmicas atuais dessas economias, evidenciando seu impacto no desenvolvimento local e nas condições socioeconômicas das comunidades locais envolvidas.

Nesta primeira momento da conclusão, serão apresentadas as considerações sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia na Resex do Rio Cajari. Considerando que os resultados da pesquisa evidenciaram que o extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da criação da RERC, estava inserido em um contexto de forte desigualdade. Sendo, com a exploração econômica dos castanheiros, a ausência de direitos assegurados à terra e a monopolização do território por empresas privadas. A castanha já era explorada comercialmente, mas o principal objetivo dos grupos dominantes era a apropriação das terras para garantir o controle dos domínios territoriais.

A partir da criação da Resex do Rio Cajari, destaca-se como aspecto principal a gestão do território, a preservação dos recursos naturais, o direito à comercialização e a organização de instituições, que buscam apoiar e organizar as comunidades locais. Esse processo trouxe a presença do Estado, possibilitando o acesso às políticas públicas voltadas para essas populações, a conservação ambiental e a manutenção e valorização da identidade cultural dos castanheiros. A RERC representou liberdade para o extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá, fortalecendo a economia local, promovendo o uso sustentável dos recursos e garantindo melhores condições de vida para as comunidades locais.

Destaca-se a contribuição dos atores políticos, sociais e ambientais para a criação da Resex do Rio Cajari, com ênfase especial na participação dos atores sociais locais representados

por Pedro Ramos e Antônio Sérgio Monteiro Filocreão. Esses atores foram importantes para consolidar a mobilização, fortalecer a tomada de decisões e viabilizar a criação da RERC.

Pode-se ressaltar que ocorreram mudanças sociais, econômicas e ambientais na RERC. As transformações sociais foram marcadas pela abertura da rodovia federal BR-156, criação de associações, cooperativas, institutos, melhorias nas habitações com a construção de casas, avanços na saúde com a Unidade Básica de Saúde, progresso na educação com escolas em algumas comunidades e empoderamento feminino por meio de organizações ligadas ao extrativismo, voltadas exclusivamente às mulheres da RERC.

Nas mudanças econômicas, houve avanços principalmente na autonomia da comercialização dos produtos extrativos, com o rompimento parcial do patronato, a implementação de políticas públicas ligadas à produção e comercialização da castanha, e a formação de cooperativas e do instituto. As principais atividades econômicas desenvolvidas na Resex incluem a exploração da castanha-da-Amazônia, complementada pela agricultura familiar como fonte adicional de renda. Além disso, os extrativistas têm acesso a políticas sociais e compensatórias, e alguns também atuam como funcionários públicos (rendas extras (programas sociais, empregos sazonais, aposentadoria rural)).

Houve mudanças ambientais, como a conscientização dos extrativistas através das novas práticas nos castanhais, sem o uso do fogo, o manejo das castanheiras, preservando tanto as castanheiras velhas quanto as novas nas capoeiras. Além disso, ocorreu a institucionalização da preservação, amparada pela legislação ambiental por meio dos órgãos governamentais.

Essas mudanças foram fundamentais para a organização política, gestão coletiva dos recursos naturais, fortalecimento da cadeia produtiva da castanha e na preservação dos castanhais, refletindo na autonomia dos comunitários, geração de renda e nas melhorias na qualidade de vida dos extrativistas da região.

Dessa forma, destaca-se que as melhorias na infraestrutura básica, na educação, na saúde, na economia local e na preservação dos castanhais foram fatores determinantes para o desenvolvimento local na Resex do Rio Cajari.

No entanto, a falta infraestrutura, como energia elétrica, saneamento básico, asfalto na BR-156 e dificuldades de gestão das instituições, ainda persiste, prejudicando o desenvolvimento local e a qualidade de vida de seus habitantes. Esses fatores impactam diretamente o desenvolvimento social e econômico das comunidades, limitando as oportunidades de avanço em diversos aspectos da vida local.

Os principais desafios encontrados no extrativismo da castanha-da-Amazônia foram os desafios logísticos ligados ao transporte, desde a coleta até a distribuição dos produtos, a gestão

ineficiente das instituições e a comercialização, devido à inadimplência das cooperativas. Esses gargalos fragilizam o extrativismo e retraem o desenvolvimento das comunidades.

É preciso pensar na comercialização da castanha-da-Amazônia considerando não só as questões de mercado, mas também as tradições dos castanheiros, ou seja, os extrativistas. É necessário pensar em novos modelos de gestão e comercialização para a castanha, considerando a participação dos atores locais, sem beneficiar apenas um grupo, promovendo assim a inclusão produtiva dos extrativistas da Resex do Rio Cajari.

Portanto, o extrativismo da castanha antes da Resex do Rio Cajari foi representado pela patronato. A criação da reserva assegurou o direito à terra aos extrativistas e diminuiu o conflito por terras na região, com modificações no contexto local e contribuiu para a melhoria na qualidade de vida, dinamização socioeconômica e preservação principalmente dos castanhais do sul do estado do Amapá.

Pode-se concluir que a Resex do Rio Cajari apresenta elementos de um modelo de gestão ambientalmente sustentável, proporcionando aos extrativistas uma forma de viver com dignidade e autonomia, ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente e fortalece as comunidades locais. No entanto, ainda persistem conflitos marcados por suas características históricas e pela falta de uma governança coletiva que priorize o bem comum. Contudo, os desafios remanescentes, como infraestrutura e gestão eficiente das instituições, sejam superados para garantir que as conquistas possam ser consolidadas e que o extrativismo da castanha continue a contribuir para o desenvolvimento local.

No segundo momento da conclusão, serão apresentadas as considerações sobre a Resex do Extremo Norte do Tocantins. Considerando que os resultados da pesquisa evidenciaram que o extrativismo do babaçu, antes da criação da RENT, já constituía a base de sustento da população local, sendo complementado pela agricultura familiar. Percebeu-se que esse cenário era marcado por uma combinação de luta e resistência, devido aos conflitos relacionados ao acesso à terra e aos recursos naturais. Além de já indicar alterações socioeconômicas e ambientais nesse território. Nesse contexto, os babaçuais ainda permaneciam intactos, pois, embora os fazendeiros desejassem as terras, as áreas de babaçuais eram exploradas para o benefício deles.

Mesmo após a criação da REENT, regularização fundiária não foi efetivada, e a derrubada dos babaçuais se intensificou. Em contrapartida, a formação de instituições nessa Resex promoveu a visibilidade e a valorização do babaçu, assim como a atividade das quebradeiras de coco. Para os fazendeiros, o aumento do desmatamento na REENT inviabiliza

a desapropriação das terras, já que o motivo seria a exploração dos recursos naturais. Se não há mais babaçu, não há para regularizar essa Resex.

A REENT foi resultado da atuação de agentes locais, representados por Dona Raimunda e Padre Josimo, que se dedicaram à luta pelo acesso à terra e à exploração sustentável dos recursos naturais na região do Bico do Papagaio, onde está localizada a REENT.

Com base na pesquisa, depois da criação da REENT, ocorreram mudanças que resultaram em transformações sociais, econômicas e ambientais. No aspecto social, houve melhorias na moradia, através da construção de casas e da criação de organizações da Resex. Essas mudanças estão efetivamente ligadas à Resex, pois as moradias foram destinadas às quebradeiras de coco em razão da prática do extrativismo, e as instituições proporcionaram valorização e reconhecimento tanto da atividade extrativista e da própria REENT.

Com a pesquisa, identificou-se que a Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte despertou atenção para o extrativismo do babaçu e para a criação de uma Resex no norte do estado do Tocantins, que, embora ainda exista somente no papel, pois a REENT não foi legalizada. A atividade das quebradeiras de coco era vista pejorativamente; a Resex trouxe uma visão não só de necessidade de renda, mas de cultura e identidade da região do Bico do Papagaio e de patrimônio para o estado do Tocantins.

Nesse contexto de mudanças, destacam-se as transformações econômicas, como a valorização do babaçu, com melhorias na produção e no preço do produto. Além disso, a introdução de máquinas na extração do azeite (óleo de babaçu) estabeleceu-se como uma estratégia de comercialização, visando agregar valor aos produtos derivados do babaçu. Também foi importante a criação de novas instituições comerciais, como o Entrepasto Viva Babaçu. Essas medidas possibilitam uma produção mais eficiente e comercializável, contribuindo para a geração de renda das famílias beneficiárias da REENT.

Em relação à área ambiental na REENT, constatou-se a ausência de preservação dos babaçuais. As poucas ações de combate ao desmatamento das palmeiras estão vinculadas ao órgão responsável pela gestão da Resex. Além da REENT, os três municípios que compõem a Resex também atuam para reduzir a destruição do babaçu, ou seja, na preservação dos babaçuais.

Os principais desafios evidenciados na pesquisa, com base nos resultados obtidos, concentram-se na ausência de regularização da REENT, gerando gargalos como a regularização fundiária, o acesso aos babaçuais e o transporte. A regularização fundiária diminuiria os conflitos com os fazendeiros e, conseqüentemente, garantiria o acesso livre aos babaçuais.

Muitas das dificuldades enfrentadas pela REENT poderiam ser resolvidas com a regularização da área. A situação tem se agravado com a destruição dos babaçuais, o que pode levar ao desaparecimento dessas palmeiras. Essa problemática intensifica a luta e a resistência das quebradeiras de coco para manter a atividade extrativista. Além disso, as restrições de acesso aos babaçuais reduzem a produção na REENT, mas a atividade ainda resiste; muitas famílias ainda vivem da exploração do babaçu na região.

A carência de implementação de políticas públicas, especialmente ambientais, para a Resex do Extremo Norte do Tocantins tem dificultado a efetivação (legalização) da reserva, resultando em mudanças nos costumes e nas formas de vida dessa população tradicional. Os avanços nas estruturas sociais e econômicas das comunidades onde os beneficiários residem são mais notáveis ao nível municipal. Não se percebem mudanças substanciais ligadas à Resex, ou seja, não se percebe desenvolvimento local associado à Resex.

Assim, a criação da REENT contribuiu para o reconhecimento da atividade das quebradeiras de coco, mas não garantiu aos extrativistas a gestão do território nem a preservação ambiental. Além disso, intensificou os conflitos relacionados ao uso da terra e à exploração do babaçu com os proprietários, resultando na redução da prática extrativista. Essa diminuição não está vinculada à escassez do produto, apesar das derrubadas e do uso de veneno nas palmeiras, mas à restrição de acesso aos babaçuais, que agora são destinados prioritariamente à atividade agropecuária.

Ainda nesse contexto, não estão sendo respeitada a cultura e as formas tradicionais de trabalho e organização das quebradeiras de coco babaçu; mesmo assim, elas continuam a realizar a atividade para o sustento, comercialização e conservação ambiental. Os atores locais desejam que a Resex se torne uma realidade, mas a percepção ainda é a de que isso está distante de acontecer, sendo apenas um sonho.

Pode-se concluir que, a Resex do Extremo Norte do Tocantins, apesar de ter contribuído para o reconhecimento da atividade das quebradeiras de coco, não garantiu a gestão do território nem a preservação ambiental. A falta de regularização fundiária compromete tanto a preservação dos babaçuais quanto a autonomia dos extrativistas, intensificando os conflitos com os fazendeiros e dificultando a sustentabilidade da atividade. Sem políticas públicas efetivas, a REENT permanece apenas no papel, sem gerar impactos concretos, tornando-se um entrave ao desenvolvimento local e ambiental da região.

Ao se considerar as perspectivas acerca da Resex do Rio Cajari e da Resex do Extremo Norte do Tocantins. Enquanto a RERC foi decretada e regularizada, perceberam-se avanços nos aspectos social, econômico e ambiental. Ocorreram melhorias na vida da população local, novas

formas de comercialização da castanha-da-Amazônia e preservação e manutenção dos castanhais. A presença do Estado, através da execução de políticas públicas, gerou alterações positivas nesse território

Dessa forma, a RERC cumpriu seu papel de proteção dos espaços da cultura e dos meios de vida das populações tradicionais, garantindo, assim, a continuidade da atividade extrativista da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá. No entanto, ainda apresenta muitas dificuldades a serem resolvidas.

A Reserva Extrativista do Extremo Norte foi decretada há 32 anos e ainda aguarda sua regularização. As mudanças ocorridas estão relacionadas aos municípios aos quais pertence e não diretamente ao território da REENT, evidenciando a falta de atuação do Estado na área. Assim, a REENT tem funcionado mais como um símbolo de luta do que como um espaço protegido que promova a participação coletiva, as práticas extrativas, a conservação ambiental, o desenvolvimento local e a continuidade das atividades das quebradeiras de coco.

Apesar de a RERC e REENT apresentarem dinâmicas diferentes, ambas compartilham pontos em comum, como gargalos relacionados ao transporte, à gestão institucional, ao acesso a mercados e à implementação de políticas públicas, que impactam o desenvolvimento local.

Enfim, é evidente que, embora a RERC tenha alcançado importantes avanços, como a proteção ambiental e a melhoria das condições de vida das populações locais, a REENT ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à regularização e à efetiva implementação de políticas públicas.

Ambos os territórios, embora distintos em suas dinâmicas, compartilham dificuldades estruturais que impedem a plena realização de seu potencial. No entanto, é necessário um compromisso contínuo do governo para superar os obstáculos e garantir o desenvolvimento sustentável, a proteção cultural e o fortalecimento das atividades extrativistas, fundamentais para as populações tradicionais.

Nesse contexto, pode-se concluir que, as RERC e REENT representam os esforços para a proteção e o desenvolvimento das atividades extrativistas, contribuindo para a preservação ambiental e o fortalecimento das comunidades locais. No entanto, é preciso que o Estado implemente políticas públicas eficazes, que promovam o desenvolvimento local e assegurem a qualidade de vida as comunidades tradicionais.

As principais contribuições, desta tese, estão divididas em três dimensões, sendo: acadêmica, organizações e sociedade.

Na dimensão acadêmica, podendo ser utilizada como uma fonte de pesquisa e leitura, onde pode ser consultada pelos interessados nos estudos sobre o cenário histórico e atual do

extrativismo da castanha-da-Amazônia e do babaçu nos estados do Amapá e Tocantins, respectivamente.

Na prática organizacional, tanto o poder público quanto o privado podem utilizar o conhecimento sobre os produtos extrativos para promover o desenvolvimento nos estados do Amapá e Tocantins, tanto em nível municipal quanto na formulação de novas políticas públicas, especialmente voltadas às populações tradicionais.

Para a sociedade, mostra-se a relevância da atividade extrativista, no aspecto social, econômico e ambiental, nos municípios de abrangência da Resex do Rio Cajari, no estado do Amapá, e Resex do Extremo Norte do Tocantim, no estado do Tocantins.

As principais limitações encontradas nesta pesquisa ocorreram devido à escolha de dois locais para sua realização e, posteriormente, à distância entre eles, além das dificuldades de acesso às comunidades e das peculiaridades das populações tradicionais.

Estas limitações ascendem novas sugestões de pesquisa, tais como estudar a atividade extrativista da castanha-da-Amazônia em outra reserva, sobre a percepção dos locais e sua influência no desenvolvimento de seus municípios.

Estudar as atividades extrativistas do babaçu em outra reserva que seja legalizada, sobre a percepção dos locais e sua influência no desenvolvimento de seus municípios.

O impacto da atividade extrativista nos indicadores sociais, econômicos e ambientais dos municípios abrangidos pela Reserva Extrativista do Rio Cajari, no estado do Amapá, e pela Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Amazônia**: por uma Economia do Conhecimento da Natureza. São Paulo: Elefante Editora, 2020.122p.
- ABRAMOVAY, R. *et al.* The New Bioeconomy in the Amazon: opportunities and challenges for a healthy standing forest and flowing rivers bioeconomy in the Amazon. **Amazon Assessment Report 2021**, 2021.
- ABRANTES, J. S. **Bio(sócio)diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 230p.
- ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 1, n. 18, p. 39-59, 2008.
- ALLEGRETTI, M. H. **Reservas extrativistas, implementação de uma alternativa ao desmatamento na Amazônia**. Instituto de Estudos Amazônicos Curitiba, 1988.
- ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 54, n. 1, p. 5-23, 1994.
- ALMEIDA FILHO, L. S.; CARVALHO, J. A. L. Extrativismo de balata na Amazônia histórico e atualidade. **Muiraquitã — Revista de Letras e Humanidades**, v. 10, n. 1, 2022.
- ALMEIDA, J. J. **Do extrativismo à domesticação**: as possibilidades da castanha-do-pará. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- ALMEIDA, M. W. B.; ALLEGRETTI, M. H.; POSTIGO, A. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 25–55, 1 nov. 2018.
- AMAPÁ. **Lei Nº 0039, de 11 de dezembro de 1992**. Cria o fundo de desenvolvimento rural do Amapá FRAP, e dá outras providências. 1992.
- AMAPÁ. **Lei Nº 0392, de 11 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável — RDS do Rio Iratapuru, nos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Amapari, no Estado do Amapá. Assembleia Legislativa Estado do Amapá, 1997.
- ARNAUDO, M. F.; CORBELLA, V. Análisis de la potencialidad de Monte Hermoso para lograr el desarrollo local a partir de bienes culturales. **Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local**, v. 6, n. 15, p. 1–11, 2013.
- AROCENA, J. **Desenvolvimento local, um desafio contemporâneo**. Venezuela: Centro Latino-Americano de Economia Humana, 1995.
- ÁVILA, V. F. *et al.* **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2000.
- AXIXÁ DO TOCANTINS. **Lei n. 306/2003**. Dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu, no município de Axixá do Tocantins, e dá outras providências. Brasil, 2003.

BARBOSA, V. O. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

BASTOS, S. Q. A. **Disritmia espaço-temporal: análise das estratégias de desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora–MG, pós-anos 70**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. A. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando conhecimento e confusões. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: manual prático**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017. p. 17–36.

BEHR, M. V. Reservas Extrativistas do Extremo Norte do Estado do Tocantins, da Mata Grande e do Ciriaco. *In*: MURRIETA, J. R.; RUEDA, M. P. (Eds.). **Reservas Extrativistas**. 1995.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. v. 2, n. 19, p. 6–34, 2017.

BENTLEY, P. J.; GULBRANDSEN, M.; KYVIK, S. The relationship between basic and applied research in universities. **Higher Education**, v. 70, n. 4, p. 689–709, 1 out. 2015.

BERNARDO, E. M. *et al.* Extrativismo em Moçambique: construindo outros diálogos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 579–592, 31 ago. 2016.

BETHONICO, M. B. M. *et al.* Análise situacional de comunidades extrativistas de castanha-da-Amazônia. *In*: WADT, LÚCIA. HELENA. O. *et al.* (Eds.). **Castanha-da-Amazônia: Estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor**. Brasília: Embrapa, 2023. v. 1, p. 261–284.

BORGES, C. M. **Desenvolvimento local e avaliação de políticas públicas: Análise de viabilidade para construção de um índice de Desenvolvimento Local para o Município de São José do Rio Preto**. 2016 f. Dissertação (mestrado em Administração e Organizações), Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Administração e Organizações, Ribeirão Preto, 2007.

BOLWERK, D. A. **A (RE) produção do espaço/Tocantins no contexto regional**. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Palmas, 2014.

BOUDEVILLE, J. R. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. 123p.

BRASIL. **Decreto Lei n. 5812, de 13 de setembro de 1943**. Dispõe cria os territórios federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú, Rio de Janeiro, 1943.

BRASIL. **Decreto n. 43.710, de 15 de maio de 1958**. Dispõe, cria da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Pará. Rio de Janeiro, 1958.

BRASIL. **Decreto n. 47.933, de 15 de março 1960.** Aprova normas especiais para a construção do trecho rodoviário Cuiabá–MT — Rio Branco–AC, integrante da ligação rodoviária Brasília. Rio de Janeiro, 1960.

BRASIL. **Decreto n. 74.607, de 25 de setembro de 1974.** Dispõe sobre a criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Brasília, 1974.

BRASIL. **Decreto n. 75.320, de 29 de janeiro de 1975.** Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Brasília, 1975.

BRASIL. **Decreto n. 3347 DE 11 DE AGOSTO DE 1976.** Institui o regime de benefícios de família dos segurados do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1976.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília : Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 99.145, de 12 de março de 1990.** Cria a Reserva Extrativista do Rio Cajari. Brasília, 1990a.

BRASIL. **Decreto n. 98.897, de 30 de janeiro de 1990.** Dispõe sobre as reservas e dá outras providências. Brasília, 1990b.

BRASIL. **Decreto n. 535, de 20 de maio de 1992.** Cria a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. Brasília, 1992a.

BRASIL. **Decreto n. 532, de 20 de maio de 1992.** Cria a Reserva Extrativista da Mata Grande. Brasília, 1992b.

BRASIL. **Decreto n. 534, de 20 de maio de 1992.** Cria a Reserva Extrativista do Ciriaco, Brasília, 1992c.

BRASIL. **Decreto nº 1.541, de 27 de junho de 1995.** Regulamenta o Conselho Nacional da Amazônia Legal. Brasília, 1995.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. **Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta artigos da Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007a.

BRASIL. **Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.** Brasília, 2007b.

BRASIL. **Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011.** Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006, Brasília, 2011.

BRASIL. **Altera a Resolução CNPE n. 15, de 2019, que define as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis.** Brasília, 2022.

BRASIL. **Decreto n. 11.635, de 16 de agosto de 2023.** Altera o Decreto n. 7.572, de 28 de setembro de 2011, que regulamenta dispositivos da Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011, que tratam do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde. Brasília, 2023a.

BRASIL. **Mais de 275 mil cestas de alimentos foram distribuídas à população vulnerável.** Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/07/mais-de-275-mil-cestas-de-alimentos-foram-distribuidas-a-populacao-vulneravel>>. Acesso em: 21/dez./2024b.

BRASIL. **Cultivar web: castanheira-da-Amazônia.** 2025 Disponível em:<https://sistemas.agricultura.gov.br/snpc/cultivarweb/detalhe_cultivar.php?codsr=23511>. Acesso em: 30/dez./2024.

BRITO, E. P.; ALMEIDA, M. G. Sentido e organização do trabalho das quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, Tocantins. **Geosul**, v. 32, n. 63, p. 229-249, 2017.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Brasília: Instituto interamericano de Cooperação para Agricultura, 1999.

BUGGE, M. M.; HANSEN, T.; KLITKOU, A. What is the bioeconomy? A review of the literature. **Sustainability**, v. 8, n. 7, p. 1–22, 19 jul. 2016.

BURITI DO TOCANTINS. **Lei n. 058/2003.** Dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu, no município de Buriti do Tocantins, Estado do Tocantins, e dá outras providências. Buriti do Tocantins, 2003.

BURITI DO TOCANTINS. **Secretaria Municipal de Educação e Cultura.** Disponível em: <<https://www.buritidotocantins.to.gov.br/index.php?mod=944&idSec=9>>. Acesso em: 16/jan./2025.

CALDERON, R. DE A. **Mercado de produtos florestais não madeireiros na Amazônia brasileira.** Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

CALEGARE, M. G. A.; SILVA JÚNIOR, N. S. Progresso, Desenvolvimento Sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento: uma sucinta revisão de literatura. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 24, p. 39–59, 2011.

CAMARGO, F. F. **Etnoconhecimento e variabilidade morfológica de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.: Lecythidaceae) em área da Amazônia Matogrossense.** 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais), Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais, Cuiabá, 2010.

CAMPELO FILHO, E. *et al.* Economia solidária: a realidade das quebradeiras de coco babaçu no interior do Brasil. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 11, n. 4, p. 1239–1257, 2018.

CAMPO, I. E.; FILOCREÃO, A. S. M. **A gestão das reservas extrativistas no Sul do Amapá**. Brasília : Anais do V Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2008

CAMPOS, J. L. A. *et al.* Knowledge, Use, and Management of the Babassu Palm (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng) in the Araripe Region (Northeastern Brazil). **Economic Botany**, v. 69, n. 3, p. 240–250, 1 set. 2015.

CARRASCO BONITO. **Secretaria Municipal de Educação**. Disponível em: <<https://www.carrascobonito.to.gov.br/index.php?mod=944&idSec=8>>. Acesso em: 16/jan./2025.

CARRAZZA, L. R.; CRUZ, J. C.; SILVA, M. L. **Manual tecnológico de aproveitamento integral do fruto do Babaçu**. 2. ed. Brasília : Instituto Sociedade, População e Natureza (ISP), 2012.

CASELLI, T. DE F. R. *et al.* Extrativismo, sustentabilidade e inclusão social das Quebradeiras de Babaçu no Meio norte do Piauí. **Revista Paper do NAEA**, p. 1–17, 2018.

CASTILHO, M. W. V. **Documento Final da Caracterização da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2009.

CASTRO, B. L. G.; SILVA, J. S. Análise de índices de vegetação para classificação de áreas potenciais de ocorrências de *Attalea Speciosa* Mart. Ex Spreng. **Revista Geoaraguaia**, v. 10, n. 2, p. 86–101, 2020.

CASTRO, E. R.; CAMPOS, Í. Formação socioeconômica da Amazônia. *En*: CASTRO, E. R.; CAMPOS, Í. (Eds.). **Coleção Formação regional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CAVALCANTE, M. E. S. R. O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações. *In*: GIRALDIN, O. (Ed.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. 2. ed. Goiânia: UFG, 2004. p. 49–88.

CAVLAK, I.; GRANGER, S. Guina Francesa e Amapá: dinâmicas políticas e econômicas (1940-1945). **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 4, n. 1, p. 189–199, 2014.

CELESTINO, S. Formação profissional em serviço social: considerações sobre o estado do Tocantins. **Temporalis**, v. 16, n. 32, p. 205–230, 2016.

CGEE-Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Panorama Preliminar das Áreas da Bioeconomia no Brasil e suas Conexões com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS**. 2016. 22p.

CHAGAS, A. M. A geopolítica do garimpo do Lourenço, Norte do Amapá: trajetória, contradições e insustentabilidade. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 55253, 2019.

CHAVES, P. R. **Rebeldia e barbárie: conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, 2015.

CHAVES, T. A. Representações sobre a Amazônia na II Guerra Mundial: entre a marcha para o oeste e os Acordos de Washington. **Sillogés**, v. 4, n. 1, p. 270–298, 2021.

CHELALA, CLÁUDIA; CHELALA, CHARLES. Políticas de desenvolvimento da Amazônia e o meio ambiente. **REU - Revista de Estudos Universitários**, v. 37, n. 1, p. 19–35, 2011.

CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento. **Preços Mínimos**. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/precos-minimos>>. Acesso em: 21/dez./2024.

CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim da Sociobiodiversidade**. Brasília: Conab, 2022.

COSLOVSKY, S. V. Economic development without pre-requisites: How Bolivian producers met strict food safety standards and dominated the global brazil-nut market. **World Development**, v. 54, p. 32–45, fev. 2014.

COSTA, F. A. **Formação Agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA, 2012a.

COSTA, F. A. **Formação rural extrativista na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém: NAEA, 2012b.

COSTA, J. I.; MASCARENHAS, S. A. N. Fatores que interferem no uso das boas práticas nas etapas no extrativismo da castanha-da-Amazônia no Sul do Amazonas. **Revista EDUC Amazônia Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, v. 21, n. 2, p. 264–277, 2018.

CREVAUX, J. Le mediant de l'Eldorado: de Cayenne aux Andes (1876-1879). Paris: Editions Payot, 1993, 413p.

CUNHA, C. C.; LOUREIRO, CARLOS. FREDERICO. B. Reservas extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. **Theomai**, n. 20, p. 169–185, 2009.

DANSERO, E.; GIACCARIA, P.; GOVERNA, F. O desenvolvimento local: contextos nacionais em confronto. *In*: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Editora Expressao Popular, 2009. p. 249-269.

DATASUS. **Estabelecimento de saúde do município**: Sampaio. 2025a Disponível em: <https://cnes2.datasus.gov.br/Lista_Es_Municipio.asp?VEstado=17&VCodMunicipio=171880&NomeEstado=tocantins>. Acesso em: 16/jan./2025.

DATASUS. **Estabelecimento de saúde do município**: Carrasco Bonito. 2025b. Disponível em: <https://cnes2.datasus.gov.br/Listar_Mantidas.asp?VCnpj=25064023000190&VEstado=17&VNome=PREFEITURA%20MUNICIPAL%20DE%20CARRASCO%20BONITO>. Acesso em: 16/jan./2025.

DATASUS. **Estabelecimento de saúde do município**: Buriti do Tocantins. 2025c. Disponível em: <https://cnes2.datasus.gov.br/Lista_Es_Municipio.asp?VEstado=17&VCodMunicipio=170380&NomeEstado=>>. Acesso em: 16/jan./2025.

DIEGUES, A. C. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 50, p. 116–126, abr. 2019.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DINIZ, J. D. A. S. *et al.* Políticas públicas e projetos para o fortalecimento da cadeia de valor. *In: Castanha-da-amazônia: estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor*. Brasília: Embrapa, v. 1, p. 137–174, 2023.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 4, n. 1, p. 115–137, 1996.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 200p.

EMBRAPA-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Castanha do Brasil: socioeconomia**. 2023. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/castanha-do-brasil/pre-produção/socioeconomia>>. Acesso em: 28/jan./2023.

EMBRAPA-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 2023. **Castanha do Brasil**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/castanha-do-brasil>>. Acesso em: 28/ jan./ 2023.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

FADIGAS, A. B. M.; GARCIA, L. G. Uma análise do processo participativo para a conservação do ambiente na criação da reserva extrativista acaú-goiana. **Science**. v.29, n. 10, p 1623-1648. 2010.

FEITOSA, C. O. **Do antigo norte de Goiás ao estado do Tocantins: elementos de uma economia em formação**. 210f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, Universidade Federal de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Campinas, 2011.

FEITOSA, O. M.; SAES, A. M. O plano de defesa da borracha: entre o desenvolvimento e a negligência política ao norte do Brasil. **América Latina en la historia económica**, v. 20, n. 3, p. 138–169, 2013.

FELZKE, L. F. **Quando os ouriços começam a cair: a coleta de castanha entre os Gaviões de Rondônia**. 126f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente), Universidade Federal de Rondônia, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e meio ambiente, Porto Velho, 2007.

FERNANDES, A. V.; SILVA, L. M. R.; KHAN, A. S. Reserva Extrativista do Rio Cajari, sustentabilidade e qualidade de vida. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 35, n. 3, p.119-140, 2019.

FERREIRA, Y. C. S. M. L.; SOBRINHO, M. V. ICMS Ecológico como suporte ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): uma análise para o estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 1, p. 179–198, 2011.

FILOCREÃO, A. S. M. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá**. 451f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento

Sustentável do Trópico Úmido), Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2007.

FILOCREÃO, A. S. M. **A história do agroextrativismo na Amazônia Amapaense**. Amapá: UNIFAP, 2014.

FILOCREÃO, A. S. M. Formação socioeconômica do estado do Amapá. *In*: CASTRO, E. R.; CAMPOS, Í. (Eds.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. p. 97–171.

FILOCREÃO, A. S. M.; CHAGAS, M. A. A construção social por territórios agroextrativistas no Sul do Amapá. *In*: FILOCREÃO, A. S. M.; PIZZIO, A. THEIS, I. M. (Org.). **Contradições do desenvolvimento regional na Amazônia brasileira**. Florianópolis: Editora Nave, 2022, p. 45–76.

FILOCREÃO, A. S. M.; SILVA, I. C.; LOMBA, R. M. A sustentabilidade dos sistemas agroextrativistas do sul do Amapá. **Espaço e Geografia**, v. 22, n. 2, p. 521–554, 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2017, 256p.

FIGUEIRA, E. Capital social e o processo de participação no desenvolvimento local. **Fluxos e Riscos**, v. 1, n. 2, p. 19-27, 2011.

FOCHEZATTO, A. Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. *In*: CONCEIÇÃO, O. A. C. *et al.* (Org.). **O ambiente regional: três décadas de economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, 2010. p. 160–192.

FONSECA, P. C. D.; SALOMÃO, I. C. Brazilian industrialization: notes on the historiographical debate. **Revista Tempo**, v. 23, n. 1, p. 86–104, 1 jan. 2017.

FREITAS, F. *et al.* O Manual de Utilizador de um Software de Análise Qualitativa: as percepções dos utilizadores do webQDA. **Revista Ibérica de Informação – RISTI**, n. 19, p. 107–117, 2016.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, C. **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012.

FUTADA, S. M. Avanços normativos e estruturais do SNUC na Amazônia Legal. *In*: VERÍSSIMO, A. *et al.* (Org.). **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém: IMAZON, 2011.

GÂRDAN, D. A. *et al.* Bioeconomy development and using of intellectual capital for the creation of competitive advantages by Smes in the field of biotechnology. **Amfiteatru Economic**, v. 20, n. 49, p. 947–666, 1 ago. 2018.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The entropy law and the economic process**. London: Harvard University Press, 1971. 457p.

GIRALDIN, O. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. *In: GIRALDIN, O. (Org.). A (Trans)Formação Histórica do Tocantins*. 2. ed. Goiânia: UFG, 2004, p. 109-135.

GIRALDIN, O. “Árvore da providência”; “refrigério da pobreza”. O universo cultural do babaçu no Bico do Papagaio. *In: SANTOS, A. M.; MUNIZ, C. P. L. (Org.). Universo da cultura da palmeira do babaçu*. Palmas: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 2017, p. 09-23.

GOMES, C. V. A. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 13, n. 1, p. 129–146, 1 jan. 2018.

GOMES, C. V. A.; VADJUNEC, J. M.; PERZ, S. G. Rubber tapper identities: Political-economic dynamics, livelihood shifts, and environmental implications in a changing Amazon. *Geoforum*, v. 43, n. 2, p. 260–271, mar. 2012.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia**: Amazônia. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 184p.

GONDIM, S. M. G.; FISCHER, T. O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. *Cadernos de Gestão Social*, v. 2, n. 1, p. 09–26, 2009.

GOUVEIA, V. M. **O mercado de amêndoas de babaçu no estado do Maranhão**. 141f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais), Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais, Brasília, 2015.

GOUVEIA, V. M.; ANGELO, H. Tendência do mercado de amêndoas de babaçu no Maranhão. *In: XII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*. Uberlândia, Anais...p. 01-20, 2017.

GRANGER, S. O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. *Revista Cantareira*, n. 17, p. 21–39, 2012.

GUEDES, M. C. *et al.* “Castanha na roça”: expansão da produção e renovação dos castanhais em áreas de agricultura itinerante no Amapá, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 9, n. 2, p. 381–398, 2014.

GUEDES, M. C. *et al.* Serviços ecossistêmicos da floresta com castanheiras e serviços ambientais prestados pelos agroextrativistas – manejadores e guardiões da floresta em pé. *In: WADT, L. H. O. et al. (Org.). Castanha-da-Amazônia: estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor*. Brasília: Embrapa, 2023, v. 1, p. 285–313.

GUERRA, I. C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**: sentidos e formas de uso. Estoril, PT: Principia. 2006.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, p. 167–187, 2012.

IBAMA. **Relatório final**: projeto RESEX. Brasília, p. 80, 2006.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. 2023a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2021>>. Acesso em: 05/ jan./ 2023.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: Tocantins**. 2023b. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/23/26170?detalhes=true>>. Acesso em: 05/ jan./ 2023.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: Amapá**. 2023c. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/pesquisa/23/26170?detalhes=true>>. Acesso em: 05/ jan./ 2023.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano**. 2023e. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>>. Acesso em: 05/ jan./ 2023.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Buriti do Tocantins**. 2024a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/buriti-do-tocantins/panorama>>. Acesso em: 23/ mar./ 2024.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo**. 2024b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/289#resultado>>. Acesso em: 04/ nov./ 2024.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Laranjal do Jari**. 2024c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/laranjal-do-jari/panorama>>. Acesso em: 04/ jun./ 2024.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Mazagão**. 2024d. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/panorama>>. Acesso em: 04/ jun./ 2024.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Vitória do Jari**. 2024e. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/vitoria-do-jari/panorama>>. Acesso em: 04/ jun./ 2024.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Carrasco Bonito**. 2024f. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/carrasco-bonito/panorama>>. Acesso em: 23/ mar./ 2024.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estado: Sampaio**. 2024g. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/sampaio/panorama>>. Acesso em: 23/ mar./2024.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 1990**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. Rio de Janeiro: IBGE. Nota Técnicas, v. 26, 2021.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal: castanha-do-pará**. 2022. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/289#resultado>>. Acesso em: 16/ nov./ 2022.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. 2025. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9514#resultado>>. Acesso em: 27/ jan./ 2025.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia Legal**. 2023f. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=saiba-mais>>. Acesso em: 17/ fev./ 2023.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Variável quantidade produzida na extração vegetal: babaçu**. 2023g. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/289#resultado>>. Acesso em: 02/ mar./ 2023.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tocantins história**. 2023h. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/historico>>. Acesso em: 09/ fev./ 2023.

ICMBIO-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **ICMBio, n. 11/2010–Retificação de 20/09/02010**. Autoriza o licenciamento ambiental da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari – Laranjal do Jari – Macapá, no que diz respeito aos impactos ambientais sobre a Unidade de Conservação federal afetada. Brasília, 2010.

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987**. Cria a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista INCRA. Brasília, 1987.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária . **Plano de desenvolvimento do PAE Maracá**. Macapá, 2004.

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social. **Aposentadoria por idade do trabalhador rural**. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/pt-br/direitos-e-deveres/aposentadoria/aposentadoria-por-idade-do-trabalhador-rural>>. Acesso em: 21/dez./ 2024.

JESUS, F.; FIRMINO, A.; GUEDES, M. **Atividades produtivas dos castanheiros da Resex do Rio Cajari, Amapá**. In. XI Congresso de Ecologia do Brasil. Porto Seguro. Anais...p. 01-03, 2013.

JESUS, L. F. M.; GUEDES, M. C. Registro de experiência do Projeto Carbono Cajari: caracterização social das comunidades e castanheiros do sul do Amapá e de seus sistemas produtivos. In: DIAS, T.; EIDT, J. S.; UDRY, C. (Org.). **Diálogos de saberes: relatos da Embrapa**. Brasília: Embrapa, 2016 . p. 313–325.

JOANONI NETO, V.; NETO GUIMARÃES, R. B. Políticas governamentais, práticas de colonização e controle do território na ditadura militar (1964-85). **Anuario IEHS**, v. 34, n. 1, p. 99–122, 2019.

JODELET, D. Interconnections between social representations and intervention. *In: ROSA, A. S. (Org.). Social Representations in the “Social Arena”*. New York: Routledge, 2013, p. 77-88.

JOLY, C.; NOBRE, C. **A Preservação da Amazônia através da Bioeconomia**. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/2020/08/03/preservacao-da-amazonia-atraves-da-bioeconomia/>>. Acesso em: 06/jan./2025.

JUSTEN, G. S.; PAES-DE-SOUZA, M. Relações sociais e território: estudo no Arranjo Produtivo Local (APL) da castanha-da-Amazônia. **Revista de Ciências da Administração**, v. 19, n. 47, p. 114–130, 1 maio 2017.

KAINER, K. A.; WADT, L. H. O.; STAUDHAMMER, C. L. Contribuição associada aos modos de vida de populações locais e à conservação florestal. *In: WADT, L. H. O. et al. (Org.). Castanha-da-amazônia: estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor*. Brasília: Embrapa v. 1, 2023, p. 81–106.

KRAG, M. N.; SANTANA, A. C. A cadeia produtiva da castanha-do-brasil na região da Calha Norte, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 12, n. 3, p. 363–386, 2017.

JARI CELULOSE, S. A. **Plano diretor de ocupação das terras do Jari**. Caderno 3- Meio Antrópico. 1994.

LASSANCE, A. Revolução nas políticas públicas: a institucionalização das mudanças na economia, de 1930 a 1945. **Estudos Históricos**, v. 33, n. 71, p. 511–538, 1 dez. 2020.

LEFEVRE, F. **Discurso do sujeito coletivo: nossos modos de pensar nosso eu coletivo**. 1. ed. São Paulo: Andreoli, 2017, 80p.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. Brasília: Líber Livro, 2005, 96p.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **Pesquisa de representação social: um enfoque qualitativo - metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo**. Brasília: Liber Livro, 2012. 224p.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C.; MARQUES, M. C. C. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1193-1204, 2009.

LEMES, T. E.; GOMES, L. O. **Características socioeconômicas do extrativismo no Brasil**. *In: 7º Congresso Tecnológico da Fatec Mococa*, v. 4 n. 1, p. 01-16, 2021.

LIMA, M. G. B. Just transition towards a bioeconomy: four dimensions in Brazil, India and Indonesia. **Forest Policy and Economics**, v. 136, p. 102684, 2022.

LINS, C. **Jari: 70 anos de história**. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001, 287p.

LINS, Cristóvão. **A Jarí e a Amazonia**. Rio de Janeiro, DATAFORMA, 1997, p. 160.

LIRA, E. R. **A gênese de Palmas – Tocantins: a Geopolítica de (Re)Ocupação territorial na Amazônia Legal**. Goiânia: Kelps, 2011.

LOBATO, S. S. Federalização da fronteira: a criação e o primeiro governo do Amapá (1930-1956). **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 272–286, 2014.

LLORENS, J. L.; ALBURQUERQUE, F.; DEL CASTILLO, J. **Estudios de casos de desarrollo económico local en América Latina**. 2002.

LOPES, W. S. *et al.* Social and economic elements that contribute to local development: an analysis from the perspective of teachers and students. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 13, n. 3, p. 729–753, 2024.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras: Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil**. Nova Odessa: Planurum, 2016.

MACIEL, D. L. *et al.* Physicochemical, nutritional, and sensory attributes of Minas frescal cheese from grazing cows fed a supplement containing different levels of babassu coconut (*Orbignya speciosa*). **International Dairy Journal**, v. 127, 1 abr. 2022.

MAROCCOLO, J. F.; WADT, L. H. O.; DINIZ, J. D. A. S. Panorama da cadeia de valor nos estados da Amazônia Legal. *In*: WADT, L. H. O. *et al.* (Org.). **Castanha-da-amazônia: estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor**. Brasília: Embrapa, 2023. v. 1, p. 175–211.

MARTÍNEZ, H. J.; VILLA, M. A.; VÁZQUEZ, A. E. G. Bienestar socioeconómico y percepción de la calidad de vida en destinos turísticos: el caso de la Colina el Caribe, Cabo San Lucas, Baja California Sur (México). **Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local**, v. 6, n. 15, p. 1–16, 2013.

MARTINS, H. T. **As propostas de redivisão Territorial do estado nacional brasileiro**. 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N.5, p. 51-59, set. 2002.

MARTINS, J. S. **O massacre dos posseiros: conflito de terras no Araguaia-Tocantins**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2007, 535.

MBALLA, L. V. Desarrollo local y microfinanzas como estrategias de atención a las necesidades sociales: un acercamiento teórico conceptual. **Revista mexicana de ciencias políticas y sociales**, v. 62, n. 229, p. 101–128, 2017.

MCCORMICK, K.; KAUTTO, N. The Bioeconomy in Europe: An Overview. **Sustainability (Switzerland)**, v. 5, n. 6, p. 2589–2608, 2013. DOI: 10.3390/su5062589.

MCM-Memorial Chico Mendes. **Quem somos**. 2025. Disponível em: <https://www.memorialchicomendes.org/?page_id=30#:~:text=Conselho%20Nacional%20da s%20Popula%C3%A7%C3%B5es%20Extrativistas,plantas%20medicinais%2C%20entre%20outras%20modalidades.>. Acesso em: 13/ jan./2025.

MDIC-Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Lançamento do Programa Castanheir@s reúne diversos setores no Amapá.** Disponível em: <<https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/noticias/lancamento-do-programa-castanheir-s-reune-diversos-setores-no-amapa>>. Acesso em: 03/ dez./2024.

MEDEIROS, E. **Professor profissional ou profissional professor:** breve olhar sobre a formação de professores de um curso de engenharia civil de Santa Catarina. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Sul de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação, Tubarão-SC, 2019.

MEIRA, M. A. F. **Persistência do aviamento:** colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico. Tese (Doutorado em Memória Social), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, 2017.

MELO, A. S. **As quebradeiras de coco babaçu e os desafios do uso sustentável da floresta:** a luta pela terra pós-democratização do Brasil e desenvolvimento econômico. 131f. Dissertação (mestrado em História das Populações Amazônicas), Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-graduação em História das Populações Amazônicas, Porto Nacional, 2022.

MCM-Memorial Chico Mendes. **Reservas Extrativistas.** 2023. Disponível em: <<https://www.memorialchicomendes.org/reservas-extrativistas/>>. Acesso em: 1/fev./2023.

MENEZES, D. S.; SIENA, O.; RODRÍGUEZ, D. T. M. Ambientalismo e concepções de Resex, extrativismo e conhecimento no ICMBIO na Amazônia legal. **Revista Eletrônica de Administração - REAd**, v. 17, p. 451–479, 2011.

MENDEZ, C. R.; TRAVASSOS, R. G.; LIMA L. **Formação da cadeia produtiva do ouriço da Castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K.) para uso na produção de bioplástico.** Idesam, 2023.

MIQCB-Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. **Meio Ambiente e babaçuais ameaçados pela Assembleia Legislativa do Tocantins.** 2025. Disponível em: <<https://miqcb.org.br/2022/12/13/meio-ambiente-e-babacuais-amecados-pela-assembleia-legislativa-do-tocantins/#:~:text=A%20Regi%C3%A3o%20do%20Bico%20do%20Papagaio%2C%20que,vi vem%20do%20extrativismo%20do%20baba%C3%A7u%20e%20da>>. Acesso em: 26/jan./2025.

MIQCB-Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. **Sobre nós.** 2023. Disponível em: <<https://www.miqcb.org/sobre-nos>>. Acesso em: 24/ fev./2023.

MMA-Ministério do Meio Ambiente. **Extrativismo no Amapá.** 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/extrativismo-no-amapa>>. Acesso em: 03/dez./2024.

MMA-Ministério do Meio Ambiente. **Proteção das Florestas Tropicais.** 2023b. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/florestas/programa-para-a-prote%C3%A7%C3%A3o-das-florestas-tropicais.html#:~:text=O%20Programa%20Piloto%20surgiu%20em,a%20devasta%C3%A7%C3%A3o%20da%20floresta%20Amaz%C3%B4nica.>>>. Acesso em: 03/dez./2024.

MMA- Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde.** 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt>>

br/composicao/snpct/dpct/bolsa-verde#:~:text=Institu%C3%ADdo%20pela%20Lei%20n%C2%B0,or%C3%A7ament%C3%A1ria%20ao%20final%20daquele%20ano.>. Acesso em: 2/jan./2025.

MMA- Ministério do Meio Ambiente. **Painel Unidades de Conservação Brasileiras**. 2023a Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojMGNmMGY3NGMtNWZlOC00ZmRmLWExZWItNTNiNDhkZDg0MmY4IiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThm>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

MMA- Ministério do Meio Ambiente. **Governo retoma política socioambiental e climática em 2023**. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/governo-federal-retoma-politica-ambiental-e-climatica-em-2023>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MORAES, L. J. Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável Social capital. **Revista Ciências Administrativas**, v. 9, n. 2, p. 196–204, 2003.

MOREIRA, A. M. Bioeconomia: plataforma mundial de inovação e sustentabilidade nas cadeias agroindustriais. **Revista Processos Químicos**, v. 10, n. 20, p. 351–353, 2016.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015, 408p.

MOTA, D. M. *et al.* As senhoras da Mangaba. *In*: MOTA, D. M. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2011, p. 105-135.

MTE/RAIS-Ministério do Trabalho e Emprego/Relação Anual de Informações Sociais. **Bases Estatísticas: RAIS e CAGED**. 2024. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 27/nov.2024.

MOURA, R. A. **Novas perspectivas para o desenvolvimento rural: uma análise normativa, conceitual e prática dos montes vicinais em Mão Comum Galegos e das Unidades de Conservação brasileiras**. 122f. Tese (Doutorado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Viçosa, 2016.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions**. London: Gerald Duckworth, 1957.

NOBRE, I.; NOBRE, C. A. The Amazonia Third Way Initiative: The Role of Technology to Unveil the Potential of a Novel Tropical Biodiversity-Based Economy. *In*: LOURES, L.C. (Org), **Land use assessment the past, envisioning the future**, 2018.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: University Press, 1990.

NORTH, D. C. Desempeño económico en el transcurso de los años. **Conferência de Douglas C. North em Estocolmo Suécia**, 1993.

OLIVEIRA, A. G.; SILVA, C. L.; LOVATO, E. L. Desenvolvimento local: Conceitos e metodologias - políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano. **Revista Orbis Latina**, v. 4, n. 1, 2014.

OLIVEIRA, A. I. T.; ALEXANDRE, G. P.; MAHMOUD, T. S. Babaçu (*Orbignya* sp): Caracterização física de frutos e utilização de solventes orgânicos para extração de óleo. **BBR - Biochemistry and Biotechnology Reports**, v. 1, n. 3, p. 126–129, 2013.

OLIVEIRA, A. S. O. **Tesouros de Memória**. Fortaleza: Premius, 2013.

OLIVEIRA, G. A. **Os posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio 1964-1985: modernização e tradição**. 2010. 172 f. Dissertação (mestrado Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2010.

OLIVEIRA FILHO, J. P. O caboclo e o brabo. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v 11, 1979, p.101-140.

OLIVEIRA, J. M.; LARGES, A. M.; DANTAS, N. F. Indicadores de desenvolvimento: uma resenha em construção. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 8, n. 1, p. 7–101, 2010.

OLIVEIRA, J. T. A. *et al.* A atuação política na formação dos estados de Mato Grosso do Sul e do Tocantins e o movimento separatista no Pará. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 23, p. 222–246, 2013.

OLIVEIRA, M. R.; SOUSA, D. N. A luta pela regularização fundiária da reserva extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. **ACTA Geográfica**, p. 111–129, 2016.

OLIVEIRA, N. M. **Desenvolvimento regional do território do estado do Tocantins: implicações e alternativas**. 260f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Toledo, 2015.

OLIVEIRA, N. M. **Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins**. Palmas: EDUFT, 2019. 214p.

OLIVEIRA, N. M. Desenvolvimento Local: Quo Vadis? **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, p. 1698–1714, 2020.

OLIVEIRA, N. M.; PIFFER, M.; STRASSBURG, U. As vozes do território do Tocantins no processo de desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 2, p. 025, 24 maio 2018.

OLIVEIRA, N. M.; QUEIROZ, B. F. P. Hidrelétrica Peixe-Angical-Peixe, Tocantins: o discurso desenvolvimentista na Amazônia Legal. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 10, n. 04, p. 551–575, 2021.

OLIVEIRA, Z. T. “**A castanheira, aqui, é a mãe castanheira**”: o extrativismo da *Bertholletia Excelsa* na Resex Cajari-Amapá. 140f. Dissertação (Mestrado em Diversidade sociocultural), Museu Paraense Emílio Goeldi, Programa de Pós-Graduação em Diversidade sociocultural, Belém, 2022.

OSORIO, L. A. R.; LOBATO, M. O.; CASTILLO, X. A. D. An epistemology for sustainability science: a proposal for the study of the health/disease phenomenon. **International Journal of Sustainable Development and World Ecology**, v. 16, n. 1, p. 48-60, fev. 2009.

OSTROM, E. **Governing the Commons: the Evolution of Institutions for Collective Action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

PAIXÃO, L. C. *et al.* Aplicações farmacêutica bioprodutos do babaçu. **Revista Ciências da Saúde**, v. 21, n. 2, p. 35-44, 2019.

PALAGI, E. *et al.* A survey of definitions & models of exploratory search. *In: Proceedings of the 2017 ACM workshop on exploratory search and interactive data analytics*. Anais...2017. p. 3-8.

PALMAS. **LEI n. 33, de 13 de fevereiro de 1990**. Estabelece nos limites do município, os Distritos de Palmas e dá outras providências. Tocantins, 1990.

PAMPLONA, J. B.; CACCIAMALI, M. C. O paradoxo da abundância: Recursos naturais e desenvolvimento na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 251–270, 2017.

PATRIARCHA-GRACIOLLI, R. , S. Acordos mundiais estabelecidos na Rio-92: uma reflexão do panorama atual. **Revbea**, v. 10, n. 3, p. 69–81, 2015.

PERES, C. A.; BAIDER, C. Seed dispersal, spatial distribution and population structure of Brazil nut trees (*Bertholletia excelsa*) in southeastern Amazonia. **Journal of Tropical Ecology**, v. 13, n. 4, p. 595–616, 1997.

PERROUX, F. **A economia do Século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

PESSOA, J. P. M. *et al.* Control of dengue: consensus views of Endemic Disease Control Agents and Community Health Agents on their integrated action. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2329–2338, 1 ago. 2016.

PHILIPPIDIS, G.; BARTELINGS, H.; SMEETS, E. Sailing into uncharted waters: plotting a course for EU bio-based sectors. **Ecological Economics**, v. 147, p. 410–421, 2018.

PICANÇO, J. R. A. **Reserva Extrativista do Rio Cajari: Verso e reverso da territorialização no sul do Amapá**. 161f. Dissertação (Mestrado em geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2005.

PICANÇO, J. R. A. **Desenvolvimento, sustentabilidade e conservação da biodiversidade na Amazônia: a produção familiar agroextrativista em áreas protegidas no Sul do Amapá**. 383f. Tese (Doutorado em Ciências sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2009.

PIFFER, M. *et al.* **Desenvolvimento regional do Oeste Paranaense a partir do capital social**. 2007. Disponível em: <<http://www.capitalsociaisul.com.br/capitalsociaisul/desenvolvimentoregional/Grupo%203/14.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

PINTO, A.; AMARAL, P.; GAIA, C. OLIVEIRA, W. **Boas práticas para manejo florestal e agroindustrial de produtos florestais não madeireiros: açaí, andiroba, babaçu, castanha-do-brasil, copaíba e unha-de-gato**. Belém: IMAZON, 2010. 194p.

PINTO, L. F. **Jari**: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig - as relações entre Estado e multinacional na Amazônia. 1. ed. São Paulo: Marco Zero, 1986. 219p.

PINTON, F.; AUBERTIN, C. O extrativismo entre a conservação e o desenvolvimento. *In*: CAVALCANTI, C. (Org.). **Faces do trópico úmido**: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: SEJUP/UFPA-NAEA, 1997. p. 263-284.

POMPEU, A. J. S. A ação dos cabos de canoas no negócio das drogas do sertão na Amazônia colonial. *In*: **Dinâmicas imperais, circulação e trajetórias no mundo Ibero-americano**. Guarulhos: UNIFESP, 2020. p. 306-321.

PORRO, N. M.; MOTA, D. M.; SCHMITZ, H. Movimentos sociais de mulheres e modo de vida em transformação: revendo a questão dos recursos de uso comum em comunidades tradicionais. **Raízes**, v. 10, n. 2, p. 111–126, 2010.

PORRO, R. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, n. 1, p. 169–188, 2019.

PORRO, R. A. Dimensões diferenciadas do engajamento camponês no extrativismo do babaçu. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 30, n. 2, p. e2230204, 6 out. 2022.

PORRO, R.; SOUSA, R. C. Anatomy of babassu-nut value chain for policy guidance in support of traditional agroextractive communities in the Mearim Valley, Maranhão, Brazil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 4, 2023.

PORTO, J. L. R. **Amapá**: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2002.

PRAIA NORTE. **Lei n. 001/2003**. Dispõe sobre a proibição de queimadas desenfreadas, a derrubada de palmeiras de babaçu e sobre a preservação da área ribeirinha no município de Praia Norte, e dá outras providências. 2003.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

QUEIROZ, B. F. P. **As implicações socioeconômicas da Usina Hidrelétrica Peixe Angelical em Peixe – Tocantins**. 122f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2019.

RANGEL, K. S. **Modo de vida e território na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá)**. 296f. Tese (Doutorado em Geografia humana), Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação Geografia Humana, 2017.

RIBEIRO, A. C.; XIMENES, T. Redes sociais no cooperativismo da castanha-do-brasil em áreas agroextrativistas na região sul do estado do Amapá. **Revista de Estudos Sociais-ano**, v. 11, n. 1, p. 135–163, 2009.

RIBEIRO, D. C. *et al.* The use of accounting in the management of small business and their influence in the development of Imperatriz/MA: In the perception of accounting sciences students. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 12, p. 159–173, 2019.

RODRIGUES, W.; OLIVEIRA, T. J. A. Formação socioeconômica do estado de Tocantins. *In*: CASTRO, E. R.; CAMPOS, Í. (Eds.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. 2. ed. Belém: NAEA, 2015. p. 581–636.

ROMANI, C.; SOUZA, C. M.; NUNES, F. A. Conflitos, fronteiras e territorialidades em três diferentes projetos de colonização na Amazônia. **Tempos Históricos**, v. 18, p. 164–190, 2014.

RURALTINS- Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins. **Conheça o Ruraltins**. 2024a. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/ruraltins/conheca-o-ruraltins/1a6t6wqlv0yh>>. Acesso em: 21/dez./2024.

RURALTINS-Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins. **Abrangência Ruraltins**. 2024b. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/ruraltins/abrangencia-ruraltins/1k1xvjsvimxn>>. Acesso em: 21/ dez./2024.

RURAP- Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá. **Fundo de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá**. 2024a. Disponível em: <<https://rurap.portal.ap.gov.br/conteudo/credito-rural/fundo-de-desenvolvimento-rural-do-estado-do-amapa>>. Acesso em: 03/dez./2024.

RURAP-Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá. **Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá**. 2024b. Disponível em: <<https://rurap.portal.ap.gov.br/conteudo/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 03/dez./2024.

SACHES, A. C. *et al.* Descentralização da Gestão Ambiental no Brasil: Análise histórica dos principais momentos do processo. **Gestão e desenvolvimento**, v. 14, n. 2, p. 51–68, 2017.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, 96p.

SAES, M. S. M. *et al.* When do supply chains strengthen biological and cultural diversity? methods and indicators for the socio-biodiversity bioeconomy. **Sustainability (Switzerland)**, v. 15, n. 10, p. 1–18, 1 maio 2023.

SAMPAIO. **Secretaria Municipal de Educação**. Disponível em: <<https://www.sampaio.to.gov.br/secretaria/secretaria-de-educacao>>. Acesso em: 16/jan./2025.

SANTANA, A. C. *et al.* Valoração e sustentabilidade da castanha-do-brasil na Amazônia. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 60, n. 1, p. 77–89, 2017.

SANTOS, F. A. Primeira república e era Vargas: reflexões para a compreensão da atualidade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 80, p. 220–233, 13 dez. 2021.

SANTOS, K. P. The women of castanha do Alto Cajari: empowerment by the solidarity economy. **Ambiente e Sociedade**, v. 24, 2021.

SANTOS, L. N. **Governança comunitária dos bens naturais de uso comum na Reserva Extrativista do Ciriaco-MA**. 185f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2022.

SANTOS, M. R. A.; LEMOS, R. B. S. Extrativismo e a comunicação para o desenvolvimento: o caso das quebradeiras de coco babaçu. **Latin American Journal of Business Management**, v. 12, n. 2, p. 29–37, 2021.

SANTOS, R. DE S. **Os Condicionamentos das políticas territoriais e do processo de territorialização dos atores hegemônicos no desenvolvimento regional e local: uma análise crítica no contexto do Tocantins**. Relatório de Estágio de Pós-Doutoramento. IESA/UFG: Goiânia, 2013.

SANTOS, R. S. A construção da rodovia BR-153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 3, p. 97–114, 2017.

SÃO MIGUEL DO TOCANTINS. **Lei n. 05/2005**. Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu, no município de São Miguel do Tocantins, e dá outras providências, 2005.

SARAIVA, A. F. S. *et al.* **Dificuldades do extrativismo da castanha-da-Amazônia: um estudo sobre o desenvolvimento na Resex do Rio Cajari-Amapá, Brasil**. In: **IV Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional (IV SLAEDR)**. Anais... Ijuí-RS, 2024. Disponível em: <<https://virtual.unijui.edu.br/Portal/Eventos/IVSlaedr>>. Acesso em: 30/dez./2024.

SARAIVA, A. F. S. *et al.* Extrativismo do babaçu no estado do Tocantins: percepção dos atores locais na atividade extrativista. In: **Anais do 62º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Anais...Palmas(TO) UFT, 2024b.

SECRETO, M. V. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. In: **Trópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII e XXI)**, Belém: Açaí, 2010.

SEFAZ-TO-Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins. **Superintendência de gestão de tributária diretoria de informações econômicas e fiscais repasses de ICMS**. 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/sefaz/icms/41jfqfuvvcoge>>. Acesso em: 20/dez./2024.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010, 464p.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2008.

SHIRAIISHI NETO, J. Quebradeiras de coco: “Babaçu livre” e reservas extrativistas. **Veredas do Direito**, v. 14, n. 28, p. 147-166, 2017.

SHIRAIISHI NETO, J.; LIMA, R. M. Mujeres, prácticas de uso común, cuidado y conservación de los palmares de babasú en el Amazonas. **POLIS**, v. 20, n. 60, p. 193–206, 2021.

SILVA, A. G. Reservas Extrativistas na Amazônia brasileira: temas e questões de pesquisa. **Ensaio de geografia**, v. 11, n. 24, p. 1–31, 2024.

SILVA, C. V.; MIGUEL, L. DE A. Extrativismo e abordagem sistêmica. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2, p. 189–217, 2014.

SILVA, D. W. *et al.* Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 557–577, 31 ago. 2016.

SILVA, E. M. S.; BASTOS, J. E. N. S. **Pequenos Projetos Ecosociais de Quebradeira de coco babaçu: reflexões e aprendizado**. Brasília: ISPN, 2016.

SILVA, E. S. *et al.* Beverage made from babassu nut kernels and grapefruit: physicochemical properties and sensory acceptance. **British Food Journal**, v. 123, n. 6, p. 2139–2151, 2021.

SILVA, F. E. G.; SILVA, E. D.; SILVA FILHO, E. G. Batalha da borracha e as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia. **Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 2, n. 2, p. 356–370, 2022.

SILVA, J. B.; ALVES, J. P. C. Interfaces entre estruturas valorativas no Sul do Amapá: o sistema de aviamento e a organização comunitária. **BLUMENAU**, v. 8, n. 1, p. 55, 2020.

SILVA, J. B.; ALVES, J. P. DA C. A educação em comunidades tradicionais no sul do Amapá: o caso da RESEX Cajari e da Reserva do Rio Iratapuru. **Revista ambiente e educação**, v. 27, n. 2, p. 1–23, 2022.

SILVA, L. D. J. S. *et al.* O extrativismo como elemento de desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia: um estudo a partir das comunidades coletoras de castanha-do-Brasil em Tefé, AM. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 11, n. 2, 30 ago. 2019.

SILVA, L. J. S. *et al.* Cooperativismo e bioeconomia: desafios para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Peer Review**, v. 6, n. 10, p. 204–219, 9 maio 2024.

SILVA, M. E. C. *et al.* Aspectos etnobotânicos da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.) em comunidades extrativistas no Piauí, nordeste do Brasil. **GAIA SCIENTIA**, v. 11, n. 3, p. 196–211, 2017.

SILVA, M. F. O.; PEREIRA, F. S.; MARTINS, J. V. B. **A bioeconomia brasileira em números**. Bioeconomia, Rio de Janeiro: BNDES Setorial, 2018, n.47, p. 277-332.

SILVA, M. L. **A (ONTO) gênese da nação nas margens do território nacional**: “O projeto janarista Territorial para o Amapá (1977-1956). Dissertação (Mestrado em História Social) Pontifícia Universidade Católica, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 2007.

SILVA, M. L. **“O TERRITÓRIO IMAGINADO”**: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988). 380f. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História Social, Brasília, 2017.

SILVA, M. P. **Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970-1986)**. 177f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2011.

SILVA, N. Q. A.; MÜLLER, C. A. S. Reservas extrativistas na Amazônia: Uma visão dos atores por meio do discurso do sujeito coletivo. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 10, n. 1, p. 191–212, 1 jan. 2017.

SILVA, O. F. **O sistema de transportes nas relações com as dinâmicas de desenvolvimento regional no Amapá**. 231f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017.

SILVA, M. L. A.; OLIVEIRA, M.L. **A bioeconomia como alternativa complementar ao modelo de desenvolvimento do Amazonas**. **Informe GEPEC**, v. 25, p. 46-65, 2021.

SOUSA, D. R. N.; OLIVEIRA, M. L. R. Conflitos e Desafios de populações tradicionais na Amazônia brasileira: o caso da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. **Mundo Agrário**, v. 18, n. 38, 1 ago. 2017.

SOUSA, D. R. N. S. **Transformações na vida das populações tradicionais a partir da criação da Resex do Extremo Norte do estado do Tocantins**. 125f. Dissertação (mestrado em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural,), Viçosa, 2015.

SOUSA, V. N. G.; SILVA, E. As quebradeiras de coco babaçu da microrregião do Bico do Papagaio do Extremo Norte tocantinense. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 11, n. 6, p. 114–124, 2017.

SOUZA, B. R. G. **BALATA: DA FLORESTA À FEIRA**. 113f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia), Universidade Federal do Oeste do Pará, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia, Santarém, 2017.

SOUZA, D. F. **Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico Do Papagaio: reflexões sobre desafios e perspectivas de uma organização regional**. 142f. Tese (doutorado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Viçosa, 2003.

SOUZA, F. N.; COSTA, A. P.; MOREIRA, A. Questionamento no Processo de análise de dados qualitativos com apoio do software WebQDA. **EDUSER: Revista de Educação**, v. 3, n. 1, p. 19–30, 2011.

STR/CNS/CUT. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Conselho Nacional dos Seringueiros e Central Única dos Trabalhadores**. Chico Mendes Coordenação Editorial, Xapuri e São Paulo, 1989.

SUZANO. **Projetos sociais apoiados pela Suzano participam da 11ª ABCasa Fair**. Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/noticia/projetos-sociais-apoiados-pela-suzano-participam-da-11a-abcasa-fair>>. Acesso em: 21/dez./2024.

TEISSERENC, M. J. S. A. Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em reservas extrativistas. **Caderno CRH**, v. 29, n. 77, p. 229-242, 2016.

TEISSERENC, P. Les resex: un instrument au service des politiques de développement durable en Amazonie brésilienne. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 6, n. 12, p. 41–69, 2009.

TEIXEIRA, H. T.; MOREIRA, D. C.; SILVA, N. T. C. Territórios, populações tradicionais e conflito: a realidade da Reserva Extrativista Extremo Norte do Tocantins, Brasil. **SÉMATA**, v. 30, p. 359–376, 2018.

TEIXEIRA, T. H. *et al.* A diversidade Produtiva em Reservas Extrativistas na Amazônia: entre a invisibilidade e a multifuncionalidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 164–183, 1 nov. 2018.

TOCANTINS. **Lei nº 1959, de 14 de agosto de 2008.** Dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu e adota outras providências. Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, 2008.

TOCANTINS. **Dispõe sobre critérios de distribuição das parcelas municipais do ICMS, e adota outras providências,** 2015.

TOCANTINS. **Governo entrega 884 casas populares a quebradeiras de coco no Bico do Papagaio.** 2021a. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/secom/noticias/governo-entrega-884-casas-populares-a-quebradeiras-de-coco-no-bico-do-papagaio/2z365n1yax9u>>. Acesso em: 21/jan. 2025.

TOCANTINS. **Projeto Sampaio impulsiona desenvolvimento no Bico do Papagaio.** 2021b. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/secom/noticias/projeto-sampaio-impulsiona-desenvolvimento-no-bico-do-papagaio/4jzg5lyzluty>>. Acesso em: 20/dez./2024.

TRINDADE, L. X. *et al.* Governance and Value Appropriation in the Cocoa Bioeconomy at Amazonas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 28, n. 6, 1 nov. 2024.

VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 145.

VERAS, K. S. *et al.* Aplicação do babaçu (*Attalea speciosa* Mart.) na indústria cosmética. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 18, n. 4, p. 791–796, 2016.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016, 104p.

VIEGAS, V. A. **Estratégias de design sustentável para valorização dos recursos locais a partir do estudo da cadeia do babaçu no município de Itapecuru Mirim.** 135f. Dissertação (mestrado em Design), Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Design, São Luís, 2015.

WADT, L. H. O.; Marocolo, J. F.; Guedes, M. C. Silva, K. E. Histórico da descrição botânica e características gerais. *In*: WADT; L. H. O. *et al.* (Org.). **Castanha-da-amazônia: estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor: aspectos sociais, econômicos e organizacionais.** Brasília: EMBRAPA, 2023. v. 1, p. 21–32.

WAWZYNIAK, J. V. **Do barracão à casa: uma etnografia das transformações nas formas de apropriação, gestão e transmissão dos recursos naturais por seringueiros do rio Ouro Preto – RO.** 140f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Curitiba, 2000.

WEBER, Alfred. **The theory of the location of industries**. Chicago: University of Chicago Press, 1957. (primeira edição: 1909).

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016. 336p.

YOHANNES, L. **The evolving importance of babassu (*Attalea speciosa*) to the livelihoods of the extractivist communities of Extremo Norte Extractive Reserve, Brazil**. Baltimore, EUA, University of Maryland, College Park, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Av. NS 15, ALCNO 14 | Prédio do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional | 77001-090 | Palmas / TO



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa da Universidade Federal do Tocantins - UFT, campus de Palmas – TO, cujo título refere-se: **“ECONOMIA DO EXTRATIVISMO NOS TERRITÓRIOS DO AMAPÁ E DO TOCANTINS”**

Leia, atentamente, o que segue e quaisquer dúvidas serão respondidas prontamente. Este estudo está sendo conduzido pela doutoranda **Antonia Francisca da Silva Saraiva** sob a minha orientação: Prof^o Dr. **Nilton Marques de Oliveira**, Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR/UFT.

O instrumento de coleta de dados implica a realização de uma entrevista, que será gravada. Se concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. Somente a pesquisadora terá acesso as suas informações para verificar dados do estudo.

Sua participação na pesquisa é voluntária, e poderá escolher não fazer parte dela.

“Declaro que li e entendi o formulário de consentimento, sendo minhas dúvidas esclarecidas e que sou voluntário a tomar parte neste estudo”.

Agradecemos a sua participação na realização desta pesquisa, por sua contribuição na formação acadêmica da doutoranda.

Palmas – TO, 20 de janeiro de 2023.

Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira (UFT/PGDR)

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPGDR/UFT)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Meu nome é **Antonia Francisca da Silva Saraiva**, e estou realizando a pesquisa acadêmica com o tema “**ECONOMIA DO EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O EXTRATIVISMO NOS ESTADOS DO AMAPÁ E TOCANTINS**”. Esta pesquisa compõe a minha tese de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT), Campus de Palmas, sob orientação do Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira e do Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFT com Registro CAAE nº 70394423.0.0000.5519 e pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO/ICMBIO) com Registro 87475-1.

Convido(a) o(a) senhor(a) a contribuir com minha pesquisa participando, através de uma entrevista seguido um roteiro com questões abertas e leva em média uma hora para responder. A sua participação é voluntária, será documentado por meio deste Termo. E você poderá escolher não fazer parte dela. A referida pesquisa é requisito para a conclusão do curso de doutorado e somente terá finalidade para estudo acadêmico. Assumo o compromisso de manter em sigilo o seu nome e informações, pois somente a pesquisadora terá acesso as suas informações para verificar dados do estudo. A pesquisadora compromete em disponibilizar cópia da tese ao participante.

Eu, declaro ter lido, entendido, sido informado(a) e concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) deste estudo, já mencionado anteriormente.

() Autorizo a gravação da entrevista.

() SIM, deseja receber cópia da tese. Email:

Assim, declaro que tenho compreendido o exposto e desejo participar da pesquisa.

_____, _____ de _____ de 2023.

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura do Participante

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOUDORADO ACADÊMICO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ROTEIRO DA ENTREVISTA (Resex do Rio Cajari)

i) Identificação dos atores locais

1) Identificação dos entrevistados

- a) Pedir ao participante para fazer uma pequena apresentação sobre ele.
- b) Qual a sua formação?
- c) O(a) Senhor(a) é natural do Amapá?
- d) O(a) senhor(a) sempre residiu na região que pertence a Resex do Rio Cajari?
- e) Qual o cargo o senhor(a) exerce atualmente?
- f) Antes desse cargo, o senhor(a) já teve algum envolvimento com extrativismo da castanha-do-brasil?
- g) Quais foram esses meios (outro cargo, família, amigos, pesquisador, extrativista etc.).

ii) Histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da Resex do Rio Cajari no estado do Amapá

2) Histórico do extrativismo antes da criação da Resex do Rio Cajari

- a) Quais as lembranças ou recordações do(a) senhor(a) sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia **antes** da criação Resex do Rio Cajari?

iii) O extrativismo da castanha-da-Amazônia depois da Resex do Rio Cajari no estado do Amapá

3) Extrativismo depois da Resex do Rio Cajari

- a) Quais as lembranças ou recordações do(a) senhor(a) sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia **depois** da criação da Resex do Rio Cajari?
- b) Para o senhor, qual foi a participação dos grupos políticos, sociais e ambientais para a criação das Resex do Rio Cajari?

4) Mudanças econômicas, sociais, ambientais e as políticas de apoio no extrativismo da castanha-do-Amazônia no estado do Amapá.

- a) Quais as principais mudanças que o(a) senhor(a) apontaria que vem ocorrendo no extrativismo da castanha-da-Amazônia, depois da criação da Resex do Rio Cajari no estado do Amapá?

(Pensar no município e nas comunidades dentro da reserva).

- a. Mudanças sociais;
- b. Economia (mercado);
- c. Ambiental;
- d. Políticas de apoio (existentes/novas);

5) Desenvolvimentos Local na Resex do Rio Cajari

- a) Na sua opinião, depois da criação das Resex do Rio Cajari, houve desenvolvimento (local)?
- b) Para o senhor(a) quais os principais desafios do extrativismo da castanha-do-Amazônia no seu município e nas comunidades dentro da reserva? E os principais benefícios/potencialidades?
- c) Quais são suas perspectivas sobre o extrativismo da castanha-do-Amazônia no estado do Amapá, para os próximos 10 anos?

O (a) senhor(a) gostaria de adicionar algum comentário a pesquisa?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOUDORADO ACADÊMICO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ROTEIRO DA ENTREVISTA (Resex do Rio Cajari)

Adaptado para os extrativista (Castanheiros)

i) Identificação dos atores locais

1) Identificação dos entrevistados

- a) Pedi ao participante para fazer uma pequena apresentação sobre ele.
- b) Qual a sua escolaridade?
- c) O Senhor(a) nasceu do Amapá?
- d) O senhor(a) sempre morou na região que pertence a Resex do Rio Cajari?
- e) Além de trabalhar na coleta (castanheiro) da castanha-da-Amazônia, qual outras atividade o senhor trabalha atualmente?
- f) Antes de trabalha na coleta (castanheiro) da castanha-da-Amazônia, o senhor(a) já teve algum envolvimento com extrativismo da castanha-da-Amazônia?
- g) Quais foram esses meios (outro cargo, família, amigos, pesquisador, extrativista, etc.).

ii) Histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da Rex do Rio Cajari no estado do Amapá

2) Histórico do extrativismo antes da criação da Resex do Rio Cajari

- a) Quais as lembranças ou recordações do(a) senhor(a) sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia **antes** da criação da Resex do Rio Cajari no estado?

iii) O extrativismo da castanha-da-Amazônia depois da Resex do Rio Cajari no estado do Amapá

3) Histórico do extrativismo depois da criação da Resex do Rio Cajari

- a) Quais as lembranças ou recordações do(a) senhor(a) sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia **depois** da criação da Resex do Rio Cajari no estado?
- b) Para o senhor, qual foi a participação dos grupos políticos, sociais e ambientais para a criação da Resex do Rio Cajari?

4) Mudanças sociais, econômicas, ambientais e as políticas de apoio no extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá

- a) Quais as principais mudanças que o(a) senhor(a) apontaria que vem ocorrendo no extrativismo da castanha-da-Amazônia, depois da criação da Resex do Rio Cajari no estado do Amapá? (Pensar na comunidades dentro da reserva)
 - a. Mudanças na comunidade (benefícios);
 - b. Aumentou a produção e sua comercialização (mercado);
 - c. Mudanças nas questões ambientais;
 - d. Quais as incentivos o senhor(a) recebeu ou recebe do poder público (Município, estado e federal)?

5) Desenvolvimento local na Resex do Rio Cajari

- a) Na sua opinião, depois da criação da Resex do Rio Cajari, houve desenvolvimento local (melhorias na comunidade)?
- b) Quais são suas perspectivas (esperança) sobre o extrativismo da castanha-da-Amazônia no estado do Amapá, para os próximos 10 anos?
- c) Para o senhor(a) quais os principais desafios (dificuldades) do extrativismo da castanha-da-Amazônia na sua localidade?

O (a) senhor(a) gostaria de fazer algum comentário sobre a pesquisa?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOCTORADO ACADÊMICO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ROTEIRO DA ENTREVISTA (Resex do Extremo Norte do Tocantins)

i) Identificação dos atores locais

1) Identificação dos entrevistados

- a) Pedi ao participante para fazer uma pequena apresentação sobre ele.
- b) Qual a sua formação?
- c) O(a) Senhor(a) é natural do Tocantins?
- d) O(a) senhor(a) sempre residiu na região que pertence a Resex do Extremo Norte do Tocantins?
- e) Qual o cargo o senhor(a) exerce atualmente?
- f) Antes desse cargo, o senhor(a) já teve algum envolvimento com extrativismo da castanha-do-Amazônia?
- g) Quais foram esses meios (outro cargo, família, amigos, pesquisador, extrativista etc.).

ii) Histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da Resex do Extremo Norte no estado do Tocantins

2) Histórico do extrativismo antes da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins

- a) Quais as lembranças ou recordações do(a) senhor(a) sobre o extrativismo do babaçu **antes** da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins?

iii) O extrativismo da castanha-da-Amazônia depois da Resex do Extremo Norte no estado do Tocantins

3) Histórico do extrativismo depois da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins

a) Quais as lembranças ou recordações do(a) senhor(a) sobre o extrativismo do babaçu **depois** da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins?

b) Para o senhor, qual foi a participação dos grupos políticos, sociais e ambientais para a criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins?

4) Mudanças sociais, econômica, ambientais e políticas de apoio no extrativismo do babaçu no estado do Tocantins.

a) Quais as principais mudanças que o(a) senhor(a) apontaria que vem ocorrendo no extrativismo do babaçu, depois da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins no estado do Tocantins?

(Pensar no município e nas comunidades dentro da reserva).

- a. Mudanças sociais;
- b. Economia (mercado);
- c. Ambiental;
- d. Políticas de apoio (existentes/novas).b

5) Desenvolvimento local na Resex do Extremo Norte do Tocantins

a) Na sua opinião, depois da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins, houve desenvolvimento (local)?

b) Para o senhor(a) quais os principais desafios do extrativismo do babaçu no seu município e nas comunidades dentro da reserva? E os principais benefícios/potencialidades?

c) Quais são suas perspectivas sobre o extrativismo do babaçu no estado do Tocantins, para os próximos 10 anos?

O (a) senhor(a) gostaria de adicionar algum comentário a pesquisa?

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOUDORADO ACADÊMICO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ROTEIRO DA ENTREVISTA (Resex do Extremo Norte do Tocantins)

Adaptado para os extrativista Quebradeiras de coco

i) Identificação dos atores locais

1) Identificação dos entrevistados

Pedi ao participante para fazer uma pequena apresentação sobre ele.

- a) Qual a sua escolaridade?
- b) O Senhor(a) nasceu no Tocantins?
- c) O senhor(a) sempre morou na região que pertence a Resex do Extremo Norte do Tocantins?
- d) Além de trabalhar na quebra do babaçu, qual outras atividade o senhor trabalha atualmente?
- e) Antes de trabalhar na quebra do babaçu, o senhor(a) já teve algum envolvimento com extrativismo do babaçu?
- f) Quais foram esses meios (outro cargo, família, amigos, pesquisador, extrativista, etc.).

ii) Histórico do extrativismo da castanha-da-Amazônia, antes da Resex do Extremo Norte no estado do Tocantins

2) Histórico do extrativismo antes da criação do Extremo Norte do Tocantins

- a) Quais as lembranças ou recordações do(a) senhor(a) sobre o extrativismo do babaçu antes da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins no estado?

iii) O extrativismo da castanha-da-Amazônia depois da Resex do Extremo Norte no estado do Tocantins

3) Histórico do extrativismo depois da criação do Extremo Norte do Tocantins

- a) Quais as lembranças ou recordações do(a) senhor(a) sobre o extrativismo do babaçu **depois** da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins no estado?
- b) Para o senhor, qual foi a participação dos grupos políticos, sociais e ambientais para a criação da Resex do Extremo Norte?

4) Mudanças sociais, econômica, ambientais e políticas de apoio no extrativismo do babaçu no estado do Tocantins

- a) Quais as principais mudanças que o(a) senhor(a) apontaria que vem ocorrendo no extrativismo do babaçu, depois da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins no estado do Tocantins? (Pensar na comunidades dentro da reserva)
- e. Mudanças na comunidade (benefícios);
- f. Aumentou a produção e sua comercialização (mercado);
- g. Mudanças nas questões ambientais;
- h. Quais as incentivos o senhor(a) recebeu ou recebe do poder público (Município, estado e federal)?

5) Desenvolvimento local na Resex do Extremo Norte do Tocantins

- a) Na sua opinião, depois da criação da Resex do Extremo Norte do Tocantins, houve desenvolvimento local (melhorias na comunidade)?
- b) Quais são suas perspectivas (esperança) sobre o extrativismo do babaçu no estado do Tocantins, para os próximos 10 anos?
- c) Para o senhor(a) quais os principais desafios (dificuldades) do extrativismo do babaçu na sua localidade?

O (a) senhor(a) gostaria de fazer algum comentário sobre a pesquisa?

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ECONOMIA DO EXTRATIVISMO NOS TERRITÓRIOS DO AMAPÁ E DO TOCANTINS

Pesquisador: ANTONIA FRANCISCA DA SILVA SARAIVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70394423.0.0000.5519

Instituição Proponente: Universidade Federal do Tocantins Campus Palmas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.160.648

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa vinculado ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD), por meio de uma cooperação acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (PPGDR/UNIFAP) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT) que pretende entender a evolução história do extrativismo, a partir da castanha-do-brasil na Reserva extrativista do Rio Cajari no território do Amapá e do babaçu na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins no estado do Tocantins. O estudo é de caráter qualitativo, a partir de pesquisa de campo com a utilização da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), e quantitativo, com a utilização de indicadores econômicos e sociais, considerando as décadas de 2000, 2010 e 2020.

Objetivo da Pesquisa:

Geral

Analisar historicamente a economia do extrativismo da castanha-do-Brasil e do babaçu nos territórios do Amapá e Tocantins.

Específicos

- Analisar as variáveis sociais e econômicas dos territórios dos estados do Amapá e Tocantins nas décadas de 2000, 2010 e 2020;

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT



Continuação do Parecer: 6.160.648

- Analisar a percepção dos atores, sociais, econômicos e políticos, sobre o extrativismo da castanha do Brasil e do Babaçu nos territórios do Amapá e Tocantins;
- Levantar e analisar as potencialidades e fragilidades do extrativismo da castanha do Brasil e do Babaçu nos territórios do Amapá e Tocantins.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora indica como prováveis riscos, a Possibilidade de constrangimento ao responder a entrevista; desconforto, alterações de comportamento durante gravações de áudio na entrevista; divulgação de áudios das entrevistas que possam resultar na identificação dos participantes; cansaço, estresse ou aborrecimento ao responder às perguntas; disponibilidade de tempo para participar da entrevista; medo de não saber responder às perguntas da entrevista; medo de ser identificado e divulgação de dados confidenciais. Como mitigação desses riscos, a proponente sugere, garantia da privacidade, acolhimento humanizado, escuta atenta e possibilidade de desistência do projeto.

No que diz respeito aos benefícios, segundo a proponente, a pesquisa trará benefícios indireto para a comunidade, no aspecto social, econômico e ambiental e cultural, considerando a relevância do extrativismo da castanha-do-brasil para o estado do Amapá e do babaçu para o estado do Tocantins.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é socialmente relevante, especialmente considerando as possibilidades de fomento ao desenvolvimento sustentável. A metodologia é clara e exequível. Além disso, o projeto atende os protocolos que orientam esse Comitê.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos, considerando os participantes e o ambiente da pesquisa, foram apresentados.

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT



Continuação do Parecer: 6.180.648

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2125597.pdf	31/05/2023 00:05:21		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_consetimento.pdf	31/05/2023 00:04:26	ANTONIA FRANCISCA DA SILVA SARAIVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Completo.pdf	30/05/2023 23:58:31	ANTONIA FRANCISCA DA SILVA SARAIVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_envio_ao_CEP_Antonia_Saraiva.pdf	30/05/2023 23:32:44	ANTONIA FRANCISCA DA SILVA SARAIVA	Aceito
Cronograma	Cronograma_Antonia_Saraiva.pdf	30/05/2023 23:31:05	ANTONIA FRANCISCA DA SILVA SARAIVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto_Antonia_Saraiva.pdf	30/05/2023 23:20:38	ANTONIA FRANCISCA DA SILVA SARAIVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 04 de Julho de 2023

Assinado por:
MARCELO GONZALEZ BRASIL FAGUNDES
(Coordenador(a))

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 E-mail: cep_uft@uft.edu.br

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS (RERC E REENT)



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 87475-1	Data da Emissão: 02/06/2023 17:25:25	Data da Revalidação*: 02/06/2024
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: ANTONIA FRANCISCA DA SILVA SARAIVA	CPF: 011.368.413-42
Título do Projeto: Solicitação para realização de pesquisa para tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT), a pesquisa será realizada na Reserva Extrativista do Rio Cajari no estado do Amapá e na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins no estado do Tocantins. Título da pesquisa "ECONOMIA DO EXTRATIVISMO NOS TERRITÓRIOS DO AMAPÁ E DO TOCANTINS".	
Nome da Instituição: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	CNPJ: 05.149.726/0001-04

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Visitas técnicas, Realização de entrevistas e tira fotos e vídeos para conhecer o extrativismo.	06/2023	12/2024

Observações e ressalvas

1	Deve-se observar as as recomendações de prevenção contra a COVID-19 das autoridades sanitárias locais e das Unidades de Conservação a serem acessadas.
2	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
3	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
4	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Portaria ICMBio nº 748/2022, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
8	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
9	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0874750120230602

Página 1/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 87475-1	Data da Emissão: 02/06/2023 17:25:25	Data da Revalidação*: 02/06/2024
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: ANTONIA FRANCISCA DA SILVA SARAIVA	CPF: 011.368.413-42
Título do Projeto: Solicitação para realização de pesquisa para tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT), a pesquisa será realizada na Reserva Extrativista do Rio Cajari no estado do Amapá e na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins no estado do Tocantins. Título da pesquisa "ECONOMIA DO EXTRATIVISMO NOS TERRITÓRIOS DO AMAPÁ E DO TOCANTINS".	
Nome da Instituição: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	CNPJ: 05.149.726/0001-04

Observações e ressalvas

10	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
----	--

Outras ressalvas

1	RESEX Extremo Norte do Tocantins
2	RESEX Rio Cajari

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Reserva Extrativista Extremo Norte do Tocantins	TO	Cerrado	Não	Dentro de UC Federal
2	Reserva Extrativista do Rio Cajari	AP	Sistema Costeiro-Marinho	Não	Dentro de UC Federal

Atividades

#	Atividade	Grupo de Atividade
1	Pesquisa socioambiental em UC federal	Dentro de UC Federal

Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo destino
1	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	Outro

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0874750120230602

Página 2/3

